



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TELMA FERREIRA DE CARVALHO

NA CASA E NA MESA: CULTURA MATERIAL E SOCIABILIDADE
NA BAHIA DO SEGUNDO REINADO (1841-1889)

v.1

Salvador

2019

TELMA FERREIRA DE CARVALHO

**NA CASA E NA MESA: CULTURA MATERIAL E SOCIABILIDADE
NA BAHIA DO SEGUNDO REINADO (1841-1889)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Marina Regis Cavicchioli.

Salvador

2019

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CARVALHO, TELMA FERREIRA DE
NA CASA E NA MESA: CULTURA MATERIAL E
SOCIABILIDADE NA BAHIA DO SEGUNDO REINADO (1841-1889)
/ TELMA FERREIRA DE CARVALHO. -- Salvador, 2019.
232 f. : il

Orientador: . Marina Regis Cavicchioli..
Dissertação (Mestrado - Historia) -- Universidade
Federal da Bahia, UFBA, 2019.

1. História. 2. Bahia. 3. cultura material;. 4.
elites. 5. museus. I. Cavicchioli., . Marina Regis.
II. Título.



ATA E PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DA(o) ALUNA(o)		MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
Telma Ferreira de Carvalho		217121460	Mestrado
TÍTULO DO TRABALHO			
Na casa e na mesa: Cultura Material e sociabilidade na Bahia do Segundo Reinado (1841-1889).			
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF	
Marina Regis Cavicchioli-UFBA		25323766867	
Sabrina Damasceno Silva-UFRB		09524348730	
Suely Moraes Cerávolo		08233879843	

ATA

Aos três dias do mês de julho do ano de 2019, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por Telma Ferreira de Carvalho, do curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, o professor Marina Regis Cavicchioli, orientador e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra ao autor, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu APROVAÇÃO do aluno. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

CONSIDERA-SE que a mestrandanda cumpriu os requisitos de pesquisa acadêmica em termos de fontes, referências bibliográficas, desenvolvendo bem a argumentação e análise.

O trabalho apresenta contribuições para o campo dos estudos da cultura material para História Cultural refletido igualmente na realização de

SSA, 03/07/2019: Assinatura do aluno:

SSA, 03/07/2019: Assinatura do orientador:

Para a senhora Maria Benedita, minha mãe,
quem me deu a vida e me ensinou a caminhar.

AGRADECIMENTOS

Uma produção acadêmica desta natureza (dissertação de mestrado) resulta de uma rede de circulação de afetos positivos que, direta ou indiretamente, oferecem a sustentação necessária para a produção do conhecimento de forma leve e objetiva. Por isso, os agradecimentos são importantes, pois significam o reconhecimento de que, em qualquer etapa da vida, é impossível caminhar sozinho. Faço-os, aqui, com carinho, cuidado e medo de esquecer nomes importantes que contribuíram para a minha vida e formação acadêmica.

Devo iniciar os meus agradecimentos lembrando o presente que me foi dado por Deus com a oportunidade desta reencarnação e de poder recomeçar a cada dia. Sou grata a Jesus pela oportunidade desta vida. Aos Espíritos amigos, agradeço pelos fluidos revigorantes de incentivo e por me fazerem acreditar que seria possível.

Agradeço aos meus familiares pelo suporte emocional, pelo carinho e pela compreensão. Em especial, quero agradecer à minha querida mãe, Maria Benedita, pela vida e por se alegrar com as minhas conquistas. E por falar em família, não poderia deixar de agradecer ao meu amado companheiro e parceiro de todas as horas, Alessandro Carvalho, meu chão. Igualmente, agradeço às minhas queridas irmãs Nelma de Carvalho e Vilma de Carvalho e à minha sobrinha Valesca de Souza, por me apoiarem, incondicionalmente, mesmo sem compreenderem as minhas ausências. Amo todos vocês! Agradeço à Jô de Carvalho e a Valter de Carvalho, meus queridos sogros, por me acolherem em suas vidas. Agradeço à minha cunhada Ive de Carvalho, pelas conversas agradáveis e por fazer as correções de capítulos desta dissertação. Gratidão!

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História, por ter possibilitado e apoiado a pesquisa, e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por ter me concedido a bolsa de mestrado, que me deu a tranquilidade necessária para o desenvolvimento do trabalho.

À minha orientadora Marina Regis Cavicchioli, com quem tive o privilégio de trabalhar desde a iniciação científica durante a graduação em História (PIBIC). Quem alimentou a minha paixão pelos estudos de cultura material, pela história e me deu confiança e liberdade para pensar. Marina, que você continue plantando e acreditando em solos pedregosos. Gratidão, minha querida Pró!

Agradeço imensamente aos professores do Departamento de História, por contribuírem para a minha formação profissional, pela confiança e abertura do meu horizonte de expectativas positivas. Meu agradecimento especial aos (às) seguintes professores (as): Maria de Fátima N.

Pires, Patrícia Valim, Lina Brandão de Aras, Rodrigo Perez Oliveira, Suely Moraes Cerávol, Laura de Oliveira e George Evergton Sales. Gratidão pelas aulas esclarecedoras, pelo incentivo e por me apresentarem obras que mudaram positivamente o meu pensamento.

Agradeço, com carinho, à Museóloga e Historiadora Simone Trindade, pelas conversas e orientações agradáveis durante a pesquisa no Museu Carlos Costa Pinto (MCCP). À Museóloga Celene Barbosa, pela disponibilidade e gentileza no exercício profissional durante as pesquisas no Museu de Arte da Bahia (MAB). Agradeço (*in memoriam*) à Museóloga e pesquisadora Sylvia Athayde, por me apresentar o seu olhar sobre o acervo do MAB e pelas aulas sobre história social da Bahia. Ao historiador Bruno Lopes, pelo atendimento preciso no arquivo da Academia de Letras da Bahia (LAB). Agradeço a Dilzamar Santos (companheira) por me apresentar preciosas obras de referência e tornar as minhas idas à biblioteca de São Lázaro mais proveitosas e prazerosas. Ao senhor Walter Jorge pela presteza e cortesia durante a primeira fase da pesquisa no Centro de Memória da Bahia (CMB). Profissionais que fazem a diferença no atendimento aos (às) pesquisadores (as) em instituições públicas de Salvador. Muito obrigada!

Somo aos agradecimentos a pesquisadora e artista plástica Liege Galvão, uma amiga querida que conheci nos estágios da vida, alguém em quem eu confio e com quem posso contar para conversar a respeito de qualquer matéria; a quem eu recorro, com confiança, para ler e fazer sugestões e correções aos meus textos.

Durante os semestres de aulas no mestrado, tive a honra de conhecer e de compartilhar saberes com pessoas muito agradáveis. Por essa razão, eu agradeço a toda a turma da pós-graduação de 2017.1 (mestrandos e doutorandos), pela socialização de referências e de fontes e por tornarem as aulas mais produtivas. Agradeço, especialmente, ao doutorando Cleber Santana pelas belas conversas e trocas de obras de referência. À minha amiga Vanessa Dócio, presente divino que a espiritualidade - aproveitando a ocasião do mestrado - me apresentou.

À Daiana Barbosa, à Michelle Farias, a Rafael Dantas e a Eliasafe Silva, amigades que contribuíram para tornar a graduação em História mais divertida; dividimos sonhos, frustrações, conquistas e muito trabalho. Gratidão!

Esta dissertação foi produzida fazendo uso da energia de todos vocês.

Gratidão eterna a todxs!!

CARVALHO, Telma Ferreira de. Na casa e na mesa: cultura material e sociabilidade na Bahia do Segundo Reinado (1841-1889). 232 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

RESUMO

Esta dissertação objetiva analisar, do ponto de vista do estudo da cultura material da Bahia do século XIX, os usos dos elementos de distinção social, material e simbólica, pelas famílias vinculadas à burocracia imperial, para o fortalecimento e manutenção do *status quo* social. Ademais, verificamos como as mudanças nos estilos e nos usos da cultura material em análise possuem relação direta com as práticas de sociabilidade, com as dinâmicas socioculturais e com a mobilização de símbolos de poder e afetos no jogo cotidiano do século XIX. A proposta é situar historicamente os artefatos no seu contexto de produção e usos nas casas das elites da Bahia oitocentista, na tentativa de compreender a razão pela qual sobreviveram aos tempos e o processo de sua singularização nos centros culturais da Cidade do Salvador da Bahia como símbolos associados à representação nacional. Assim, pela especificidade da proposição da pesquisa, elegemos e examinamos objetos acondicionados nos seguintes museus de Salvador: no Museu de Arte da Bahia (MAB), no Museu Carlos Costa Pinto (MCCP) e na Academia de Letras da Bahia (ALB). A leitura da iconografia desta cultura material explicitou possíveis estratégias dos proprietários na materialização da distinção social por meio dos objetos e, portanto, serviu como fio condutor para uma leitura das redes de sociabilidade entre as elites da Bahia do Segundo Reinado (1841-1889), recorte deste estudo. Trata-se de uma análise que articula fontes de natureza distinta, úteis para situar e compreender a historicidade desses artefatos que se encontram descontextualizados nesses centros de memória e, com isso, produzir uma interpretação histórica acerca do sentido dos seus usos nas casas e mesas das elites na sociedade brasileira, à época. Vimos como as casas e as mesas das elites da Bahia oitocentista tiveram um papel importante na orientação pedagógica dos sentidos e na condução de práticas sociais que contribuíram para o fortalecimento da coesão das elites no império brasileiro sob o manto de dom Pedro II.

Palavras-chave: História; Bahia; cultura material; elites; museus; sociabilidade.

CARVALHO, Telma Ferreira de. At house and at the table: material culture and sociability in Bahia of the Second Reign (1841-1889). 232 f. Dissertation (History Master's Degree) – Faculty of Philosophy and Human Sciences, Federal University of Bahia, Salvador, 2019.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the usage of social, material and symbolical distinctiveness elements by families linked to the imperial bureaucracy for strengthening and maintaining the social *status quo* from the point of view of the studies of the material culture of XIX century Bahia. Furthermore, we investigate how the changes in style and usage of the aforementioned material culture are directly related to the practicing of sociability, to the socio-cultural dynamics and to the mobilization of power symbols constructed in the daily game of the period hereby discussed. The purpose here is to locate the artifacts historically into their context of making and usage in the houses of the eight-hundreds Bahia elites, in an attempt to understand the reason for which they endured the times and the process of their singling out in the cultural centers of the city of Salvador in Bahia as symbols associated with national representation. As such, we chose and examined objects kept in the following museums of Salvador: the Art Museum of Bahia (MAB), the Carlos Costa Pinto Museum (MCCP) and the Academy of Letter Arts of Bahia (ALB) for the specificity of the research proposition. The reading of this material culture's iconography disclosed possible strategies of the owners for the materialization of the social distinction through the objects, and, therefore, served as a guideline for a reading on the sociability networks among the elites of the Second Reign (1841-1889) Bahia, this study's frame. It is an analysis that joins sources of different character, useful to locate and understand the historicity of these artifacts that stand out of context in these centers of memory and, out of that, construct a historical interpretation on the meaning of their usage in the houses and tables of the elites in the Brazilian society at the time. We have seen how the houses and tables of the eight-hundreds Bahia performed an important role in the pedagogical orientation of the meanings and the carrying out of the social practices that contributed to the strengthening of the cohesion of the elites in the Brazilian empire under the cloak of Dom Pedro II.

Keywords: History; Bahia; material culture; elites; museums, sociability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pratos brasonados dos serviços do Barão do Rio Branco e do Visconde com grandeza do Rio Branco.....	114
Figura 2 – Recorte de cartão postal com perfis sobrepostos do Visconde com grandeza do Rio Branco e do Barão do Rio Branco.....	116
Figura 3 – Prato raso com monograma do serviço do Visconde com grandeza do Rio Branco.....	118
Figura 4 – Pratos dos serviços do Visconde com grandeza de Jequitinhonha e Visconde de Guaiá.....	123
Figura 5 – Composição com cinco peças de serviços do Conde de Passé.....	131
Figura 6 – Composição com brasão, mesa e cadeira do Conde de Passé.....	133
Figura 7 – Serviço de chá e café do Conde de Passé.....	134
Figura 8 – Composição com quatro pratos dos serviços da Câmara do Rio de Janeiro, do Barão de Paramirim, do Visconde de São Lourenço e do Barão de Cajaíba.....	135
Figura 9 – Vista geral do sobrado e capela do Engenho Freguesia.....	138
Figura 10 – Pianola em pinho escurecido do acervo do MAB.....	139

LISTA DE SIGLAS

ALB – Academia de Letras da Bahia

AHMS – Arquivo Histórico Municipal de Salvador

BN – Biblioteca Nacional

CMB – Centro de Memória da Bahia

FPC – Fundação Pedro Calmon

MAB – Museu de Arte da Bahia

MCCP – Museu Carlos Costa Pinto

MRWP – Museu do Recôncavo Wanderley Pinho

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. O PRETÉRITO TANGÍVEL: CULTURA MATERIAL, ESCRITA DA HISTÓRIA E MUSEUS	23
1.1 Um longo caminho: cultura material e nova história cultural	23
1.2 Um desafio ao ofício do (a) historiador (a): o estudo de cultura material em museus	40
2. A CASA COMO PALCO DE REPRESENTAÇÃO DA VIDA SOCIAL	55
2.1 A cidade do Salvador na segunda metade do século XIX: contexto sociocultural, econômico e político.	55
2.2.1 O perfil das elites da Bahia oitocentista: redes de sociabilidade e solidariedade entre pares.	70
2.2.2. A casa das elites da Bahia oitocentista: teatralização da opulência, negociação sociopolítica e representação do cotidiano.	83
3. O SENTIDO DA POLIDEZ: AUTOREPRESENTAÇÃO E PRODUÇÃO DE DISTINÇÃO SOCIAL.....	101
3.1. Pedagogia dos sentidos: a função dos manuais de etiqueta na formação social das elites da Bahia.	101
3.2. O repertório dos artefatos: materialização da distinção.	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS.....	145
LISTA DE FONTES	152
ANEXO	155

INTRODUÇÃO

Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens (Le Goff, 1992, p. 477).

A motivação para a escolha da temática para esta dissertação ocorreu durante o processo de construção do texto, “Cultura material e relações de poder na Bahia do século XIX: um olhar sobre a louça histórica baiana”, de 2015; um texto monográfico escrito para a conclusão da licenciatura em História sob orientação da Prof^a. Dr^a. Marina Regis Cavicchioli. O objetivo foi possibilitar uma reflexão histórica, a partir da cultura material da Bahia, tendo como recorte a louça de uso doméstico, visando construir uma narrativa acerca dos seus possíveis usos e significados na sociedade baiana do século XIX. As louças estudadas para o trabalho pertenceram a proprietários baianos que compuseram a elite política do sistema burocrático e econômico do Brasil no século XIX. Trata-se, por exemplo, de membros da Guarda Nacional, senhores de Engenho e políticos eleitos para a Assembleia Constituinte de 1823, que participaram ativamente das redes de sociabilidade no Brasil do século XIX e que corroboraram para definir os contornos do país.

Durante o estudo, verificou-se como esse acervo é repleto de símbolos de poder e de prestígio social que, muitas vezes, representam o desejo de marcar um determinado lugar social através da apropriação de signos que foram (re) apropriados e perpetuados na figura dos seus descendentes. Durante o período de estudo, percebemos a possibilidade de ampliar a pesquisa para agregar outros artefatos e fontes em suportes distintos que, em conjunto e com o aporte de fontes escritas, pudessem corroborar para leituras mais precisas sobre a sociedade baiana do século XIX. Assim, a perspectiva da análise desses artefatos obedece ao fato de que a apropriação e usos de elementos iconográficos imbricados nesses objetos refletem, por um lado, uma representação da realidade social e, por outro lado, seus usos explicitam as disputas pelo poder simbólico entre as elites da Bahia e apontam para o silêncio de outras esferas e conflitos sociais.

A decisão por ampliar a pesquisa resultou, portanto, da averiguação da potencialidade dessa cultura material para a construção de discursos sobre as diversas formas de sociabilidade política e cultural no Brasil Império e os debates acerca de questões na conjuntura do fortalecimento da comunidade nacional brasileira. À época¹, notamos que não

¹ Junho de 2015.

havia trabalhos sobre o estudo desses objetos como fonte para tratar de temas da História do Brasil. Apesar de esses artefatos aparecerem citados em textos, a presença dos mesmos na forma de imagens constar em pesquisas diversas e de seus proprietários serem objetos de estudos ou simplesmente lembrados na vasta literatura que trata da história do Brasil oitocentista, poucos trabalhos os perceberam como fontes para a compreensão das relações sociais e das práticas sociopolíticas na formação da sociedade brasileira.

Nessa medida, esta dissertação se articula com o campo da história social da cultura, por tratar das diversas formas de representações e apropriações sociais de elementos simbólicos das elites da Bahia, pelos os ditos “cidadãos” brasileiros, para a aspiração de poder e de prestígio, traduzidos, muitas vezes, em títulos de nobreza e em mobilidade política e social. Portanto, a análise crítica dessa cultura material oferece possibilidades de leituras acerca da materialidade das relações sociais e contribui para um olhar sobre as raízes históricas das transformações político-sociais no Brasil Império.

É pertinente fazer algumas considerações acerca da apropriação do conceito de “cidadania” mencionado neste texto, por se tratar de objeto conceitual em constante disputa no debate historiográfico brasileiro. Antes de qualquer posicionamento, é válido lembrar que esta pesquisa não teve a missão de se debruçar sobre o problema da cidadania no Brasil, tarefa que exigiria um fôlego considerável ou, quem sabe, outra tese. A mobilização da palavra “cidadão” neste texto resulta da fenda aberta por Sebastião Eugênio Ribeiro de Castro (2014), que, analisou a trajetória de Francisco Gomes Brandão (Francisco Gê Acayaba de Montezuma) como fio condutor para compreender como homens estigmatizados por suas origens, buscaram vencer diversos entraves para as posições de reconhecimento e prestígio em um contexto marcado pelo signo da diferença. Em meio à argumentação da sua tese, Castro deixou possibilidades de pensar o uso do termo “cidadão” como mais um recurso de distinção social no século XIX. É no sentido de pensar o apreço das elites pelos elementos de diferenciação, tendo em vista o estudo da cultura material baiana do século XIX, que este texto fará uso do conceito de cidadania.

O debate acerca do conceito de cidadania no Brasil, ainda hoje, é bastante polêmico, em virtude das várias faces que ele pode adquirir de acordo com as conveniências no jogo social². Por conta da elasticidade desse termo, há quem diga que é impossível se propor uma

² Sobre essa mobilização do termo de acordo com as conveniências, José Murilo de Carvalho produziu um artigo intitulado “Brasileiro: Cidadão?”, resultado do livro “Pontos e bordados- escritos de história e política; Editora UFMG, 1998”; vale a pena conferir. Nesse artigo, o autor discorre como esse termo é elástico e é mobilizado de acordo com o jogo de interesse e de como a referência simbólica e material; o carro, o traje, a gestualidade, o

reflexão sobre esse tema no Brasil do século XIX. Entretanto, esse debate estava posto, ainda que, de forma embrionária, no Projeto da Constituinte de 1823. Um cenário onde se começou a forjar as tramas e urdiduras do tecido sócio-político brasileiro. Um tempo, portanto, de pensar o território brasileiro e identificar quem seriam os brasileiros e os cidadãos brasileiros desse lugar. Essa pauta aparece no discurso do deputado Nicolau de Campos Vergueiro (deputado pela Província de São Paulo) que, a propósito do artigo 5^a “*Dos membros da sociedade do Império do Brasil*”, sugere a substituição da palavra “membros” pela palavra “cidadão”; causa, com isso, uma comoção entre os deputados presentes, sobretudo após este conseguir o apoio do polêmico deputado pela Província da Bahia, Francisco Gê Acayaba de Montezuma que, ao defender o posicionamento de Vergueiro, endossa a necessidade da distinção entre a “qualidade dos cidadãos”³.

O deputado pela Bahia enfatizava a necessidade de distinção entre os cidadãos ativos (brancos) e passivos (negros forros), e excluía aqueles que não se enquadravam nesses grupos, como era o caso dos indígenas. Apesar de identificar esse debate acerca da cidadania na Constituinte de 1823, é válido sinalizar que se tratava de uma concepção limitada de cidadania⁴. A pauta acerca do uso do termo cidadania foi tratada como uma questão de ordem pelos deputados. O Deputado Silva Lisboa também teve o cuidado de lembrar que “ter a qualidade de cidadão brasileiro é, sim, ter uma denominação honorífica”, mas cuidou em reforçar a diferenciação⁵. Os conflitos verificados na Assembleia de 1823 exteriorizam o medo de alterar a ordem das coisas ao pensar em direitos políticos em uma sociedade escravista e desigual “de alto a baixo” e com uma desigualdade social notável⁶.

O desejo de manutenção do *status quo*, expresso nas falas de Montezuma e seus pares, fez com que eles tivessem o zelo de enfatizar as diferenças; garantir a alguns cidadãos um maior número de prerrogativas do que a outros e, conforme os interesses, somar para si mais esse signo de distinção social e assegurar a sua posição no seio da “Sociedade Brasília” em

jeito de falar, de comer, a moradia e a cor da pele contribuem para a definição da “qualidade do cidadão” no Brasil.

³ Brasil. Anais do Parlamento Brasileiro. Assembleia Constituinte (1823). Rio de Janeiro, 1876; Tomo V. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/8570>. Acesso em: 11 abr. 2018 (ACC, v. p.186). Ver também: RODRIGUES, José Honório. A assembleia constituinte de 1823. Petrópolis, RJ: Vozes, 1974. p.122-137.

⁴ O ideal Ocidental de uma cidadania plena, que combine liberdade e igualdade de direitos (civis, políticos e sociais) para todos, apesar de mover muitos países do Ocidente, não se configura em realidade prática para o caso do Brasil. Ver: CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 22^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

⁵ Brasil. Anais do Parlamento Brasileiro. *op. cit.*, p. 205.

⁶ Sobre o apreço das elites brasileiras por linguagens de exibição da hierarquia social através dos sentidos, ver: LARA, Sílvia Hunold. Diferentes e desiguais. In: Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa. Companhia das Letras, 2007.

disputa⁷. Verifica-se, com isso, que a noção de cidadania no contexto do Antigo Regime na América Portuguesa estava diretamente associada à prática do exercício do poder. Isso significa dizer que os cidadãos eram aqueles que ocupavam os cargos da governança, eram os senhores distintos do Império. A cultura material analisada nesta dissertação resulta desse cenário, em que as elites buscavam desenhar os contornos do Brasil e seu posicionamento nele. Para tanto, as estratégias foram mobilizadas para garantir o fortalecimento das redes de sociabilidade que passavam, inclusive, pelas formas de associar a imagem de si aos feitos do Império e forjar, para si e para os seus, elementos de diferenciação que se estendiam desde o uso de termos de tratamento a determinados trajes e objetos de uso doméstico.

Essas considerações acerca do posicionamento dos constituintes são relevantes à proposta da “operação historiográfica”⁸ feita nesta pesquisa, em virtude de se tratar de fontes materiais que apresentam características específicas desse contexto. Além disso, são artefatos musealizados que pertencem a coleções originárias de colecionadores, em grande parte, descendentes dessas elites e estão acondicionados em centros culturais distintos da cidade do Salvador. São objetos que devem ser lidos em simbiose com o contexto social do Brasil do século XIX, na medida em que pertenceram aos “notáveis do Império” e, portanto, sinalizam, de saída, um chão social muito particular.

Dito isso, é tempo de tratar do objeto da pesquisa e do seu marco temporal. Analisamos, neste texto, como as elites da Bahia, sobretudo da Cidade do Salvador e do Recôncavo baiano, mobilizaram a cultura material e os diversos signos de poder associados a eles, para criarem uma autorepresentação no cenário político-social do Segundo Reinado, visando sua inserção como cidadãos distintos do Império. Buscou-se, além disso, averiguar como os hábitos e práticas de sociabilidades dessas elites funcionaram como dispositivos para o fortalecimento e ampliação dos domínios das redes familiares para a manutenção do *status quo social*.

O recorte relativamente longo desse estudo, de 1841-1889, deve-se à especificidade da cultura material disponível e se justifica pelo seu contexto de produção, aquisição, usos e ressignificações dos seus repertórios, que se estenderam para além dos limites do Império. São artefatos que, estudados de forma contextualizada, apresentam elementos simbólicos representativos da vida político-social no Brasil Império, e sua historicidade fornece pistas

⁷ O Visconde de Jequitinhonha foi um jurista e político “de cor” que silenciou com relação ao escravismo, prática legal à época, inclusive tudo indica que boa parte da riqueza atribuída a seu pai, Manoel Gomes Brandão, que garantiu a sua inserção e permanência na “ilha de letrados”, resultou do tráfico de “almas” do continente africano.

⁸ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: A Escrita da História. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982, p.65-119.

para enriquecer os debates acerca das práticas de sociabilidade e mobilidade social no Brasil oitocentista. Trata-se de uma análise que, ao dispor de objetos que pertenceram a famílias originárias da Bahia, mas com projeção nacional, vinculadas, em grande parte, à corte carioca, permitiu estender a compreensão dessa materialidade para além de Salvador. A materialidade analisada dialoga com o perfil dos artefatos utilizados por elites de outras regiões do Brasil do século XIX, o que sugere uma conexão com a realidade nacional. E aqui é pertinente lembrar o importante papel da “sociedade de corte” sediada no Rio de Janeiro como um centro cultural e político difusor de símbolos do império para a orientação de representações culturais nas províncias. De modo que este estudo, apesar de priorizar a sociedade baiana, não se limitou a um olhar restrito à cidade da Bahia. Portanto, é possível afirmar que esses artefatos musealizados em Salvador contribuem para pensar a configuração sociocultural e política da sociedade brasileira oitocentista.

Para a problematização desta dissertação, alguns conceitos foram fundamentais: os conceitos de práticas/*habitus*, representação, sociabilidade e elites foram indispensáveis a este estudo. Para pensar a operacionalidade desses conceitos para esta dissertação, elegemos alguns teóricos que contribuíram para o estudo da história cultural. Pierre Bourdieu (1983) é um desses pesquisadores que traz elementos significativos aos estudos culturais e é relevante para este estudo, para uma (re) leitura do conceito de “*habitus*”. Tal conceito também é trabalhado por Norbert Elias (2001) e esta presente na sua teoria da “prática”, conforme verificado nesta dissertação.

Os conceitos de “práticas” e “representações” utilizados nesta pesquisa seguem a leitura de Roger Chartier (1990) que, ao estudar as práticas de leitura no Antigo Regime francês entre os séculos XVII e XVIII, busca compreender como a circulação do escrito impresso modificou as formas de sociabilidade e transformou a relação com o poder. Portanto, ao trabalhar com o conceito de “práticas”, ele está se referindo ao que se pode chamar de “performance”, e o que ele nomeia por “representação” diz respeito ao sentido que os sujeitos atribuem às suas práticas. Ao fazer uma leitura da construção de sentidos possibilitada a partir do contato com o texto impresso e/ou oralizado, como processos historicamente determinados, na medida em que os modelos variam de acordo com o tempo, Roger Chartier contribui para pensar as questões desta pesquisa, ao considerar que as formas materiais e a gestualidade produzem sentido; sentidos esses que acompanham e moldam a dinâmica social. Nesses termos, ao tratar das práticas e representações, o historiador explora, ao mesmo tempo, uma dimensão da materialidade das ações humanas que são reguladas pela lógica prática da vida e pelo sentido conferido a essas práticas no contexto social.

A propósito do conceito de sociabilidade, Jean-François Sirinelli (2003), em ensaio sobre os intelectuais, apresenta algumas possibilidades de interpretações desse termo. De acordo com ele, “[...] a palavra sociabilidade reveste-se, portanto, de uma dupla acepção, ao mesmo tempo “redes” que estruturam e “microclima” que caracteriza um microcosmo intelectual particular” (SIRINELLI, 2003, p. 252). O Segundo Reinado foi um tempo promissor para a ampliação e estreitamento dos laços de unidade entre famílias que formavam as elites. Esses laços que uniram os componentes das elites no Brasil, no segundo império, funcionaram como estratégia para fortalecimento de ideologias político-sociais e para a ampliação das redes de sociabilidade e de dependência que conformariam a face da sociedade brasileira.

Ainda no que se refere ao conceito de apropriação, Roger Chartier propõe o seu uso no sentido de que tal conceito tem por objetivo “uma história social das interpretações remetidas para as suas determinações fundamentais [...] e inscritas nas práticas específicas que as produzem” (CHARTIER, 1990, p. 26). Seguindo a sua ótica, o estudo da história cultural possibilita uma reflexão sobre as relações entre o social que existe, concreto, e as representações que supõe refletir o real ou mesmo afastar-se dele.

Por fim, o uso do conceito “elites”, no plural, que iluminou a construção da problematização desta dissertação, é fundamental para o entendimento do contexto sociocultural do Segundo Reinado brasileiro e traduz claramente o perfil dos proprietários e dos artefatos analisados na pesquisa. Trata-se de uma abordagem que se aproxima da formulação de António M. Hespanha (2017), em que o autor, orientado pela leitura de Michel Foucault a propósito da importância do alargamento do conceito de poder para a análise política de modo a abarcar as suas múltiplas formas e seus mecanismos, afirma que essa ampliação também serve para o campo das elites. Portanto, a leitura de Hespanha faz uso da tese da “microfísica do poder” elaborada por Foucault para pensar a diversificação dos grupos de elites que penetra, seguindo o raciocínio do autor, todos os “nichos do tecido social”⁹. Além disso, lembra que quando o poder se capilariza na sociedade, as manifestações, a legitimidade para mandar e a disponibilidade para obedecer são modificadas; modificações que passam, inclusive, pela mobilização dos afetos. O autor elabora a sua tese atando o estudo da história das elites com a nova história do (micro) poder. E conclui afirmando que “[...] em algum sentido, todos somos elites; porque todos temos algum grupo que nos reconhece, para o

⁹ A elaboração de Foucault acerca da “microfísica do poder” foi desenvolvida na obra: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 15. ed. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1993.

bem ou para o mal, como detentores de alguma legitimidade para dirigir, em alguns dos infindáveis planos da inter-relação social” (HESPANHA, 2017, p. 44).

José Murilo de Carvalho, na obra “A construção da ordem: a elite política imperial”, de 2014, apresenta contribuições importantes para a ampliação dos debates sobre as elites brasileiras do Segundo Reinado e para a proposta desta dissertação. De modo que não se trata apenas de definir, o termo elite, como aqueles que ocupam posições formais de comando do Estado - o que não seria uma inverdade-, mas essa definição responde apenas a uma face da elite política. Contudo, Carvalho problematiza esse debate sinalizando as instituições diversas que constituem as elites do Império. Dentre esses grupos, o autor destaca as associações de classes, a imprensa e os grupos da burocracia do Estado (presidentes de província, senadores, conselheiros de estado, deputados). São setores que, de certa forma, atuaram na formação do Estado nacional brasileiro e/ou contribuíram para o controle de grupos sociais. Portanto, o autor trabalha em termos de elite política nacional e local (o caso dos fazendeiros que não atuavam diretamente nos quadros burocráticos do império) e mesmo em termos de “contra-elite”. Esse último assinala a fragmentação da elite no final do regime monárquico; os mesmos grupos que no pós-independência se apresentavam homogêneos e coesos. Essa compreensão é mais próxima da leitura tradicional dos estudos das elites políticas, entretanto, não se afasta por completo da leitura de António Hespanha (2017), pois apresenta uma diversificação dos grupos que compõem as elites que possuíram algum protagonismo no Segundo Reinado brasileiro. São elaborações teóricas que nos ajudaram a pensar a configuração diferenciada dos grupos sociais no Brasil da segunda metade do século XIX.

A proposta aqui foi estudar a cultura material da sociedade do Antigo Regime brasileiro, tendo em conta as ambivalências das relações sociais. Não tivemos a pretensão de fazer apologia ao chamado “elitismo”¹⁰, mas explicitar, em virtude da natureza das fontes, como o conceito no plural nos ajuda a ampliar a compreensão da complexidade da configuração social baiana em estudo. Uma sociedade em que o “dar-se-a-aparecer”, conforme verificamos na obra de Mattoso (1998), nos discursos dos deputados na Assembleia Constituinte de 1823 e na cultura material analisada, através da mobilização de signos de diferenciação social, vale mais que a riqueza monetária propriamente dita.

¹⁰ Corrente de pensamento nascida dentro da ideologia burguesa, na segunda metade do século XIX, sob a liderança de Vilfredo Pareto (1840-1923) e de Gaetano Mosca (1858-1941), que, em oposição ao marxismo, propuseram a eliminação do sistema de classes e que toda sociedade seria sempre governada por uma ou mais elites. Um dos fundamentos principais da teoria elitista é de que o poder gera o poder, e que, no que diz respeito à política, as massas são apáticas submissas e dóceis (NKRUMAH, 1977, p. 34).

No que se refere às fontes materiais, é válido reforçar que as fontes centrais deste estudo são artefatos que pertenceram a coleções privadas e se encontram em instituições públicas. As coleções, ainda que pessoais, possuem uma carga pública na medida em que elas só fazem sentido como suporte de interação social. Sobre o que ocorre com objetos e coleções deslocados do campo pessoal para o público, Ulpiano Bezerra de Meneses (1998) sinaliza que, mais que representações de trajetórias pessoais, os objetos funcionam como vetores de construção da subjetividade e, para seu entendimento, impõe-se a necessidade de se levar em conta seu contexto performático (MENESES, 2008, p. 96). Os estudos de coleções museológicas devem considerar as subjetividades que envolvem o acervo e, por vezes, as formas de autorepresentação dos grupos sociais explicitados nas exposições museográficas. Apesar dessa constatação, o foco deste texto não é discorrer sobre a problemática das coleções e linguagens subjetivas que as envolvem no circuito expositivo e outros processos curatoriais nas instituições que os conservam. A intenção é situar historicamente os artefatos para compreender, a partir das leituras das suas transformações e ressignificações no tempo, a dinâmica da sociedade baiana oitocentista, seus valores que passam por observar a efetividade dos elementos de distinção social.

Para uma melhor compreensão das questões propostas, a dissertação será dividida em três capítulos mais um *corpus* documental (v.2) que apresentará uma compilação do conjunto dos objetos analisados na pesquisa, os quais serão identificados em fichas individuais.

No primeiro capítulo, revisitamos e analisamos algumas noções e conceitos necessários à compreensão da problematização teórico-metodológica da presente dissertação. Não tivemos a pretensão de esgotar as possibilidades de alcance dos conceitos, mas situá-los em seu tempo histórico que oportunizou a sua concepção e desenvolvimento. Mencionamos a importância de algumas transformações das abordagens científicas entre os meados do século XIX e início do século XX para a criação de condições apropriadas ao aparecimento da noção “cultura material”. Foi verificado o longo caminhar da noção até a sua fase de amadurecimento que resultou, sobretudo, dos movimentos que repensaram as suas práticas políticas e sua concepção sobre o homem em relação ao espaço e ao ambiente.

Verificamos como a formação do grupo conhecido como “*Annales*”, fundado por Marc Bloch e Lucien Febvre, em 1929, expandiu de forma progressiva o domínio do historiador ocidental e o abriu à cultura material. Além disto, como esse cenário contribuiu para o desenvolvimento das ciências humanas em geral e, de maneira especial, da arqueologia e da história, um caminho reto ao avanço da noção “cultura material” que ampliou o campo da pesquisa histórica ao contemplar novas fontes e objetos (Bucaille e Pesez, 1989).

No segundo tópico do mesmo capítulo, “Um desafio ao ofício do (a) historiador (a): o estudo de cultura material em museus”, o foco foi tratar do estudo de artefatos musealizados como fontes históricas para a produção historiográfica brasileira. Além disso, cuidamos de localizar os artefatos nos museus da Cidade do Salvador da Bahia, lugar de poder onde eles estão acondicionados, expostos, e dados à leitura pelo público. É importante precisar, além disso, que analisar a narrativa da curadoria dos museus que preservam os objetos analisados não foi o objetivo desse estudo; o que implicaria na construção e análises dos discursos visuais e sensoriais dos artefatos em seus circuitos de exposição, tarefa que excederia o nosso propósito e exigiria um diálogo mais estreito com outras áreas do saber, especialmente com o campo da Museologia; um campo de estudo que necessita de uma abordagem teórica multidisciplinar para contemplar uma leitura da relação homem-objeto, num processo de comunicação sensorial, mediada pela memória coletiva¹¹. Embora os debates sobre patrimônio cultural sejam relevantes ao estudo da cultura material, o nosso recorte temporal e os objetivos específicos desta dissertação nos limitaram a analisar os artefatos em estudo como documentos históricos para pensar o Segundo Reinado brasileiro (1841-1889). Entretanto, em virtude da natureza das fontes analisadas (acervo museológico), faremos algumas considerações, com algum cuidado, a propósito dos debates sobre patrimônio cultural no Brasil¹².

O debate sobre patrimônio enquanto bem cultural coletivo, material e imaterial, não estava posto no Brasil no período em estudo. É uma discussão que emerge no contexto brasileiro na primeira metade do século XX no processo de reconstrução da nacionalidade. Essa constatação não desconsidera a mobilização do poder público no processo de musealização de artefatos e seus usos para reforçar ideologias nacionalistas de grandes potências antes mesmo do século XX. Sabemos da importância do papel dos museus para esse fim, especificamente a partir do século XVIII e XIX, no contexto internacional e, mesmo, no Brasil. Para o caso do Brasil, o Museu Nacional do Rio de Janeiro é um exemplo, onde a construção da narrativa via materialidade serviu tanto como prova material a serviço do discurso oficial para formação de

¹¹ Para uma apreciação dos debates sobre os caminhos seguidos por alguns profissionais de museus na elaboração de uma teoria museológica que afirmasse a Museologia como área do conhecimento interdisciplinar, verificar: CERÁVOLO, Suely Moraes. Delineamentos para uma teoria da Museologia. Anais do Museu Paulista. São Paulo: N. Sér. v.12. p. 237-268. jan./dez. 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br> > Acesso em: 26 mar. 2019.

¹² A noção de patrimônio deriva do direito romano, trata-se de um conjunto de bens oriundos de família transmitidos de uma geração à outra. Patrimônio cultural é um bem público inalienável, resultado de um processo consciente de seleção, inscreve-se entre a história e a memória e evoca um conjunto de valores que dependem da dimensão sensível das identidades pessoais e coletivas (ICOM, 2010, p. 66-69). Ver: International Council of Museums (ICOM), *Conceptos Claves de Museología*. Paris, Armand Colin, 2010.

identidade nacional, como para reforçar ideologia imperial das grandes potências, empenhadas em conquistas coloniais (FUNARI, 2015, p. 86).

A legislação do patrimônio cultural no Brasil é da década de 1930, quando o país passou por um processo de integração nacional, com o aprofundamento da construção da “brasilidade” (OLIVEN, 2002, p. 80). Essa legislação resulta de um cenário de disputas entre as elites intelectuais vinculadas ao movimento modernista e conservador, ou “verde-amarelistas”, conforme eram conhecidos, que, embora com perfis ideológicos distintos, compactuavam com a necessidade da construção de uma nova brasilidade. É nesse contexto que modernistas e conservadores procuraram usar a rede institucional do Estado para promover suas políticas públicas, onde se pode compreender a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural (SPHAN), em 1937 (SANTOS, 2009, p. 118). Não é nosso objetivo detalhar esse processo de disputas em torno da gestão do patrimônio artístico e cultural brasileiro. Contudo, é válido frisar que a movimentação em torno das diretrizes para a formação de uma agência federal voltada para a preservação da herança artística e histórica do país adquiriu contornos marcantes durante os governos de Getúlio Vargas.

Na política cultural do Estado Novo o que predominou foi a construção mítica de um estado forte em formação; recorrendo, inclusive, a símbolos materiais e imateriais do Império. No tocante a essa questão, Myrian Sepúlveda dos Santos no artigo “Museu Imperial: a construção do Império pela República”, de 2009, lembra como a Criação do Museu Imperial (1940) e, antes dele, do Museu Histórico Nacional (1922), serviram, através dos usos dos símbolos do Império representados pelos artefatos da Família Real e das elites vinculadas ao imperador, para compor o traçado da nação brasileira durante o regime de Getúlio Vargas. Apesar da especificidade das instituições mencionadas, com museografias e missões distintas, contribuíram para a formação do “novo caráter nacional”, privilegiaram o culto ao Império e a nobreza, valorizando uma tradição de continuísmo com o passado (SANTOS, 2009, p. 122). Uma expografia que deixou para o segundo plano as raízes populares da formação do Brasil, desconsiderando um aspecto importante dos objetivos do projeto dos modernistas. Essa observação diz muito sobre o perfil predominante dos acervos preservados nos centros culturais vinculados ao Estado brasileiro e nos ajuda a compreender as especificidades dos objetos preservados nos museus da Cidade do Salvador da Bahia analisados nesta dissertação.

O segundo capítulo constituiu-se de um apanhado do contexto histórico e sociocultural da Cidade do Salvador na segunda metade do século XIX para situar os objetos e compreendê-los enquanto produtos do contexto social e cultural em que estavam inseridos. Além disso, foi necessário analisar o perfil das elites tendo em vista as estratégias de

manutenção do patrimônio material, por meio do matrimônio, e a ampliação das redes de sociabilidade e solidariedade revigoradas por essas estratégias entre as famílias das elites da Cidade do Salvador e do Recôncavo baiano. A intenção foi fazer uma leitura dessas redes tendo em conta um quadro mais geral da sociedade brasileira. Ademais, em virtude da especificidade dos artefatos em estudo, objetos de uso cotidiano, se tornou indispensável um apanhado sobre o perfil das moradias em algumas zonas rural e urbana da Bahia oitocentista para acessar, de alguma maneira, a dinâmica dos artefatos no interior das casas no que se refere à exibição da opulência ostentatória e da representação da vida social e cotidiana. Buscou-se fazer uma interlocução com autores brasileiros do século XX que perceberam aspectos importantes relacionados à cultura material no contexto social oitocentista e, portanto, contribuíram com as correntes de pensamento posteriores que se dedicaram ao estudo da cultura material como fonte para a pesquisa histórica no Brasil. Entretanto, em virtude da proposta da pesquisa, foi dada maior atenção a autores que têm pensado a vida social nos espaços públicos da casa brasileira, como a sala de jantar, de receber e os salões para festas.

Para o terceiro capítulo, o objetivo foi verificar, a partir da conexão entre a iconografia das fontes materiais musealizadas com as fontes escritas, como as elites da Bahia oitocentista mobilizaram a cultura material e os diversos signos de poder associados à sua imagem, para criarem uma autorepresentação, no cenário político-social do Segundo Reinado, visando sua inserção como distintos do Império.

Esta dissertação se insere no contexto da historiografia contemporânea que estuda a cultura material em relação com a sociedade que a produziu e a ressignificou no tempo. São perspectivas de análises que pensam os artefatos como resultados de produções de grupos sociais e culturais distintos, mas que apesar de serem inventados e usufruídos por pessoas, possuem o potencial de produzir efeitos sobre elas e, portanto, moldam os sujeitos a partir do processo de interação social¹³. Assim, a mobilização do termo cultura material para o estudo dos objetos dessa pesquisa não se encerra na especificidade das fontes musealizadas, mas tem também em vista a sua dimensão sociocultural. Para esse propósito, foi indispensável o cruzamento de fontes em suportes distintos. Portanto, no terceiro capítulo, apesar de ter dado peso à análise dos objetos materiais, na forma de fotografias, outras fontes foram utilizadas por nos ajudarem na problematização do seu contexto de uso: são os manuais de etiqueta,

¹³ MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Prefácio. In: CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e Artefato; o Sistema Doméstico na Perspectiva da Cultura Material- São Paulo, 1870-1920*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, p.12.

úteis para a compreensão da internalização dos códigos de civilidade e da valorização da distinção social em sociedades de Antigo Regime.

A literatura de viagem de estrangeiros que passaram pela Bahia no período em estudo e descreveram a composição das relações sociais e dos ambientes públicos e privados de Salvador, também foi fundamental para a compreensão dos usos dos artefatos nas casas e nas mesas das elites da Bahia oitocentista. Além disso, a análise da bibliografia especializada produzida por especialistas da área da Museologia, vinculados às instituições culturais que mantêm a guarda dos objetos musealizados, foi relevante, pois forneceu dados técnicos sobre a materialidade e historicidade de alguns artefatos e contribuíram para a compreensão da valorização dos signos de distinção presentes nos mesmos.

Produzimos um “*Corpus documental*” (v.2) com a apresentação do conjunto das fichas trabalhadas na construção da presente dissertação. O *corpus* é composto por 70 fichas; uma espécie de livro de inventário da pesquisa com análises individuais de cada imagem do artefato e observações que não foram exploradas diretamente no texto escrito, mas que são úteis para a compreensão do objeto da pesquisa.

Por último, tecemos as considerações finais sintetizando o objeto de estudo da pesquisa e buscando conectar o tema da dissertação com debates da historiografia recente que versam sobre o estudo da materialidade do passado e práticas socioculturais que nos ajudam a compreender o sentido da preservação desses artefatos na sociedade brasileira.

1. O PRETÉRITO TANGÍVEL: CULTURA MATERIAL, ESCRITA DA HISTÓRIA E MUSEUS

1.1 Um longo caminho: cultura material e nova história cultural

O termo “cultura material” aparece, com frequência, diluído em textos das ciências humanas e em pesquisas históricas como se se tratasse de uma expressão antiga, autoevidente e, por isso mesmo, não mais necessita de definição. Possivelmente, essa noção resulta da longa historicidade do termo; pois a ideia de cultura material nasce de um debate gestado no contexto europeu por volta dos meados do século XIX, em meio às transformações epistemológicas e políticas no campo científico que forneceram as condições necessárias à adoção paulatina de novos métodos, nos quais foi possível considerar o recurso ao concreto, ao tangível, ao material, na produção do conhecimento científico. Todavia, consideramos relevante esse debate em virtude da especificidade da pesquisa e por notarmos que seria uma forma de revigorar o interesse pelos estudos de cultura material para pensar a história do Brasil e, especificamente, da Bahia.

Assim sendo, um trabalho importante para situar o delineamento do campo foi o texto de Bucaille, R. e Pesez, J., *Cultura Material*, de 1989, pois apresenta uma análise e definição clara da noção “cultura material” e detalha sobre a dimensão do campo do estudo. É um texto datado, sem dúvida, mas ainda é referência ímpar para os estudos de cultura material na medida em que, além de localizar historicamente a trajetória da construção do conceito, fornece um panorama detalhado do objeto e do desenvolvimento do campo. De acordo com Bucaille e Pesez (1989), a ideia de cultura material apareceu de forma gradual na Europa por volta de 1850, onde correntes de pensamentos elaboraram trabalhos que romperam com um modelo científico que priorizava o imobilismo doutrinal e a exaltação do absoluto preservado pelo conhecimento tradicional para uma prática voltada ao empirismo: as experimentações, confrontos, provas onde se destacavam os objetos materiais, fatos concretos e a contingência de todo o objeto da ciência (BUCAILLE e PESEZ, 1989, p. 13).

A propósito da atmosfera intelectual que possibilitou o desenvolvimento do avanço científico, os autores destacam, entre outras referências, a contribuição da paleontologia, com o evolucionismo biológico, através da obra de Charles Darwin, *A origem das espécies* (1859); uma obra que forneceu um novo olhar sobre o passado mais remoto da origem dos homens, a partir de remanescentes materiais dos antigos seres humanos sem recorrer à religião. Essa produção contribuiu para a dinâmica das práticas científicas e forneceu aporte teórico para

uma leitura da história com base na evolução das sociedades considerando o seu aspecto tangível.

O interesse acadêmico pela cultura material resulta desse cenário onde nasce a arqueologia pré-histórica e a antropologia cultural que contribuem para a difusão do interesse pelos objetos da antiguidade. É pertinente lembrar que o nascimento dessas disciplinas, no século XIX, no contexto do avanço do imperialismo colonial no qual os impérios buscavam conhecer os territórios e as culturas sob o seu domínio, serviu para o fornecimento de provas materiais para o conhecimento de sociedades consideradas *primitivas*.

Na tentativa da definição do campo, Bucaille e Pesez (1989) identificaram quatro características da cultura material. As duas primeiras são relacionadas ao primeiro termo, “cultura”, de influência da antropologia social e cultural; sua proximidade com a dimensão do coletivo, do repetitivo e/ou cotidiano, relevantes à cultura em oposição ao acontecimento. Os demais são relativos ao segundo termo, “material”: onde a materialidade define seu sentido epistemológico e são os objetos concretos que explicam os fenômenos (BUCAILLE e PESEZ, 1989, p. 24). Ao destacarem as duas últimas características da noção de cultura material colocam no plano secundário as manifestações culturais de natureza imaterial e/ou simbólica que muitos artefatos apresentam e, portanto, devem ser compreendidos na sua totalidade considerando as subjetividades dos sujeitos e das suas culturas.

Em outro trabalho, Jean-Marie Pesez (1989) lembra que, durante algum tempo, “a cultura material era relegada à prateleira das curiosidades do bazar histórico: era abandonada aos eruditos de província e aos amadores sem ambição. Não obstante, ela caminhava nesses andares de baixo da ciência” (PESEZ, 1998, p. 182). Uma referência clara aos gabinetes de curiosidades, um saber próprio dos renascentistas que perdurou até os séculos XVIII e XIX e que possui vinculação com a sistematização de coleções em ambientes específicos. Os “gabinetes de curiosidades foram os primeiros ambientes especificamente criados para receber as coleções, extremamente diversificadas, fruto da curiosidade sobre o mundo, típica do homem renascentista” (SOUZA, 2009, p. 3). Assim, a concepção moderna de museu é vinculada aos Gabinetes de Curiosidades, na medida em que eles foram responsáveis pela sistematização, pelos estudos e pela exposição de coleções.

É válido mencionar que a prática de colecionar artefatos existe desde a Antiguidade e os usos dessa cultura material mudaram de acordo com a dinâmica dos hábitos e os valores das sociedades. De acordo com Krzysztof Pomian (1984), os objetos têm a função de assegurar a comunicação entre o mundo visível e invisível se forem expostos ao olhar do outro e, com isso, “se tornam intermediários entre aqueles que os olham e o mundo que representam”

(POMIAN, 1984, p. 66). Portanto, como reforça o mesmo autor, a “coleção” é uma instituição universalmente difundida em virtude do caráter oficial da oposição entre o visível e o invisível por intermédio dos objetos¹⁴.

Como se pode notar, a história dos estudos de cultura material possui um ponto de conexão com a história do colecionismo, que foi importante para o desenvolvimento dos estudos técnicos de cultura material. O interesse pelos vestígios materiais do passado, como se verificou, é antigo e possui especificidades de acordo com as pretensões dos mais variados grupos sociais. Depende, inclusive, dos seus modos de vida, sua capacidade de produção e acumulação de artefatos e, ainda, da importância que se atribui na relação com o simbólico. Assim, a busca sistemática pela materialidade do passado por autoridades vinculadas ao meio acadêmico é verificada com os renascentistas e desenvolvida posteriormente (na Era das Luzes e no século XIX), quando muitos países, no processo de afirmação da nacionalidade, investiram em pesquisas arqueológicas e etnográficas objetivando justificar as suas práticas políticas e legitimar o domínio de territórios e culturas.

O século XIX testemunhou um grande investimento dos estudos em pesquisas arqueológicas e antropológicas, na busca de vestígios materiais da pré-história para fins político-ideológicos, e forneceu ao século XX recortes teóricos justificados por meio da materialidade, para inventar uma linha evolutiva dos seus antepassados para fins de dominação política e cultural (DANIEL, 1964, p. 113-118). É esse o terreno espinhoso onde se desenvolvem as condições sociológicas e científicas necessárias ao surgimento da expressão “cultura material” e o posterior desenvolvimento de práticas acadêmicas do campo.

Assim, o fortalecimento do interesse pelo tangível como veículo de explicação teórica das sociedades ocorreu após um longo caminho de maturação epistemológica e disputas no plano político e da renovação científica entre correntes de pensamentos que se delinearam a partir do final do século XIX.

Jean-Marie Pesez (1998) situa o surgimento da expressão “cultura material”, oficialmente, em berço socialista, em 1919, quando, segundo diz, Lênin institui por decreto a Academia de História da Cultura Material da União Soviética, o qual fala de “história da cultura material”. Isso significa dizer que, a partir desse documento, a cultura material passará a ser objeto da história. Com essa “certidão de nascimento”, conforme denominado por Pesez (1998), a noção de cultura material emerge nas ciências humanas, de maneira geral e estreita o

¹⁴O autor define o “invisível” como algo que se situa fora de qualquer fluxo temporal. “[...], é o que não se pode atingir, que não se pode dominar com os meios que normalmente se utilizam na esfera do visível”. (POMIAN, 1984, p. 66-67).

seu compromisso com o campo da história. Não se deve menosprezar o seu aparecimento num país socialista, sua vinculação com o materialismo histórico, com os marxistas, e sua relação privilegiada com a história e mais diretamente com a arqueologia pré-histórica. Ainda seguindo a elaboração de Pesez (1998, p. 202), a nova Academia do regime czarista designou o método arqueológico como a melhor via de acesso à história da cultura material, praticado nos institutos da União Soviética e da Polônia. Como vimos, é um tempo em que as nações em formação incentivam o desenvolvimento das arqueologias voltadas para o estudo dos primórdios das nacionalidades ocidentais para, a partir dos usos do passado por meio da materialidade, justificar e legitimar determinadas posições políticas e ideológicas.

De maneira que é relevante considerar a face política da arqueologia, como muito bem lembrou Pedro Paulo Funari em “Arqueologia” (2001), em que enfatiza que a vinculação da arqueologia com a política é sempre mediatizada. Defende, ainda, que “não se trata apenas de justificar certas relações de poder, ou de fortalecer certas ideologias, mas de legitimá-las pela presença de testemunhos materiais que dêem sustentação científica a essas pretensões” (FUNARI, 2001, p. 101). Nessa medida, esse campo tem por ofício a escavação da materialidade de sociedades do passado e assume um papel importante no fornecimento de testemunhos materiais e dá subsídios para legitimar cientificamente ideologias com mediação da ação do Estado. Como se pode notar, a gênese dos estudos científicos da cultura material é inicialmente do domínio do arqueólogo, mais que dos historiadores modernos, apesar de ter relação umbilical com todas as ciências humanas, e produto da “redistribuição geral da episteme” no século XIX e início do XX.

A vinculação dos estudos de cultura material com as ideias socialistas feitas por Bucaille e Pesez (1989) e, mais tarde, sua elevação enquanto abordagem científica pelos historiadores marxistas, nos ajuda a compreender o porquê, por muito tempo, esse campo permaneceu vinculado à leitura econômica, desconsiderando os seus aspectos simbólicos essenciais à compreensão do todo social. Um quadro que é alterado com o desenvolvimento da historiografia francesa do século XX, da qual emerge o grupo *Annales* (1929) que, influenciado pelas ciências sociais, ampliou o campo de pesquisa dos historiadores e permitiu a renovação metodológica da escrita da história.

Os historiadores da escola dos *Annales*, liderados inicialmente por Lucien Febvre e Marc Bloch, acolheram as críticas dos cientistas sociais que, orientados por um tempo desacelerado e com ênfase na simultaneidade, questionavam a narrativa tradicional da história, e incluíram, na sua representação do tempo, a permanência e a simultaneidade. Essa aproximação dos historiadores com as ciências sociais não significou - é preciso enfatizar- um afastamento total

destes de uma longa tradição história que, desde a sua gênese grega, permaneceu ancorada na narrativa linear e na mudança.

Esse movimento historiográfico foi denominado “história nova” e se firmou ao questionar a história positivista e historicista do século XIX, sustentada essencialmente nos textos oficiais e com uma narrativa que pretendia apresentar os fatos tal como eles teriam ocorrido. É uma história nova que recusa o “ídolo das origens” e advoga por um método regressivo para melhor apreender a mudança; busca “compreender o presente pelo passado”, mas também “compreender o passado pelo presente” (Le Goff, 1988, p. 15). Esse duplo movimento da história nova, próxima às ciências sociais, ao assumir outro posicionamento, rompeu com a influência da filosofia sobre os estudos históricos. De acordo com José Reis (2000), a união da história com as ciências sociais estava além do método, foi possibilitada pelo “objeto comum”: o homem social. A troca de serviços entre a história e as ciências sociais: conceitos, técnicas, problemas, hipóteses; resultou da necessidade de dar conta desse objeto comum. (REIS, 2000, p. 81).

Essa movimentação a partir da escola dos *Annales*, embora tenha mantido pontos de continuidade com os historiadores metodistas, é reconhecidamente um marco na história da historiografia ocidental. Contudo, é preciso ter o cuidado de situar esse grupo em um contexto mais geral, sobretudo no ambiente intelectual na Europa do pós-guerra, a partir da Universidade de Estrasburgo, que possibilitou a corporificação do “espírito” interdisciplinar apropriado e desenvolvido pela nova história. E aqui vale uma cautela que foi lembrada por Jacques Le Goff (1998): a de que, embora a história nova tenha sido forjada, em grande parte, pela equipe dos “*Annales*” e em torno da revista, não significa que outros historiadores sem vínculo com esse grupo não tenham praticado a história nova, antes mesmo dos *Annales* (Le Goff, 1998, p. 53).

Os historiadores dos *Annales*, ao acompanharem e compartilharem as mudanças das ciências humanas e por se interessarem em dialogar com disciplinas afins, sobretudo com a etnologia e geografia, contemplaram em suas pesquisas a cultura material. Tanto Marc Bloch, como Lucien Febvre produziram uma história que levou em conta a paisagem rural e a vida cotidiana de homens comuns. Mas foi Fernand Braudel quem sintetizou a cultura material e contribuiu para o alargamento do campo, mesmo sem ter definido e teorizado explicitamente sobre o conceito. A sua obra “Civilização material, economia e capitalismo”, publicada em 1967 (dividida em três tomos), é uma síntese completa sobre cultura material. É verdade que o autor não dissocia a “vida material”, entendida como toda estrutura material e cotidiana necessária que dar sentido à vida, para o período em análise (séculos XV a XVIII), do fator

econômico e faz uso do binômio produção/consumo, mas é possível identificar em sua obra elementos imateriais da vida cotidiana; os gestos e outras linguagens que estão presentes na dinâmica cotidiana, assim como nos usos dos artefatos. Além dos aspectos imateriais da cultura, buscando situar as ações das economias pré-industriais na longa duração, Fernand Braudel explora temas não habituais na história tradicional, tais como: alimentação, vestuário, as técnicas, as cidades, demografia, moda. O autor afirma que a vida material ocorre sob o signo da rotina, o que faz com que, a partir de práticas cotidianas repetitivas, o passado permaneça presente. O autor francês sustenta a existência de uma fronteira entre “vida material” e “vida econômica”, apesar de enfatizar a coexistência entre o que ele chama de “o rés-do-chão e o primeiro andar”, ou, em outros termos, a vida cotidiana do camponês, o luxo burguês e a vinculação com a economia de mercado que possibilitou o desenvolvimento do capitalismo. Trata-se de uma leitura histórica que tem como ponto de partida principal os aspectos econômicos da sociedade, mas sem desconsiderar os fatos da cotidianidade, “os fatos miúdos” que abarcam questões da cidade e do campo, do interior das casas e das ruas e de como certos hábitos aparentemente fúteis; maneiras de comer, sentar-se à mesa, suntuosa ou não, vestir, plantar, colher, contribuem para compreender historicamente as mudanças e permanências em uma determinada sociedade.

Apesar de Fernand Braudel não trabalhar especificamente com objetos musealizados e afirmar que “os museus, ao possuírem objetos isolados, só nos ensinam o á-bê-cê de uma história complicada”, reforça a importância da compreensão dos objetos no conjunto, e não os objetos propriamente ditos. (BRAUDEL, 1995, p. 275). Apesar dessa afirmação (que sugere uma simplificação de processos de construção de narrativas em instituições museológicas), o autor recorre a uma série de referências a objetos e obras de arte acondicionadas em museus para contribuir com a construção do seu argumento. É importante lembrar que Braudel, ao analisar a evolução da “vida material”, onde o apreço pelo luxo também tem o seu lugar, destaca a necessidade de relacionar conjuntamente os bens e linguagens. De acordo com o historiador, “se o luxo não é um bom meio de sustentar ou de promover uma economia, é um meio de segurar, de fascinar uma sociedade” (BRAUDEL, 1995, p. 301). Como se pode notar, o luxo é colocado, ao mesmo tempo, no plano do econômico e do simbólico, visto como “um meio de dominação”. É uma obra que não tem como objeto principal a cultura material, conforme mencionado, mas ao articular fontes diversas e apresentar uma leitura detalhada da evolução (lenta) da vida material cotidiana entre os séculos XV e XVIII não desconsidera a relação entre o significado social e simbólico do mundo moderno, a despeito do destaque dado ao fator econômico no correr da sua análise.

A abordagem braudeliana é uma importante leitura sobre o florescer do mundo moderno e contempla temas incomuns à história até então. Ainda assim essa abordagem é criticada por pesquisadores que se lançaram posteriormente aos estudos de cultura material por só vincular à cultura material a história recorrendo a um fenômeno histórico, o capitalismo. De qualquer forma, a obra de Fernand Braudel foi um importante passo para a inserção do estudo de objetos no campo da pesquisa histórica e continua uma referência significativa quando se trata dos estudos de cultura material e sua vinculação com a ampliação das abordagens da nova história.

Esse estudo de Fernand Braudel serviu de inspiração para muitos autores que se atentaram para a possibilidade de analisar objetos do cotidiano como fonte de pesquisa nas ciências humanas. Entre os autores no contexto internacional, é válido citar a obra de Daniel Roche, “História das coisas banais”, publicada originalmente em 1997. É um estudo situado dentro do contexto da Nova História Cultural e possui uma abordagem que tem a pretensão de se afastar do binômio produção/consumo e enfatiza a necessidade do questionamento da oposição entre infraestruturas e superestruturas como meio eficaz para compreender a relação entre a produção dos objetos e seu consumo. De acordo com Roche (2000), o estudo dos objetos deve ultrapassar a sua simples materialidade, a sua função como instrumento de comunicação ou de distinção social. O autor de “História das coisas banais” explicita o seu distanciamento da abordagem braudeliana na medida em que defende que os objetos

não pertencem ao porão ou ao sótão, ou então simultaneamente aos dois, e devemos recoloca-lo em redes de abstração e sensibilidade essenciais a compreensão dos fatos sociais”. E, ainda, que “na história a vida material estabelece “os limites do possível e do impossível”, conforme desejava Braudel, mas ela o faz na imbricação de contextos sociais de informação e de comunicações que organizam a significação das coisas e dos bens, e não na sucessão e na separação nítida de temporalidade propícias a comportamentos típicos (ROCHE, 2000, p. 13).

Como se pode notar, Roche (2000) não nega a importância das contribuições da história econômica-social de Braudel, pelo contrário, preserva e acrescenta a ela um projeto de história cultural sensível às práticas e representações do mundo social. A história das coisas banais e de seu consumo, tendo em vista que a relação do indivíduo com o social passa pela objetificação, permite compreender melhor a continuidade do material e do simbólico, a união entre as representações e as realidades. É uma obra importante para esta dissertação e para os estudos de cultura material, pois avança na abordagem acerca da cultura material em conexão com o social, o simbólico e o econômico. Não obstante a “História das coisas banais” guarde uma filiação com a obra de Braudel, observada no título, na temporalidade e na composição

do sumário, a forma como o autor desenvolve o argumento extrapola a análise braudeliana e se aproxima de orientações teóricas que alargam a abordagem de “Civilização material, economia e capitalismo”, conforme citado anteriormente. Ademais, demonstra como a modificação da relação material e intelectual, o espaço e o meio modificaram os níveis de vida e os modos de viver. Se o principal argumento da história da civilização material é a relação dos homens com as coisas e os objetos, Daniel Roche (2000) propõe fazer uma releitura da história dos objetos e seu desenvolvimento, iniciado antes do triunfo da Revolução Industrial, evidenciando as transformações da cultura material em seu contexto tendo em vista os seus usos e apropriações sociais.

Em texto sobre os estudos da cultura material na França, Marcelo Rede (2003) sublinha como esses estudos foram irregulares até a década de noventa e que o campo, apesar das muitas pesquisas que seguiam o apelo da renovação temática da “nova história”, não estava definido. O historiador menciona a obra de Daniel Roche (2000) como produto dessa demanda, reconhece o valor da sua obra, a propósito da mobilização do universo da cultura material, mas observa que tal produção não resultou em renovação analítica tradicional do historiador. E, ainda, que “[...] o reconhecimento da cultura material como parte essencial do fenômeno histórico não implicou sua inserção decisiva como documento no processo de produção do discurso historiográfico” (REDE, 2003, p. 282). De fato, em “História das coisas banais” o autor recorre à cultura material no intuito de estabelecer novas articulações da vida cotidiana com relação às transformações no sistema de produção e consumo, mas seu argumento é sustentado por fontes escritas.

O estudo de cultura material apresentado em “História das coisas banais”, a despeito da abordagem orientada por fontes escritas, não se esgota no objeto e nem nas representações e distinções sociais, reforça a importância dos laços entre a história, as ciências sociais e a antropologia; uma proposta que contribuiu no contexto internacional para o desenvolvimento do campo da Nova História Cultural que direcionou boa parte da produção historiográfica brasileira a partir de meados do século XX.

O campo da Nova História Cultural abre mais espaço à imaginação e à expansão do domínio da cultura e, portanto, aborda os artefatos para além do seu aspecto puramente econômico ou simbólico. De maneira que aprimora as abordagens da escrita da história iniciada pela Escola dos *Annales* (1929) e sofisticada, sobretudo após 1990, quando a “nova história cultural” ganha notoriedade e se torna a forma dominante de história cultural (BURKE, 2000, p. 68). Essa nova história cultural apresenta uma face eclética, próxima à antropologia, preocupada com a teoria, mas preserva na sua prática um elo com a história

francesa da década de 1970. De acordo com Peter Burke em “O que é história cultural?”, de 2005, a palavra “cultura”, entendida no sentido antropológico mais amplo, marca a distinção entre essa história e a tradicional história intelectual.

De acordo com Burke (2005), entre os teóricos importantes para a nova história cultural que possibilitaram à história dar um salto na interpretação da sociedade e da cultura, se destacam: Mikhael Bakhtin (teórico da linguagem e da literatura), e teóricos sociais como Norbert Elias, Michel Foucault, Pierre Bourdieu. Desses autores, nos detemos mais às teses de Norbert Elias e Pierre Bourdieu pela proposta da presente pesquisa e pelas suas contribuições na formulação e desenvolvimento de conceitos importante às ciências humanas e à história. Norbert Elias se destacou pelo seu pioneirismo na análise de objetos do cotidiano numa conjuntura em que pesquisadores da cultura não priorizavam uma leitura dos objetos materiais entre redes de abstrações. Na obra de sua autoria, “O Processo Civilizador” (1939), embora tenha se dedicado a questões mais amplas, verificou os usos de objetos materiais, a exemplo do garfo, da faca, do guardanapo, como impulsionadores do processo civilizatório. Os conceitos de “autocontrole” e “*habitus*”, elaborados por Elias, estão implícitos na referida obra, na qual se verifica a preocupação com o corpo na sua interação com o espaço e com os objetos de uso cotidiano.

A linha teórica das ciências sociais que inclui o estudo do corpo resulta, em grande parte, de uma reação dos filósofos ocidentais do século XX contra a tradição filosófica de Descartes; uma orientação que separava o corpo do “espírito”, da mente, e buscava retomar a importância da materialidade das coisas para a produção do conhecimento. Essa oposição entre corpo/matéria e mente no campo filosófico do início do século XX, ao que tudo indica, marcou as produções de Norbert Elias e contribuiu para o refinamento teórico da nova história cultural e, por extensão, dos estudos de cultura material. As obras de Norbert Elias; “O Processo Civilizador”, os dois volumes -, juntamente com “A Sociedade de Corte” (1983) são importantes contribuições para uma leitura da racionalidade das sociedades de corte do mundo ocidental.

Alguns temas destacados nas obras de Norbert Elias, mencionados neste texto, perpassam, com outros encaminhamentos, as obras de Michel Foucault. É, ainda, Peter Burke quem lembra que “se Elias enfatizava o autocontrole, Foucault chamava a atenção para o controle do eu, especialmente o controle sobre os corpos exercidos pelas autoridades” (BURKE, 2005, p. 74). Para a proposta desta dissertação, é oportuno lembrar uma aula proferida por Foucault no *Collège de France*, em 2 de dezembro de 1970, que resultou na publicação “A ordem do discurso” (1971). Nesta obra o autor expõe, entre outras questões, como o funcionamento de

edições de ideias, que resultam em determinadas produções, se coadunam com as expectativas do sistema institucional que se impõe ao desejo da fonte emissora. Portanto, Foucault destaca nesta aula como os discursos são produzidos, obedecendo a determinados rituais e circunstâncias, e como eles são vinculados e controlados pelo poder e/ou pelo desejo de poder. Significa dizer, extrapolando a leitura do autor, que a ordem do discurso quase sempre envolve um caráter coercitivo que, ao dominar a narrativa, em um determinado contexto, impõe aos outros a sua verdade e, fazendo uso de princípios reguladores, determina os papéis dos sujeitos no jogo social e (re)produz dominação e exclusão social (FOUCAULT, 1996).

A propósito da definição e atribuição do conceito de *habitus* por Pierre Bourdieu, que, segundo diz, se refere a “sistemas de estruturas internalizadas e condição de toda a objetivação”, que resultam em práticas culturais do cotidiano e suas representações sociais. Além dessas contribuições conceituais, Bourdieu recorre à linguagem da economia, para uma leitura da cultura, mobilizando os conceitos de “capital cultural” e “capital simbólico”, para analisar os diferentes grupos sociais e os mecanismos das elites para ampliar e manter a diferenciação. De acordo com esse teórico, quando as elites não acionam o “capital cultural”, herdado ou adquirido, de maneira efetiva para demarcar fronteira social, recorrem ao “capital simbólico” (usos de determinados bens, acesso a músicas “eruditas”, visitas a museus) como estratégia para mostrar a sua superioridade diante de outro grupo social visto como inferior. Trata-se, portanto, de valorosas referências para a construção da argumentação desta pesquisa, pois, além de contribuir para a compreensão da cultura material em estudo, iluminaram a leitura dos manuais de etiqueta, que foram analisados para esta dissertação.

É oportuno reforçar que os estudos de cultura material, apesar de sua longa trajetória, só ganharam efetiva atenção dos historiadores culturais entre as décadas de 1980 e 1990. Sobre essa questão, Peter Burke (2005) reforça que esse olhar científico dos historiadores culturais para o estudo da cultura material resultou na aproximação com outros profissionais que possuíam vasta experiência na área; os arqueólogos, curadores de museus e especialistas em história do mobiliário (BURKE, 2005, p. 90). Os historiadores culturais ao penetrar nesse universo material perceberam o alcance dos artefatos e do espaço doméstico, público e privado, como objetos da cultura material e portadores de significados. Nessa linha, os espaços da casa, a disposição dos objetos no ambiente e as formas como eles são utilizados em recepções públicas podem ser lidos como formas de autoapresentação dos proprietários e dizem muito sobre os códigos culturais valorizados por um determinado grupo social. Significa dizer que a cultura material, por mediar as relações sociais, contempla a dimensão material e imaterial da cultura.

Essa revisão da bibliografia sobre o caminhar dos estudos de cultura material e da nova história cultural nos ajuda a entender as diversas concepções e formas de elaborar o conceito de cultura material apresentados na bibliografia analisada. Sobre essa questão, Claudia Eliane Parreiras Marques Martinez (2014), ao estudar a cultura material do Vale do Paraopeba (MG) no período escravista e pós-escravista, de 1831 a 1914, para compreender o processo da transição da mão de obra escrava para a livre, revisitou a diversidade de trabalhos internacionais e nacionais sobre os estudos de cultura material. Dessa revisão bibliográfica, a autora percebeu duas questões que nos interessa mencionar: a primeira foi a falta de consenso entre os pesquisadores internacionais com relação às abordagens e à elaboração do conceito de cultura material e, por isso, é recorrente o uso de uma diversidade de terminologias e diversos sinônimos utilizados nas investigações voltadas para as condições materiais, tais como: vida, estrutura, civilização, dimensão, cultura. A segunda questão destacada pela historiadora é a inevitável relação entre os estudos de cultura material e outras linhas de investigação como, por exemplo, a história da família (MARTINEZ, 2014, p. 31).

Essas questões pontuadas pela historiadora, a propósito da historiografia internacional que trata da cultura material, são pertinentes à compreensão da historiografia brasileira sobre cultura material e a esta pesquisa, pois os autores brasileiros, embora com metodologias e objetivos diferenciados, incorporaram em seus textos muitos aspectos do perfil da produção internacional. Dessa herança, o que ficou foi que as abordagens da cultura material no Brasil até o final do século XX contemplaram os objetos do cotidiano associados à história da família, ao espaço doméstico e ao sistema de moradia. É importante sublinhar a observação de Martinez (2014) no que se refere ao fato de a historiografia clássica brasileira, apesar de utilizar objetos do cotidiano como fonte para tratar da compreensão do social e econômico, não explicita, de forma clara, a intenção de investigar a cultura material. Contudo, defendemos que essas obras, embora não sirvam como referencial teórico-metodológico e conceitual de análises importam a esta pesquisa, uma vez que o objetivo dessa menção é verificar os usos da materialidade do cotidiano para compreender a sociedade brasileira.

Nesses termos, vale citar duas obras clássicas da história do Brasil que consideraram objetos do cotidiano para pensar a sociedade brasileira em um contexto em que tal prática não era usual, nem mesmo no contexto internacional; autores pioneiros pela forma como articularam as fontes para tratar de temas e problemas diversos acerca da história do Brasil, a saber: Sérgio Buarque de Holanda, em *Caminhos e Fronteiras*, obra publicada em 1957, e um pouco antes dele, Gilberto Freyre, com as duas obras que são complementares, em muitos pontos, *Casa Grande e Senzala* (1933) e *Sobrados e Mucambos* (1936). São trabalhos que

apresentam teses e temporalidades distintas, mas possuem em comum o fato de considerarem objetos do cotidiano e do espaço doméstico - sejam eles utilizados em casas grandes, em sobrados ou cabanas - para compreender a configuração social da sociedade brasileira nos seus aspectos socioculturais.

Em *Caminhos e Fronteiras* (1957), Sérgio Buarque de Holanda tem por objeto São Paulo nos tempos coloniais, com foco na dimensão da vida material dos grupos do território paulista. É uma obra que explicita nas entrelinhas o projeto político do autor, que é entender as “raízes” da formação do Brasil buscando identificar uma possibilidade de modernização no horizonte. Nesse estudo, Sérgio Buarque de Holanda deu relevância a objetos pouco utilizados à época (objetos do cotidiano e o ambiente natural) como meio de compreensão do intercuro cultural dos desbravadores paulistas com os nativos. O autor fez considerações sobre o espaço geográfico e sua vegetação, os usos dos artefatos do cotidiano dos indígenas e dos forasteiros, para explicar a mobilidade dos brancos de origem europeia nos tortuosos caminhos repletos de fronteiras no interior do planalto paulista. É uma narrativa que se desenvolve, enfatizando, nas entrelinhas, como os bandeirantes se afinaram com os nativos e como se apropriaram de técnicas específicas dos ameríndios, sobretudo de nutrição, para sobreviver e avançar no interior da colônia. O autor analisa os aspectos da vida material que unia e afastava culturalmente as “gentes” que se movimentaram no solo montanhoso sem desconsiderar as fronteiras naturais e culturais nos caminhos da expedição. De acordo com Holanda (2017), a constatação de práticas de sociabilidades flutuante que resultou na formação social e econômica dos paulistas não interferiu na preservação do patrimônio ancestral dos desbravadores brancos: as suas instituições, principalmente, a vida familiar e social, foram preservadas.

A forma como Holanda (2017) constrói o seu argumento, a partir do estudo da “civilização material”, explicita uma orientação teórica que se aproxima do estilo braudeliano, embora não tenha dado destaque aos fatores econômicos, uma prática comum entre os seus contemporâneos, tal aspecto não é ausente na sua narrativa. Trata-se de uma obra que foi possível a partir da compilação de textos produzidos e publicados separadamente e com projeto específico, entretanto, contribui para os estudos de cultura material e para a história social da cultura por considerar, ainda que por via de fontes escritas, objetos do cotidiano para a compreensão de questões sobre a história do Brasil colonial.

Os trabalhos de Gilberto Freyre, anteriores ao de Sérgio Buarque de Holanda, exigem um tratamento detalhado pela abordagem mais cultural dos documentos e pela trajetória intelectual do autor que resultou em um estilo de produção interdisciplinar em um contexto

em que mesmo o grupo *Annales* ainda estava em gestação. A obra de Freyre, *Sobrados e Mucambos* (1936), continuação de *Casa Grande e Senzala* (1933), explora aspectos importantes da cultura material que dava sentido à configuração sociocultural da sociedade brasileira do século XIX. Para o que nos interessa na obra, a cultura material, vale destacar a atenção dada pelo autor às moradias, “casas de ricos e pobres”, conforme enunciado no título da obra, como recurso para evidenciar a decadência da sociedade rural e o desenvolvimento urbano no Brasil oitocentista. Trata-se de uma contribuição à história cultural, não só pela diversidade de temas abordados, como também pela multiplicidade de fontes articuladas. Além disso, Freyre contempla questões referentes à culinária, a utensílios do cotidiano, mobiliário, à indumentária, à vegetação do ambiente rural, à arquitetura do campo e da cidade e conecta as mudanças dessa cultura material com as transformações e tensões da sociedade brasileira oitocentista.

Se em *Casa-Grande e Senzala* (1933) Gilberto Freyre elegeu a casa de campo patriarcal como ambiente central na formação da sociedade brasileira, ainda que não tenha desprezado a interação com a senzala, em *Sobrados e Mucambos* (1936), a partir de uma abordagem mais histórica, o cenário escolhido foi a cidade nas suas práticas de sociabilidade, sem desconsiderar a permanência das heranças do campo. Para além dos objetivos do autor nas duas obras, o que nos interessa com essas citações é a sua contribuição aos estudos de cultura material, ao analisar a dinâmica da casa e da rua como meio para pensar e produzir uma interpretação social do Brasil. Não está em questão aqui a forma como Freyre mobilizou ou não os objetos, mas a sua inovação no uso deles em uma época que tal prática era incomum no Brasil e ainda estava sendo iniciada no cenário internacional.

A contribuição de Gilberto Freyre em relação à cultura material resultou da influência da antropologia cultural norte-americana que marcou a sua primeira obra, *Casa-Grande e Senzala*, resultado do período em que o autor estudou na Universidade Columbia (1920). Foi nesse ambiente intelectual onde Freyre teve contato com pesquisadores e professores da referida universidade e de outros países da Europa que já discutiam a necessidade de ampliação das abordagens da escrita da história.

Sobre esta questão, Peter Burke (1997), ao fazer um paralelo entre a “nova história” associada ao *Annales*, praticada na França a partir da década de 1960, e a história social ou antropologia cultural de Gilberto Freyre da década de 1930, identificou características de abordagens comuns entre ambos. O autor defende que a “nova história” francesa, que se caracteriza pelos estudos de novos objetos e da cultura material, ainda não existia quando, na Universidade de Columbia na década de 1920, Gilberto Freyre, participava de seminários e

acessava leituras de autores que também eram lidos, à época, pelos criadores do grupo *Annales*¹⁵. De modo que, ao verificar correspondências entre a orientação teórica de Gilberto Freyre e dos fundadores dos *Annales*, o historiador inglês afirma que a proximidade das abordagens de Freyre com a escola dos *Annales* resulta de uma ancestralidade intelectual comum.

Ao analisar os autores e obras que Freyre leu na década de 1920 e o seu contato com intelectuais que, em Columbia, debatiam a necessidade de uma história social ampla, Peter Burke (1997) afirma que esse movimento conhecido como “*new history* americana”, teria oferecido a Freyre um sistema de referência multidisciplinar, que marcou o pensamento freyriano. Ademais, o historiador acrescenta que Gilberto Freyre deve ser lembrado como um elo entre a “*new history*” e a *nouvelle histoire*. O caminho de Nova York a Paris passou por Recife (BURKE, 1997, p. 9). O historiador destaca o protagonismo da “*new history* americana” em relação a debates que foram aperfeiçoados e difundidos pela *nouvelle histoire* francesa, mas não deixa de frisar o pouco impacto do movimento estadunidense que não extrapola de forma significativa o cenário norte-americano.

Para além do propósito do historiador, esse artigo sobre a relação entre a “nova história” associada aos *Annales* e a história social de Gilberto Freyre pode ser tomado como um sintoma da inquietação de intelectuais no cenário internacional sobre a necessidade de renovação e ampliação das abordagens da história. Uma pista sobre a observação feita por Jacques Le Goff (1998), mencionada acima, da existência de uma prática da história nova produzida por historiadores sem vínculo com o grupo dos *Annales* praticando a história nova, antes mesmo da criação da revista.

Os ecos desses debates no Brasil foram vistos a partir da atuação da Universidade de São Paulo (USP), através da influência francesa. Inclusive, é nessa universidade que Gilberto Freyre, Lucien Febvre e Fernand Braudel se encontram na década de 1930. Esse intercâmbio dos fundadores dos *Annales* na USP da década de 30, juntamente com outros membros da chamada “missão francesa” na mesma universidade, nos ajuda a assimilar o predomínio da influência da escola na produção historiográfica brasileira.

Sem dúvida, as obras de Gilberto Freyre, mesmo que não investiguem especificamente a cultura material e não possuam vínculo originário com a nova história francesa são

¹⁵ Para o caso de interesse a respeito da experiência de Gilberto Freyre na Universidade de Columbia e em Oxford na década de 1920, um estudo biográfico que detalha os elementos formadores do seu pensamento, inclusive as leituras que o autor acessou sobre a importância do aprimoramento dos sentidos a partir do contato com a cultura material, recomendamos a seguinte obra: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

contribuições importantes para esse estudo e para a nova história cultural. Se as primeiras obras de Gilberto Freyre, mencionadas acima, podem ser vistas como braudelianas antes de Braudel, conforme sinalizou Peter Burke (1997), as demais produções que se seguiram apresentam nas entrelinhas a influência do historiador da longa duração. Entender a trajetória e contexto de produção desses trabalhos contribui para mapear a historiografia recente que versa sobre cultura material e nos ajuda a desenhar o percurso desse estudo no campo da história.

A seguir, destacamos algumas produções mais recentes sobre o estudo dos artefatos de uso doméstico que contemplam os aspectos materiais e simbólicos na sua simbiose com o social no contexto brasileiro, a saber: Tânia Andrade Lima (1995); Vânia Carneiro de Carvalho (2008); Marcelo Rede (1996) e Pedro Paulo A. Funari (2001). São autoridades importantes, cada uma ao seu modo, aos estudos de cultura material no Brasil e contribuem para a proposta dessa pesquisa, por serem referências no estudo de objetos de uso doméstico e arqueológico para pensar o papel social dos espaços públicos da casa e os papéis simbólicos dos artefatos em seu contexto de uso e apropriações sociais.

As produções de Tânia Andrade Lima (1995) são aportes significativos na medida em que abordam, dentre outras questões e a partir da análise da louça de uso doméstico, a diferenciação social, os significados implícitos nos objetos, o sentido do comportamento dos convivas nos espaços públicos da casa, e a função social de espaços do cotidiano, como, por exemplo, a sala de jantar. Em outros trabalhos, Lima explora, cruzando a cultura material com a literatura, outros ambientes da casa nos rituais do cotidiano, o exemplo da saleta para o chá, para pensar as relações de gênero e as adaptações do gosto burguês europeu para o público do Rio de Janeiro no século XIX.

No que se refere à função social dos artefatos, Vânia Carneiro de Carvalho (2008), analisando a especificidade da cultura material de São Paulo entre os meados do século XIX e início do XX, verifica, a partir da articulação entre a cultura material e outras fontes, a função social dos espaços domésticos e dos utensílios com os ideais da época; trabalha com a simbologia dos objetos de uso cotidiano para a produção de sentidos. A autora menciona a importância dos manuais de etiqueta para a compreensão dos objetos em seu contexto espacial e de como esse tipo de literatura é importante para analisar e situar os objetos materiais que se apresentam, muitas vezes, de forma incompleta em instituições culturais. A autora faz uma leitura do que ela chama de “casa moderna” e a sua relação com as novas práticas de consumo. De acordo com a tese de Carvalho (2008), as novas práticas de consumo transformaram a simplicidade dos interiores coloniais, adaptando-os a um novo modo de vida

(burguês). Um modo de vida privado e distinto para a construção de identidades sociais e exibição da distinção material e simbólica que, a partir do preenchimento material do ambiente doméstico com objetos de valor reconhecidamente distintos naquela sociedade, introduz uma nova forma de modelar as relações sociais e práticas culturais. Nessa perspectiva, os objetos de decoração atendiam, a um só tempo, as necessidades individuais e a expressão de *status* social.

Sobre a compreensão do conceito de cultura material entendido como o universo físico elaborado ou apropriado pelo homem e a sua interface com o aspecto imaterial ou a dimensão cultural e espiritual do artefato, Marcelo Rede (1996) oferece subsídio importante. Ao apresentar a coletânea *History from things: essays on material culture*, de Steven Lubar e David Kingery (1993), o autor reforça como os objetos resultam de processos sociais que envolvem desde a escolha da matéria-prima aos significados que lhes são atribuídos socialmente e podem alterar os sentidos das coisas. De modo que,

a cultura material é material pela sua “fisicidade”, mas não por estar presa a pretensos níveis materiais da vida social. No jogo social, a sua função depende de configurações mutáveis, que não estabelecem fronteiras prévias entre as várias dimensões culturais (REDE, 1996, p. 273).

Conforme destaca o autor, o estudo de cultura material deve ter em conta, além do aspecto físico, a face imaterial que envolve o fator ideológico e se expressa de forma limitada na sua materialidade e nos seus usos e apropriações sociais. O estudo de cultura material não deve se opor à cultura do espírito, pois uma não existe sem a outra. De forma que “não existem sentidos, valores ou mensagens culturais que sejam perfeitamente internalizados na consciência, individual ou coletiva, que sejam criados em uma matriz que dispense a materialidade” (REDE, 1996, p. 274). Daí a importância da imaterialidade da cultura conferida ao universo material e torna a materialidade, ao mesmo tempo, base e mediadora das relações sociais.

Após o balanço do conjunto dos artigos da referida coletânea, o autor identifica, na maioria dos textos, pouca articulação interdisciplinar e a permanência da dicotomia entre fontes materiais e escritas, ou os usos de fontes materiais ajustadas a serviço das fontes escritas. Na apresentação e análise crítica da obra, Marcelo Rede (1996) pondera que

a História – enquanto disciplina privilegiada para o estudo da mudança social – pode contribuir significativamente para o enquadramento da cultura material na experiência humana, por outro lado, não parece estar habilitada a fornecer instrumentos para operar sua manipulação documental (REDE, 1996, p. 282).

O autor arremata tal constatação enfatizando a necessidade da interdisciplinaridade no campo dos estudos de cultura material que, de acordo com a sua avaliação à época, era pouco consistente. A pauta da necessidade de maior diálogo entre disciplinas que se relacionam é antiga, embora no campo da pesquisa histórica ainda exista certa resistência (nem sempre assumida) quando se trata de utilizar aportes teórico-metodológicos de áreas afins no processo de escrita da história.

Vale destacar algumas contribuições do historiador e arqueólogo Pedro Paulo Funari (2001) no que se refere ao desenvolvimento do campo da arqueologia e, portanto, da história da cultura material. Em seu livro intitulado “Arqueologia”, de 2001, o autor propõe apresentar “as principais questões da arqueologia contemporânea, incluindo referências ao contexto brasileiro” (FUNARI, 2001, p. 12). Trata-se de uma obra de introdução à arqueologia, mas apresenta um apanhado sobre a trajetória da disciplina no contexto internacional e nacional. Apesar dos propósitos políticos do autor na defesa do campo, ele questiona a leitura tradicional do ofício do arqueólogo que o coloca apenas como “escavador” de vestígios materiais dos homens do passado. Ao desenvolver o seu argumento, Funari (2001) afirma que, “como a cultura refere-se a um só tempo, ao mundo material e espiritual, não existe uma oposição entre os dois que justifique o estudo apenas das coisas” (FUNARI, 2001, p. 13). Significa dizer que, se o objeto da arqueologia na sua origem se limitava ao estudo dos restos materiais oriundos dos homens e mulheres do passado, a arqueologia contemporânea expande o campo de estudo de cultura material que compreende que não existe materialidade sem a dimensão subjetiva que envolve a relação dos sujeitos com os objetos.

Nessa linha, a “arqueologia histórica” como possibilidade de estudo da arqueologia contemporânea, conforme destacou Funari (2001), considera os resquícios materiais da ação humana, inclusive apropriações da natureza e qualquer vestígio relacionado às subjetividades dos sujeitos, como potencial à compreensão histórica das relações sociais. Uma proposta que amplia o entendimento dos artefatos e contempla uma leitura da totalidade material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial sem limitações de caráter cronológico (FUNARI, 2001, p. 15). Aqui se verifica um ponto importante de aproximação com os estudos recentes de cultura material que destacam a impossibilidade de separar os elementos materiais da imaterialidade, uma vez que os artefatos possuem a função primária (de utilidade prática) e funções adicionais (simbólica).

O posicionamento do historiador se insere, portanto, dentro da proposta da Nova História Cultural, na medida em que, embora detalhe as especificidades da técnica e função política da arqueologia, não desconsidera o aspecto subjetivo da prática arqueológica e da

leitura dos objetos materiais enquanto texto. O mesmo historiador enfatiza a necessidade de uma abordagem interdisciplinar entre a arqueologia e outras ciências sociais para uma melhor leitura e interpretação dos objetos, uma vez que se trata de artefatos e, por isso mesmo, são criações e/ou apropriações das sociedades humanas.

A revisão desses trabalhos foi uma etapa importante para a compreensão da historicidade dos estudos de cultura material e, também, para melhor investigar possibilidades metodológicas de articular os artefatos que se encontram nas instituições culturais da Cidade do Salvador, a fim de assimilar adequadamente a sua significação na sociedade baiana oitocentista.

Verificamos até aqui como o caminho entre o desenvolvimento da noção “cultura material” e a sua constituição como campo na ciência histórica foi longo e permaneceu por muito tempo com viés economicista talvez pela sua vinculação com o materialismo histórico. De modo geral, no Brasil, sobretudo por influência da escola francesa, encabeçada pelo grupo “*Annales*”, os estudos do referido campo foram paulatinamente se firmando entre as décadas de 1980 e 1990, entretanto, no que concerne à historiografia brasileira, continuou por bastante tempo sendo utilizado como ilustração da produção textual.

Assim, compreender o caminhar do campo da História da Cultura Material na relação dos objetos com os homens e mulheres do passado permite acessar uma série de questões relacionadas à dinâmica das diversas esferas socioculturais da sociedade brasileira e, em especial, a baiana. Desse modo, se o objeto da História é “o homem no tempo” ou “os homens no tempo”, conforme escreveu Marc Bloch em sua *Apologia da História* (2001), o objeto da História da Cultura Material é a vida tangível e imaterial dos homens em simbiose com a sociedade e sua cultura.

O objetivo desse item foi analisar o caminhar da noção, o desenvolvimento do campo de estudo da cultura material e sua relação íntima com a chamada nova história cultural. A seguir, assumimos a tarefa de situar os artefatos analisados na pesquisa e apontar alguns desafios do estudo da cultura material musealizada como fonte histórica para a produção historiográfica brasileira.

1.2 Um desafio ao ofício do (a) historiador (a): o estudo de cultura material em museus

Os artefatos, enquanto elementos de produção cultural do homem social colaboram para a formação individual e coletiva dos sujeitos nos vários contextos e tempos históricos.

São veículos materiais com dimensão subjetiva que servem de instrumentos para a compreensão da construção de representações dos mais variados grupos sociais.

Nesta dissertação, verificamos, entre outras questões, como as casas das elites da Bahia funcionaram como espaços de exibição de opulência e a importância dos objetos de interior na mediação das ações sociais definindo, muitas vezes, os lugares dos sujeitos no jogo social. Os museus, por seu turno, também são espaços públicos onde a opulência material e simbólica que outrora ornamentavam as residências privadas são ressignificadas para a produção de sentidos e linguagens por meio das técnicas de apresentação que são as exposições museológicas. Assim, a cultura material, como todo universo físico feito e apropriado pelo homem, especialmente se submetida a processos de singularização e/ou sacralização como é o caso dos acervos museológicos, se configura em importante fonte histórica.

O século XIX foi um marco na transição do significado atribuído à cultura material, que deixou de ser uma referência apenas a objetos artísticos e de colecionadores para adquirir característica de fonte de informação científica e, portanto, de fonte histórica. A quantidade de material arqueológico que, desde o século XVIII, forneceu novos elementos acerca das sociedades do passado remoto, teve um papel de destaque nessa mudança. A construção do conceito de fonte histórica que, recorrendo à imagem da “bica d’água”, serviu como inspiração para um novo significado a ser usado pelo historiador. A respeito dos usos da metáfora da “fonte” pela comunidade científica, Pedro Paulo Funari (2015) afirma que,

Assim como das fontes d’água, das documentais jorrariam informações a serem usadas pelo historiador. Tudo que antes era coletado como objeto de colecionador, de estátuas a pequenos objetos de uso cotidiano, passou a ser considerado não mais algo para o simples deleite, mas uma fonte de informação, capaz de trazer novos dados, indisponíveis nos documentos escritos (FUNARI, 2015, p. 85).

De acordo com essa leitura, todo artefato deve ser analisado tendo em vista as suas características primárias (material, técnicas e sua antiga utilidade cotidiana) e secundárias (apropriações sociais), pois, como fontes de informações científicas, dizem muito sobre o seu contexto de produção e usos em uma determinada coletividade. São suportes de informações que as pesquisas nas ciências humanas não podem desconsiderar se pretendem compreender o todo sociocultural de uma sociedade. A utilidade prática do artefato como portador de significados socioculturais para a produção do conhecimento científico diz respeito à intenção do(a) pesquisador(a) que, o percebendo como tal, formula perguntas orientadas por suas hipóteses, para uma escrita condizente com o seu ofício. De modo que os artefatos de uso

cotidiano possuem valor utilitário e afetivo, em geral de caráter público e/ou privado, entretanto, ao serem acondicionados em museus, estes perdem o seu valor de objeto comum e, singularizados, passam a ser um bem cultural, um documento histórico.

O termo latino *documentum*, derivado de *docere* ‘ensinar’, evoluiu para o significado de prova (LE GOFF, 1990, p. 536). É um termo que prevê uma escolha prévia, uma informação processada e, portanto, um procedimento em nada aleatório que expressa o poder de uma determinada sociedade que, fazendo uso das suas prerrogativas, domina e molda as memórias do passado e aponta um horizonte que, em geral, responde às expectativas das elites pela sua relação direta com o poder político e simbólico. De maneira que o documento, em qualquer suporte, não é um material bruto, inocente, destituído de intenções dos grupos sociais. Assim, estudar a cultura material, tendo os artefatos musealizados como prova material de práticas de uma dada sociedade, é levar em conta as especificidades das fontes e seus contextos de produção e usos para compreendê-las no tempo. Além do mais, toda escolha de fontes pressupõe exclusões que obedecem a interesses, ainda que eles não estejam explícitos diretamente na forma final de apresentação da narrativa.

Um dos desafios do (a) historiador (a) da cultura material é, diante de uma quantidade monumental de acervos em museus ou em sítios arqueológicos, estabelecer critérios para a triagem dos objetos a serem analisados como fonte para dar conta das proposições da pesquisa.

No que diz respeito aos museus, é importante lembrar que essas instituições surgiram em contextos dos novos estados nacionais e, a despeito da política e perspectivas adotadas por cada um deles nos mais variados contextos históricos, em sua maioria, contribuíram para legitimar, por via de discursos visuais, a hierarquização do social. Essa realidade se aplica também ao contexto brasileiro, pois, embora em alguns casos se verifiquem abordagens mais humanistas, a maioria dos museus funciona como palcos de construções retóricas, onde a mobilização pedagógica dos artefatos serve, em geral, às ideologias das elites na busca por uma naturalização das transformações sociais e, por vezes, para justificar as desigualdades e as exclusões sociais (FUNARI, 1993, p. 23). Portanto, originariamente, o acervo museológico não é destituído do discurso institucional e político-ideológico das instituições, no sentido foucaultiano destes termos, onde é condicionado, que envolvem a produção de enunciados via materialidade que, em muitos casos, visam à divulgação dos signos de poder e prestígio dos seus mantenedores. Tratam-se de centros de poder político e simbólico que são repensados e ressignificados constantemente por profissionais especializados, a fim de sustentar as suas atribuições primárias, no tocante à guarda, à construção e à reelaboração de

discursos de representações em um dado contexto social. A propósito da dinâmica de readaptação dessa instituição ocidental, produto de um determinado contexto sociocultural, Dora Maria dos Santos Gallas (2015) afirma que,

o museu, enquanto instituição moderna e prática discursiva produtora de sentidos, constrói seu discurso desde o conjunto de seu acervo, sua arquitetura e organização espacial até no modo como apresenta sua narrativa produzida com os objetos. É um local de guarda dos rastros da produção humana, selecionados, ordenados e compreendidos segundo intenções de poder, representações de uma dada realidade inscrita em narrativas que movimentam memórias, construindo outras significações (GALAS, 2015, p. 61).

Essa consciência do lugar das intenções de poder que envolvem a escolha dos objetos, “rastros da produção humana”, musealizados, também deve fazer parte dos critérios da pesquisa histórica em museus; cuidados esses que precisam estar explícitos no texto, bem como os métodos adotados na seleção dos artefatos para análise. Explicar a razão da escolha de um determinado grupo de artefatos e não outros que, inclusive, podem pertencer à mesma tipologia ou temporalidade e a um mesmo grupo social, ou não, não apenas sofisticada a narrativa como também deixa claro o exercício historiográfico realizado pelo(a) pesquisador(a); um posicionamento político do ofício do(a) historiador(a) que facilita a identificação da temporalidade e origem dos objetos e, também, explicita a distinção dos discursos sobre os objetos de autoria do(a) pesquisador(a) externo e das produções oficiais oriundas de práticas curatoriais vinculadas às instituições museológicas que os guardam.

Nesta dissertação, trabalhamos com acervos museológicos, não com objetivo de tratar dos processos internos dos museus que salvaguardam os artefatos analisados nesta pesquisa: formas de aquisições, de registro e as narrativas produzidas a partir do tratamento dos artefatos no âmbito institucional. É válido mencionar, ainda, que a escolha dos artefatos das elites da Bahia, para pensar as representações da sociedade brasileira oitocentista, resulta da percepção do quanto eles são carregados de elementos representativos das pretensões sociais das elites da sociedade baiana no contexto; pretensões estas que se traduziram em prestígios e benesses que contribuíram para sustentar uma ancestralidade distinta que sobreviveu ao Antigo Regime brasileiro.

Para analisar essa cultura material, elaboramos um *corpus* documental na forma de um catálogo (v.2), conforme propusemos no projeto. Trata-se de um *corpus* que contempla a catalogação e reprodução de cada uma das fontes utilizadas direta ou indiretamente na construção da argumentação da pesquisa. As fontes materiais foram catalogadas em fichas individuais (um total de 70 fichas) com campos que permitiram visualizar o perfil e as

representações sociais por meio dos objetos. As fichas foram produzidas a partir de um modelo utilizado na monografia de conclusão do curso de graduação em História (2015), que, por sua vez, resulta da modificação dos campos da ficha trabalhada no projeto “Cultura Material e Alimentação em Pompéia; Os deuses, os mitos e os alimentos” pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC - 2012), sob orientação da Prof^a Dr^a Marina Regis Cavicchioli, autora do referido projeto¹⁶. É uma produção que oferece subsídios para uma interpretação coletiva do conjunto dos artefatos e que nos permitiram acessar a dimensão da sua significação na sociedade baiana oitocentista. Verificamos, através da análise iconográfica e material do conjunto dos artefatos analisados, uma simbiose das suas representações com o discurso oficial ventilada socialmente pela burocracia do governo imperial. Uma adequação do gosto das elites da Bahia oitocentista à imagem e semelhança das abordagens propagandeadas pelo governo imperial materializadas nos artefatos de uso doméstico.

A compilação de dados sobre o histórico dos objetos em fichas, em *corpus* documental com campos específicos, é uma tarefa importante nos estudos de cultura material, pois permite, na leitura do conjunto, o acesso a informações essenciais à compreensão da trajetória dos objetos analisados. Para melhor detalhar as informações sobre cada artefato, as fichas são compostas por seis campos com subitens correspondentes, a saber: 1. Identificação (dentro desse campo estão especificados os seguintes subitens; a tipologia do objeto, número da ficha, a data do artefato fornecida pelo museu ou adquirida através de outras referências, o tipo de material e as dimensões dos mesmos); 2. Descrição iconográfica (uma breve descrição dos elementos iconográficos do artefato); 3. Histórico (Onde especificamos – quando foi possível recuperar – a origem primária e função prática do objeto. Nesse item pode conter também a identificação do nome da cidade ou o local de fabricação, a origem da família de pertencimento e, ainda, o local institucional de onde provém); 4. Referências (Listagem de livros ou catálogos onde a imagem foi reproduzida e descrita); 5. Biografia do(a) Proprietário(a) (Uma pequena síntese sobre a biografia do(a) proprietário(a) adquirida através da análise das inscrições afixadas nos artefatos ou atribuídas por pesquisas especializadas

¹⁶ Sabemos o quanto a produção de fichas desse tipo, com campos específicos, é importante, pois pode orientar o público interessado na busca pelos dados referentes aos objetos pesquisados. Entretanto, tivemos dificuldades em acessar determinadas informações técnicas essenciais para localizar os objetos nas instituições que os conservam, como por exemplo, o número de tombo. Em virtude disso, tomamos a decisão de excluir este campo das fichas desta dissertação. Também tivemos dificuldades em manusear a maioria dos objetos, pois muitos estão em vitrines fechadas ou presos em suportes que não permitem o acesso mais aproximado. As descrições de quase todas as fichas foram feitas pela autora. Apenas a descrição do brasão da família Passé resultou da leitura e adaptação da descrição técnica da heráldica produzida por Jenny Dreyfus (1942, p. 326), conforme citado nos campos das referências bibliográficas nas fichas correspondentes.

vinculadas à instituição); 6. Dados adicionais (Campo destinado a acrescentar informações complementares ou outras referências que contribuam para a interpretação do artefato). É certo que alguns artefatos não possuem detalhes acerca do seu histórico; uma ocorrência comum em acervos de museus, entretanto, numa análise conjunta (por isso, a importância do *corpus*) levando em conta o seu material, a técnica, o estilo iconográfico nos ajudaram a agrupá-los e situá-los em um determinado contexto histórico-cultural.

Fazendo uso do método genealógico dos estudos da antropologia e utilizando o recurso da pesquisa etnográfica, Igor Kopytoff em “A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo”, de 2008, propõe que, para fazer uma biografia das coisas, é preciso que direcionemos a elas perguntas similares às que se fazem às pessoas: Quais são, sociologicamente, as possibilidades biográficas inerentes a esse “*status*”, à época, à cultura, e como se concretizam essas possibilidades? De onde vem a coisa, e quem a fabricou? Qual foi sua carreira até aqui [...] (KOPYTOFF, 2008, p. 92). A formulação de questões dessa natureza também é estratégia metodológica utilizada com frequência nos estudos de cultura material. Apesar de compreender a relevância de questões de natureza cultural e social para os estudos de cultura material, e de como elas orientam as expectativas das pesquisas no que tange às biografias das coisas, nesta pesquisa não focamos especificamente na biografia individual dos artefatos. Decidimos que seria mais apropriada, pela proposição desta dissertação, a catalogação em fichas dos fragmentos biográficos do acervo pesquisado, pois, além de contemplar os nossos objetivos, são documentos de pesquisa que servirão à preservação da historicidade desses objetos, tendo em conta os seus contextos, usos e ressignificação no tempo.

Trata-se de uma abordagem que se coaduna com os estudos que têm como perspectiva as representações e significações dos objetos e que não necessariamente se atêm a análises da formação das coleções (aquisições), práticas de conservação, documentação museológica e outras formas técnicas de comunicação como são as exposições oferecidas pelos museus. Portanto, é uma produção textual que analisa, a partir da metodologia do estudo da cultura material, acervos museológicos, mas não se prende aos *modos operandi* ou a práticas museológicas do trabalho interno de museus.

Em defesa de um aprimoramento teórico nos estudos de cultura material em museus, Susan Pearce (2005) recorre a uma perspectiva arqueológica e propõe um modelo (ver organograma da figura 2; p.17, produzido pela autora) que leve em conta os aspectos descritivos, históricos, contextuais, simbólicos na interpretação dos artefatos. A pesquisadora, a partir de sua experiência em museus, sugere a técnica da análise comparativa como recurso

para auxiliar na datação e determinar a origem dos objetos; procedimentos que contribuem para a compreensão do significado dos artefatos no seu tempo, lugar e para outros sujeitos que, de alguma forma, passam a possuir esses objetos da cultura. A mesma autora destaca o papel psicológico do artefato, na medida em que esse pode agregar uma carga de significados emocionais, coletivos e individuais e, na construção das interpretações orientadas pelas diretrizes do estudo da cultura material, contribui para a compreensão do homem em sociedade. E, ainda, que os objetos são importantes para as pessoas porque atribuem prestígio e posição social, razão pelo qual muitas peças sobreviveram (PEARCE, 2005, p. 19). Endossando as contribuições da autora sobre as possibilidades técnicas para os estudos de cultura material, reforçamos que os artefatos simbolizam estados mentais e devem ser compreendidos, por essa razão, para além da sua materialidade o que nos ajuda no entendimento do seu significado social. Além disso, reforçamos a importância da técnica da análise comparativa, indicada pela autora, nos estudos de cultura material, sobretudo nas análises dos artefatos musealizados que, em geral, são incompletos e nem sempre possuem informações básicas para a composição do seu histórico.

Os objetos aqui analisados, como todo artefato em museus, foram retirados do seu contexto de uso e adquiriram valor de semióforo¹⁷ vinculados ao Estado brasileiro que guarda, na sua origem primária e iconográfica, uma conexão com a vida cotidiana das elites da Bahia oitocentista. Esses traços de afirmação de poder político e simbólico funcionam, na República, como uma ligação saudosista com os signos de um passado brasileiro idealizado. São objetos originários de um grupo seletivo, mas que, ao serem musealizados, se fazem patrimônio coletivo e, portanto, representam sentimentos de pertencimento dos demais grupos sociais que os validam e garantem a sua legitimidade como bem cultural. De maneira que é possível afirmar, através da análise da materialidade e historicidade desses artefatos, que a alternativa republicana não suplantou os signos do Império e, inclusive, ela se redesenhou acionando esses símbolos do passado para se projetar para o futuro. Um futuro que, por possuir raízes longas e prósperas, tende a ser promissor; ainda que construído a partir, predominantemente, de um único viés cultural, o das elites.

¹⁷ O uso do conceito “semióforo” neste texto é no sentido definido por Marilena Chauí em sua obra “Brasil, mito fundador e sociedade autoritária”, de 2004, na qual a filósofa o desenha como “um signo trazido à frente ou empunhado para indicar algo que significa alguma outra coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica”. A autora extrapola a definição do referido conceito e afirma que este pode ser “um acontecimento, um animal, um objeto, uma pessoa ou uma instituição retirados do circuito do uso ou sem utilidade direta e imediata na vida cotidiana porque são coisas providas de significação ou de valor simbólico, capazes de relacionar o visível e o invisível, seja no espaço, seja no tempo; [...], e expostos à visibilidade, pois é nessa exposição que realizam sua significação e sua existência” (CHAUI, 2004, p. 9).

Analisando as articulações políticas no processo de criação e consolidação do então Museu do Estado da Bahia (1918-1959), a pesquisadora Suely M. Cerávolo (2011) identificou, através da análise de correspondências e relatórios oficiais compartilhados entre as elites políticas da Bahia envolvidas no projeto do Museu, uma ligação direta dos artefatos que representassem um passado glorioso, signos da Colônia e do Império, com a República sob o regime varguista. A autora identificou, ainda, a presença de termos como “progresso” e “civilização”, na elaboração dos debates em defesa da efetivação do Museu. Essa constatação nos ajuda a perceber o tratamento diferenciado dado aos objetos dos diversos grupos sociais que chegaram, via doação ou compra, para compor o acervo do Museu e como eles foram utilizados para produzir uma narrativa oficial na República durante o governo Vargas. Originariamente, o projeto era produzir uma identificação nacional “[...] abrindo espaço para a cultura popular que, no entanto, deveria ser alvo de intervenção ou domesticação, e o Estado se tornou o lugar da renovação, da vanguarda, onde ideias seriam aplicadas – desde que não fossem contra o regime” (CERÁVOLO, 2011, p. 214).

A formação do acervo para compor o Museu do Estado da Bahia ocorre em um contexto político ideológico, em que se buscavam “pensar o Brasil” e preservar os bens de interesse público (tarefa assumida pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN) para reconstruir o Brasil, mas dentro de uma ordem que não destoasse dos projetos do Estado Novo (1937-1945). Sabemos como os museus constroem vínculos e associações diversas com o poder sociopolítico e como essas associações têm um peso nas suas narrativas. A história da criação da coleção e do Museu do Estado da Bahia que nasce como “templo do civilismo”, é um exemplo prático do funcionamento desse vínculo.

A formação do acervo do Museu de Arte da Bahia teve um longo caminho e foi possível a partir de doações de objetos por pessoas comuns e das elites com uma tradição de vinculação com a burocracia estatal. Esse tipo de aproximação produz frutos para os cidadãos e para o projeto da instituição na medida em que é uma forma de distinção social para os doadores e uma maneira de estes se inserirem na história da Bahia e se vincularem aos signos da nação. Portanto, funciona como estratégia de legitimação do poder simbólico da instituição e da sua filosofia que passa a partilhá-la com o social.

Outra autora que revisitou a trajetória do Museu do Estado da Bahia na Era Vargas, um pouco antes de Cerávolo, foi Anadelia A. Romo (2010). Essa autora verificou os embates políticos na formação do Museu do Estado da Bahia em meio a disputas com relação a representações da cultura considerada popular como um todo. Em seu artigo Romo compreende os museus, de maneira geral, como campo de batalha para as representações;

operando tanto como um refúgio para um passado idealizado quanto como um reflexo de ideologias presentes (ROMO, 2010, p. 116). A autora sustenta o argumento de que a política estatal do Estado Novo, na tentativa de reconstrução da identidade nacional, apoiou, na Bahia, a inclusão da cultura popular e afro-brasileira e destaca o papel do Museu do Estado, na gestão de José Valladares, com o apoio do então Secretário Estadual de Educação e Saúde, Isaías Alves (1938-1942). A mesma autora sublinha os embates encabeçados por membros das elites contra a efetivação do projeto inovador de Valladares que objetivava dar visibilidade, através de narrativas construídas com os objetos da cultura popular, a grupos comumente invisíveis no discurso dos museus oficiais do Brasil que priorizavam, à época, a exaltação de figuras políticas e militares. Entre projetos, confrontos, arranjos e reviravoltas no enfoque que deveria dar ao museu, o repertório que venceu e se sustentou na forma final do “museu oficial” foi a versão de uma elite que priorizava “sua própria visão de uma cultura colonial açucareira suntuosa, isenta de índios e escravos” (ROMO, 2010, p. 118). O resultado desses embates, a despeito das intenções do projeto de Valladares de inserir a cultura popular nos quadros da representação oficial da memória da Bahia, foi o silêncio sobre qualquer referência a respeito da presença ativa dos negros e índios na história da Bahia. Assim, o Museu nasce como um “santuário da elite colonial”, ainda que não negue as origens multirraciais na história do Brasil.

Embora tenham ocorrido mudanças nas administrações subsequentes, esse contexto fundador nos ajuda a compreender o perfil predominante do acervo herdado da antiga expografia do Museu do Estado da Bahia. No conjunto, o acervo que atualmente compõe o então Museu de Arte da Bahia, embora contenha peças referentes à cultura afro-brasileira e apresente traços materiais do sistema escravista, por exemplo, a narrativa construída com os objetos, apresenta indícios de como as elites vinculadas aos “clãs açucareiros aristocráticos”, conforme nomeou Romo (2010), exerceram o seu poder na construção do discurso da representação nacional. Uma abordagem de exaltação da “grandeza” de uma elite pretérita herdeira de um “apurado bom gosto” do passado colonial brasileiro que ainda é visível quando se analisa o conjunto dos artefatos preservados na referida instituição.

O Museu nasce dividindo espaço com o Arquivo público do Estado da Bahia e só adquire autonomia quando a seção de Pinacoteca, criada em 1925, e o Museu são transferidos temporariamente para o Solar Pacífico Pereira, no Campo Grande, em 1931 (onde hoje se

encontra o Teatro Castro Alves)¹⁸. Nesse endereço estratégico para visitação pública, o Museu ganha visibilidade e se abre ao público, a despeito dos improvisos nas suas instalações. Outras mudanças ocorreram por ocasião da transferência do Museu para o Solar Góes Calmon, em 1946, no bairro de Nazaré. A compra de objetos de artes decorativas compostas de peças de mobiliário baiano, porcelanas orientais e outras alfaias que pertenceram ao senhor Francisco Marques de Góes Calmon – que governou a Bahia no período de 1924 a 1928 –, alterou, significativamente, a narrativa da curadoria do Museu. Essa mudança de endereço exigiu um novo enfoque para contemplar, afinal de contas, novos objetos da família Calmon em casa do mesmo núcleo familiar. Aqui temos o fortalecimento da relação entre família e poder político na medida em que se transforma uma casa privada com acervo próprio em instituição pública; uma maneira de eternizar o vínculo familiar à burocracia do Estado.

A nova concepção da exposição no Solar Góes Calmon priorizou as coleções consideradas artísticas retirando o perfil cultural eclético da expografia anterior, e a coleção Abbott¹⁹, que constituía o acervo da Pinacoteca, juntamente com a Góes Calmon foi elevada à condição de signos da cultura baiana (CERÁVOLO, 2011, p. 219). Portanto, as exposições do Museu nas novas instalações perderam o seu caráter diversificado e passaram a oferecer uma narrativa direcionada a uma contemplação e orientação pedagógica dos sentidos, objetivando a valorização da “ordem, clareza e bom gosto”, a partir da contemplação de peças que representassem uma “grandeza” das elites pretéritas.

Esse histórico do Museu serve para conectarmos ao diálogo atual, via materialidade, do acervo do Museu de Arte da Bahia (MAB) com o da Academia de Letras da Bahia (ALB) sediada no Palacete Góes Calmon, antiga “Casa do Caquende”, desde 7 de março de 1983; mesma residência onde funcionou o MAB de 1946 a 1982. Após esse período, o Museu de Arte é realocado para o “Palácio da Vitória” onde novamente (re)constrói a sua narrativa e adquire um enfoque voltado para as artes²⁰. De maneira que a escolha de artefatos

¹⁸ CERÁVOLO, Suely Moraes. O Museu do Estado da Bahia, entre ideais e realidades (1918-1959). Anais do Museu Paulista, vol. 19, nº1, São Paulo; Jan./June, 2011, p. 208. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5547/7077>. Acesso em: 25 mar. 2019.

¹⁹ Referente à coleção ao médico inglês e colecionador Jonathas Abbott, adquirida pelo Estado desde 1871.

²⁰ O atual Museu de Arte da Bahia (MAB) foi criado em 1918, por iniciativa do governador Antônio Francisco Moniz de Aragão, através da Lei 1.255 de 23 de julho, como anexo do Arquivo Público da Bahia. No prédio atual que abriga o museu funcionou a antiga Secretaria de Saúde. O prédio foi construído no terreno onde existia o palacete que pertenceu a José de Cerqueira Lima, um rico comerciante de escravos do século XIX; era considerada uma das casas mais ricas do Brasil. Esse palacete foi vendido ao Professor Francisco Pereira de Almeida Sebrão, em 1858, onde instala o Colégio São José. O imóvel foi adquirido pelo governo em 1879 e passou a funcionar como residência oficial dos governadores. No governo de Francisco Marques de Góes Calmon (1924-1927), o antigo palacete encontrava-se em péssimas condições e, por isso, foi demolido e construído no mesmo local “um prédio em cimento armado dentro do gosto “neo-colonial” para sediar a Secretaria de Educação e Saúde” (MAB, 1997, p. 12).

acondicionados na Academia de Letras da Bahia para esta dissertação resultou desse vínculo com o histórico do Museu de Arte da Bahia. Assim, analisar a relação desses dois centros culturais permitiu o cruzamento dos nomes das famílias proprietárias e de colecionadores de objetos de “artes decorativas” da Bahia, que mobilizaram a política cultural baiana no início do século XX, e facilitou a compreensão da trajetória de conjuntos incompletos de peças do cotidiano das elites da Bahia, colonial e imperial, preservadas em museus de Salvador.

Os objetos da coleção da família Góes Calmon foram comprados pelo interventor general Renato Onofre Pinto Aleixo, em 1943, juntamente com a residência da família que, de acordo com Boaventura (2004), pertenceu ao senhor Inocêncio Marques de Araújo Góes Júnior (1839-1897), tio (pai adotivo) do governador Francisco Marques de Góes Calmon (1897-1932). De acordo com esse mesmo autor, as coleções de porcelanas e pinturas eram expostas na sala de jantar da família Góes Calmon, antes do prédio abrigar o Museu do Estado.

A dispersão de peças de conjuntos que outrora eram utilizados no cotidiano de residências das elites da Bahia oitocentista, portanto, pode ser justificada em parte pela falência de famílias tradicionais ou por conta da morte dos patriarcas da família; a venda da casa e da coleção Góes Calmon, por exemplo, ocorreu após o falecimento do político. Por isso, é recorrente a identificação de objetos de serviços da casa e da mesa espalhados pelos museus da cidade do Salvador e, mesmo, do Brasil (muitos desses artefatos foram disputados por colecionadores no início do século XX e, ainda hoje, aparecem peças dos séculos XVIII e XIX, que pertenceram a famílias baianas, em sites de leilões mobilizando o mercado de antiguidades). Há, também, parcerias entre instituições que cedem, temporariamente, objetos para compor exposições na modalidade de comodato; essa parceria ocorre entre o Museu de Arte da Bahia e a Academia de Letras, por exemplo, que possui peças do MAB na sua exposição utilizando esse recurso administrativo.

Edivaldo Boaventura (2004) menciona que, por ocasião da reinauguração do Museu de Arte da Bahia, em 1970, uma parte do acervo foi retirada para constituir o Museu do Recôncavo Wanderley Pinho (MRWP), no Engenho Freguesia, inaugurado em 1971, pelo então governador e amigo das famílias (Pinho e Calmon), Luiz Viana Filho (BOAVENTURA, 2004, p. 56). Esse projeto contribuiu para a dispersão e desagregação de uma parte importante da coleção de artes decorativas do acervo do MAB, sobretudo de peças

de aparelho de jantar e outros artefatos que outrora foram utilizadas nas mesas dos sobrados da Bahia oitocentista²¹.

A respeito da coleção de louça doada por Jorge Calmon à Academia de Letras, Victorino Miranda (2002) lembra que a proximidade de Jorge Calmon com outras famílias tradicionais da Bahia facilitou a reunião de serviços raros para a sua coleção e este soube fazer dela um meio de preservação da “memória histórica da sua terra e das suas gentes” (MIRANDA, 2002, p. 4). Mencionamos acima que a doação de artefatos para compor coleções de instituições culturais públicas funciona como uma forma de associação da imagem do doador à representação ideológica institucional. Portanto, ao doar uma coleção inteira de artefatos raros pertencentes, em boa parte, à sua família e à de seus pares para expor em uma instituição como a Academia de Letras da Bahia, Jorge Calmon imortaliza a sua presença e da sua família em cada um desses artefatos e vincula a sua imagem à imagem oficial da história da Bahia.

Outra instituição que possui uma quantidade significativa de artefatos de uso cotidiano e dialoga com o acervo do MAB e da ALB, pela temporalidade e tipologia, é o Museu Carlos Costa Pinto (MCCP). Um breve histórico sobre a criação dessa instituição nos ajuda na leitura do seu acervo e justifica a utilização de alguns artefatos que compõem as suas coleções nesta dissertação.

O Museu Carlos Costa Pinto foi inaugurado em 05 de novembro de 1969, com o apoio do então governador do Estado da Bahia, Luiz Viana Filho. A casa onde atualmente se localiza o Museu foi pensada inicialmente para abrigar o acervo e servir de morada para os proprietários. Esse projeto foi alterado após a morte do comerciante do ramo açucareiro e colecionador Carlos Costa Pinto (1946), para uma única finalidade, o Museu. Seu acervo, composto por mais de 3 mil exemplares, com uma boa parte de peças que pertenceram às elites da Bahia setecentista e oitocentista em decadência financeira, adquiridos por compra pelo comerciante do “ramo açucareiro” Carlos Aguiar Costa Pinto; um baiano com uma genealogia familiar ligada aos distintos do Império com trajetória política associada à transição para o regime republicano.

Nascido a 24 de dezembro de 1885, em Salvador, filho do comendador Joaquim da Costa Pinto e de Sophia Henriqueta Macedo de Aguiar e neto do marechal Francisco Pereira

²¹ O Museu do Recôncavo Wanderley Pinho, situado na Vila de Caboto, Candeias, foi saqueado entre os dias 5 e 6 de março de 1991. Nesse roubo, o museu, que há muito enfrentava problemas estruturais e de segurança, perdeu 173 peças dos séculos XVIII e XIX; uma boa parte pertencia ao acervo do Museu de Arte da Bahia que foi cedido por empréstimo para compor a expografia do museu (A TARDE, 8/8/1991). Após muito tempo de investigação alguns desses objetos foram recuperados em boas condições e outros foram entregues em cacos (A TARDE, 9/4/1996).

de Aguiar, um político de influência notável na Bahia à época. De acordo com Godoy (1997), por ocasião da morte do seu pai, Costa Pinto e os irmãos foram amparados pelo seu avô e, portanto, foi na “casa ancestral” do avô materno, o “Solar Bom Gosto” (Local onde hoje é a Reitoria da UFBA), onde Costa Pinto teria conhecido o gosto por obras de arte e acessado a tradição de requinte dos sobrados. A propósito da biografia do colecionador, a autora destaca o seguinte:

Carlos Costa Pinto foi um colecionador por excelência, mas com características muito próprias. Ao longo de sua vida procurou juntar peças que, além do prazer que davam aos olhos e ao espírito, refletiam a Bahia do seu tempo, do tempo de seu pai e avós – uma Bahia que se esgotava e se transformava sem deixar registro [...] (GODÓY, 1997, p. 110).

As peças adquiridas pelo comerciante possuem estilos, temporalidades e materialidade distintos; um acervo eclético que apresenta exemplares de peças provenientes, em grande parte, “dos solares do Recôncavo, das velhas igrejas e conventos, de cuja fama hoje só resta veneráveis ruínas” (GODOY, 1997, p. 111). Esses artefatos acumulados, ao longo dos anos, por Carlos Costa Pinto em suas viagens eram acondicionados na residência do casal, localizada no terreno vizinho do Museu, no Corredor da Vitória, onde hoje existem condomínios residenciais de luxo. De acordo com a narrativa do Museu, as peças da coleção ficavam nos ambientes públicos da casa do colecionador e, inclusive, é provável que algumas dessas peças tenham sido utilizadas pelo casal em recepções públicas antes de serem catalogadas para o museu.

A dedicação da senhora Margarida Costa Pinto, a viúva do colecionador, na doação dos artefatos para compor as coleções para o MCCP foi possível a partir do apoio do governo do Estado que resultou da proximidade da viúva com a senhora “Juju Viana”, esposa do então governador Luiz Viana Filho. Esse apoio foi continuado no governo seguinte que, inclusive, contribuiu para a ampliação das dependências do Museu. Essa instituição é compreendida como de caráter privado, entretanto, tendo em conta a parceria dos governos do Estado e de outras instituições públicas que contribuem para a sua sustentação e, ao se dedicar ao atendimento do público diverso, este adquire uma dimensão pública que é a própria natureza do museu. A Propósito, Pomian (1984) afirma que, independente do seu estatuto legal, o museu é uma instituição pública, pois no seu ponto de partida existe um ato das autoridades públicas ou de uma coletividade e, ainda, pelo fato de serem abertos a todos (POMIAN, 1984, p. 83). Portanto, as instituições contempladas nesta dissertação são de caráter público e estão, direta ou indiretamente, vinculadas à história nacional brasileira.

A história do Museu Carlos Costa Pinto possui especificidades, é verdade; entretanto, há pontos de aproximação dos estilos, origem e temporalidade dos artefatos acondicionados no MAB e na ALB, além de se tratar de três instituições que resultaram do funcionamento das redes familiares e políticas que possibilitaram a transformação de artefatos de particulares em semióforo público e garantiram a sua sobrevivência. É oportuno frisar, além disso, que Carlos Costa Pinto, ao resgatar peças de família tradicionais da Bahia em decadência financeira, por um lado, eleva e celebra um recorte do passado da história da Bahia e, por outro, garante, por meio das peças, o seu prestígio e explicita a sua posição social.

De sorte que a cultura material, que compõe os acervos dos três centros culturais mencionados, preservada por colecionadores baianos compartilhavam um gosto pela prática do colecionismo aliada a uma preocupação com a preservação material da imagem de uma tradição ancestral de uma Bahia próspera e distinta. Os estudos de vestígios do passado em museus, como verificamos, é sem dúvida alguma, um desafio enfrentado por pesquisadores(as) da cultura material. Boa parte dos artefatos encontram-se deslocados dos seus contextos de uso e, por vezes, sem informações básicas necessárias à compreensão da sua historicidade. É o caso de muitos objetos que foram analisados nesta dissertação. Por esta razão, entender a sua trajetória, seus usos e significados em um dado contexto de produção e reprodução social, exige um salto de fé, no exercício de imaginação histórica, e muito trabalho no cruzamento de fontes. Exige, além disso, um cuidado de não ceder ao fetiche dos objetos pela forma como ele são dados a ler nos museus, palcos de contemplação do social e de produção de narrativa histórica oficial.

Por todas essas questões, a melhor alternativa encontrada para evidenciar informações pouco divulgadas sobre alguns objetos dessa pesquisa foi a produção do *corpus* documental (v.2) com fichas individuais para cada objeto. Essa estratégia metodológica nos ajudou a compreendê-los no conjunto e, a partir da leitura da iconografia que os personaliza, perceber o gosto estético e possíveis pretensões sociais dos proprietários nas suas práticas e representações sociais.

Se o estudo da cultura material é, em si mesmo, um desafio ao ofício do(a) historiador(a), o estudo dos meandros da exposição museográfica e a sua recepção pelo público é uma tarefa que exigiria um fôlego considerável ou, mesmo, outra tese. Por isso, a menção às museografias dos centros culturais em estudo nesta pesquisa teve a função apenas de situar a narrativa e não dar conta da complexidade que tal análise exige. Tratamos de situar os artefatos musealizados e sua função como veículos de apropriação social na educação dos sentidos e do seu potencial na elaboração dos discursos das instituições culturais que os

guardam. No capítulo a seguir, veremos como as casas podem funcionar como palcos de representação da vida social e como os artefatos também são mobilizados no cotidiano para a educação dos sentidos na apreensão do mundo social e, portanto, se configuram em espaços que transitam entre o público e o privado onde o funcionamento do poder simbólico tem o seu lugar.

2. A CASA COMO PALCO DE REPRESENTAÇÃO DA VIDA SOCIAL

2.1 A cidade do Salvador na segunda metade do século XIX: contexto sociocultural, econômico e político.

Em meados do século XIX, apesar das mudanças no cenário urbano, Salvador ainda possuía um perfil marcadamente rural com seu entorno demarcado, em grande parte, pelos verdes das matas e pelo mar. A propósito dessa questão, Kátia Mattoso (1992, p. 103) menciona a confusão que as próprias autoridades administrativas da Província faziam na compreensão dos limites entre a cidade e o campo. A historiadora afirma que essa divisão só seria feita em maio de 1857, quando foi regulamentado, mais rigorosamente, o imposto estabelecido, desde 1811, sobre imóveis urbanos. O que significa dizer que o desenho oficial da Cidade do Salvador resultou da demanda pela efetivação da cobrança desse imposto. De acordo com a autora, essa delimitação da cidade pelos peritos nomeados pelo governo para tal atividade, os senhores Francisco Pereira de Aguiar e Francisco Antônio Filgueira, correspondia à superfície ocupada pelas dez paróquias urbanas, a saber: Conceição da Praia, Pilar, Sé, Santo Antônio Além do Carmo, Penha, Sant'Anna, Brotas, São Pedro, Passo e Vitória; assim se definiu o desenho de Salvador à época. A avaliação de Mattoso é de que esses limites excluía boa parte da paróquia de N. S. de Brotas (que se estendia até a Pituba) e de N. S. da Vitória (o Rio Vermelho). Possivelmente, os trechos que ficaram de fora deveriam possuir um contingente populacional menor.

Apesar desse desenho oficial da cidade do Salvador em 1857, é pertinente ter em conta um olhar mais cuidadoso acerca da cidade e seus limites. As narrativas de viajantes estrangeiros que passaram por Salvador, no século XIX, também apresentaram descrições imprecisas sobre as fronteiras da cidade. Em geral as observações desses viajantes apontaram, como zona urbana, a cidade antiga, onde se localizava a administração pública e o comércio da cidade, enfatizando, quase sempre, a movimentação comercial e de comunicação entre a Cidade Alta e Cidade Baixa. A freguesia da Vitória, mesmo localizada distante do velho centro, figura em quase todas as descrições desses visitantes por se tratar de local onde se concentravam as residências de grandes comerciantes e homens de negócios estrangeiros.

Ao passar por Salvador, entre 11 e 14 de janeiro e depois de 11 a 12 de fevereiro de 1860, Ferdinand Joseph Maximilian Von Oesterreich, ou Maximiliano da Áustria, o príncipe do Império Austro-Húngaro, descreveu, em vários trechos do seu esboço de viagem, a estrutura física e movimentação social da Vitória. Na sua chegada, o viajante transitou pela

Vitória em direção ao Campo Grande e descreveu esse trecho nos seus primeiros registros, da seguinte forma:

uma rua reta, larga, ladeada de algumas casas de campo, conduziu-nos a grande praça da Vitória (atual Campo Grande). Diante da primeira casa de campo, à direita, vimos altos exemplares de coqueiro [...]. A grande praça da Vitória é como um gigantesco campo de treinamento; uma área ampla e plana, em volta da qual estão algumas árvores mirradas, e na qual as manchas irrompem como manchas isoladas. Desse tipo são todas as praças brasileiras. [...]. Em volta do campo da Vitória, estão, contudo, casas graciosas e claras, com encantadores jardinzinhos. As casas em geral, em leve estilo grego ou italiano, de construção tão leve e frágil que parecem brinquedos infantis bem arrumados, trazem em si a marca de moradias de novos-ricos que estão só de passagem, construídas apressadamente. Muitas pilastras, estátuas e arabescos variados para demonstrar o valor dos proprietários. As paredes finas como papelão indicam a curta transitoriedade dessa posse. As inúmeras janelas, varandas e terraços, porém, são os sinais do verão ininterrupto” (MAXIMILIANO, 1982, p. 78-79).

Como se pode notar, nesse recorte da descrição da praça (Campo Grande) e de parte da Vitória feita por Maximiliano, nota-se, ao mesmo tempo, um esforço de apreciação dos elementos estéticos da paisagem e residências da Vitória e uma dificuldade de compreensão do contexto cultural por parte do viajante que o impede de ampliar mais a descrição da cultura material. Apesar dos problemas em virtude do choque cultural e das tentativas de projetar o seu referencial europeu de civilização no solo baiano, o estrangeiro descreve outras ruas da cidade, como a Avenida Sete de Setembro e, seguindo em direção à Praça do Teatro, de forma empolgada à primeira vista, diz ter chegado, então, “à cidade propriamente dita, isto é, àquelas fileiras compridas de casas que se estendem pela encosta elevada, paralela à baía”²². O Príncipe aporta na Barra e segue com sua reduzida comitiva pela ladeira da Barra até alcançar a Vitória, dirige-se ao Campo Grande e seu entorno, retoma a caminhada pela Avenida Sete de Setembro até alcançar a Praça do Teatro por onde acessa o centro antigo da Cidade. É válido notar que Maximiliano se refere à Vitória como espaço de veraneio, o que sugere que na sua visão esse bairro localiza-se fora dos limites da cidade e com moradores estrangeiros vinculados ao grande comércio e, portanto, sem intenção de fixação no território.

Guardados os devidos cuidados que a pesquisa histórica deve ter ao lançar mão da literatura de viagem como fonte, os relatos de Maximiliano possuem um valor documental relevante à história da Bahia na medida em que possuem pontos de conexão com outras fontes, inclusive relatos de outros viajantes que passaram por Salvador no século XIX. Os estrangeiros que estiveram em Salvador, no século XIX, não pouparam adjetivos negativos

²² Maximiliano menciona a Vitória em várias oportunidades durante a sua estada em Salvador.

nos seus registros, sobretudo no que se refere à presença da Escravidão. Essa realidade não passou despercebida pelos olhos e pela pena de Maximiliano desde a sua chegada à Salvador. Apesar dos adjetivos violentos escolhidos pelo Príncipe para descrever a presença dos negros “de todas as idades” nas ruas de Salvador, seus registros podem ser lidos, também como um documento de denúncia da situação de miséria e abandono social da população negra que movimentava a economia da cidade na condição de escravizados.

A cidade do Salvador que teve como critérios para a sua fundação um local que possibilitasse a construção de “uma fortaleza e povoação grande e forte”, conforme especifica o documento de sua fundação de 1548²³, apresenta, nos meados do século XIX, uma fronteira física e social considerável. Essas fronteiras nos fornecem uma imagem bastante sugestiva para a compreensão das distinções tão apreciadas pelas elites da Bahia. Dividida em cidade alta e cidade baixa, Salvador apresentava uma face muito semelhante à sua antiga Metrópole. Uma faixa estreita e movimentada, a cidade baixa, era limitada por duas construções religiosas de vulto: ao sul, a Basílica de Nossa Senhora da Conceição e, ao norte, a Igreja de Nossa Senhora do Pilar. De acordo com Kátia Mattoso (1992), esse estreito espaço que compreendia a cidade baixa possuía uma única rua paralela ao mar até 1870, onde era possível encontrar uma profusão de bazares, lojas e mercados em que se podia adquirir, através da compra, toda sorte de mercadorias, de legumes frescos a escravos (MATTOSO, 1992, p. 436).

Além da movimentação de pessoas e de produtos de todos os tipos e origens à venda na cidade a “Beira Mar”, há um aspecto recorrente nos relatos de viagem dos estrangeiros que passaram por Salvador: é o problema da sujeira. Sobre essa questão, o vice-cônsul inglês, James Wetherell, que residiu na Bahia de 1843 a 1857 e deixou registros marcantes sobre aspectos da vida social, cultural e econômico da cidade e, inclusive, identificou o problema da imundície e da falta da conservação da pavimentação das ruas da Cidade Alta e Baixa. Em 1843, o vice-cônsul afirma que,

Uma vez estragadas, as ruas parecem nunca ser consertadas, ficando assim condenadas a se tornarem, com o decorrer do tempo, quase intransitáveis. No centro da rua existe uma sarjeta; mas, sendo o canal para as águas das chuvas, só se acha temporariamente limpo quando desaba um aguaceiro sobre a cidade. Tal canal, no entanto, se acha quase sempre cheio de água

²³ Ver: Regimento de Tomé de Souza, de 17 de dezembro de 1548, também conhecido como Carta de Almerim, que nomeia Tomé de Souza como governador das terras do Brasil. O documento legitima a fixação/povoamento com a justificativa de enaltecer a “Santa Fé”. Ademais, esse documento, que funda a cidade do Salvador, define o seu papel como um ponto estratégico de expansão colonial e operacionalização de uma nova política de controle e intervenção direta do Estado nos rumos da vida colonial que estava sob o domínio de particulares. Disponível em: http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/2018-04/Regimento_que_levou_Tome_de_Souza_governador_do_Brasil.pdf. Acesso em: 26 jun. 2018.

suja, cujos eflúvios não são o pior castigo que o pedestre tem que suportar, já que ele se acha a cada passo na possibilidade de ser enlameado e sujo (WETHERELL, s/d: 20)²⁴.

Os problemas da sujeidade enfatizados por viajantes, e destacados com vários tons nos registros do vice-cônsul Wetherell, verificados no recorte acima, eram uma realidade tanto da parte alta quanto da baixa da cidade. Sobre a questão das péssimas condições de higiene da Cidade Alta, a historiadora Consuelo Novaes Sampaio (2005) cita uma matéria do Diário da Bahia, de 25 de dezembro de 1879, que apresenta a denúncia feita pelo responsável pelo asseio da cidade, o senhor Antônio Cardoso de Castro, na qual ele se defendia dizendo que “não tinha culpa que os numerosos habitantes da grande casa do Ferrão, que lhe fica por diante, na falta de cano, façam para ali todo o despejo do seu lixo, águas servidas e matérias fecais”. A matéria é sobre a limpeza de um beco que ficava em frente à ladeira do Ferrão. A casa do Ferrão era uma das residências de destaque na Cidade Alta (SAMPAIO, 2005, p. 127). Sampaio lembra que, no período, o solar Ferrão era ocupado pelo Barão da Palma, Antônio de Freitas Paranhos, filho do português José de Freitas Paranhos, tio de José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco²⁵. Como se pode notar, as ruas da cidade do Salvador recebiam lixo de todo o tipo oriundo das casas dos pobres e dos ricos.

A parte alta da cidade reunia as cinco paróquias consideradas mais importantes da cidade (Sé, Santo Antônio Além do Carmo, Santana, Paço e São Pedro o Velho). Possuía desde palacetes nobres, como o citado solar Ferrão, até igrejas suntuosas, casas modestas de taipa, prédios de dois andares e prédios da administração pública. Era o centro administrativo e religioso da cidade, com ruas largas e muitas outras estreitas. O viajante Wetherell, talvez motivado pela melancolia do momento, destaca o silêncio dessa parte da cidade durante o dia que é quebrado apenas com a “vociferação” de alguns habitantes de passagem ou vendedores. A propósito, Kátia Mattoso (1992) destaca que a maior movimentação nas ruas da Cidade Alta era durante as primeiras horas do dia, quando os trabalhadores, de toda a ordem, passavam por elas em direção ao centro comercial, à Cidade Baixa, e ao cair da noite ao retornarem aos seus lares.

²⁴ Esta versão da tradução do Banco da Bahia, S/A, feita por Miguel Paranhos do Rio Branco, não possui data de publicação. É relevante ter em conta que os registros do vice-cônsul Wetherell, na Cidade da Bahia, ocorrem na gestão de Francisco Gonçalves Martins, Visconde de São Lourenço e João Maurício Wanderley, Barão de Cotegipe. Trata-se de um contexto considerado próspero para o setor da economia baiana, conforme mencionado no texto.

²⁵ Esses e outros nomes que aparecerão ao longo do presente capítulo são importantes porque possuem vínculos com a cultura material em estudo.

As péssimas condições de higiene eram bastante agravadas na Cidade Baixa. O centro comercial, em virtude da acumulação de mercadorias de toda a ordem, somadas aos resíduos que desciam ladeira abaixo, ora levados das residências pelos escravos e despejados nas encostas ou no mar, ora arrastados pelas águas das chuvas, acentuavam o problema. As chuvas, com muita frequência ao longo de todo o Século XIX, arrastavam casas inteiras dizimando partes significativas da população que ocupavam insistentemente – em muitos casos, por falta de terrenos mais adequados para a habitação e sobrevivência no comércio-, a encosta que dividia as duas partes da cidade. Esses eventos além de inundarem a movimentada rua comercial com sujidades de todo o tipo, contaminavam algumas nascentes (fontes) importantes para a cidade.

As dificuldades com o abastecimento de água “de beber” e de “lavar” permaneceram como um desafio para as Províncias do Brasil até o final do século XIX. Salvador, embora tivesse uma quantidade razoável de nascentes, também sofria com dificuldades no abastecimento de água potável. De acordo com Sampaio (2005), os escravos só conseguiam água para beber na Fonte de São Pedro ou na Fonte do Queimado, que ficava fora dos limites da Cidade. O abastecimento da cidade com água disponível em chafarizes só começou com a criação da Companhia de Queimado em 7 de janeiro de 1857²⁶.

Já o deslocamento na cidade durante a noite era para poucos, em virtude, ao que tudo indica, dos transtornos diversos que envolviam desde a falta de segurança - uma vez que o policiamento à noite era precário - ao medo da sujeira das ruas mal pavimentadas e escuras. As ruas de Salvador, desde a década de 1840, eram iluminadas por lampiões nutridos a óleo de baleia e colocados em alguns pontos da cidade, mas forneciam uma iluminação deficitária. De acordo com Consuelo Sampaio (2005, p. 122), o uso do gás de hidrogênio bicarbonato para fins de iluminação só seria uma realidade para Salvador nos anos de 1850. O serviço de iluminação pública e depois residencial na Província da Bahia é dominado exclusivamente pelos ingleses através da *Bahia Gás Company Limited* durante trinta anos, contados desde a sua instalação. Os primeiros lampiões a gás foram instalados em 1862, entretanto, a precariedade desse serviço permanece durante todo o período do monopólio inglês só sendo resolvido no final do século, com o advento da energia elétrica, sob o domínio alemão.

No que se refere ao índice populacional da Cidade do Salvador nos meados do século XIX, é válido lembrar que há uma série de dúvidas em virtude da escassez de fontes oficiais confiáveis, de modo que compromete o rigor necessário para a elaboração dos cálculos

²⁶ O manancial da Companhia do Queimado era o rio “Queimado”, uma das nascentes do rio Camurugiipe.

estatísticos. Embora os viajantes das décadas de 1850 e 1870, tenham apresentado estimativas com um quantitativo que, em muitos pontos, se aproximam de uma porcentagem plausível, Kátia Mattoso (1992) lembra os cuidados que se deve ter com as lacunas apresentadas pelos viajantes e nos recenseamentos da Capitania e Província da Bahia, mesmo no cálculo oficial brasileiro que data de 1872. A autora pontua uma série de eventos que deveriam ser levados em consideração para uma leitura mais apurada dos recenseamentos. Entre esses eventos a historiadora destaca a mortalidade em virtude do surto de febre-amarela (1850) e cólera-morbo (1855), a emigração de pessoas empurradas para a cidade em razão da seca (a partir, sobretudo de 1857) e, acrescenta o que ela chama de “população flutuante”; que seriam os subalternos, marinheiros e outros sujeitos que, residindo temporariamente em Salvador, concorriam pelos itens de nutrição, fornecidos pelo mercado da Cidade (MATTOSO, 1992, p. 113)²⁷.

Tendo em vista esse quadro, Mattoso opta por afirmar que, em 1872, a Cidade teria em torno de 108.138 habitantes e que, em 1890, esse número contaria em aproximadamente 144.959. Reforça, ainda, que “embora esse crescimento não tenha sido linear, – sofreu as consequências das crises, doenças, rigores climáticos-, continuou a existir, em paralelo ao crescimento populacional da própria Província” (MATTOSO, 1992, p. 114). São questões mais apuradas que os viajantes em curto período e, por vezes, cercados e mimados pelas autoridades da cidade teriam dificuldades de mensurar.

O porto de Salvador que, nos três primeiros séculos, assume um papel de extrema relevância para escoar os principais produtos de exportação de produtores locais da Província da Bahia, permanece, quase todo o século XIX, com grande notoriedade desde a transferência da capital para o Centro-Sul, em 1763. Entretanto, é relevante observar que, em meados do século XIX, há uma dinâmica diferenciada na variedade da origem dos navios atracados nesse porto impulsionados desde a abertura comercial. O fluxo variava de acordo com a situação do mercado nacional e internacional. Salvador permanece, na segunda metade do século XIX, com uma concentração relevante de recursos financeiros, econômicos, sociais de toda a Província. Atraiu, com isso, grande fluxo de pessoas e produtos de origens diversas, nacionais e internacionais. A cidade da Bahia, como Salvador era conhecida, tinha um papel fundamental como ponto de conexão e apoio de navios de diversas origens e tipos, que se estendiam a diversos pontos da Cidade Baixa, sobretudo, nas imediações dos grandes

²⁷ Ainda de acordo com a autora, o surto de febre amarela torna-se endêmico, com manifestação que atinge marinheiros em 1861, 1862, 1864, 1873, 1875 e de 1876 a 1879. A epidemia rompeu os limites da Cidade do Salvador, atingiu o Recôncavo e parte do Agreste dizimando parte da população de Jeremoabo e de Feira de Santana.

trapiches, propriedades de particulares e firmas estrangeiras, que movimentavam o comércio no Porto.

O comércio de importação e exportação era dominado por firmas estrangeiras, principalmente, inglesas, alemãs e francesas. Além do vínculo comercial com o mercado internacional, Salvador permaneceu como um centro importante de reexportação de mercadorias atendendo às demandas de diversas áreas do Império, especialmente, em períodos de constantes secas e pluviosidade com volume excessivo que interferiam negativamente na colheita dos produtos de primeira necessidade da Província.

De acordo com Consuelo Sampaio (2005, p. 53), no final do Império, a participação da Província da Bahia no sistema capitalista no contexto nacional era periférica, perdendo para as províncias do Centro-Sul, cuja produção cafeeira liderava as exportações e exercia forte influência sobre o poder central. É lúcido lembrar que se trata de um contexto de crise econômica e política no cenário internacional e no Brasil, de modo que a crise que atinge a Bahia não pode ser vista desconectada do contexto geral; um contexto em que o governo brasileiro imperial redireciona recursos econômicos e humanos para sustentar as disputas com vizinhos americanos (o caso da Guerra com o Paraguai é o exemplo mais significativo), o redirecionamento da economia de exportação internacional para as regiões cafeeiras e outras querelas políticas que culminariam na abolição definitiva da escravidão e, posteriormente, na mudança de regime político. Apesar desse quadro, o porto de Salvador permaneceu com grande movimentação e importância econômica para o Império.

Apesar dos altos e baixos, em virtude dos diversos eventos de ordem nacional e internacional que interferiam no mercado exportador brasileiro durante o Império parece ter sido acentuado após a década de 1850. Para os primeiros anos da década de 1850, Fernanda Villela Bastos (2014) citando os dados apresentados por Waldir Freitas Oliveira (1999), lembra, curiosamente, que havia um otimismo econômico e certa tranquilidade pública no Império. De acordo com Bastos (2014), esse ambiente facilitou os investimentos e transações bancárias de capitalistas baianos, verificados através de relatos no período,

Teriam sido fundados, nessa década, a Caixa União Comercial, a Caixa Filial do novo Banco do Brasil e o Banco da Bahia, que, na realidade, serviriam mais para concentrar as reservas monetárias de um reduzido número de empresários, do que como instrumentos de desenvolvimento da Província. Haveria dinheiro, mas faltaria energia, transporte, técnica, crédito e mercados, recursos necessários para fazer com que a prosperidade baiana prosseguisse (BASTOS, 2014, p. 20).

Embora a autora mencione que esse contexto de investimentos bancários favoreceu a um pequeno número de empresários, lembra que a despeito dos sinais da crise na produção do açúcar, devido aos investimentos para o aperfeiçoamento da sua fabricação, no cenário internacional e em outras Províncias do Brasil, houve investimentos para a melhoria nos serviços de abastecimento da Província da Bahia. A autora sinaliza, ainda, que durante o governo de João Maurício Wanderley, futuro barão de Cotegipe, que teve início em 1852, fora lançada a pedra fundamental para a construção da Companhia do Queimado. Essa companhia foi destinada ao controle e fornecimento de água potável para a cidade. Além disso, foi nesse governo que começaram as negociações para a construção das estradas de ferro na Província da Bahia. Entre as idas e vindas de privilégios cedidos pelo governo da Província a particulares para a construção das ferrovias, os ingleses, mais uma vez, aparecem comprando concessões e assumindo o monopólio das construções.

É Consuelo Sampaio (2005) que cita a compra, pelos ingleses, da concessão que pertencia a Joaquim Francisco Alves Branco Muniz Barreto, em 1855, para capitalistas ingleses e brasileiros. Essa transação resultou na criação *Bahia and San Francisco Railway Company* em janeiro de 1856, em Londres. Uma negociação que envolveu a intermediação de Muniz Barreto e altos funcionários do Império. De acordo com a autora, “a quase totalidade da equipe técnica da estrada de ferro era de estrangeiros e os equipamentos eram importados da Inglaterra” (SAMPAIO, 2005, p. 158).

A construção da ferrovia foi lenta e, por isso mesmo, inaugurada em longas etapas, de maneira que, como lembra a autora, a conclusão do percurso total planejado teria durado em torno de quarenta anos após a fundação da Companhia, com extensão final de 572 km, em 1896. A procrastinação para a conclusão da estrada despertou a atenção do príncipe Maximiliano, que, durante a sua visita aos arredores da Cidade do Salvador, passou pelo primeiro trecho, de Jequitaia a Aratu, quase pronto à época, sendo inaugurado em 29 de setembro daquele ano²⁸. O viajante destaca, em seu registro de viagem, a aparência de abandono no trecho da obra da ferrovia antes mesmo de ser finalizada.

No que tange aos investimentos e empreendimentos para o setor industrial, no caso da Bahia, Kátia Mattoso (1992, p. 79) salienta que Salvador ficou dependente das atividades comerciais com o mercado exterior e que houve pouco investimento em atividades industriais independentes do setor açucareiro. De acordo com a autora, ainda que o Estado tenha

²⁸ HABSBURGO, Maximiliano de. Bahia 1860: esboços de viagem. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro; Bahia: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1982, p. 125.

motivado a criação de indústrias têxteis, estas não foram bem sucedidas, uma vez que não conseguiram fluxo contínuo de investimento e produção de lucro. A dependência dos produtos industriais e técnicos estrangeiros foi uma realidade em todo o território brasileiro, com resquícios que se verifica desde o período colonial.

A ênfase na falta de investimentos em produtos desvinculados do mercado açucareiro dada por Mattoso (1992) parece se conectar com alguns pontos da tese do “sentido da colonização” de Caio Prado Junior (2011). De acordo com essa tese, os empreendimentos que sustentaram a colonização nos trópicos se reduziram a uma “vasta empresa comercial” que visava produzir produtos primários para atender as demandas do mercado externo. Esse “sentido” teria caracterizado a formação da sociedade e economia brasileira e desconsiderado iniciativas que não seguissem esse interesse exterior. Nessa linha, conforme defende o autor, “nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isso”, afirma o autor (PRADO JUNIOR, 2011, p. 29).

Apesar de insistir na tese da permanência da “grande exploração”, o autor não desconsidera a complexidade do desenvolvimento da economia colonial. Em alguns pontos da sua obra, ele situa a dinâmica das relações comerciais e sociais da colônia para além dessa compreensão, aparentemente simples, de uma colônia produtora de gêneros primários para o mercado externo. Uma das ponderações do autor a propósito dessa questão e que nos interessa é que, com o crescimento populacional, evidenciaria um “elemento novo”, que implicaria na diversificação da produção favorecendo o desenvolvimento do mercado interno e com potencial para fortalecer um setor econômico nacional que atenderia, não mais exclusivamente às exportações, mas as necessidades do país (PRADO, 2011, p. 130).

A obra do historiador marxista problematiza a relação entre o “sentido da obra da colonização do Brasil”, que teria produzido uma “vida orgânica”, ligada à grande exploração, e à chamada “vida inorgânica”, relacionada às atividades que possuíam um papel subalterno dentro do sistema comercial. Esse aspecto da obra de Prado possibilita pensar a respeito das negligências do governo colonial e imperial no que tange ao mercado interno. Seguindo a análise do autor, o chamado “setor inorgânico”, compreende as atividades voltadas para o mercado interno; a pecuária, produções de gêneros agrícolas, como, por exemplo, a farinha de mandioca, inclusive, um dos produtos mais importantes para a dieta dos brasileiros e, em momentos de crise interna, mais disputada por todos os setores. Assim, a força da “grande exploração” que teria subordinado a estrutura social, política e cultural da colônia, conforme defendeu Prado, deixou seus traços na segunda metade do Império.

Esse debate, embora não seja o propósito deste texto, nos ajuda na compreensão dos conflitos sociais e políticos em torno do desabastecimento e organização do mercado interno verificados em Salvador durante a segunda metade do Século XIX. A temporalidade e finalidade da análise por Prado (2011) não é a mesma desta pesquisa. O autor analisa o período colonial, sobretudo o final do século XVIII, se estendendo por vezes até a primeira metade do século XIX, um pouco além da chegada da Família Real ao Brasil, preocupado com uma interpretação do Brasil que aponte saída para a criação de uma nação brasileira. O pesquisador aposta no mercado interno, que, embora desorganizado, tenderia a caminhar para algo novo, nacional. Para além do projeto político do autor, o que nos interessa com a menção à sua obra, é compreender as crises econômicas e os conflitos que sacudiram a primeira metade do século XIX e se propagaram “na forma de queixas” e embates da população pobre - esta que o autor classificou como “setor inorgânico” - com os setores públicos na segunda metade do século XIX. Os traços desse “sentido da colonização”, a despeito das pretensões de modernização e civilização das elites do Império, permaneceram nas suas práticas administrativas, comerciais e de sociabilidade na Bahia até o final do século.

As investidas do governo imperial em alianças com empresários estrangeiros e particulares para o aperfeiçoamento da produção de açúcar, ao que tudo indica, é um sintoma dessa permanência. Apesar da oscilação do mercado e dos lucros flutuantes advindos da fabricação do açúcar e do medo da concorrência externa, verificam-se poucos investimentos por parte de senhores de Engenho para o aprimoramento dessa indústria. Nesses termos, Waldir Oliveira (1999, p. 46), apresenta algumas apostas, para a modernização da produção do açúcar, feita por poucos homens que, além de senhores de engenho, também possuíam cargos na administração pública na Província. Um nome citado pelo pesquisador é Francisco Gonçalves Martins, futuro Visconde de São Lourenço, presidente da Província nos períodos de 1848 a 1852 e de 1868 a 1871, responsável pela modernização do Engenho de São Lourenço, como um dos políticos que mais se mobilizou para o desenvolvimento industrial da Bahia. Os períodos de governos de Francisco Gonçalves Martins foram marcados por uma recuperação econômica na Bahia e pela realização de diversas obras na cidade antiga de Salvador (atual Centro Histórico) e no Recôncavo durante os seus mandatos. Foi também um governo que se destacou, além disso, por suas medidas enérgicas na tentativa de disciplinar o trabalho e controlar a população negra de Salvador.

Outro exemplo mencionado pelo mesmo autor foi o investimento feito por Tomás Pereira Jeremoabo da Costa, o futuro Barão de Jeremoabo, no seu Engenho denominado “Novo”, às margens do rio Paraguaçu. Mesmo engenho visitado por D. Pedro II em 1859 e

alguns dias depois pelo seu primo-irmão Maximiliano que destaca, dentre outros temas, “o grande moinho de açúcar, acionado a vapor e a forte jato d’água, o primeiro e único estabelecimento desse tipo no vasto Império”²⁹.

A historiadora Kátia Mattoso (1992), enfatiza que, em virtude dos altos e baixos do mercado açucareiro, os engenhos de açúcar do século XIX eram precários e contribuíam, por vezes, para o aumento das dívidas de seus proprietários. Apesar disso, identifica investimentos de vulto feito pela família Costa Pinto para a modernização da produção do doce produto mesmo quando o Império se encontrava fragilizado. De acordo com a historiadora, em 1880, “os Costa Pinto fundaram a usina Bom Jardim, primeira usina central de açúcar da Bahia e a segunda do Brasil, e foram os primeiros na introdução de técnicas agrícolas modernas” (MATTOSO, 1992, p. 185). É relevante lembrar que, nesse período, o café era o produto de exportação que dominava o mercado internacional. O que significa que, mesmo após o redirecionamento da economia de exportação internacional para o Centro-Sul cafeeiro, proprietários baianos continuaram apostando no antigo produto colonial.

Não obstante a constatação do pouco investimento em indústria independente do mercado açucareiro, na Bahia, desde a década de 1840, se verifica investidas em indústria têxtil. De acordo com STELLING (s/d), a indústria mais importante foi a denominada de “Todos os Santos” fundada aproximadamente em 1844, na cidade de Valença. Além dessa, outra fábrica bastante conhecida é a Fábrica Modelo, a primeira indústria nacional movida por energia hidráulica com uma grande quantidade de mão-de-obra feminina. Webber Stelling lembra que Dom Pedro II a visitou em 1860, quando esteve na Bahia. A breve expansão industrial de 1844 foi impactada por uma série de problemas de ordem diversa. Dentre esses empecilhos, destacam-se a dificuldade para o abastecimento de matéria-prima, com transporte, concorrência interna e externa, dependência externa para a aquisição dos instrumentos para fazer funcionar as fábricas, além dos altos impostos.

A economia da Bahia no Segundo Reinado, ainda que se apresente, em alguns momentos, diferenciada em virtude das negociações com o capital externo para a indústria e o comércio, e, portanto, a elevação flutuante do otimismo econômico, permanece com uma lógica comercial que prioriza os produtos para a exportação e favorecimento de empreendimentos de estrangeiros.

Como se pode notar, faz algum sentido a tese de que o governo imperial, por muito tempo, ficou preso a um único produto e investiu pouco para a diversificação e

²⁹ Maximiliano também mencionou a produção de rum e cachaça no mesmo engenho. (HABSBURGO, Maximiliano de. *Op.cit.*, p. 188-189).

aperfeiçoamento das técnicas da produção fora da economia açucareira. As iniciativas ocorreram a partir de alianças entre particulares, principalmente aqueles que somaram funções na administração da Província, e de membros do governo. As investidas mais efetivas do governo são verificadas após a década de 50; inclusive, as vias de comunicação, o exemplo das estradas de ferro como a de Santo Amaro, foram tentativas para atender ao escoamento desse doce produto que somou para favorecer os grandes empresários. O açúcar chega, apesar dos altos e baixos, nos anos de 1850, em alta, ultrapassando todos os níveis anteriores.

Nas décadas de 50 e 60 do século XIX, apesar da crise econômica no contexto internacional, a Bahia apresenta perfil otimista, no que tange às exportações. Sobre a situação econômica da Bahia nesse contexto, é Fernanda Bastos (2014, p. 20) quem afirma que, nesse período, a Bahia importa principalmente para a Inglaterra, França e Portugal. A autora insiste que a repercussão da crise internacional não impacta fortemente alguns setores da Bahia na conjuntura. Assim, com o desejo constantemente revigorado de europeização dos hábitos e costumes da população de Salvador, se intensifica a importação de “artigos de luxo”, preferencialmente trazidos da Inglaterra e da França, que dinamiza ainda mais esse mercado externo e continua a negligenciar as demandas do mercado interno.

Consuelo Novaes Sampaio (2005) identifica a venda desses artigos de luxo e outros produtos destinados às elites, à venda no núcleo comercial especializado de Salvador, situado entre a Alfândega e a Praça do Ouro. O destaque é para a casa comercial “Guimarães e Costa” onde “vendia queijos raros, presuntos, licores, frutas secas, vinhos finíssimos [...]. Não faltavam louças finas com o sinete da Companhia das Índias” (SAMPAIO, 2005, p. 31). Os produtos comerciais disponíveis à venda nos centros comerciais da Cidade Baixa são, ao mesmo tempo, um indício da conexão da Província da Bahia com o mercado exterior, através do seu movimentado Porto, e uma pista da atualização do gosto das elites da Bahia no que se refere aos hábitos de corte.

Apesar de termos em conta as deficiências de investimentos no mercado interno, que reverbera na carestia dos alimentos e movimentos de resistência diversos, é preciso ter em conta que esse quadro não é uma prerrogativa do Segundo Reinado. O problema da precariedade no abastecimento interno transita nos relatos de viajantes desde meados do século XVIII. Um quadro agravado pela falta de investimentos em vias de comunicação interna com o interior e a falta de apoio efetivo do governo para a diversificação da produção de bens de primeira necessidade.

Os conflitos em virtude das fragilidades das bases econômicas e seus impactos na vida cotidiana dos baianos estão presentes em toda a primeira metade do século XIX. As

constantes pilhagens de lojas de portugueses no pós-independência, às sucessivas revoltas dos anos de 1816 a 1837, somadas a outros conflitos marcaram profundamente a memória das elites que sobrevivem aos tempos e os motivaram a reforçar os mecanismos de dominação para a sustentação das fronteiras sociais. Sobre essa questão, Kátia Mattoso (1992) afirma que, após 1850, os conflitos se tornaram menos frequentes, entretanto, o Segundo Reinado é marcado por essas lembranças que legou o medo aos privilegiados. Assim, de acordo com a historiadora, o Segundo Reinado, sobretudo a partir da década de 1840, se caracterizou por um Estado Nacional forte, com um eficaz aparelho de vigilância e repressão que auxiliou a manutenção do *status quo* social. Tempo em que “as elites estavam tão unidas e bem organizadas para reprimir as explosões da plebe que, entre 1850 e 1889, só ocorreram duas sublevações populares da Bahia” (MATTOSO, 1992, p. 453).

As duas rebeliões apontadas pela autora são as de 1858, em virtude da carestia dos produtos de primeira necessidade, e a de 1878, por conta do desabastecimento da cidade. O princípio das duas revoltas possui motivações semelhantes: o problema da carestia de alimentos essenciais à dieta dos baianos, especialmente a farinha de mandioca, carnes, feijão e, sem dúvida, os transtornos causados pelas epidemias que assolavam a população, e evidenciavam a miséria social.

A seca que, desde 1856, arruinou as regiões semiáridas e áridas, e a epidemia de cólera-morbo que atingiu Salvador e seu Recôncavo, sobretudo a população mais vulnerável, contribuíram para a escassez de alimentos e, em consequência disso, o aumento dos preços desses produtos se traduziu em conflitos sociais e acentuou a instabilidade política. Esse contexto de confrontos e desesperança foi marcado por um motim conhecido como “carne sem osso, farinha sem caroço”. Um movimento que teve início no interior do acolhimento da Santa Casa de Misericórdia de Salvador, em virtude dos abusos de poder das freiras de ordem francesa sobre as acolhidas na instituição, e tomou uma dimensão pública que se estendeu até a Praça do Palácio, onde as pessoas gritavam por “carne sem osso, farinha sem caroço”; um grito de reivindicação contra os altos preços e a má qualidade dos produtos à venda nos comércios e um protesto contra a fome. O saldo desse evento, que durou apenas um dia, foi a deposição de mais um Presidente da Província da Bahia, o senhor José Lins Vieira Cansação de Sinimbu, que havia assumido o governo em 1856, que foi forçado pela conjuntura a seguir para o Rio de Janeiro onde ocuparia uma cadeira no Senado por Alagoas.

De acordo com Bastos (2014, p. 23), provavelmente, a maioria dos participantes do motim de 1858 era composta de mendigos, pobres e escravos, embora haja indícios da

participação de membros das elites³⁰. A cidade de Salvador, em meados do século XIX, era marcada por esse perfil contraditório; com muitos pobres e, ao mesmo tempo, uma grande concentração de riqueza material e cultural no poder de poucos. As ruas eram ocupadas por trabalhadores negros, livres e escravos, que labutavam no ganho na companhia de “garotos negros, gritando, estridentemente, em escura balbúrdia”, conforme escreve Maximiliano ao longo do seu esboço de viagem à Bahia em 1860. O abandono social era tamanho que é comum encontrar, nos registros de viajantes, relatos de famílias inteiras, de crianças a idosos, sobrevivendo no trabalho do ganho nas ruas de Salvador.

Sobre esse contexto, Alan Cerqueira (2017), ao analisar ações de famílias em situações de vulnerabilidade econômica e social que praticavam o abandono infantil como estratégia temporária de criação junto à Santa Casa de Misericórdia da Bahia, através da Roda dos Expostos, na cidade de Salvador, nos meados de século XIX, fornece dados úteis para a compreensão dessa contradição. A tese do autor é de que a criação da roda, que teria sido motivada inicialmente por valores cristãos, passou, na segunda metade do século XIX, a ter como objetivo “encaminhar as crianças para o aprendizado de técnicas para o trabalho produtivo, com a finalidade de transformar as crianças em classes trabalhadoras e combater a prostituição e a vadiagem” (CERQUEIRA, 2014, p. 89). O autor situa a ação de “enjeitar”, cuja culpa, por vezes, recaía sobre a mulher, apontando a possibilidade de pensar tal prática como, um ato de “resistência silenciosa” contra a desigualdade social; ao verificar o contato entre as mães e os filhos e entre mães e os responsáveis, por oferecer o acolhimento, que em muitos casos, era temporário³¹.

O segundo movimento mencionado por Kátia Mattoso (1992), ocorre no dia 30 de março de 1878. De acordo com a autora, o problema da longa seca foi o principal fator da carestia dos alimentos nesse período. Os debates acerca do problema de desabastecimento teriam começado após denuncia, feita pelo presidente da Província, o Barão Homem de Mello, de que a farinha de mandioca estava sendo exportada para as províncias vizinhas também atingidas pela seca. O produto no centro dos debates acalorados, mais uma vez, é a farinha de mandioca, um dos itens principais da alimentação dos baianos, que estava sendo estocada e controlada pelos comerciantes. Esses comerciantes recolhiam toda a farinha do

³⁰. Maiores detalhes sobre esse motim, ver: REIS, João José; AGUIAR, Márcia Gabriela D. “Carne sem osso e farinha sem caroço”: o motim de 1858 e a carestia na Bahia. *Revista de História* 135. FFLCH-USP, 1996. É a partir da leitura desses autores que Fernanda Bastos chega a essas conclusões a respeito do motim de 1858.

³¹ A dissertação de Walter Fraga Filho intitulada, “Mendigos e vadios na Bahia do século XIX”, de 1996, explora, com riqueza de detalhes, esse cenário de tentativas de controle e institucionalização dos “menores” e da repressão dos meninos “vadios” e, também, trata dos temores das elites e autoridades públicas para o controle desses jovens, que pareciam resistirem às imposições de classe e dos adultos.

interior e também as que chegavam ao porto para exportar, sobretudo para as Províncias vizinhas, dificultando o acesso da população local. Diante da pouca força da Câmara dos Vereadores para resolver a questão, controlando essas práticas abusivas dos comerciantes, a população se reúne diante do palácio do presidente para exigir a resolução do problema. A Assembleia Municipal toma medidas paliativas e consegue conter o movimento, mas o desequilíbrio entre a oferta e a procura no mercado de Salvador permanece (MATTOSO, 1992, p. 454)³².

A despeito do controle das elites, as “queixas” das classes populares apareciam em vários momentos durante toda a segunda metade do século XIX. As constantes mudanças de governo é um indício dos conflitos de toda a ordem que marcaram esse período³³. É certo que as formas de lutas foram modificadas, em virtude da vigilância institucional para o controle disciplinar da população. Nesses termos, vale reforçar a tese de Mattoso (1992) de que a aliança entre as elites e o governo para o controle social foi uma estratégia eficaz para a manutenção do *status quo*. Apesar disso, lembrar esses conflitos é importante para evitar equívocos de se pensar a segunda metade do século XIX como um período de tranquilidade e desenvolvimento urbano e social. Houve desenvolvimento, sem dúvida; entre os anos de 1850 e o final do Império, Salvador já possuía iluminação a gás, bondes elétricos, carruagens, novas ruas, planos inclinados, companhia de navegação. Mas é bom lembrar que nas novas ruas largas e menos íngremes de Salvador em que circulavam bondes elétricos e carros de luxo, o uso das chamadas “cadeirinhas” equilibradas por negros de libré de “pés no chão” que gemia e suave, se fazia notar; era a convivência dos signos da modernidade e da civilização com o atraso.

Nesse ambiente de pouca “gente de cima” e muitos de “baixo”, onde os negros especialistas em carregar cadeirinhas embaixo de chuva e sol continuaram descalços, as reclamações e os conflitos eram inevitáveis. Conforme bem colocou Consuelo Sampaio (2005, p. 88), após os anos de 1857, “em virtude do controle estabelecido, as manifestações populares assumem a forma de queixas”. Essas queixas são externadas nos documentos oficiais da administração da cidade do Salvador, até o final do século, onde a população seguia reclamando e reivindicava seus direitos³⁴.

³² Os debates em torno dos problemas de abastecimento e da carestia dos produtos, principalmente a farinha de mandioca e a carne verde, legaram aos arquivos da Cidade do Salvador muitos documentos que estão acondicionados, sobretudo, no Arquivo Municipal da cidade e merecem análises específicas.

³³ A relação dos presidentes de província, com o tempo de governo de cada um, pode ser verificada no Anexo 1, do livro: SAMPAIO, C. Novais. 50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX, de 2005.

³⁴ O Arquivo Municipal de Salvador – Fundação Gregório de Matos – possui um acervo documental rico (no setor de ofícios e requerimentos) que permite mapear as demandas dos grupos sociais que se dirigiam à Câmara

Esse apanhado acerca da dinâmica sociocultural, político e econômico na Cidade do Salvador no século XIX, tendo em vista um quadro mais geral, foi necessário para uma compreensão do contexto de inserção e atuação social das elites da Bahia que serão objetos de análise a seguir.

2.2.1 O perfil das elites da Bahia oitocentista: redes de sociabilidade e solidariedade entre pares.

A temporalidade que, por ora, nos ocupa, o Segundo Reinado brasileiro (1841-1889), é conhecido como um período marcado por mudanças no perfil das elites que cercavam o Imperador. De acordo com Lilia M. Schwarcz (2016), “nos 48 anos de seu reinado, dom Pedro II soube mobilizar, assim como os seus antecessores, o princípio dinástico na distribuição de títulos - foram mil novos agraciados -, mas criou a hegemonia do baronato sem grandeza; título mais baixo da hierarquia, distribuído com generosidade, principalmente, aos barões do café, sobretudo entre os anos 1878 e 1889” (SCHWARCZ, 2016, p. 175). De acordo com a autora, esses barões eram “velhos conhecidos” e tiveram importância na política e na cultura imperial, que dom Pedro II ajudara a criar. O imperador, embora tenha feito uso do seu direito de titular para compensar antigos senhores que se achavam descontentes ou prejudicados por sua política, cercou-se de uma corte de novo tipo, mas com feições antigas, trocando a maior parte dos membros da velha nobreza agrária por uma nobreza cidadina voltada para as letras.

Ter em vista os novos símbolos de distinção e as representações mobilizadas no contexto nacional, durante a segunda metade do século XIX, nos ajuda na compreensão da dinâmica social na sociedade baiana do período. Uma sociedade escravista e estratificada “movida simultaneamente pelo lucro e pelos valores do *status*, da distinção social e da honra”, conforme declarou Maria José Rapassi Mascarenhas (1998, p. 250), e que buscava uma aproximação com o estamento burocrático, deve ser entendida, tendo em vista as aspirações por distinção das elites no contexto do Segundo Reinado. É proveitoso destacar duas referências para compreendermos as especificidades das elites e da sociedade baiana em estudo. A primeira é a tese de Maria José Rapassi Mascarenhas (1998), em pesquisa sobre o

padrão de riqueza na sociedade baiana entre o final do século XVIII e início do XIX, definindo o que ela chama de “elite baiana” nos seguintes termos:

[...] formada por um conjunto de indivíduos que exerciam simultaneamente várias atividades econômicas e financeiras, destacando-se pela sua incompatível riqueza, mas também pela diversidade de interesses, visando, por um lado, o lucro e por outro status, prestígio, distinção social e honra. Além disso, caracteriza-se pelo estilo de vida, possuir escravos, cavalos ajazados e ostentação pública (MASCARENHAS, 1998, p. 250).

O apreço por esses elementos de diferenciação social, apresentados na citação acima, foi constantemente reatualizado pelas elites que comandaram o jogo social, econômico e simbólico do país durante todo o século XIX. A tese da autora de que “ser rico na Bahia colonial não era apenas ter coisas, grande quantidades de bens e lucros para acumular, mas viver de acordo com os valores fidalgos da sociedade colonial da Bahia” (MASCARENHAS, 1998, p. 250), permanece, ainda hoje, uma problematização pertinente para a compreensão da sociedade brasileira, não apenas a baiana³⁵. O perfil da elite da Bahia de face ainda colonial já havia sido identificado pelo professor de grego, Luís dos Santos Vilhena (1802), que teria sido enviado de Lisboa para “formar a fina flor da juventude baiana”, como mencionado por Mattoso (1998, p. 147), e que acabou por conhecer a riqueza intelectual e a miséria material na Bahia. É a partir da leitura das cartas de Vilhena que Kátia Mattoso, em seu texto intitulado “A opulência na província da Bahia”, de 1998, investiga o sentido da opulência da sociedade baiana oitocentista. Vale destacar que sua leitura sobre os limites da fortuna e a opulência privada, que, nas casas da Bahia, tinha o sentido de ostentação, é feita confrontando “abundância com miséria”, fronteiras marcantes da sociedade baiana oitocentista. Apesar de partir da leitura de Vilhena, que tendeu a ler a opulência no sentido de um falseamento da riqueza – o caso de senhores de engenho que, em virtude da decadência da sua fortuna ao longo do século XIX, viviam acima das suas posses –, Mattoso, embora tenha identificado esse elemento, avança e define a verdadeira riqueza da Bahia nos seguintes termos:

[...] se baseia, levando em conta certas flexibilidades das hierarquias sociais, na convicção de que cada um dos níveis dessas hierarquias engendram suas próprias elites, isto é, seus homens e suas mulheres capazes de dar proteção e apoio. As redes de solidariedade, o desenvolvimento das instituições de crédito, as associações religiosas ou sociais, das sociedades de negociantes ou comerciantes são sinais de riqueza, de opulência (MATTOSO, 1998, p. 179).

³⁵ Para a compreensão do perfil das elites a partir da perspectiva da economia e em um contexto mais geral, ver: FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, 1790-1840. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993, p. 118. A tese do autor, embora tenha uma leitura voltada para a economia, é de que a elite brasileira dificultou a modernização do Brasil, pois seu apreço era mais por *status* via honrarias do que por riqueza líquida.

Conforme se observa no trecho acima, para a autora, a opulência na Bahia oitocentista não teria “somente a beleza de uma ilusão”, mas esses sinais exteriores resultam de ações de solidariedade mútua entre os sujeitos, de modo que as ações afetivas suplantavam a questão financeira. Apesar dessas ponderações feitas pela historiadora, ela também identifica um perfil semelhante ao descrito por Maria José Mascarenhas (1998), especialmente a característica das elites de atuar simultaneamente em várias funções no Império e de como essas práticas, que eram associadas ao saber, um símbolo de distinção social que marcou, não só a sociedade baiana oitocentista, como o Segundo Reinado brasileiro. Nas letras de Mattoso sobre o contexto baiano, “o acúmulo de funções permite a uns sobreviver, a outros enriquecer. E permite a todos dar-se a parecer” (MATTOSO, 1998, p. 165).

Esse perfil social das elites da Bahia não destoava da feição dos escolhidos por dom Pedro II para conceder títulos. Sobre o perfil dos agraciados pelo monarca de várias faces na formação de sua nobreza, Lilia Schwarcz (1998) os classifica como,

peças relacionadas às atividades econômicas produtivas (fazendeiros), parlamentares, militares e profissionais liberais. Em seguida, vinham os ocupantes de cargos públicos, comerciantes e negociantes; por fim, professores, intelectuais, os chamados capitalistas, que viviam de rendas; médicos, diplomatas, banqueiros, sacerdotes (SCHWARCZ, 1998, p. 173).

A autora adverte para os possíveis equívocos dessa simplificação da classificação dos nobilitados por dom Pedro II, uma vez que muitos titulares acumulavam funções nos quadros do Império e, em consequência disso, somavam títulos para si. Isso dificulta identificar, com clareza, a ordem das posições.

Os critérios para distribuir benesses adquirem um aspecto singular no período em estudo. No pós-Independência, a jovem Monarquia criou títulos de nobreza mais elevados para aglutinar os seus novos e antigos aliados, em geral proprietários de grandes extensões de terras e outros que, na sua ótica, teriam contribuído com a sustentação do território, Pedro II que, utilizando da mesma capacidade distributiva, embora não desconsiderasse totalmente esses antigos critérios, concedeu, ainda que de forma mais moderada, benesses a antigos proprietários. Com isso, Pedro II muda o perfil das elites e se cerca de uma corte de selecionados. Apesar dessas elites recentemente enobrecidas permanecerem com grande prestígio no Segundo Reinado, é válido lembrar que o caráter da nobreza brasileira era diferente da de Portugal. Era uma nobreza meritória que possuía raízes curtas, já que não tinha o caráter de hereditariedade como a portuguesa e, portanto, as posições precisavam ser renovadas constantemente. Essa atualização não era simples de ser feita, conforme Kátia Mattoso (1992) verificou para o caso da Bahia.

Era uma nobreza de caráter pessoal, que, no Segundo Reinado, adquire uma singularidade com características diferenciadas. Para exemplificar essa afirmação, dois modelos citados pela autora nos servem para pensar o assunto. Um desses foi as constantes investidas de Francisco Pereira Sodré, Barão de Alagoinhas, em 1879, para adquirir de dom Pedro II, a condição de fidalgo. Em vão, Mattoso (1998) reitera que, embora essa condição fosse hereditária, em sua família havia duas gerações, este “tivera a infelicidade de nascer bastardo. A intervenção de seu meio-irmão não foi suficiente para sensibilizar o imperador” (MATTOSO, 1998, p. 179). A despeito dessa colocação, outra amostra, apresentada pela mesma autora para ponderar a afirmação, sublinha que o critério para adquirir título era ambíguo. O exemplo do fidalgo e Barão do Desterro, o senhor João José de Almeida Couto, que teria obtido essa benesse para o seu genro - que não era nobre - justificando apenas que não tinha descendência masculina na família, ilustra bem essa ambiguidade. A síntese da autora sobre essa questão é de que “se um filho de pai tornado nobre quisesse ser nobre também, teria que provar o seu valor antes de fazer a solicitação” (MATTOSO, 1992, p. 179). A questão é que esse “valor” parece ter sido moldado conforme as preferências políticas e pessoais do Imperador e da forma que ele quisesse dar a sua imagem na conjuntura; já que, na prática, esse critério meritório apresentou-se um pouco mais elástico.

Em outro texto a autora retoma esses dois exemplos para situar a distinção entre ser fidalgo e ser nobre no Império, e reforça que “a influência local e posses de terras agrícolas conjugadas ao “viver como um nobre pesam muito nessa sociedade” (MATTOSO, 1998, p. 155). A estima pelo símbolo de poder que os títulos conferiam aos agraciados fazia com que eles utilizassem de estratégias as mais diversas para adquirir ou sustentar suas posições. Mattoso, reforçando seu argumento sobre as estratégias para adquirir títulos, sinaliza a tendência de algumas famílias de proprietários ligados a comerciantes pelo casamento em ocultar a contribuição de fortunas feitas no comércio.

Nessa perspectiva, Kátia Mattoso (1998) reitera, a partir da leitura de Hélio Viana (1968) e Rui Vieira da Cunha (1979), que os comerciantes raramente eram agraciados com títulos de nobreza³⁶. Para compactuar com a tese dos autores, Mattoso cita, no contexto baiano, uma exceção, segundo diz, que é o comerciante baiano, Joaquim Elísio Pereira Marinho, o Visconde de Guai, que foi agraciado em 1889 com o referido título. É válido

³⁶ A informação citada pela autora, a propósito das exceções de comerciantes que receberam títulos no Brasil Império, pode ser verificada na nota (18) que menciona as obras de Hélio Vianna, *Vultos do Império*. São Paulo; 1968, p. 208-29; Rui Vieira da Cunha, *O Parlamento e a nobreza brasileira*. Brasília, 1979. MATTOSO, Kátia M. de. “A opulência na província da Bahia”. In: ALECANSTRO, Luiz Felipe de. & NOVAIS, Fernando Antônio. “História da Vida Privada no Brasil”, Vol. 2, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

lembrar que, apesar das suas origens, à época da titulação, Joaquim Marinho era ministro da Marinha. Embora o prestígio dos senhores de engenho não tenha se ofuscado completamente nesse contexto, o título de Visconde atribuído a Joaquim Elísio Pereira Marinho pode ser percebido como mais um exemplo de justificativa do critério da meritocracia apreciado pelo Imperador para agraciar os seus súditos. Além do que, como sinalizado acima, o perfil do Visconde de Guai não se afastava totalmente dos nobilitados da corte.

O critério da meritocracia foi uma das justificativas fortemente utilizadas por Pedro II para agraciar os seus súditos com títulos de nobreza. Em conformidade com Lilia Schwarcz (1998), se muitas vezes eram momentos especiais que levaram à concessão de títulos, em vários casos era o desempenho que definia o recebimento da honra. A autora acentua que a seleção dessa elite independia de vínculos materiais ou com a terra; o critério era, segundo diz, pela projeção. Todavia, dentro do próprio grupo de nobilitados que cercavam o rei havia uma hierarquia. Sobre essa questão, a mesma autora relembra que, enquanto todos eram nobres, apenas alguns eram “grandes do Império” e, por isso, mereciam a distinção do tratamento de “Excelência” (duques, marqueses, condes e visconde com grandeza) e de estar, em momentos especiais, mais perto das Suas Altezas Imperiais (SCHWARCZ, 1998, p. 161). Não obstante essas considerações, a autora pondera que, na dinâmica social da corte, essas hierarquias eram mais flexíveis e a corte acabava por ser robustecida por esses nobres e por outros sujeitos que, por algum motivo, teriam uma maior aproximação com o Imperador. O estudo genealógico dos nobilitados por Pedro II indica que, embora o rei tenha reconhecido o valor de antigos proprietários de terras, o perfil da sua corte não é o mesmo do seu avô e pai.

É a partir desses selecionados que compõem a corte que cerca o Imperador, sediada na cidade fluminense, que funcionará como centro difusor de novos modelos de sociabilidades e orientação cultural, a partir da adaptação de hábitos europeus para as demais regiões do Império, incluindo, é claro, à Bahia. As práticas de sociabilidade entre esses distintos se estenderam para além da corte imperial de modo que a orientação cultural e solidariedade entre esses grupos dominantes se articulava, conforme a ocasião, para sustentar as suas distinções e, em consequência, as fronteiras sociais.

A sociedade baiana do século XIX, que se espelhava na lógica da sociedade de corte carioca, operava a partir da opulência, ou seja, ostentando uma aparência de *status* de riqueza, para fortalecer uma rede de sociabilidade e solidariedade para a sustentação de posições adquiridas e estender a sua influência entre os seus pares. Essas redes eram potencializadas, por vezes, através de vínculos de parentesco e associações de setores que passavam, em muitas situações, por negociações no interior das famílias das elites. Nesses termos, um

aspecto marcante verificado na sociedade baiana, com traços do período colonial, são as alianças matrimoniais que foram impulsionadas como um meio efetivo para a mobilidade e ascensão social nos meados do século XIX.

Trata-se de um aspecto bastante abordado em teses diversas sobre a sociedade baiana oitocentista, e, ainda assim, é importante retomarmos algumas questões, pois nos ajudam na compreensão desta pesquisa, dado que as fontes materiais em análise e que serão apresentados posteriormente, possuem uma especificidade que necessitam desse movimento; visto que são artefatos que resultaram do ambiente de sociabilidade e solidariedade afetiva que foram as casas de particulares da Bahia oitocentista e que tiveram um papel na composição da cena - ao mesmo tempo, pública e privada - em ocasiões específicas e somaram os símbolos para externar a posição social adquirida e pretendida entre os seus convivas e aliados.

Assim, não podemos desconsiderar que esse perfil social é característico de uma estrutura do tipo agrária herdada do sistema colonial brasileiro, de bases fincadas na monocultura, latifúndio e escravidão e, portanto, na diferenciação social. De maneira que um estudo das elites da Bahia oitocentista não deve desconsiderar o papel desses laços familiares e sua rede de parentela e outras formações complexas, que dão sustentação a uma estrutura social fechada em si conforme as regras do jogo social. Essas famílias de caráter patriarcal formaram a base da organização social baiana em que estudamos. Uma rede familiar montada a partir de uniões matrimoniais, com muitos casos de endogamia familiar e social, como estratégia para a extensão e proteção do patrimônio e manutenção de seus privilégios e, por acréscimo, do *status quo* social.

Nessa dinâmica, muitas fortunas foram acumuladas e, por vezes, perdidas, em concordância com as ponderações de Katia Mattoso (1998) ao pesquisar o contexto baiano. Foi através do jogo das alianças matrimoniais que famílias de pouca relevância social e política ganharam *status* e tornaram-se parentes de conhecidos senhores de engenho da Bahia, principalmente entre os séculos XVIII e XIX. A endogamia familiar e social foi uma constante na formação da sociedade brasileira e não deve ser ignorada para o caso da Bahia.

Os baianos nobilitados no Brasil Império seguiram carreira política e assumiram posições estratégicas na manutenção da monarquia vigente e de seus privilégios tanto no contexto baiano como no cenário nacional, atuando, sobretudo, a partir no Rio de Janeiro, o então centro político-administrativo do Império. É sabido que a maioria desses baianos que seguiram carreira na Corte optou por alianças matrimoniais através da endogamia social e por lá se estabeleceram, enquanto outros, inclusive seus parentes diretos, permaneceram na

Província da Bahia com um pé na política cidadina e o outro nos engenhos e, na maior parte desses casos, priorizando uniões endógamas entre os seus.

A endogamia como uma prática recorrente no seio das famílias tradicionais da Bahia, foi sendo adaptada conforme as mudanças sociopolíticas no decorrer do século XIX. Após a análise de algumas famílias da Bahia através do casamento, a historiadora Kátia Mattoso (1992, p. 178), a partir do estudo aprofundado de seis dessas famílias baianas (Borges de Barros, Argolo Meneses, Araújo Góis, Aragão, Bulcão e Costa Pinto), verificou que a endogamia de classe foi uma das estratégias utilizadas inicialmente por comerciantes estrangeiros para emigrar da condição de forasteiros para a de proprietários agrícolas. Isso significava, para esses estrangeiros, somar os seus capitais ao prestígio social de senhores de engenhos e, a estes últimos, renovar seus capitais e expandir os seus territórios. Nesse estudo feito por Mattoso, as relações endógamas no interior das famílias baianas, não apresentaram um quantitativo alto para os meados do século XIX. Das seis famílias pesquisadas pela autora, apenas as famílias Costa Pinto e Araújo Góis apresentaram um maior percentual de endogamia familiar com casamentos entre primos cruzados e primos paralelos; um sistema que encorajava casamentos até entre tios e sobrinhas. A autora identificou para o caso dessas duas famílias, um alto índice de celibatos, o que, de acordo com a sua leitura, corrobora a tese.

A historiografia brasileira mostra como essa prática possibilitou, sobretudo, até o início do século XIX, a elevação social de algumas famílias e como essas permaneceram, ao longo do Império, com alto prestígio socioeconômico. Na genealogia do patriarca da família Costa Pinto, citado por Mattoso (1992), o senhor Antônio da Costa Pinto, que teria chegado à Bahia em 1799, e se estabelecido no Recôncavo como proprietário rural graças ao casamento com Maria Joaquina de Jesus, que descendia dos Lopes e dos Ferreira de Moura, duas famílias importantes do Recôncavo. Essa família preservou as suas atividades agrícolas da “grande lavoura”, de modo que acumulou fortunas e, mais tarde, adquiriu títulos de nobreza que resultaram, sobretudo, dos seus feitos na renovação das técnicas para a atividade agroindustrial.

A autora enfatiza os investimentos em atividades vinculadas à agroindústria dos Costa Pinto que, segundo reitera, teriam sido o motivo das recompensas com os títulos. Dessa forma,

“Antônio da Costa Pinto se tornou visconde (e depois conde) de Sergimirim, seu filho Antônio da Costa Pinto, foi feito visconde de Aramaré, nome do engenho que possuía. Além disso, Cícero Dantas Martins, um dos genros dos Costa Pinto, associado a seu sogro e seu cunhado na instalação da Usina

Central de Bom Jardim, recebeu o título de Barão de Jeremoabo, nome de uma localidade do Agreste baiano, em que os Dantas possuíam muitas terras” (MATTOSO, 1992, p. 190).

Como se verifica na citação acima, o argumento da autora é de que os títulos ofertados pelo imperador à família Costa Pinto teriam sido por mérito em reconhecimento aos investimentos para a “grande lavoura”. Mesmo que se trate de condecorações a antigos senhores proprietários de terras, não se afastam dos critérios valorizados no governo de dom Pedro II. O reconhecimento aqui, ao que tudo indica, é pelo investimento no aperfeiçoamento da produção do açúcar, portanto, um investimento na modernização da indústria e não simplesmente por se manterem atuantes na atividade agrícola. Assim sendo, estabelece conexão perfeita com a autorepresentação cultivada pelo próprio imperador que tendeu ao afastamento dos signos do monarca ligado a símbolos arcaico; a imagem que esses atos reforçam é de um provedor das ciências, tecnologia e, portanto, da civilização.

A segunda família sondada pela autora, para compreender o sistema endógamo na Bahia é a Araújo Góis. Nesta família, foi identificado o modelo endógamo de toda a recente nobreza baiana. A autora diz ter encontrado certa anomia que apontava que “todas as combinações eram possíveis exceto o casamento entre irmão e irmãs” (MATTOSO, 1998, p. 183). Apesar disso, a autora constatou apenas dez casamentos do tipo endógamos até os meados do século XIX na família. Mattoso (1992) enquadra os Araújo Góis entre “os típicos representantes dos senhores de engenho com mentalidade arcaica”. De família fixada no Recôncavo baiano, os Araújo Góis, de acordo com a historiadora, não teriam ao longo do século XIX, se empenhado apenas nas atividades agrícolas e que os homens da família teriam investido em formação superior e iniciado carreiras na magistratura, medicina, advocacia, no setor militar e no público e, com isso, não teriam investido no aperfeiçoamento dos seus engenhos.

A autora afirma que esse perfil pode explicar o porquê apenas dois dos Araújo Góis receberam os títulos: “Inocência Marques, Barão de Araújo Góis, magistrado e político, e seu irmão mais moço, Antônio Calmon, que preferiu permanecer em suas terras para fazê-las frutificar e se tornar Barão de Camaçari” (MATTOSO, 1992, p. 189). É uma justificativa plausível, mas que suscita outras possibilidades de leitura. Tanto o caso da família Costa Pinto quanto a Araújo Góis, apesar de possuírem características distintas, são dois perfis que, na nossa compreensão, não se configuram em equívocos para com os propósitos de uma monarquia que queria aglutinar as elites locais para se sustentar.

É possível concluir, a partir desses dois exemplos citados por Mattoso (1992), que as práticas de endogamia que transitara da social para relações endógamas na família contribuíam para assegurar esses títulos no interior do grupo social e de que a movimentação no cenário econômico e cultural, quando favorável, redefinia estratégias de solidariedade para alargar essas redes do mesmo grupo social.

Tendo em vista esse quadro, a historiadora afirma que, no decorrer do século XIX, “esse mecanismo (endogamia social) perdeu eficácia, no que diz respeito à renovação dos senhores de engenho, que passaram a fortalecer os laços de solidariedade no próprio interior do grupo” (MATTOSO, 1992, p. 191). A dificuldade para a renovação dos senhores de engenho, identificada desde o processo de independência, ganha destaque com a aproximação do final do século. Em conformidade com essa questão, a autora reconhece que, nos últimos trinta anos dos oitocentos, os filhos e filhas da velha aristocracia rural se ligaram por casamentos com filhos de profissionais liberais ou magistrados não necessariamente aparentados com as “Grandes famílias do Recôncavo”. Embora essa “boa sociedade de Salvador”, preservasse com orgulho as suas origens, adquire outra face em um Império que já não possuía o mesmo desenho. Não obstante tal mudança social seja uma realidade, os laços entre os grupos dominantes da sociedade permaneceram fortalecidos³⁷.

É válido evidenciar que, na segunda metade do século XIX, apesar das mudanças socioculturais e econômicas e de outras associações das elites terem emergido, a valorização da imagem dos “barões de açúcar” parece ter se sustentado com alguma força na Bahia. O exemplo dos investimentos em indústria para o aperfeiçoamento da produção açucareira feitos pela família Costa Pinto no final do Império parece ser bastante ilustrativo para essa finalidade. Esses laços, ajustados conforme as circunstâncias, reforçavam as redes de sociabilidade e solidariedade afetiva e econômica que possibilitariam a conservação de antigos privilégios e a coloração de uma imagem ostentatória que predominou entre as elites mesmo em períodos de crise econômica e política.

Além das famílias mencionadas acima, a historiografia sobre a Bahia aponta outras ocorrências de endogamia familiar e social no contexto baiano. Recorrendo à árvore genealógica dos Rocha Pita, por exemplo, verifica-se, sem dificuldades, que essa família também utilizou da estratégia da endogamia familiar e social com muita frequência ao longo

³⁷ Além das relações endógamas entre as elites da Bahia mencionadas neste texto, é importante ter em conta que essa lógica não era uma especificidade única e exclusivamente dos velhos proprietários de terras para conservar seu patrimônio. Katia Mattoso (1992) também analisa o “outro extremo da escala social”; entre os alforriados que, conforme a autora sinaliza, se tornaram um grupo cada vez maior ao longo do século XIX, nota-se uma tendência a endogamia étnica entre esses grupos como uma estratégia matrimonial tanto para uniões livres como em casamentos legais (MATTOSO, 1992, p. 194).

de três gerações. A propósito da família Rocha Pita, Wanderlei Pinho em “História de um Engenho do Recôncavo”, de 1982, fez um estudo da sua trajetória, tendo como referencial o “Engenho Freguesia”, de propriedade dos Rocha Pita. Pinho verificou que o patriarca Antônio da Rocha Pita, o Velho, através de dois casamentos, conseguiu, em três gerações, criar laços de parentesco com quase todas as famílias fundadoras e de influência da Bahia. Nessa obra, o autor afirma que “Do seu primeiro casamento com Maria da Rocha Pita nasceu um filho cuja prole compreendia Falcões, Marinheiros, Gomes de Sá, Araújo Azevedos, Limas, Brandões, Argolos e Fiúzas” (PINHO, 1982, p. 148).

Essas estratégias matrimoniais mantiveram a mesma lógica referenciada anteriormente, “sangue novo e dinheiro” agregavam mais bens e prestígio social às famílias. A conservação e os investimentos em grandes propriedades de engenhos de açúcar no século XIX possibilitavam a aquisição de títulos de nobreza e prestígio social e, portanto, o fortalecimento das redes de parentela e poder local. As elites familiares constituídas no território da Bahia resultam de estratégias políticas e matrimoniais e de uma rede familiar que deram sustentação às fronteiras sociais da Bahia no Segundo Reinado.

Não obstante essas referências, uma leitura mais detalhada dos inventários das famílias baianas evidencia que nem sempre essas estratégias matrimoniais, que sustentavam essas redes de parentela, resultavam em bons frutos econômicos e de preservação do patrimônio e solidariedade entre as elites. É, ainda, Wanderley Pinho (1982) que, estudando os inventários da família Rocha Pita, menciona embaraçosos casos de disputas entre os herdeiros da família Pita que contribuíram para a degradação do patrimônio centenário da família.

Nas entrelinhas do inventário do capitão-mor e político, Cristóvão da Rocha Pita, falecido a 28 de setembro de 1809, é evidente não só como a disputa entre os herdeiros, que durou mais de trinta anos, degradou o patrimônio de três gerações, como, também, é possível perceber, a partir dos argumentos dos herdeiros para justificar os seus direitos, quais eram os sinais de grandeza e prestígios valorizados pelas elites à época.

Ao mencionar o inventário de Garcia D’ávila Pereira de Aragão³⁸, conhecido como o “último Senhor da Torre”, Pinho lembra a relação conflituosa entre D’ávila e seu sogro, o senhor Cristóvão da Rocha Pita. De acordo com o trecho do inventário do dito “senhor da Torre”, de 1805, citado por Pinho, Garcia D’ávila Pereira de Aragão não parece ter vivido em boa harmonia com o sogro e, nem mesmo, com a esposa e prima Josefa Maria Pita do

³⁸ Sobre esse evento, Ver: PINHO, Wanderley. História de um Engenho do Recôncavo: Matoim, Novo Caboto, Freguesia: 1552-1944. São Paulo: Nacional; Brasília: Fundação Nacional Pró-memória, 1982. Na nota 2, p.164, o autor detalha a repercussão na historiografia sobre o casamento de D’ávila com sua prima e as suspeitas acerca do seu casamento anterior.

Sacramento. Sobre essa querela privada da família Pita, o autor indica que o desacerto do casamento do “último Senhor da Torre” com sua prima resultava da suspeita de Josefa Pita de que D’ávila teria “abreviado os dias de sua mulher”, a primeira esposa do “Senhor da Torre”. Josefa, possivelmente obedecendo ao pai, teria cedido pelo casamento, mas resistiu à convivência com o dito “Senhor da Torre” e permaneceu morando na casa do seu genitor. Esse evento evidencia, além do poder patriarcal e prestígio do capitão-mor e político Cristóvão da Rocha Pita, no final do século XVIII, como as alianças familiares através do matrimônio eram uma prática que poderia contribuir, a um só tempo, para o fortalecimento das redes de sociabilidade e solidariedade afetiva e econômica e para a desintegração da família e decadência do patrimônio familiar.

Uma parte significativa dessas elites da Bahia, em meados do século XIX, que se encontrava em uma posição notável, foi tornada nobre no século XVIII e teve seu prestígio confirmado com a chegada do Príncipe (mais tarde dom. João VI) à Bahia em 1808. A Corte portuguesa ancora na Bahia em 21 de janeiro de 1808, ficando em torno de um mês na Cidade do Salvador. Ocasão em que o Príncipe, fazendo uso das suas atribuições, concedeu um total de aproximadamente 500 títulos. Essa prática de criar títulos de nobreza para recompensar aqueles que, de alguma forma, prestaram serviço à Coroa, seja militar ou em atividades vinculadas à agroindústria, conforme vimos, também foi seguida por dom. Pedro II, embora esse tenha apresentado maior cautela na distribuição das benesses. Os conselheiros que elaboraram a Constituição de 1824 e outros políticos da Bahia que estavam envolvidos no processo de independência, por exemplo, foram destaques no Primeiro e Segundo Reinado, inclusive, alguns permaneceram em evidência no cenário político até boa parte do segundo Império.

A capacidade distributiva do monarca foi muito utilizada para abrandar as queixas e acalmar os ânimos dos homens notáveis no reino do Brasil. Assim, as estratégias matrimoniais endógamas e exógamas, que por vezes eram uma forma de inserção e proteção social, ainda que não reverberassem em aquisição de títulos de distinção no Império, poderiam concorrer para usufruir de outros privilégios no seio da sociedade baiana, ainda que apenas econômico ou de aparência.

Esses rearranjos corroboraram para a formação de uma elite rural e cidadina “opulenta” na Bahia, que dinamizaram a sociedade e souberam mobilizar diversos signos de distinção, material e simbólica, para fortalecer as redes de sociabilidade e se posicionar socialmente. Tendo isso em vista, é tempo de fazer algumas referências de como se verifica esse apreço pela distinção, a partir da materialidade na sociedade baiana da segunda metade do século

XIX, embora tenhamos um capítulo para explorar esse aspecto mais detalhadamente a partir da análise das fontes materiais.

Uma observação dos produtos de uso doméstico que se tornaram foco das importações, nos meados do século XIX, muito nos dá a dimensão de como os signos de distinção somados ao desejo de autorepresentação condizente com aspirações de civilidade e aproximação com a corte e com o Imperador, resultaram no acúmulo de objetos de uso cotidiano. Ao analisar os produtos importados à venda na loja Guimarães Costa, na rua comercial da Cidade Baixa, Consuelo Novaes Sampaio (2005) enfatiza que as mercadorias à venda, “as destinadas às famílias enobrecidas eram brasonadas, de modo a exibir a distinção de classe que a separava do resto da sociedade. Conferiam indispensável toque de *finesse* e *noblesse* aos banquetes e mesmo às refeições cotidianas” (SAMPAIO, 2005, p. 31).

Esses produtos, para além do uso para atender as necessidades cotidianas e nutritivas, os recipientes assim como os alimentos, têm uma funcionalidade didática, que Sampaio assinala, ao fazer referência ao destino e à finalidade dos produtos à venda, que externam pretensões sociais muito bem identificadas pela autora. É válido reforçar que a corrida por determinados “produtos de luxo”, intensificada após a década de 50, em virtude da rápida prosperidade econômica, coincidiu com um período de busca por um padrão europeu civilizacional que idealizava uma polidez social, dos hábitos e costumes, e camuflava os aspectos vistos como grosseiros e menos civilizados da sociedade. A análise da materialidade dos produtos à venda nos principais centros do Império torna-se uma pista que nos é útil para compreender a “vida de corte” apreciada pelos selecionados no reinado brasileiro. Uma vida que adaptava hábitos europeus em um contexto extremo; cercado por um ambiente rural e marcado por contradições gritantes em virtude da conjuntura escravista.

As contradições desse apreço e apego a elementos de distinção e das pretensões civilizacionais no contexto escravista, e que tem seu início com a chegada da comitiva real aos trópicos, foram fortalecidas na gestão de dom Pedro II. Essa orientação que transformou, de forma paulatina, os hábitos culturais e as ruas das principais cidades das Províncias do Império, convivia com elementos desagradáveis, entre eles a escravidão, que “ofuscava os projetos civilizacionais do Império”. De modo que esses produtos de luxo à venda na Cidade Baixa, identificados por Sampaio (2005), conviviam com o desconcertante odor da rua, oriundos da sujeira costumeira, produtos da moda parisiense, e homens aprisionados quase nus à venda que configuram como prova da dinâmica do mundo do trabalho de base escravista, mas que se admitia, pois sustentavam as pretensões de civilidade. Essas contradições também foram destacadas por Schwarcz (1998) em que verificou, a partir da

dinâmica comercial e social da Rua do Ouvidor, uma corte fluminense “com hábitos parisienses em um ambiente de face rural com escravidão por toda a parte” (SCHWARCZ, 1998, p. 116).

Além dos indícios de difusão do ideal de civilidade, verificados no estilo e qualidade dos produtos vendidos e utilizados em público, que tinham as formas corretas de usos internalizados no interior das casas, através da educação informal e em outros ambientes formais, é oportuno fazer menção a outro palco de sociabilidade que permitia a consolidação de determinados hábitos civilizacionais, o teatro. Sobre esse ambiente público aonde se iam “para ver e ser visto” e onde se reforçavam e aperfeiçoavam as práticas culturais estrangeiras tão apreciadas pelas elites, Fernanda Villela Bastos (2014) analisa, para o caso da Bahia, o papel civilizacional através do palco do teatro São João de Salvador de 1855 a 1857.

Para Bastos (2014) o teatro da Bahia além de servir de palco de disputa política acabou por assumir a missão de, através dos espetáculos apresentados, inserir o público no projeto civilizacional da elite intelectual. Assim, o teatro “tinha grande importância enquanto difusor de representações sociais, pois ele ia muito além das camadas que tinham acesso a leitura” (BASTOS, 2014, p. 34). Além da função educativa para o propósito civilizacional e moral via teatro São João destacada pela autora, a própria divisão física do interior do espaço evidenciava a divisão social e, portanto, a indicação silenciosa dos lugares que os membros distintos da Bahia deveriam ocupar, no teatro e na sociedade. O empenho da elite intelectual através do palco do Teatro São João correspondia à imagem da jovem nobreza formada pelo imperador, que tinha o papel importante para a consolidação do projeto civilizacional e político, portanto, nacional, que se distanciava cada vez mais das referências do atraso simbolizado pela escravidão.

Dessa forma, os negros africanos e escravos tinham o acesso ao teatro vetado e as peças e eventos nele apresentados foram polidos pelas elites e membros do Conservatório Dramático da Bahia, criado em 1857 com o propósito de analisar a qualidade das atrações apresentadas no teatro. O papel desse seleto grupo de intelectuais se enquadrava nesse contexto em que o “jogo das aparências” tinha se estendido da figura das lideranças políticas para a sociedade. A limpeza da imagem do Teatro São João da Bahia, que antes do Conservatório, desagradava a “boa sociedade” com apresentações de lundus, shows de lutas e comédias que, na visão da elite, era agravado pelos erros de português e despreparo dos artistas e, portanto, não se adequava ao projeto civilizacional (BASTOS, 2014).

Numa sociedade marcada por fortes contradições socioculturais e com uma elite que tanto prezava as aparências, pensar as práticas de sociabilidade e solidariedade no cotidiano e

seu papel no que se refere à manutenção de uma certa “ordem” que garantisse os privilégios dos grupos dominantes e da preservação dos poderes constituídos, configura uma estratégia plausível para compreender a complexidade da sociedade baiana oitocentista.

Essa batalha pela civilização externada nas constantes investidas no campo cultural, nas reformas dos centros urbanos e na polidez da moral e dos costumes, verificadas na sociedade baiana oitocentista, tinha as casas das elites como outro palco para a tradução e o aperfeiçoamento dos símbolos de civilidade em conformidade com o modelo europeu transplantado. Essa orientação dos “modos de vida” que eram adaptados aos trópicos a partir, sobretudo, da orientação da corte sediada no Rio de Janeiro, fora incorporada pelas elites da Bahia às suas práticas cotidianas e representações sociais.

2.2.2. A casa das elites da Bahia oitocentista: teatralização da opulência, negociação sócio-política e representação do cotidiano.

A transferência da Família Real para o Brasil (1808) significou uma mudança paulatina nas práticas de sociabilidade, no perfil das elites e da cultura material. Com a presença da Corte nos trópicos luso-americano, inicia-se uma nova fase da história do Brasil e, mesmo, de Portugal. Por um lado, ocorreu um processo de esvaziamento de parte dos agentes de poder em Portugal; por outro, um fluxo migratório do aparato burocrático e outros agentes de poder invadiram, de forma exponencial, a capital da colônia (ALENCASTRO, 1998, p. 12). A presença desses novos agentes no Rio de Janeiro demandou uma série de serviços e mercados que movimentou o fluxo populacional para o Rio. É essa dinâmica que transforma a sede fluminense em um centro de referência cultural e grande distribuidor de bens de consumo e engrossou, de forma considerável, o tráfico de africanos(as) escravizados(as) via Oceano Atlântico. Foi nesse contexto que o Rio de Janeiro foi eleito, como cidade “síntese da representação do Império”; conforme identificou o jornalista Von Koseritz radicado no Rio de Janeiro desde 1851³⁹. Nesse contexto, a cidade tornara-se, sobretudo no decorrer do Segundo Reinado (1841-1889), um centro político e cultural extremamente burocratizado que movimentaria os agentes de poder que conformaram a face da frágil nação que se desenhava sob o manto de um imperador ainda sem barbas.

³⁹ Von Koseritz foi um jornalista alemão domiciliado desde 1851 no Rio de Janeiro e contribuiu, assim, como outros viajantes europeus, para o desenho da imagem do Império. Ver: MAUAD, Ana Maria. Imagem e auto-imagem do Império e do segundo reinado. In: ALECANSTRO, Luiz Felipe de. & NOVAIS, Fernando Antônio. “História da Vida Privada no Brasil”, Vol. 2, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

É pertinente ter em conta o jogo político das elites das províncias do Brasil para galgar um determinado lugar social no cenário nacional. Na dança do poder, sobretudo político e simbólico, esses sujeitos ora renovavam a sua adesão à monarquia, ora flertavam com as possibilidades de afastamento da mesma. Apesar da face cinzenta do Império, a “interiorização da metrópole”, nas letras de Maria Odila Dias (2005)⁴⁰, não significou apenas a transferência do corpo burocrático, de pessoas e produtos, mas a emergência de novas agendas comemorativas e de etiqueta, instaurando, portanto, uma “nova lógica do espetáculo”. Assim, altera as práticas do cotidiano e o modo de viver das pessoas da colônia. Nesse sentido, verificam-se mudanças significativas na orientação do centro urbano; na arquitetura das casas que ganharam divisões específicas e decoração sofisticada com utensílios valorizados como a porcelana e os cristais, na moda masculina e feminina, que se aproxima dos estilos europeus, na maneira de comer, vestir e nas formas de sociabilidade (TOSTES, 2008).

É oportuno reiterar que essas mudanças nas práticas de sociabilidade e na materialidade de uso cotidiano, a partir da influência da chegada da comitiva real ao Brasil, não ocorreram de forma imediata e em todas as casas das províncias no mesmo período, como se verifica com todas as mudanças culturais. Ao analisar os tipos de casas nobres e mucambos no Brasil, Gilberto Freyre em “Sobrados e Mucambos, edição de 2004, verificou, a partir das impressões das viagens ao interior da Bahia deixadas pelo Príncipe Maximiliano, em 1860, que o viajante teria encontrado “em São Salvador dos Campos dos Goitacases, fazendeiros ricos, vivendo a mesma vida relassa que no século XVII” [...] Residindo em “casas térreas de barro e nem ao menos caiadas. Verdadeiros mucambos” (FREYRE, 2004, p. 138). O argumento do autor é de que possivelmente a esses senhores de engenho faltasse a ação da mulher portuguesa para o conforto físico da casa e a dignidade moral. De qualquer forma, problematizar esse argumento característico das obras do autor, não é o nosso propósito com este trabalho. O objetivo dessa citação é evidenciar a complexidade dos processos de transformação dos hábitos e costumes no Brasil que, muitas vezes, são lidos, equivocadamente, como se, após a “interiorização da metrópole”, um raio de luz cultural partindo da corte fluminense e, de forma imediata, iluminasse todas as províncias igualmente.

Ademais, para algumas famílias tradicionais da antiga colônia, inclusive, o estilo de vida da corte transplantada, não se configurava, necessariamente, uma novidade para todos. É

⁴⁰ DIAS, Maria Odila L. da Silva. A interiorização da Metrópole e outros estudos. São Paulo: Alameda, 2005.

ainda Gilberto Freyre (2004) quem contribui para essa ponderação ao identificar, desde o século XVI, a presença no território colonial do que ele chama de “fina aristocracia rural” requintada. Engenhos que possuíam “meninos de coro; com bandas de música; com pianos de cauda; com orquestra tocando *ouvertures* (abertura) de ópera”. Freyre destaca um opulento senhor de engenho na Bahia do século XVI, que tivera uma orquestra, formada por negros e dirigida por um marseilhês (FREYRE, 1994, p. 153). O autor também menciona a casa-grande do engenho Soledade, em Minas Gerais, que viajantes que a teriam visitado no XIX enfatizaram o caráter “requintado”, onde os negros tocavam ópera e cantavam em latim. Isso não significa que devemos tomar essas exceções como regra, pois sabemos das ambiguidades desse processo.

Embora os viajantes que visitaram o interior do Brasil tenham notado influências da cultura europeia em algumas “casas-grandes” do interior, é certo que, com a abertura comercial e outras medidas e negociações socioeconômicas tomadas por dom João VI, seriam facilitados o acesso à materialidade e às formas de internalização de hábitos oriundos da moda europeia, sobretudo da Inglaterra e França. Sobre a influência inglesa no estilo de vida e na cultura material acentuada após a chegada da Família Real no território luso americano, Gilberto Freyre (2004) assinala que,

Essa influência parece ter sido acentuada na primeira metade do século XIX, em Pernambuco, na Bahia e no Rio de Janeiro, antes de ter tomado relevo em São Paulo, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, pelo fato de ter atraído então o inglês ao Brasil a riqueza daquela parte da população ou da sociedade patriarcal enobrecida pelo açúcar. Na segunda metade do século XIX, com a preponderância do café sobre o açúcar, as casas do Norte foram começando a perder em conforto e em luxo para as do Sul. As ruas da Corte, estas, desde D. João VI vinham se tornando as mais elegantes do Império. A do Ouvidor tornou a grande rua do luxo e das modas francesas (FREYRE, 2004, p. 154).

Como se pode notar a partir do recorte geográfico e temporal feito pelo autor, essa atualização cultural foi sendo adaptada conforme a dinâmica no cenário sociocultural e econômico do Império. Assim, com o redirecionamento econômico das zonas açucareiras para o Centro-Sul, por conta do comércio exportador do café, essas novas referências culturais também foram alteradas. Contudo, como verificamos para o caso da Bahia, a decadência econômica das regiões açucareiras verificadas pelo autor, não implicou de forma imediata na decadência das práticas de sociabilidade e da ostentação da riqueza nas casas das famílias das elites baiana. Em sua obra mais antiga, “Vida social no Brasil nos meados do século XIX”, de 1977, o argumento de Gilberto Freyre (1977) sobre a prosperidade econômica de São Paulo,

nas décadas de 1850 e 1860, já estava posto. Entretanto, o autor tem o cuidado de assinalar que “em atividade intelectual São Paulo talvez fosse ainda inferior a Pernambuco, à Bahia e, certamente, à Metrópole, em vida social” (FREYRE, 1977, p. 50).

A análise da cultura material das elites da Bahia no Segundo Reinado oferece pistas para a compreensão dessa dinâmica sociocultural. A permanência de peças oriundas da Companhia das Índias Orientais nas casas das elites da Bahia, identificadas tanto no contexto urbano como no rural, é um dado revelador para compreender essa dinâmica. Embora a importação das porcelanas “das Índias”, como são conhecidas, tenha sido cessada no segundo quartel do século XIX, conforme afirmou Sylvia Athayde (2000), é possível supor que a preservação desses objetos nas famílias, assegurados às gerações seguintes por meio de inventários, indica o seu valor simbólico e econômico para a família e a sociedade; se pensarmos a casa como “espaço de encontro do pessoal com o social” como notou Gilberto Freyre (1971).

Muitas louças que chegaram ao Brasil na bagagem da comitiva real e outros grandes serviços em porcelana que foram encomendados posteriormente pelos membros da corte conviveram em harmonia com os novos símbolos de civilidade. Assim como Teixeira Leite (1986) identificou a corrida de portugueses radicados na “metrópole interiorizada” para adquirir produtos da Companhia das Índias em 1808, em meados do século, na Bahia, nota-se o empenho de boa parte da velha aristocracia baiana, na corrida para imitar os membros da recente Corte. Para tanto, atualizaram suas encomendas de serviços de mesa oriundos da Europa, sobretudo de origem francesa e inglesa, para, de alguma forma, moldar a sua imagem a partir dos ecos da alta nobreza imperial sediada no Rio de Janeiro. Os novos produtos da moda e outras quinquilharias foram despejados no mercado do Rio de Janeiro de forma intensa após 1814, quando Napoleão Bonaparte deixa de ser um empecilho ao comércio com a antiga colônia. Após esse contexto, se inserem em grande número no comércio do centro fluminense, determinadas lojas de origem inglesa e francesa que, priorizando referências da cultura clássica, vão ganhar a simpatia das elites carioca e, por extensão, a baiana.

De acordo com o autor, a preferência pela louça européia no Segundo Reinado foi uma constante entre as elites. Inclusive, a maior parte das louças adquiridas por dom Pedro II, o maior modelo a ser seguido pelos ilustres, era porcelana européia (LEITE, 1986, p. 166). O autor afirma que as peças oriundas da China, encontradas no acervo pessoal do monarca, foram herdadas. Isso significa que, ao mesmo tempo em que ocorre uma mudança no cenário político, econômico e cultural do Império e a emergência de uma nova elite, voltada para as letras e o comércio, se acentua a mudança no gosto desses grupos, a partir da década de 1850,

motivada pela animação no setor econômico. Embora a percepção dessas mudanças seja um fato, não significa, necessariamente, uma negação completa de determinados estilos, valores e práticas culturais anteriores.

A sobrevivência desses artefatos em estudo é uma pista da permanência dos seus usos pelas famílias baianas que, em meio aos novos modelos civilizacionais, não desprezaram os objetos de estilo oriental, símbolo, ao mesmo tempo do período colonial e de um tempo próspero, que convivia perfeitamente com as novas peças de estilo clássico nas recepções públicas da casa⁴¹. Os usos desses artefatos nas residências e salões opulentos da Bahia eram recorrentes, sobretudo se esses ostentavam brasões ou outros signos de distinção que remetessem à posição de nobreza dos patriarcas da família. Boa parte desses artefatos figuram nos inventários de antigos senhores de engenho da Bahia ao lado de outros objetos de alto valor econômico herdados pelos descendentes referidos nas descrições da casa e da mesa feitas pelos viajantes que passaram pelo Brasil ao longo de todo o século XIX. De maneira que, tendo em vista os artefatos analisados na pesquisa e disponíveis no *corpus* documental (v.2), é possível conjecturar que esse gosto, ao que tudo indica, foi comum, tanto nas casas da zona rural como nas residências e salões da Cidade do Salvador.

No que tange ao aparato das casas do meio rural das elites, Sylvia Athayde (2000) lembra os estudos dos pesquisadores Lucia Neves e Humberto Machado, que fazem referência às elites do “baronato do café”, nos seguintes termos:

[...] a opulência e o fausto caracterizavam as sedes das fazendas, e seus proprietários cercaram-se de toda a pompa que a época podia lhes proporcionar para demonstrar a grandeza e prestígio, obtidos através dos títulos de nobreza que conseguiram através de serviços prestados ao Estado imperial. Todos os objetos que ornavam as casas vinham da Europa: delicadas porcelanas, pratarias, móveis e cristais (ATHAYDE, 2000, p. 07).

O trecho da citação enfatiza a ostentação material ao gosto europeu nas fazendas do Oeste Paulista na segunda metade do século XIX. É sabido que muitos desses proprietários rurais, que acumularam funções no Império oitocentista, permaneceram no jogo político e social até o final do século. A cultura material em estudo indica que essa nova burguesia, de feição antiga, soube atualizar seus hábitos de modo a legitimar a sua posição e somar para si e para os seus diversos símbolos de distinção social.

Esse contexto mais geral nos ajuda na leitura dos objetos em estudo, pois as aspirações de *status* foram compartilhadas pelos grupos dominantes que, de forma direta ou indireta, interferiram no cenário nacional e contribuíram para a difusão da chamada “vida de corte” nas

⁴¹ Ver fichas do *corpus* documental (vol.2).

províncias, o que reverberou na acentuação das diferenças sociais. Ao encomendar novos artefatos na Europa ou na própria corte muitos proprietários mandavam materializar a sua distinção no objeto selando-os com a sua titulação ou com símbolos que fizessem alusão aos elementos representativos do novo Estado nacional ou, ainda, com referências que se quisesse associar à sua imagem, desde que esta se distanciasse do regime escravista vigente.

Sobre o potencial ativo dos artefatos de uso doméstico, Mascarenhas (1998), em estudo da sociedade baiana, defende que,

[...] é imprescindível observar os bens da vida cotidiana, a casa, os objetos de uso pessoal e doméstico, mobiliário, prataria, os bens suntuários em geral, pois nesses objetos estavam visivelmente presentes valores de uma sociedade com base no *status*, no prestígio e na aparência pública de riqueza (MASCARENHAS, 1998, p. 154).

Os objetos de uso cotidiano, posicionados e manipulados de maneira estratégica no interior das casas das elites, funcionaram, nesse contexto, como símbolos de diferenciação social, e extensão da dominação pelo “aparato” dos seus proprietários de maneira que tal significação servia para reluzir, inclusive, as pessoas próximas à família. Um bem-querer pela opulência ostentatória que na casa, assim como em outros palcos públicos, assumia o seu papel na internalização e legitimação de posições que criavam condições de possibilidades para associar a titulação do proprietário ao seu berço de nascimento.

Destarte, as casas das elites brasileiras foram, de forma paulatina, sendo transformadas em um palco de exibição de opulência, e os artefatos ocuparam, muitas vezes, a função de criar uma imagem de si e fortalecer os mecanismos de hierarquização da vida social. Mencionamos, no capítulo anterior, a leitura de Vânia Carneiro de Carvalho (2008), após analisar a cultura material paulista do século XIX, que destaca a importância da função social e dos usos de artefatos nos espaços domésticos para a produção de sentidos.

Outra referência que nos é relevante são as ponderações de Tânia Andrade Lima (1995) que, visando analisar a cultura material do Rio de Janeiro do século XIX, faz uma série de descrições sobre os modelos de rituais de alimentação da Europa dos séculos XVIII e XIX e as formas de difusão e apropriação desses modelos no Brasil. Demonstra como o ritual da alimentação contribuía para tornar o poderio dos donos da casa inquestionável. Esse poderio era possibilitado pelo domínio dos códigos de etiqueta, do fausto da mesa, da disposição dos objetos e todo um conjunto de elementos que os colocava em uma determinada posição social. Para Lima, “por meio de discursos materiais, as pessoas falam silenciosamente sobre si

mesmas, sobre sua visão de mundo, sobre o que não pode ou não deve ser dito verbalmente, e aí reside a sua força” (LIMA, 2011, p. 19).

Essa função didática do poder simbólico através dos usos da materialidade ecoada no texto de Tânia Lima (2011) é verificada, sem dificuldade, nas práticas cotidianas das elites da Bahia oitocentista. Saber se portar em público conforme as atribuições da “boa sociedade” completava a distinção conferida pelo conjunto dos objetos e a ostentação deles no ambiente. As impressões do viajante Maximiliano (1860), ao descrever o comportamento de Tomas Pereira Jeremoabo da Costa Vasconcelos, futuro Barão de Jeremoabo, quando ele acompanhava a sua comitiva na visita à Vila de Itaparica e, posteriormente, no seu engenho, este situado no Recôncavo baiano, muito contribui para uma leitura do poder da teatralização na representação do cotidiano. A primeira menção que o viajante faz quando encontra, pela primeira vez, Jeremoabo é de um “rico fazendeiro, senhor Jeremoabo da Costa Vasconcelos, sua propriedade deveríamos visitar, no decorrer do dia. Não por culpa nossa, prestou-se pouca atenção, no começo, ao homem modesto e retraído. Não conhecíamos seu poder, não tínhamos qualquer idéia de sua posição principesca e só nas suas terras se revelou sua grandeza”⁴². Após essa breve menção, o viajante segue com a descrição do seu roteiro até Itaparica e, tanto ele quanto a sua comitiva, esqueceram completamente da presença de Jeremoabo, a ponto de desembarcar do vapor e seguir seu roteiro para reencontrá-lo só após o retorno da sua aventura pelos matos da ilha de Itaparica. Porque retornaram e encontraram o seu meio de transporte enlameado na lama, perceberam, por não ter o que fazer e dispor de tempo, Jeremoabo que “devido à sua grande modéstia, ou melhor, sagacidade, ele tinha ficado no vapor despercebido, comoda e pacientemente sabendo muito bem que estava próximo o momento em que se apresentaria no seu brilhante papel e na sua grandeza principesca”⁴³.

É interessante como o Príncipe Maximiliano e, ao que tudo indica, toda a sua comitiva, ignoram ou desprezam, à primeira vista, – a julgar pelos comentários ao longo do registro do viajante a respeito dos senhores de engenho por possuírem escravos - a presença do fazendeiro. A descrição física de Jeremoabo feita pelo viajante nos parece indicar, ao mesmo tempo, o preconceito trazido em sua bagagem e também admiração:

Senhor Jeremoabo correspondia, perfeitamente, em seu aspecto físico, à idéia que eu tinha feito do dono de um Engenho: pequeno, atarracado, de estrutura robusta, musculosa, com uma respeitável barriga, atributo pacato do poder do proprietário, pescoço curto, semelhante ao touro, sinal de energia e de força de vontade. Tinha a cabeça redonda, firme, do lado inteligente da raça romana, uma cabeça que, nos traços e na forma, lembra

⁴² *Ibidem*, p. 152.

⁴³ *Idem.*, p.181.

os bustos dos imperadores romanos. O rosto bem barbeado e os cabelos curtos anelados, completavam essa impressão. Nos ombros largos estavam fincados braços firmes, com mãos muito firmes e bem marcantes, apesar da gordura. A chave para a história interior desse homem digno de atenção, o proprietário mais rico, mais seguro da vasta região da Bahia, do senhor brasileiro, no sentido mais lato da palavra eram seus olhos indescritivelmente pretos (MAXIMILIANO, 1860, p. 182).

O viajante segue fazendo suas considerações sobre o comportamento de Jeremoabo, enfatizando o seu poder de mando silencioso, através do olhar, para com os subordinados encarregados de auxiliar a comitiva com suprimentos e serviços para o sucesso da expedição. É válido lembrar que as críticas e admiração externadas pelo viajante resultaram da impressão causada por Jeremoabo ao recepcioná-lo em sua fazenda; uma vez que a escrita do seu relato de viagem é posterior. Um elemento que nos interessa em particular da narrativa do Príncipe é o fato dele marcar as entrelinhas do seu texto com impressões sobre a posição social ocupada por Jeremoabo externadas nos gestos e silêncios do senhor de engenho.

Ao se aproximar da fazenda de Jeremoabo, às margens do Paraguaçu, Maximiliano tem a dimensão do poderio do proprietário que, até horas atrás, tinha desprezado. A sua reação ao visualizar a “casa-grande” de Jeremoabo foi de estar diante de um “pequeno reino” e descreve a recepção do anfitrião da seguinte forma:

Numa elegante embarcação, guarnecida com um rico tapete e com a grande bandeira espinafre do Império, remada por seis negros robustos, em trajes de marinheiros, um tanto teatrais, Jeremoabo veio buscar-nos, com o equilíbrio tranquilo e a segurança de soberano, fazendo-nos sair do vapor. Algumas remadas fortes, uma curva graciosa, e estávamos no molhe, recebidos pela corte branca de Jeremoabo (MAXIMILIANO, 1860, p. 188).

Em seguida, ao adentrar a casa propriamente dita, o viajante faz uma descrição minuciosa do seu interior e toda a sua decoração que seu olhar alcançara, sem deixar de registrar o “palanquim dourado do soberano” que convive com objetos científicos, “quadros tipicamente franceses” e o “velho piano que indica incipientes tentativas artísticas”. Os signos de civilidade não passaram despercebidos a Maximiliano que diz ter todo o conjunto da casa “um sistema doméstico em organizado, opulento e dirigido com rigor de luxo austero e de longa data”⁴⁴. Ao sinalizar que o “sistema doméstico” na residência de Jeremoabo era de “longa data”, Maximiliano indica o perfeito domínio dos códigos de civilidade pelos anfitriões; dominar a etiqueta de modo a esta parecer natural e não resultado de um aprendizado.

⁴⁴ *Ibidem.*, p.191.

Essas passagens dos “esboços de viagem” de Maximiliano já nos é suficiente para perceber o poder do “discurso material” e de como as pessoas podem falar “silenciosamente sobre si” mencionado por Tânia Andrade Lima (2011) em trecho citado anteriormente⁴⁵. A “força” possibilitada pela mobilização dos objetos no interior de uma casa resulta da capacidade que o anfitrião tem de compor a cena conforme as orientações socioculturais de modo a impactar os seus visitantes. Dessa forma, a casa funciona não apenas como espaço de exibição da opulência dos proprietários e seus pares, mas também como palco de representação da vida social. Portanto, a performance da “corte branca de Jeremoabo” para a recepção do Príncipe, a supor pela forma como ele descreve o evento, teve a sua efetividade prática; demonstrar o seu poder social e econômico de tal forma que o único questionamento crítico que restou ao Príncipe Maximiliano, após visitar a sua casa, diz respeito à presença da escravidão nos seus domínios.

Outro palco de representação social do Segundo Reinado foi, em grande medida, o salão onde se realizavam bailes opulentos, no sentido de ostentação de riqueza, que funcionaram como espaços de negociação e fortalecimento das alianças sócio-políticas. O historiador Wanderley Pinho (1959), em estudo sobre a vida social na Bahia do Segundo Reinado, enfatiza a importância desse espaço onde as negociações políticas e o jogo simbólico era uma tarefa também das damas das elites. De acordo com o historiador, as décadas de 1850 e 1860 foram períodos em que algumas mulheres das elites da Bahia se destacaram politicamente nas recepções dos salões. Aqui vale citar dois exemplos emblemáticos da atuação de senhoras apontados por Pinho (1959). O primeiro destaque é para a filha do Conde de Passé, mais tarde Baronesa de Cotegipe, quem fazia as honras das casas nas recepções e festas. O Conde de Passé, além das festas religiosas promovidas nos seus engenhos do Recôncavo baiano, organizava bailes opulentos em suas casas na Cidade do Salvador – no Largo do Teatro (Atual Praça Castro Alves) e no Bonfim.

O outro exemplo mencionado pelo mesmo autor diz respeito à atuação pública de Adelaide de Castro Alves Guimaraes, poetisa e irmã do poeta Castro Alves, que era muito admirada entre os seus pares pela sua sensibilidade poética e atuação política e vista como “uma das damas que honrava a cultura social das côrtes antigas”. É ainda o historiador que, em sua obra, “História de um Engenho do Recôncavo”, de 1982, reforça o potencial do funcionamento da casa oitocentista como espaço de negociação sócio-política. De acordo com

⁴⁵ Outras passagens que aparecem nesse relato do Príncipe, a propósito da sua recepção na residência de Jeremoabo, enriqueceriam ainda mais esse argumento, mas ficarão para outra oportunidade, pois excederiam os nossos propósitos.

ele, o primo do Conde de Passé, o senhor Alexandre Gomes de Aragão Ferrão, futuro Barão de Cajaíba, “dava grandes funções nas suas casas da Cidade, e botadas e festas de orago nos seus engenhos”. O autor menciona “o baile que este ofereceu a Andréa⁴⁶, futuro Barão de Caçapava, em 1846, e outro em 1856, a que se atribuiu o objetivo de conciliar o Presidente Tibério Moncorvo com Gonçalves Martins, futuro Visconde de São Lourenço⁴⁷” (PINHO, 1982, p. 193).

Os salões do Segundo Reinado realçaram o brilho e distinção iniciados desde a chegada do Príncipe Regente. É ainda o mesmo historiador quem recorda a animação social e as recepções e bailes dados pelas famílias ilustres da corte, analisando relatos de viajantes e cronistas estrangeiros. O autor seleciona alguns registros da britânica Maria Graham, que esteve na Bahia de 16 de outubro a 8 de dezembro de 1822, visitou Itaparica e Cachoeira e deixou impressões sobre as residências e a vida social em Salvador antes de seguir para o Rio de Janeiro no mesmo mês. As impressões da inglesa sobre as casas de Salvador não são das melhores. Moema Parente (1975), ao tratar da curta estadia da inglesa na Bahia lembra o quão rigorosa foi a estrangeira nos seus relatos no que se refere às casas, às senhoras, que lhe pareceram desleixadas na intimidade, destaca o clima político e o altíssimo índice de criminalidade na cidade. Um detalhe relevante que a autora traz sobre a viajante é que ela, apesar de ser convidada a participar de alguns eventos sociais, penetrava, por curiosidade, o interior de casas sem convite. (PARENTE, 1975, p. 67). Talvez por isso a sua impressão do desleixo das mulheres.

Sobre a presença da inglesa na corte fluminense, Wanderley Pinho (1959) destacou o registro que a viajante fez acerca da sua recepção pela família do baiano Luís José de Carvalho e Melo, o futuro barão e visconde da Cachoeira, em sua residência em 28 de março de 1823. De acordo com ele, a britânica teria sido convidada pela família Melo por ocasião do aniversário da filha do casal Brás Carneiro Leão, D. Carlota, no qual a estrangeira se impressionou pelo fausto da residência. A impressão de Graham foi de que “tudo lhe parecia bem, desde a casa excelente, belamente construída e ricamente mobiliada, com paredes forradas de papéis franceses emolduradas de ouro e, ainda, que a viajante elogiou todo o ritual da casa e destacado que “achou melhor do que a usada na Inglaterra à maneira de servir o chá” (PINHO, 1959, p. 19).

⁴⁶ Francisco José de Souza Soares de Andréa (1781-1858).

⁴⁷ Francisco Gonçalves Martins (1807-1872) foi nomeado Juiz de Direito da Comarca da Cidade do Salvador, em 1833, e presidente da província nos períodos de 1848 a 1852 e de 1868 a 1871, responsável pela modernização do Engenho de São Lourenço, e aparece na historiografia como um dos políticos mais preocupado com o Desenvolvimento industrial da Bahia. Todas as vezes que se afastou da presidência foi sucedido pelo mesmo vice, o senhor Moncorvo Lima.

De acordo com o autor, a viajante teria se impressionado pelo nível de erudição de D. Carlota que “era uma jovem de 19 anos que falava e escrevia o francês, fazia progresso no inglês, conhecia a literatura do país, desenhava corretamente, cantava com arte e dançava com graça”. É ainda Pinho (1959) quem acrescenta que Graham teria visitado, na companhia da moça, a biblioteca de Carvalho e Melo na casa da rua do Ouvidor, residência da família na cidade, e de que esta teria outra casa em Botafogo. Trata-se de uma elite cortesã que constituía uma “ilha de letrados” no Brasil imperial, e aqui a formulação é de José Murilo de Carvalho (2014) utilizada para tratar do pequeno grupo de elites detentoras do saber no Brasil do século XIX; uma elite que soube mobilizar o poder sócio-político e simbólico para legitimar a sua posição nos quadros do governo imperial e na representação nacional.

Se a opulência e o fausto dos salões foram verificados para o primeiro período do século XIX, no Brasil, especialmente na corte fluminense, o Segundo Reinado é reconhecido pela historiografia especializada como o ápice dessas práticas de corte. É um período em que a difusão dos hábitos de civilidade possibilitados pelo cenário econômico promissor, sobretudo até a década de 1860, antes dos transtornos político-financeiros por conta da Guerra com o Paraguai (1865-1870), pode ser verificada em algumas regiões do interior do país. Gilberto Freyre (2004), a partir de sua análise dos relatos de viagem de Mansfield nos traz um adendo que colabora com essa tese. De acordo com o sociólogo, nos meados do século XIX, o viajante, ao visitar “casas-grandes” no interior do Brasil, se dizia não se sentir fora da Europa. Ao analisar o texto de Mansfield, a propósito das casas visitadas, o autor destaca da obra do viajante que:

Tocava-se piano nessas casas. Algumas, assobradadas, de engenho, lhe recordaram casas de campo de terceira ordem da Inglaterra. E se em Carnaúba, a dona de casa não desceu para jantar com as visitas, apareceu logo depois do jantar e ela é que serviu o chá aos ingleses. Meio-termo entre o velho estilo patriarcal do Brasil, da mulher nunca aparecer aos estranhos, e o da Europa burguesa, dela presidir o jantar e participar da conversa dos homens (FREYRE, 2004, p. 154).

Podemos captar, a partir da conclusão do autor após a leitura dos fragmentos de viagem do inglês, em virtude do destaque que ele dá para a cultura material utilizada na casa visitada, indícios da influência de hábitos de sociabilidade da burguesia européia nas casas abastadas do interior do Brasil. Outro traço marcante da vida burguesa da Europa apontado por Mansfield em sua jornada ao interior pernambucano é a passagem em que ele diz ter a impressão de estar na Inglaterra, ao visitar a casa do Engenho Macuri, em Pernambuco. O

viajante, no mesmo texto, destacou que “o serviço desta casa é mesmo das melhores casas de campo inglês”, e de que a senhora da casa e as suas filhas teriam participado do jantar.

Apesar da relativa atuação feminina nos espaços públicos da casa, verificada por Freyre (2004) a partir da leitura do viajante, há traços da permanência da reclusão feminina no privado das casas nos meados do século XIX. É oportuno assinalar que, nesse período, esse aspecto já não é tão marcante como era no século XVIII e mesmo, na primeira metade do XIX, mas para algumas regiões e famílias, ainda que reduzida, essa prática ainda persistiu. Não significa, necessariamente, que exista diferença desse comportamento entre os ambientes rurais e urbanos, nesse aspecto, mas é certo que a persistência da reclusão feminina parece ter sobrevivido entre as famílias das elites. Talvez o preconceito que associava a rua ao trabalho ou a promiscuidade, assimilando a reclusão feminina ao aspecto da moral e dos bons costumes, tenha um papel significativo nesse sentido. A imagem de mulher reclusa poderia conferir às senhoras, nesse contexto, uma posição de diferenciação social.

Esse perfil foi notado pelo inglês James Wetherell que, ao se referir às “reuniões brasileiras” em 1856, afirma que “as moças sempre se sentam entre elas, em geral ao redor da sala e, em vez de conversar, parecem somente olhar uma para as outras e observar os diferentes vestidos a fim de preparar um assunto para futuras conversas” e, sobre o comportamento dos homens no salão, Wetherell diz que “reúnem-se entre si, em geral perto das portas ou no meio do salão”⁴⁸. É possível que o vice-cônsul tenha generalizado comportamentos a partir do que observou na Cidade do Salvador ou em alguma residência do interior, já que ele residiu por 12 anos na Bahia. De qualquer forma, essa impressão do viajante sobre a divisão de gênero nos espaços públicos das casas das elites possui algum sentido. Entretanto, é válido ter a dimensão de que esse comportamento social sofreu alterações no decorrer do século XIX com a emergência de novos ambientes de sociabilidade, como o teatro, passeios públicos, transportes coletivos e quiosques.

Ademais, é apropriado elucidar que, no outro extremo social, essa reclusão não se configura em realidade. Os espaços públicos, ruas ou casas, foram os meios que as mulheres e homens das camadas baixas da sociedade encontraram para sobreviver do ganho. Embora essa pesquisa não contemple “os de baixo”, por possuir uma problematização específica, é preciso atinar que, para o período em estudo, nem tudo era opulência ostentatória e fausto na Bahia.

A historiadora Kátia Mattoso (1992) descreveu os tipos de construções de moradia na Cidade do Salvador nos meados do século XIX. Vejamos o que a autora apresentou:

⁴⁸ WETHERELL, James; Rio-Branco, Miguel P. do (Trad). Brasil, apontamentos sobre a Bahia 1842-1857. Edição do Banco da Bahia, S/A. s/d, p. 134.

Casas com belos soalhos ou casebres de chão batido, imponentes palacetes de vários andares ou casinholas de uma janela só, quase todos os imóveis tinham em comum um corredor estreito e escuro que levava da porta da rua até uma espécie de pátio interno indispensável – o quintal – cujas dimensões variavam segundo a importância da construção. Em cada quadra, o conjunto desses pomares ou jardins formava um espaço mais ou menos verde. A cozinha dava sempre para o quintal, e dependência de diferentes alturas, anexos mais ou menos feios, mas práticos, faziam dessa parte da casa o centro da vida privada dos moradores (MATTOSO, 1992, p. 446).

Esses tipos de construções para moradia em Salvador, durante todo o século XIX, sobretudo nas freguesias de maior aglomeração como a do Pilar, na Cidade Baixa, possuíam muitos problemas por conta da precária disposição dos cômodos, que favorecia o agravamento da umidade do ambiente que não dispunha de canalização para esgotos e, portanto, acentuava os odores das casas e das ruas; tão notado por quase todos os visitantes estrangeiros que passaram pela Bahia à época. O perfil social dos moradores das cidades da Bahia oitocentista pode ser verificado pelo tipo de habitação em que residiam. Em Salvador, por exemplo, os trabalhadores pobres ocupavam as “casinholas” que possuíam um ambiente úmido quase sem iluminação e com pouquíssimo mobiliário. Os grupos intermediários, profissionais liberais ou famílias de classe média se dividiam em prédios de três ou quatro andares com uma porta e duas ou três janelas que dava para a rua, mas só eram abertas durante a noite. O distanciamento espacial verificado na disposição dos cômodos e no perfil dos habitantes dos diversos prédios de Salvador nos meados do século XIX externa, ao mesmo tempo, a afirmação da posição dos proprietários e distanciamento social. Essa hierarquia social, verificada através da estrutura das habitações de Salvador, pode ser identificada na descrição feita por Mattoso (1992) da seguinte forma:

O segundo e o terceiro (pavimento) eram ocupados por famílias de um mesmo nível sócio-econômico; as demais, a que se tinha acesso por escadas abruptas, de degraus altíssimos, se destinavam a famílias mais pobres ou a estudantes. Não ficava bem morar num mezanino do térreo, sobretudo quando não se era comerciante, nem nos fundos de uma loja, nem em casa de chão batido. De fato, o primeiro indício da decadência de uma família era sua mudança para um alojamento térreo. Na ocorrência de tal infortúnio, a família se tornava extremamente discreta, evitando todo convívio social; as janelas que davam para a rua ficavam eternamente fechadas e pessoas “de consideração” não mais eram recebidas (MATTOSO, 1992, p. 447).

O distanciamento social tão apreciado nessa sociedade é, portanto, simbolicamente verificado através da divisão física dos cômodos das casas, mesmo entre as camadas baixas que dividiam espaços nas habitações. As famílias abastadas ocupavam todos os pavimentos de um sobrado, principalmente em casas mais arejadas na paróquia da Sé, de São Pedro e da

Vitória. Quase todas as casas das camadas intermediárias e até algumas mais pobres tinham espaços de receber, algumas possuíam, inclusive, mais de um cômodo para esse fim. De acordo com Mattoso (1992), as casas ricas possuíam duas salas de jantar; a “de baixo” e a “de cima”, sendo que a sala “de baixo” era onde a família se reunia cotidianamente, e a de cima, do segundo andar, era o espaço da representação social em que o senhor da casa dava “grandes festas”. Essa divisão de um espaço para o convívio mais íntimo da família separado de um salão para os bailes públicos é um traço do “estilo de vida” burguês analisado por Norbert Elias (2001) para o contexto europeu nos séculos XVIII e XIX. Podemos dizer que esse espaço (o salão de receber) era o ambiente onde as convenções da etiqueta tinha seu palco. Sobre os objetos decorativos e mobiliários das casas baianas, Mattoso (1992) lembra que só era variado nas casas mais ricas e descreve o aparato das residências mais abastadas:

Eram guarnecidas com um número bem maior de móveis de jacarandá ou vinhático, lustres de cristal, grandes espelhos com molduras de madeira dourada, gravuras, bibelôs, de *biscuit*, lâmpadas de opalina, pinturas a óleo e objetos de prata, além de ricas cortinas adamascadas. Não faltavam oratórios [...], piano, a ocupar lugar de destaque na sala. Os numerosos cômodos dessas casas tinham destinações precisas: a sala de jantar não se confundia com a sala de visitas. Só os muito íntimos eram convidados para partilhar uma refeição (MATTOSO, 1992, p. 448).

As casas das elites se destacam como espaços de notável movimentação e sociabilidade, em virtude de um grande número dos moradores, agregados e/ou apadrinhados ou amigos que os visitavam constantemente e a atividade dos escravos que variava em quantidade conforme as posses dos donos da casa. É ainda Mattoso quem lembra a centralidade do patriarca da família na casa, mas não desconsidera a importância da liderança da “dona da casa” no que se refere à administração dos serviços internos, no controle do orçamento e na instrução dos filhos e agregados.

A diversificação de móveis e objetos decorativos nas residências do Brasil oitocentista foi ocorrendo progressivamente no decorrer do século. Para o caso de Salvador, Silva (2011) identifica que, na primeira metade do século XIX, “os objetos de casa vinham via Lisboa, ou então eram as firmas estrangeiras que importavam móveis, como a firma do cônsul americano Hill e seu sócio, que oferecia móveis ao público “para ornato de casa de bom gosto” (SILVA, 2011, p. 185). A variedade de artefatos verificados nas residências das elites da Bahia, na segunda metade do século XIX, tanto nas zonas urbanas quanto em algumas fazendas, é um sintoma da variedade de mercadorias via representantes internacionais e do aprimoramento do gosto europeu que se impôs nos meados do século. O conjunto de artefatos fichados no *corpus* documental (v.2) oferece um quadro da diversidade desses artefatos.

Se a historiadora Kátia Mattoso nos lembra da impossibilidade de tratar da opulência privada em Salvador do século XIX sem confrontar “abundância” com “miséria”, essa também parece uma questão para o caso da leitura das casas baianas do mesmo contexto. Entender a opulência material e simbólica das casas das elites baianas de imensa influência européia implica averiguar o outro extremo, os “mucambos” tão numerosos entre as cidades e os campos no Brasil oitocentista. A propósito dessa questão, Gilberto Freyre em “A casa brasileira”, de 1971, apresenta um quadro mais geral sobre os tipos de habitação do Brasil, sobretudo após as mudanças no aspecto físico a partir do século XIX, que, segundo ele, altera o aspecto uniforme das habitações portuguesas. O que nos interessa nessa obra do sociólogo é o apanhado que ele faz sobre as características das construções das casas populares mais simples, que esse denomina de “mucambos ou mocambos”⁴⁹. São casas que possuem marcadamente a influência indígena e africana e que, segundo o autor, predominou no Nordeste. De acordo com Freyre (1971),

Ainda que em sua construção se tenham às vezes introduzido elementos de técnica europeia – como as janelas e portas de madeira, por exemplo -, o mucambo do Nordeste permanece na sua simplicidade de casa toda ou quase toda de palha, de folha ou de capim-açu, um tipo de habitação caracteristicamente primitiva. E por essa sua simplicidade extrema, contrasta fortemente com a casa europeia de pedra, tijolo, telha, azulejo, vidro, soalho. Na sua pureza de habitação vegetal com os cipós fazendo as vênas de pregos e as portas feitas da própria palha ou folhas dos tapumes e da cobertura, o mucambo do litoral do Nordeste, quando construído no sêco e entre coqueiros exprime aquele primitivismo de cultura de modo atraente. As aldeias de mucambo desse tipo surgem aos nossos olhos com uma doçura de povoações de ilhas do Pacífico – as mais romantizadas pelos viajantes, pelos poetas e até pelos antropologistas. O seu ar é o de casas inteiramente à vontade entre as palmeiras e á beira do mar ou da água doce. Algumas são até lacustres: palhoças trepadas em pernas de pau dentro d’água ou dos mangues (FREYRE, 1971, p. 65).

A despeito dos problemas de preconceito cultural e racial e pouco senso crítico no que se refere à questão da desigualdade social na obra do pesquisador, que, em alguns momentos, inclusive, se refere aos mucambos como “ninhos de gente”, esse recorte da sua obra nos possibilita ter a dimensão da necessidade de confrontar opulência privada com a miséria defendida por Mattoso.

Esse quadro de extrema pobreza e abandono social que marcou a sociedade brasileira oitocentista, especialmente a baiana, não passou despercebido ao Príncipe Maximiliano que, durante os poucos dias na Bahia, viu e discorreu sobre várias casas pobres com estilo

⁴⁹ O termo mucambo ou mocambo, conforme especifica Freyre, a partir da definição de Renato Mendonça, é uma palavra quimbunda do prefixo “mu+ cambo” que significa “esconderijo” (FREYRE, 1971, p.65).

semelhante às mencionadas na citação acima. Assim, destacamos nesse texto apenas a descrição de uma casa desse tipo (mucambo) onde o viajante precisou, em virtude da chuva, se abrigar durante a sua excursão na Ilha de Itaparica. O viajante a descreve da seguinte forma:

[...] uma choupana solitária que se encontrava em meio a fruta-pães e coqueiros, à sombra de uma poderosa mangueira. As paredes eram de galho seco, mal tapadas com barro e terra. O telhado era de folhas secas de palmeira; o chão de terra batida. Ao aproximarmo-nos, afugentamos da tranquila choupana algumas galinhas magras, o que nos provou que ela era habitada. Entramos no alpendre, uma espécie de varanda primitiva. Logo apareceu, do interior da silenciosa casa de taipa, uma criança negra, simpática, com uma camisa esvoaçante, que nos olhou com grandes olhos de espanto, tornando a desaparecer, em seguida, no seu interior, para buscar o arquivô preto. Um ancião negro, horrível, quase inteiramente despido, com a carapinha alvíssima, saiu do seu canto sombrio, arrastando-se até nós. Era uma visão penosa: uma figura saturada da vida, aproximando-se de novo, do ser animal, ainda mais desfigurado pela elefantíase [...]. Mal podia mover-se e, só com a ajuda de uma grande bengala, arrastou-se para um tronco de árvore derrubado, sobre o qual se sentou, entre nós, como anfitrião. Toda a choupana era apenas um abrigo passageiro. O mobiliário consistia de alguns blocos de madeira, objetos de palha e cabaças. [...] também o arquivô, apesar da sua dura e triste existência, estava, em meio a sua pobreza, em condições de acolher-nos regamente, segundo o padrão europeu. Desapareceu, por um instante, na parte de trás da sua arejada moradia e arrastou, então, para junto de nós, uma cesta velha, esgarçada, cheia dos abacaxis mais magníficos e aromáticos. Para nós, europeus, era um contraste que não se pode descrever receber os régios abacaxis numa mísera choupana e da pessoa mais pobre que existe (MAXIMILIANO, 1860, p. 168).

Não é preciso retomar a crítica sobre o olhar duro de Maximiliano a propósito da cultura e sociedade brasileira, pois essa questão foi mencionada algumas vezes nesse capítulo. Entretanto, embora essa descrição atenda a nossa proposta, que é evidenciar, nesse recorte, o altíssimo índice de pobreza na Bahia nos meados do século XIX, é necessário que se faça algumas ponderações sobre a leitura do autor a propósito da sua pouca percepção do social a partir dos indícios que a casa descrita acima suscita. Ao mesmo tempo em que o Príncipe identifica que a situação da pobreza extrema da casa do velho “senhor negro” resulta do regime escravista vigente, ao afirmar que “toda a choupana era apenas um abrigo passageiro”, Maximiliano torna a sua leitura um tanto contraditória e deixa a impressão de não ter compreendido a real situação social do contexto. Pois, a pobreza material identificada pelo viajante é uma realidade entre os grupos menos favorecidos na sociedade baiana no período. Portanto, é provável que a “choupana” se tratasse da moradia fixa do velho senhor e um abrigo temporário apenas para Maximiliano e sua comitiva.

A despeito dos problemas na literatura de viagem, sua descrição minuciosa nos ajuda a compreender a complexidade de se pensar a opulência privada na Bahia nos meados do século XIX, externada pelos sobrados, sem ter em conta a pobreza gritante verificada no interior das casas pobres dos que sustentaram tal opulência. Além disso, a descrição detalhada dos objetos e o interior da casa do senhor da Ilha de Itaparica nos possibilita apresentar um panorama sobre a cultura material do outro extremo social que não tinha como sobreviver aos tempos e, portanto, por motivos óbvios, só foram preservados de forma fragmentada nos registros desses viajantes.

Outro viajante que contemplou a questão da pobreza e descreveu as casas da população negra de Salvador no mesmo período foi o vice-cônsul James Wetherell que detalhou a arquitetura e os materiais utilizados nas construções a que ele denominou de “barracões dos pretos”. De acordo com Wetherell,

[...] feitos de canas de bambus entrelaçadas com lianas flexíveis. Essas paredes, quase que de rendas, são construídas duas a duas e o espaço vazio é recheado com um barro argiloso. O teto é coberto com folhas de palmeiras e o curioso é que ele é quase sempre terminado antes de que o recheio das paredes seja iniciado, isso a fim de protegê-lo de uma possível destruição pela chuva durante a sua construção. O interior oferece o pior aspecto de miséria nos dias de chuva apenas melhorado em dias lindos. O assoalho é a própria terra batida; a mobília é em geral composta por uma mesa raquítica, um par de cadeiras, uma espécie de táboa com pernas servindo de cama ou uma rede, cabaças e, quando a casa fôr próxima à costas, utensílios de pesca; um caixote equilibrado sobre pernas desiguais contém os “objetos de luxo” dos donos da casa; umas poucas pinturas de santos colgam das paredes e, com alguma escultura santa colocada num nicho (WETHERELL, s/d, p.60-61).

Essas descrições feitas por Maximiliano e Wetherell são apenas dois exemplos de tantos outros relatos de viajantes que passaram pela Bahia nos meados do século XIX e que, apesar de externar seu estranhamento para com a cultura brasileira em geral e, em particular, a da população negra de Salvador, nos serve para uma leitura desse setor social.

Como se verificou, a partir das referências sobre as casas pobres de Salvador, nem tudo é ostentação da opulência e de que a teatralização da vida social, através da ostentação pública de riqueza, coube apenas às elites e poucos membros de classe média que dominaram os recursos materiais e simbólicos para a manutenção da ordem das coisas. No interior das casas pobres, o que se tinha era um cenário constante, real e nem por isso os anfitriões dessas deixavam de oferecer o melhor que tinham para aqueles que adentrassem a sua casa. A imagem dos “régios abacaxis” oferecidos pelo senhor com uma série de limitações físicas e econômicas para Maximiliano e sua comitiva, na Ilha de Itaparica, nos serve como exemplo

dessa atuação solidária que supera as precárias condições materiais “dos de baixo” que não tem espaço para a representação do cotidiano, mas oferece condições para representações que lhes são dadas pelos outros.

3. O SENTIDO DA POLIDEZ: AUTOREPRESENTAÇÃO E PRODUÇÃO DE DISTINÇÃO SOCIAL

3.1. Pedagogia dos sentidos: a função dos manuais de etiqueta na formação social das elites da Bahia.

A produção e mobilização dos elementos de distinção social para a construção de autorepresentação visando manter a ordem das coisas é um aspecto das sociedades de Antigo Regime. Sobre essa questão, Roger Chartier (1991) enfatiza que em estudo crítico de sociedades dessa natureza não se pode desconsiderar o que ele chama de “batalha das representações” como instrumento de domínio e hierarquização da estrutura social.

Em prefácio à obra de Norbert Elias (2001), o historiador Roger Chartier, ao discorrer sobre o papel da corte francesa para a sustentação do poder do rei, menciona três instrumentos de dominação que conjuntamente definem, conforme afirma, a “sociedade de corte”⁵⁰, a saber: o monopólio fiscal, o monopólio militar e a etiqueta (CHARTIER, 2001, p. 18). Nesse prefácio, Chartier realça um aspecto da obra de Elias que nos é útil nessa pesquisa: é o de pensar a sociedade do Antigo Regime francês não em termos de lutas de classe, mas de ambivalência das relações sociais. Diz o autor: “a rivalidade existente entre a nobreza e os burocratas supõe o interesse comum de ambos em manter uma figuração social que lhes assegurem posições privilegiadas”. Nesses termos, a função do rei, seguindo a leitura de Elias (2001), é manipular o equilíbrio das tensões que está na própria origem de seu poder. Por outro lado, a atribuição da corte seria, reforçando a tese do autor, garantir a vigilância pela proximidade e permitir, pelo jogo dos favores, consolidar as fortunas nobilitárias.

Dos três instrumentos de dominação citados pelo autor nos interessa diretamente, por hora, apenas um deles, a etiqueta. Sobre a prática e funcionalidade da etiqueta para a dominação e, portanto, sobrevivência no jogo da “vida da corte”, Norbert Elias (2001) discorre da seguinte forma:

A prática da etiqueta consiste numa autoapresentação da sociedade de corte. Através dela, cada indivíduo, e antes de tudo o rei, tem o seu prestígio e sua posição de poder relativa confirmada pelos outros. A opinião social que forja o prestígio dos indivíduos se expressa através do comportamento de cada um em relação ao outro, dentro de um desempenho conjunto que segue determinadas regras. Ao mesmo tempo, nesse desempenho conjunto, torna-se visível imediatamente, portanto, o vínculo existencial entre os homens

⁵⁰ Norbert Elias define o que ele chama de “Sociedade de corte” como um grupo de nobres; “sem nenhum outro emprego a não ser o interesse de servir à corte, e belas damas, que realmente imprimiam sua marca na maneira de viver e agir” (ELIAS, 2001, p. 63).

singulares e a sociedade na corte. Sem a confirmação do seu prestígio por meio do comportamento, esse prestígio não é nada (ELIAS, 2001, p. 118).

Eis o sentido da etiqueta no Antigo Regime francês analisado por Elias: exteriorizar as suas posições e prestígio de maneira a ter a aprovação dos outros; cada coisa, pessoa, no seu papel. Todos, a começar pelo rei, estavam presos às normas de etiqueta que possibilitava marcar e sustentar as posições adquiridas. Assim, se desenvolvia a “arte cortesã” de observar as pessoas e de “auto-observação”. A performance possibilitava o distanciamento entre cada um dos membros da elite, o que conferia a dominação social pelos gestos e pelo “aparato”.

O autor caminha no sentido de pensar as transformações dos séculos XVII e XVIII na Europa Ocidental como um período em que se verifica uma modificação das sensibilidades e comportamento individuais e coletivos. Por um lado, esse contexto resulta da monopolização da violência pelo Estado, que obriga o controle das punções, por outro, a internalização desse controle através das relações entre os indivíduos, ou seja, nas relações sociais. A tese de Elias, portanto, a propósito do “processo civilizador” é de que, com a estabilidade dos mecanismos de internalização psíquica, denominada por ele de *habitus*, o indivíduo incorpora a coerção social e passa a se submeter voluntariamente a um rigoroso autocontrole. Nesses termos, a “sociedade de corte” funciona como uma espécie de laboratório para o aprimoramento de comportamentos e para criar novas regras sociais. Assim, a especificidade da “sociedade de corte” é identificada pela dificuldade em separar a dimensão privada da pública e a dependência que os indivíduos têm de representação dada por si mesmo e pelos outros.

Entender os códigos que fazem funcionar essa sociedade é importante para compreender o sentido da coerção de representar o nível social e os empenhos da nobreza francesa na corrida pela sustentação do status e prestígio, ainda que suas posses não dessem conta de corresponder a tais expectativas. Segundo Elias, “para a manutenção da sua existência social, o comerciante precisa regular suas despesas de acordo com as suas receitas. O grande senhor do *Ancien Régime* precisa regular suas despesas de acordo com as exigências de sua posição” (ELIAS, 2001, p. 83). Essa colocação do autor é importante, pois distingue, de forma clara, a orientação econômica da “nobreza da espada” e dos chamados “profissionais burgueses”; os burgueses enobrecidos pelo dinheiro. A forma da antiga nobreza de administrar a economia, de fato, não poderia se sustentar por muito tempo e impedir a ascensão social dos seus concorrentes burgueses, sobretudo no correr do século XVIII, quando esses alcançam posições de destaque.

De qualquer forma, uma vez que os burgueses conseguiram ascender socialmente, o desejo de assimilação dos códigos da “boa sociedade”, por vezes, os direcionava para uma prática econômica semelhante a dos *noblesse d’épée*. O autor reitera, que, nesse contexto, “a motivação por nível social, honra e prestígio é mais importante do que a motivação por interesses econômicos, embora surjam frequentemente formas de transição e misturas entre as duas”. É ainda Norbert Elias (2001) quem identifica que a assimilação da “sociedade de corte” pelas famílias burguesas em ascensão acaba por substituir, “após uma ou duas gerações”, as noções de “economia” e “interesse” para as motivações por distinção e prestígio. Significa dizer, em outros termos, que esses grupos de elite burguesa, que se queriam distintos dentro da hierarquia social do Antigo Regime francês, em decorrência das “batalhas de representações”, geravam despesas de vulto, criavam redes de interdependência que se arriscavam à ruína financeira da “casa”, mas lhes conferiam uma posição social distinta na sociedade.

Essas elites burguesas paulatinamente redefiniram as formas de coerção social de modo que, no século XIX, elas estavam subordinadas a um ofício onde residia o centro das coerções, em virtude das interdependências sociais. Trata-se de um novo contexto, em que muitas normas e comportamentos que definiam a “sociedade de corte”, dos dois séculos anteriores, foram relegados ao privado. As coerções foram remanejadas, de maneira que “a vida profissional (dos nobres burgueses) é que passou a ser objeto de todos os cálculos, sutilezas e aprimoramentos” (ELIAS, 2001, p. 130).

Conforme identificou Norbert Elias (2001), embora a “sociedade de corte” tenha existido, com suas particularidades, na Inglaterra e Alemanha, foi na França que se desenvolveu a expressão mais acabada dessa sociedade tendo o Palácio de Versalhes como o ponto central de conexão entre a “grandeza do rei” e a “grandeza da corte”. É nessa dinâmica que a nobreza encontra, na aproximação com o rei e com a corte, o centro e o sentido de sua existência. Era o espaço de afirmação pública, diferente do modelo burguês que viria posteriormente, e da internalização de um modo de vida polido que hierarquizava as relações e reforçava as diferenças nas hierarquias sociais.

A motivação pelo prestígio social e pela honra em detrimento de interesses econômicos verificada, principalmente para a França nos séculos XVII e XVIII, contribui para pensar a especificidade da recente nobreza brasileira oitocentista. Entretanto, a nobreza brasileira apresenta características bem particulares e se afasta no tempo e espaço, em grande parte, do modelo da “sociedade de corte” francês analisado por Elias. O modelo de nobreza que tem seus rituais ressignificados no Brasil Imperial é originário diretamente de Portugal

com raízes na Espanha. Uma origem que, ao longo das adaptações no território português, foi diluindo o rigor dos rituais desde a sua forma inicial até o seu contorno mais palaciano verificado por volta do século XVI, quando se define, por exemplo, a partir do decreto de 1597, o estabelecimento do brasão como primeiro testemunho de fidalguia que conferia a distinção do contemplado de valor hereditário (SCHWARCZ, 1998, p. 165). A ampliação dos títulos e honras da nobreza, acentuada no século XVIII, na Monarquia de d. José, contribuiu para a diferenciação dos escolhidos pelo rei de outros membros das camadas sociais. Como mencionado no capítulo anterior, os títulos portugueses eram de teor hereditário, mas precisava, a cada concessão, ser emitido um novo decreto. Essa brecha existente na legislação de Portugal abriu a possibilidade de releitura, no contexto brasileiro, para a exclusão da hereditariedade na concessão das benesses.

No Brasil, os títulos foram criados desde o Primeiro Reinado e assegurados pela constituição imperial. O modelo transplantado para os trópicos ganhou novos tons. A propósito dessa questão, Lilia Moritz Schwarcz (1998) lembra que, se na Europa a nobreza sobrevivia quase por costume, esta ganha força no Brasil, “a força da cópia”. Transplantou a forma, mas a preencheu com novos símbolos e conteúdos (SCHWARCZ, 1998, p. 170). Tratava-se, por assim dizer, de uma nobreza não hereditária e com contornos que alteravam os padrões da heráldica portuguesa por símbolos referentes à cultura dos trópicos. Uma nobreza singular, portanto, que, na busca por *status*, os senhores assumiam despesas de vulto para materializar a sua distinção com o título, enquanto o Estado Imperial acumulava receitas ao ceder tal prestígio temporário. Assim, a nobreza brasileira tinha curta duração (ao manter o título apenas em uma geração) e se afirmava por uma motivação política, econômica ou uma posição intelectual reconhecida.

Embora o modelo da “sociedade de corte” europeu esteja distante, há pontos de conexão que nos ajudam a pensar a singularidade da sociedade de corte brasileira. Sobre essa questão Lilia Schwarcz (1998) apresenta a seguinte contribuição:

Em comum com o modelo europeu no século XVII estava a figura central do rei, que por meio da concessão ou não de títulos estimulava alianças ou disputas e mantinha-se no centro da cena. Aos poucos a nobreza se firmou no país, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro, onde conviviam conselheiros, oficiais dos paços e titulares (SCHWARCZ, 1998, p. 192).

É nesse cenário que o Rio de Janeiro se consolida como centro de referência cultural e política e funciona como ponto de difusão dos ideais de civilidade para as demais Províncias. Portanto, se na Europa do século XVIII verifica-se a ascensão da burguesia aos quadros da

nobreza, no Brasil é a burguesia que enobrece. A jovem nobreza que forma a corte sob a coroa de d. Pedro II é demasiadamente burguesa.

Sabe-se que o poder de dominação simbólica pelo “aparelho” e “aparato” foi largamente manipulado pelas elites e pelo imperador do Brasil no Segundo Reinado. É verificável que d. Pedro II soube mobilizar os três instrumentos característicos da “sociedade de corte” mencionados por Roger Chartier (2001): o monopólio fiscal, o monopólio militar e a etiqueta. Todavia, o nosso objetivo com este texto é perceber a importância da etiqueta e verificar a sua mobilização pelas elites para a autorepresentação através da internalização das regras de “bom-tom” no jogo social. E, mais, como essa “batalha das representações” ou coerção social, internalizada pelas elites, pode ser percebida através da leitura dos manuais de etiqueta e como esses manuais de “bem viver” podem ser lidos como instrumentos pedagógicos não apenas para o engendramento de novas elites como também para ditar normas de civilidade e polidez para outras camadas sociais.

Na corrida pelos elementos de distinção social, as elites brasileiras do século XIX objetivavam dominar e atualizar constantemente os códigos de civilidade da Europa. Nesse sentido, a literatura tinha um papel fundamental para a internalização de determinados valores burgueses. Para o período em questão os manuais de boa conduta se destacaram como literatura dominante entre as elites. Eram leituras obrigatórias para adultos e crianças e tinham a função didática de difundir os códigos de “bom-tom”, insígnias de classe distinta, no seio da família brasileira. De acordo com Maria Teixeira Rainho (1993, p. 148), o domínio dos códigos de civilidade “fazia com que a “boa sociedade” exteriorizasse o lugar que ocupa na sociedade”.

No Brasil da segunda metade do século XIX, os manuais de civilidade foram amplamente lidos e funcionavam como verdadeiros guias cuja finalidade era estabelecer regras e modelos de boa conduta e de sociabilidade. Embora tenhamos vários autores brasileiros que produziram manuais de civilidade no Brasil oitocentista, optamos por explorar, nesta pesquisa, apenas duas obras dessa natureza: A primeira de autoria de J. I. Roquette, o “Código de Bom-Tom”, de 1845, escolhida por ser amplamente citada pelos autores desse tipo de literatura do período e, a segunda, as cartas de autoria do médico José Lino Coutinho, intitulada “Carta sobre a educação de Cora”, de 1849, que ganhou edição em 6 de Agosto de 1849 na Província da Bahia⁵¹. A escolha desse último exemplar foi por conta de este ser de

⁵¹ Sobre o surgimento e utilidades dos manuais de etiqueta: Aries, Philippe. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ, 1981, p. 68.

autoria de um baiano no período em análise e por possuir uma escrita que apresenta pontos de aproximação com o estilo apresentado por J. I. Roquette no seu “Código de Bom Tom”.

A efetividade dos manuais de etiqueta não era apenas dominar os códigos culturais necessários para o “bem viver”, mas controlar a gestualidade dos corpos para se portar nos ambientes públicos e, por vezes, privados, de tal maneira que o seu comportamento parecesse aos olhos do observador algo natural e não resultado de um aprendizado. Esse tipo de “ciência da civilidade” que tinha como propósito polir os sentidos e os ritos de sociabilidade de modo a esconder as contradições sociais, ao mesmo tempo, às exterioriza nas suas entrelinhas. O tema da desigualdade social, por exemplo, aparece no manual do cônego J. I. Roquete, quando ele adverte para a hierarquia e necessidade da distinção dos lugares e ações nas cerimônias públicas. Diz o cônego:

Não me pergunteis por que nesta sociedade, que saiu dum só homem, uns parecem felizes, outros desgraçados; uns mandam e outros obedecem. Há bastantes séculos que se agita essa questão, mas ainda esta sem resposta. Eu tomei o mundo como o achei, e aconselho-vos que façais outro tanto. Notai somente que a natureza faz aristocratas, isto é, criaturas privilegiadas ou mais fortes, mais belas, mais inteligentes, mais valentes que as outras, e não vos admireis que os homens tenham imitado a natureza; a igualdade não existiu nunca sobre a terra; porém, ai daqueles que se esquecem que ela existe diante de Deus!...; e também deve existir perante a lei. E vós ambos, cada um na sua esfera, lembrai-vos que, entre os homens, a melhor aristocracia é a da inteligência, a do mérito e a da virtude (ROQUETTE, 1997, p. 99).

Ao mencionar esse elemento social o autor do manual se esquiva de maiores aprofundamentos acerca do tema e o lança para o plano da natureza e dos costumes. A escolha do autor em se desviar da matéria, ao afirmar que “há bastantes séculos que se agita essa questão”, parece fazer referência clara às teses da desigualdade natural entre os homens e o apreço pela ordem presente, em maior ou menor intensidade, nos textos dos contratualistas nos séculos XVI ao XVIII⁵². Assim, ao que tudo indica, o cônego compactua com a tese desses clássicos no que tange à legitimidade da desigualdade natural entre os homens.

A propósito da funcionalidade desse tipo de literatura, J. I. Roquete enfatiza que a “força de representar o papel da generosidade, do desinteresse, da abnegação de si mesmo, consegue ela inspirar estas qualidades; não é a falsidade que nos faz dissimular nossos

⁵²Entre os contratualistas desse período que defendem com maior empenho a tese da desigualdade natural entre os homens e a necessidade da manutenção da ordem, o destaque é para John Locke e Thomas Hobbes. Para Locke, por exemplo, os homens são diferentes e precisam ser diferentes, “só existe igualdade onde reina a desigualdade”. Ver: Os clássicos da política: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau; O Federalista. 13. ed. São Paulo, SP: Ática, 2003 e HOBBS, Thomas. Leviatã, ou, Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. 2. ed. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1979.

defeitos, senão a vontade de escondê-los”. (ROQUETTE, 1997, p. 151). Esse era o sentido da polidez que orientava o teatro da corte e distinguia os homens de elite na multidão.

Esse tipo de guia para a civilidade, escrito de forma didática e abordando temas os mais variados, no que tange a vida e à sociabilidade, foi ganhando espaço no Brasil à medida que aumentavam o índice de alfabetizados. De acordo com Lilia Schwarcz⁵³, é um tipo de obra de ficção sobre matéria de “não-ficção” por tratar de um manual escrito por um cônego – J. I. Roquete que tinha várias obras de gênero semelhante -, sua autoria é atribuída a um bom pai, um aristocrata que saía de Portugal em 1834 quando, tendo perdido a sua esposa, resolve educar os seus filhos (Teófilo e Eugênia) em Paris. Trata-se, portanto, de “um homem de Igreja quem instrui os leitores sobre a vida e os segredos do mundo”. Ou seja, é um cônego português disfarçado de pai que, preocupado em difundir regras e normas entre a corte portuguesa, representada na figura dos dois filhos, um de cada gênero, da necessidade de adoção de regras da “ciência da artificialidade”, em virtude das mudanças sociais que se apresentavam. O autor deixa transparecer a preocupação com as mudanças na sociedade, por volta de 1850, em que “as pessoas têm tratado de puerilidade a maior parte das exigências da civilidade moderna” e reforça que a civilidade ou a “polidez não é outra coisa senão a manifestação, a prova visível, e por assim dizer palpável, da bondade de cada qual que deve sempre transluzir no trato do mundo” (ROQUETTE, 1997, p. 69). Nesse trecho fica clara a intenção da extensão à sociedade desse tipo de literatura para além de um manual de educação privada dos filhos.

Se o “Código de Bom-Tom” do cônego J. I. Roquette que, publicado em Portugal, atravessou o atlântico e obteve grande sucesso no Brasil da segunda metade do século XIX e XX, outros manuais também foram escritos no Brasil no mesmo período e amplamente lidos e divulgados, sobretudo entre as elites da Bahia. As “Cartas para a educação de Cora”, de autoria de José Lino Coutinho⁵⁴, são um bom exemplo. É uma obra que também pode ser lida como de ficção e não-ficção, na medida em que se trata de cartas que, desde 1836, eram de conhecimento das pessoas próximas à família. Escritas para a educação privada de Cora, sua filha, em todas as fases da vida, mas que ganhou dimensão pública quando o seu autor socializa com conhecidos e posteriormente as compila na forma de livro para a publicação. Lino Coutinho, como conselheiro médico e político, se traveste de pai cuidadoso, assim como

⁵³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Introdução. In: ROQUETTE, J. I. Código de Bom-Tom, ou, Regras da Civilidade e de bem viver no século XIX/ J. I. Roquette; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org); São Paulo: Companhia das Letras, 1997- (Retratos do Brasil).

⁵⁴ O médico José Lino Coutinho (1786-1836) filho de portugueses, nascido na Bahia, formou-se na Universidade de Coimbra. Foi deputado pela Assembleia Geral Legislativa e ministro da Junta Provincial da Bahia e Deputado às Cortes de Portugal. Nomeado Conselheiro e Médico honorário de d. Pedro I.

fez o cônego Roquette, vislumbrando uma educação feminina marcada pela regulação da vida que passa pela formação de valores de distinção e polidez para a educação dos sentidos e afetos. Assim, mais do que um manual de pai para filha, as cartas direcionadas a Cora “pretendia formar o melhor modelo de esposa, de mulher e mãe, através de um feixe de regras, condutas e sensibilidades próprias do universo feminino oitocentista, o que coaduna em grande medida com a noção burguesa de vida privada” (SANTANA, 2012, p. 2). Trata-se, além disso, de um documento endereçado a uma filha (Cora), mas com claras pretensões de educação “das meninas brasileiras”. Essa intenção aparece na nota ao autor que, embora defenda que ao escrever as cartas para a sua filha não tinha a intenção de que elas fossem divulgadas para “servir a uma educação geral”, afirma ter cedido aos amigos que as leram e aprovaram:

Cedi aos seus desejos, e as sujeitei ao prélo sem nenhum outro fito a não ser aquelle de, com as minhas poucas forças e pequeno cabedal, concorrer para o melhoramento e felicidade do paiz que me viu nascer; e julgar-me-hei demasiadamente recompensado se com a sua leitura e prática as meninas brasileiras receberem uma mais razoável e justa educação, pois que até hoje ella tem sido má e ruttineira (COUTINHO, 1849, p. XXIV).

A educação distinta de Cora, que deveria iniciar na primeira infância, passava por cercá-la de cuidados, que envolvia desde esconder problemas sociais, afastá-la do convívio com a “escravaria”, a uma educação voltada para os princípios da razão e submissão. Uma educação que deveria seguir uma gramática moral contida, conhecer a literatura nacional e internacional, ter o domínio da língua francesa ainda na infância, instrução para a música, sobretudo adquirir prática com o canto e tocar piano, e mais tarde manejar uma agulha e dar conta de outras atividades do lar. A efetividade da educação da linguagem de Cora passava por, na primeira infância, ter todo o cuidado “[...] em que ella evite e desconheça a linguagem estropeada dos escravo africanos, e da gente mais baixa, que de ordinário fala mal e viciosamente” (COUTINHO, 1849, p. 41).

Ao longo das etapas da vida, Cora deveria acumular para si elementos de distinção marcados pelo capital de civilidade, que incluía desde o polimento das suas palavras e ações, à formação clássica até o matrimônio. Deveria ter uma vida polida e virtuosa que se estendesse à governança da “indústria doméstica”; uma educação do “corpo” e do “espírito” aparentemente voltada para a vida privada, mas com claros objetivos de distinção e inserção social. Trata-se de mais uma obra que contribui para a construção e divulgação de determinados valores no seio da sociedade brasileira oitocentista. Assim, Cora, Teófilo e Eugênia são convertidos em personagens que representam a “mocidade” e o investimento dos

seus pais para pleitear uma educação distinta e polida no seio da “boa sociedade”. Os cuidados com a educação de Cora, que mais tarde se tornaria a senhora Cora César Coutinho (1819-1880), ao que tudo indica, teve efetividade, pois ela recebeu a distinção de Baronesa de Alagoinhas por extensão do título concedido ao seu cônjuge, Francisco Pereira Sodré, que foi agraciado com o título de barão de Alagoinhas por carta imperial de 26 de abril de 1879⁵⁵.

A difusão dos manuais de civilidade no Brasil do Segundo Reinado entre a recente realeza isolada em meio às demais repúblicas americana ocupou um lugar central na dissimulação dos elementos considerados pouco nobres. As várias advertências que saltam nos manuais como evitar o contato com os escravos e com “a gente mais baixa”, por exemplo, é um sintoma das estratégias de polidez na autorepresentação por parte das elites do Brasil oitocentista.

Outra orientação recorrente nos manuais de boa conduta em geral e dos que circularam no Brasil do século XIX é a questão da racionalidade econômica. De acordo com Anne Martin-Fugier (1991), esses manuais são herdeiros dos antigos manuais de economia doméstica. São “obras que explicam como organizar os momentos da existência, e como ter sucesso neles” (MARTIN-FUGIER, 1991, p. 200). A questão da racionalidade econômica não foi negligenciada por Lino Coutinho em cartas à sua filha (Cora), nas quais há várias orientações no sentido de preparar “o sexo feminino” para a economia doméstica de modo a precaver “qualquer máo lance da fortuna”. De acordo o conselho de Lino Coutinho, para evitar tal infortúnio:

É preciso, pois, que ela aprenda alguns d’aqueles officios que mais proprios são das mulheres, e que saiba trabalhar, porque com a sua habilidade tendo uma alma bem formada para a virtude, e o espírito um pouco ilustrado, zombará de certo da desgraça, sem comprometter a sua honra ganhando com o trabalho de suas mãos o pão quotidiano. Além d’isto convém muito que uma Mãe de família, ainda mesmo rica, saiba de todos os trabalhos que bem são precisos em uma casa (COUTINHO, 1849, p. 94).

Trata-se, como se pode notar, de um material pensado para além das elites. O escritor tem o cuidado de especificar que o comportamento para o bom funcionamento do que ele chama de “indústria doméstica” é uma lógica que vale para as mulheres pobres e ricas. A diferença é que, no caso das mulheres ricas (as senhoras), esse aprendizado era uma forma de garantir o pleno comando das tarefas, o controle. Saber fazer para saber mandar. Há em outras cartas, compiladas no mesmo exemplar, ênfases na importância do cuidado com o

⁵⁵ Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PEREIRA,%20Sodr%C3%A9.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

desempenho da família, na preservação e controle do trabalho dos “escravos”, preservação do casamento e da posição distinta que, de acordo com o autor, faz parte “da natureza da sociedade doméstica”.

O destaque dado à etiqueta nos meados do século XIX foi observado pelo viajante inglês James Wetherell que sublinhou o exagero da cortesia dos brasileiros que “chegam a levar a polidez ao absurdo”, sobretudo no uso da distinção através do tratamento⁵⁶.

A mobilização da etiqueta como instrumento para a produção da distinção social, como vimos, foi uma estratégia herdada das sociedades de regime absolutista europeu e reelaborada, com vários tons, no contexto do Segundo Reinado brasileiro. É nesse contexto em que a jovem monarquia tropical de base escravista, mas tentando dissimular tal face, busca formar uma corte com ênfase na polidez vista como práticas de civilidade que a leitura dos manuais de etiqueta tem o seu lugar. Como vimos, as elites mobilizaram esse material de teor pedagógico para o controle de si e dos outros de modo a produzir representações que compactuassem com posições individuais e produção e intensificação do distanciamento social.

A sobrevivência dos vestígios materiais em análise nesta pesquisa pode ser lida, ao mesmo tempo, como um indício da representação da vida social da Bahia oitocentista e uma falta de “tudo aquilo que não deixou lembrança e pura e simplesmente desapareceu [...]” (ROUSSO, 1996, p. 90); são os silêncios da história. Em virtude das lacunas diante do que temos de fontes para esse estudo - artefatos musealizados e deslocados no tempo e no seu contexto de uso -, o objetivo do item seguinte é somar a análise das fontes materiais com o aporte de fontes escritas para verificar, de maneira crítica, os usos dos artefatos em seu contexto social. Ademais, busca-se perceber em que medida o cruzamento desses vestígios pode contribuir para a compreensão da ação dos artefatos para a produção de sentidos nas representações sociais.

3.2. O repertório dos artefatos: materialização da distinção.

Após discorrer sobre a importância da etiqueta nas sociedades de Antigo Regime buscando perceber traços de aproximação entre as sociedades de corte da Europa e a singular corte brasileira no contexto do Segundo Reinado (1841-1889), faz-se necessário analisar a sua efetividade a partir da cultura material das elites baianas no mesmo contexto social. Tendo em

⁵⁶ Wetherell, James. *Op. cit.*, p. 44.

vista o potencial dos artefatos na constituição dos sujeitos sociais, é indispensável, além disso, analisar como as elites os utilizaram para a sua autorepresentação no cenário político-social do Segundo Reinado, visando sua inserção como cidadãos notáveis do Império e, por conseguinte, como ferramenta de produção e exibição de distinção social.

O que interessa aqui é fazer uma leitura articulada entre as fontes e verificar o que elas nos apresentam enquanto representações de uma época em que o aparato comandava a cena no interior das casas e de como os códigos culturais eram constantemente difundidos e reelaborados socialmente. A função social dos objetos e, os seus usos na transição entre o espaço público e privado da casa oitocentista tornaram-se ferramentas especiais para a produção de autorepresentação e distanciamento social das elites. Nesses termos, esse item tem como propósito verificar a dimensão material e sensorial dos artefatos na sua interação social.

O Segundo Reinado brasileiro (1841-1889) foi emblemático na mobilização de elementos de diferenciação a partir de construção de representações do Império e do Imperador, que ao mobilizar signos de distinção social reforçou as relações sócio-políticas no contexto nacional e internacional e ocultou os problemas objetivos do Brasil; um país de tradição escravista e com uma desigualdade social notável, e, assim, construiu uma imagem positiva do Imperador na iconografia oficial e nas vitrines internacionais, como imagem do Brasil.

As exposições universais, mais de trinta de 1851 até 1915, por exemplo, tinham como missão a representação material do projeto capitalista de mundo e, portanto, a compilação de exemplares de matéria-prima que servissem ao mesmo tempo como amostra da expansão capitalista e, como recurso visual didático do progresso da indústria direcionado à instrução das massas. Nesses termos, os museus ocuparam um papel central na composição das narrativas através da forma como organizavam as exposições. Assim, as participações do Brasil em exposições universais tiveram papel relevante na construção e fortalecimento da imagem do Império brasileiro, na medida em que o governo imperial forneceu exemplares de objetos selecionados para servir a construção de discursos, por meio dos artefatos, que visavam o desenho e coloração positiva da imagem do país no contexto internacional.

A pesquisadora Heloísa Barbuy (1996), ao analisar a participação do Brasil na Exposição Universal de 1889, um evento em comemoração ao centenário da Revolução Francesa, menciona, a despeito da repercussão e dúvidas quanto à participação ou não do Brasil no evento, o empenho de dom Pedro II que possibilitou não apenas a presença do império brasileiro na referida exposição como conseguiu posicionar o Pavilhão do Brasil aos

pés da Torre Eiffel. É sintomático verificar a participação de destaque do Brasil, última monarquia americana com grandes dificuldades para fazer a transição da mão-de-obra escrava para a livre, em um evento que celebrava a República. Portanto, as exposições universais serviram como um dos palcos de exibição da imagem positiva da nação brasileira e, também, como possibilidade para somar o “capital cultural e simbólico” que contribuiu para intensificar a propaganda do Brasil como país de grande potencial econômico, aberto aos imigrantes e ao capital estrangeiro.

As apropriações de imagens utilizando o aporte do “capital cultural e simbólico” foi uma prática seguida pelas elites do Brasil visando o fortalecimento das redes de sociabilidade para a manutenção do *status quo* social. Os conceitos de “capital cultural e capital simbólico” utilizados neste texto são no sentido trabalhado por Pierre Bourdieu, que busca uma leitura da cultura para analisar diferentes classes sociais e os mecanismos das elites para ampliar as fronteiras sociais (BOURDIEU, 1983, p. 82-121).

Esse perfil social do Antigo Regime brasileiro oitocentista com clara herança do Antigo Regime ocidental, marcadamente o português e o francês, permaneceu internalizado e ressignificado constantemente na sociedade brasileira para além do século XIX. Sobre essa questão Lilia Schwarcz (1998) cita o exemplo de uma carta escrita por Floriano Peixoto e direcionada ao Barão do Rio Branco, o senhor José Maria da Silva Paranhos Junior, em 24 de fevereiro de 1891, na qual comunica ao Barão sobre a abolição do uso dos títulos honoríficos vinculados ao Império. O interessante é que, de acordo com a autora, José Paranhos Junior teria respondido com um “Ciente” e, traiçoeiramente, assinado “Barão do Rio Branco”, o que indica uma internalização dos signos de distinção do Império que, na República em virtude da sua proibição, preserva pela denominação os signos de poder e prestígio social (SCHWARCZ, 2016, p. 194).

A conservação da denominação no tratamento conforme o título foi acrescentado ao nome próprio de antigos monarquistas e ressignificados no novo sistema de governo. Se o uso da distinção através do título estava proibido por lei desde 24 de fevereiro de 1891, na prática, ele permaneceu na sua forma simbólica e, por vezes, materializado na extensão dos nomes próprios dos nobilitados. O exemplo do Barão do Rio Branco que passou a se denominar no período republicano como José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco, citado por Lilia Schwarcz (2016), é bastante ilustrativo nesse sentido, mas não foi um caso isolado. É ainda a pesquisadora quem acrescenta que vários nobres assinaram, como titulares, a Constituinte de 1891, “sem usar parênteses”, salienta a autora. Outros indícios da internalização dos elementos de distinção do Antigo Regime brasileiro são a conservação de nomes de ruas,

edifícios públicos, praças e na cultura material de uso doméstico onde pululam as referências a titulares do Império. As fontes materiais em análise têm apresentado elementos que nos ajudam no entendimento das pretensões sociais dessas elites. São objetos musealizados no Museu Carlos Costa Pinto (MCCP), no Museu de Arte da Bahia (MAB) e na Academia de Letras da Bahia (ALB), conforme detalhado no primeiro capítulo. Portanto, trata-se de objetos oriundos das elites da Bahia dos séculos XVIII e XIX e, portanto, sinaliza, de saída, um “lugar social”⁵⁷ muito particular.

Analisando as porcelanas, que constituem o conjunto de artefatos dessa pesquisa, foi verificado que as louças atribuídas ao pai do Barão do Rio Branco, o senhor José Maria da Silva Paranhos (1819-1880), possuem monogramas referentes à sua posição (“B” e “R” sobrepostos, de Barão do Rio Branco) com coroa correspondente ao seu título de Conde e Visconde (*Corpus* documental, fichas 25, 26,27). Já nas porcelanas que pertenceram ao seu filho, José Paranhos Junior, o Barão do Rio Branco (1845-1912), um homem que atuou politicamente no Império e na República, nota-se a ostentação do seu título, materializado com o uso do brasão, nos objetos de uso pessoal, e nas louças, conforme verificado na composição da primeira figura a seguir. No prato abaixo, atribuído ao serviço do Barão do Rio Branco, o de bordo azul claro com fundo branco e brasão em azul marinho centralizado, se assemelha a representação do brasão do seu pai, o Visconde do Rio Branco. Entretanto, o brasão em destaque no centro do prato é coroado com coroa de conde e não de barão, conforme a sua titulação. O traçado do desenho da coroa, como sinaliza Schwarcz (2016), espelha o título recebido pelo escolhido do imperador. Sabe-se que o rigor na hierarquia dos títulos foi se diluindo, desde Portugal, e a sua releitura no Brasil parece ter adquirido um perfil mais livre no que se refere à mobilização de símbolos de honrarias para a “batalha das representações” na corte.

Na heráldica dos titulares do Império brasileiro nota-se uma criatividade nas representações dos signos de distinção. Tal especificidade pode ser explicada pela liberdade dos usos dos símbolos que poderiam fazer referência a identificação nacional e pessoal em conformidade com as intenções dos proprietários ao fazer a encomenda, mas também pela existência de uma política frouxa de controle das leis heráldicas no Brasil. Isso significa dizer que nem sempre os símbolos representados na cultura material espelham a titulação exata do proprietário. O caso da representação do brasão no centro do prato abaixo, circulado em

⁵⁷ O conceito de “lugar social” utilizado neste texto segue a formulação de Michel de Certeau. Ver: CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: A Escrita da História. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982, p.65-119.

vermelho, atribuído ao Barão do Rio Branco, brasonado e com coroa, que difere da sua titulação, parece se situar nesse debate. É um prato em “porcelana francesa de pasta dura com a marca da casa comercial de “*Bourgeois*”, em Paris” (ATHAYDE, 2000, p. 58). Portanto, ao que tudo indica, trata-se de porcelana de encomenda.

Figura 1– Prato brasonado do serviço do Barão do Rio Branco – José Maria da Silva Paranhos Junior (1845-1912); Porcelana francesa, com marca da casa comercial de “*Bourgeois*”, Paris. Ao lado, prato monogramado do serviço do Visconde com grandeza do Rio Branco – José Maria da Silva Paranhos (1819-1880). Porcelana francesa, século XIX. Ver, no *corpus* documental (v.2), as fichas 23 e 25.



Fonte: Athayde, 2000, p. 58.

Foi comum no Brasil imperial os titulares acumularem funções nos serviços públicos e somar para si vários títulos, de maneira que se torna difícil o acompanhamento da sequência correta na concessão das benesses. A aparente incongruência na composição do brasão estampado no prato do Barão do Rio Branco parece apontar, ao mesmo tempo, para essa elasticidade dos usos e ausência do rigor da normatização dos signos heráldicos. Se houve uma intencionalidade de José Paranhos Junior em associar a sua imagem a uma posição superior ao seu título, não é possível afirmar, por hora. De qualquer forma, a sua cultura material evidencia o seu apreço pelos signos de distinção da Monarquia e o seu esforço para a sustentação e perpetuação da sua ancestralidade distinta vinculada ao sucesso político do Visconde do Rio Branco, seu pai. Essa estratégia, a julgar pela popularidade do titular que sobreviveu ao Império e mesmo após a sua morte, ao que parece teve eficácia.

Ademais, a identificação de José Maria da Silva Paranhos Júnior com os signos de distinção da Monarquia brasileira, evidenciada na sua cultura material, não significa que esse estrategista político teria tendências a boicotar a República ou negar a Monarquia. Trata-se de uma tentativa de percebê-lo tendo em vista a complexidade dos sujeitos e sua dinâmica sociocultural no tempo. Se o propósito desse estudo fosse uma leitura da cultura material apenas desse personagem, talvez fosse o caso de analisar as várias biografias que tratam da sua trajetória para compreender melhor o seu papel individual na “sociedade de corte” sob o comando de d. Pedro II e, portanto, ter um quadro mais detalhado sobre o perfil da sua cultura material. Entretanto, o propósito da pesquisa foi centrar na problemática da análise e não nas singularidades dos sujeitos em particular.

Embora não seja o objetivo deste texto, um recorte da trajetória do político nos ajuda a compreender o seu destaque no cenário nacional e internacional e fornece uma dimensão de sua inserção no rol dos nobilitados do Império. O que ocorre quando o regime monárquico se encontrava imerso na crise política e econômica que resultou, em grande medida, dos conflitos e gastos para a sustentação das disputas com países vizinhos, acentuados com a guerra contra o Paraguai (1864-1870). Além disso, a intensificação dos debates embaraçosos por conta da escravidão até então vigente abalaram a relação dos partidos políticos e dos fazendeiros que ainda dependiam economicamente do braço escravo. Outra questão que corroborou para a fragilidade social e política do Estado imperial foi a nova postura dos militares que, após experimentarem a dita guerra, passaram a questionar a sua condição.

José Maria da Silva Paranhos Júnior nasceu no Rio de Janeiro no dia 20 de abril de 1845, filho do baiano José Maria da Silva Paranhos e de Teresa de Figueiredo Faria. Recebeu da Princesa Isabel, o título de barão do Rio Branco em 1888 e, após a proclamação da República, passou a assinar José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco ou apenas Rio Branco. Tornou-se conhecido popularmente como “o Barão”, tanto em vida quanto postumamente. O seu pai, José Maria da Silva Paranhos recebeu o título de visconde do Rio Branco em 1871, em missão de negociação no Prata, aos 49 anos. Rio Branco era o nome de um pequeno rio ao sul do Mato Grosso, onde o Paraguai desejou fixar a fronteira com o Brasil, ao invés do rio Apa, onde Paranhos conseguiu fixar os limites, com mais vantagens para o Brasil. José Paranhos Junior foi um político estrategista do partido Conservador, senador, ministro das Relações Exteriores e presidente do Conselho de Ministros.

Na imagem a seguir (Figura 2) o perfil dos Paranhos nobilitados apresenta indícios que nos parecem relevante mencionar. A sobreposição do perfil do Barão do Rio Branco ao do seu pai (realçado por nós com círculo vermelho) pode ser lida, ao mesmo tempo, como

interface de ambos na atuação política no cenário nacional e internacional e como elevação da imagem do Barão do Rio Branco na conjuntura política do Império brasileiro vinculado aos signos do seu pai. Signos esses que são frutos, em grande medida, da política de conciliação do Visconde do Rio Branco na América Latina.

Figura 2 – Visconde do Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos) e Barão do Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos Júnior). Recorte de cartão postal com mapa da América Latina.



Fonte: Biblioteca Nacional, s/d. Acervo virtual (<http://objdigital.bn.br>).

Cabem aqui algumas considerações sobre o perfil da política de José Maria da Silva Paranhos (Velho), em virtude da natureza dos artefatos que lhes são atribuídos e se encontram no conjunto dos objetos pesquisados. Assim, a síntese apresentada por Ricardo Salles (2014) a propósito, nos ajuda na análise do contexto e da cultura material do Visconde.

O baiano Paranhos, órfão muito cedo de família modesta, veio para a corte, onde fez carreira no jornalismo e na política, como liberal, inicialmente sob a proteção do visconde de Sepetoba. Em 1851, no entanto, foi chamado por Honório Hermeto Carneiro Leão, o consagrado líder do Partido Conservador fluminense, para ser seu secretário em missão diplomática no Prata. Bandeou-se, assim, para o lado conservador. Participou do gabinete da conciliação como ministro da Marinha e dos Estrangeiros no gabinete de 1858 e ministro da Fazenda no gabinete conservador de 1861, chefiado pelo marques de Caxias. Mesmo sem laços consanguíneos com as grandes famílias de proprietários ou negociantes [...] era ligado aos conservadores fluminenses. Por isso mesmo, foi chamado para chefiar o gabinete conservador que conduziria a aprovação no Parlamento da reforma do elemento servil (SALLES, 2014, p. 48).

Esse quadro nos ajuda a compreender o *modos operandi* que resultou na inserção de José Maria da Silva Paranhos na “sociedade de corte” sediada no Rio de Janeiro. Sua política, que inicialmente possuía uma face liberal, conforme sinalizado pelo autor, é reajustada posteriormente para uma postura conservadora moderada que se redesenhava conforme o jogo sociopolítico. O autor identifica a mudança nos posicionamentos políticos de Paranhos em dois momentos específicos: em 04 de abril de 1867, quando em reunião do Conselho de Estado se discutia da necessidade ou não de tomar medidas com relação ao fim ordenado da escravidão, ocasião em que Paranhos se manteve “reticente”, e em 1871, em que Paranhos se destaca, mesmo sob protestos dos liberais e demais colegas, pelo empenho para a aprovação do projeto de “libertar o ventre” das escravas. Um projeto que havia sido pensado por d. Pedro II, desde 1864, ao perceber a imagem negativa do Império brasileiro na conjuntura internacional agravada, principalmente, à medida que aumentava o contingente de negros oriundos da escravidão “*no fronte*” da guerra contra o Paraguai.

A leitura de Ricardo Salles (2014) a respeito da mudança do posicionamento de Paranhos (Velho), que passou a defender com vigor o projeto “para fazer aprovar a lei da liberdade do ventre”, foi a sua experiência no Paraguai como ministro plenipotenciário do império, enviado em 1869. De acordo com o autor, caminhando a partir da justificativa dada pelo próprio Paranhos ao ser contestado por seus companheiros de partido à época, o conservador, onde o político, fazendo meia culpa, teria se justificado, enfatizando a mudança da conjuntura no contexto internacional percebida pelo mesmo no cenário da guerra. “No Paraguai tivera plena clareza da má impressão e do isolamento internacional que a manutenção da escravidão trazia ao império” (SALES, 2014, p. 68). Assim, a aprovação da Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871, resulta da percepção do Imperador e das elites que o cercavam do quadro desfavorável da escravidão e da noção de que tal imagem negativa poderia ganhar novos coloridos e intensificar a instabilidade sociopolítica, de maneira que se faziam necessárias medidas para antecipar e, ao mesmo tempo, administrar a permanência do “*status quo* de face escravista”. Nas letras do mesmo autor,

[...] urgiria conjurar, através de medidas antecipatórias que encaminhassem lenta e pacificamente, a substituição do trabalho escravo pelo livre, fosse lá o que se quisesse efetivamente significar com esta última expressão. Tratava-se de dirigir o processo de extinção gradual do regime servil sem acirrar ou despertar algum tipo de ativismo abolicionista, até entre os escravos, e não comprometer o apoio dos fazendeiros ao regime imperial (SALLES, 2014, p. 70).

Nessa conjuntura, a escravidão foi condenada moralmente, mas tal retórica da condenação moral não se traduzia em ação para findá-la de uma só vez. Ao contrário, ao

mesmo tempo em que os monarquistas flertavam com os ideais da civilização, associando a sua imagem a tais signos, assim como fez o próprio Imperador, sustentavam a ordem das coisas na medida em que mantinham a escravidão por um jogo de leis de controle gradual. Uma manobra que se iniciou com a primeira lei de proibição formal do tráfico, em 1831, e se arrastou até 1850, quando ocorreu a abolição efetiva do tráfico internacional de escravos. A aprovação do projeto da Lei do Ventre Livre de 1871 nasce na esteira dessa política. Ter em vista a condenação moral do sistema escravista apenas nas letras e na retórica e as contradições de um país que se queria civilizado, mas mantendo a economia e cultura vinculadas ao sistema capitalista arcaico de base escravista, nos ajuda a compreender a inexistência ou dissimulação das referências de tal sistema na iconografia da cultura material em estudo. Tal vestígio só pode ser verificado através de uma leitura indireta, a contrapelo, da cultura material que, na tentativa de negar a escravidão, a explicita nas suas representações. Vejamos como essa contradição pode ser acessada a partir da análise dos artefatos.

Figura 3 – Prato raso do serviço do Visconde do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos (1819-1880); porcelana francesa, com marca “C.H.Pillivuyt & Cie”, século XIX. Ver, no *corpus* documental (v.2), a ficha de nº 27.



Fonte: Athayde, 2000, p. 59

A análise dos símbolos no prato (Figura 03) apresenta alguns elementos que nos ajudam a pensar acerca do problema proposto acima. Avaliemos primeiro a sua descrição. Prato de fundo branco e bordo com extremidade em verde-mar contornado por friso dourado, sendo que a parte interna do friso é pontilhado formando uma cavidade em um ponto da extremidade do bordo que acomoda e realça a coroa de visconde centralizada sobre as iniciais

do titular, “B” e “R” sobrepostas. O monograma composto pelas iniciais “B” e “R” indica a titulação de José Maria da Silva Paranhos, a de Barão e Visconde com grandeza do Rio Branco. Nota-se, portanto, que a junção das referências à sua titulação como conde (assegurado pelas iniciais sobrepostas) e visconde (pela exatidão no desenho da coroa) corresponde à sua posição de notável do Império. O detalhe circulado em vermelho, à direita da imagem do prato, evidencia a delicadeza do trabalho e também a marca de uso verificada pelo listel, quase ilegível, que forma a base do monograma⁵⁸. Os sinais de uso são importantes, pois, evidenciam que se trata de um artefato de uso na mesa e não apenas para decorar o ambiente; se bem que o uso da porcelana e outros artefatos para decoração do interior da sala de jantar tinham o seu papel na autorepresentação do proprietário e da família que não deve ser desprezado.

Retomando a descrição do prato acima, pode-se depreender, a partir da leitura da composição dos signos de distinção e a sua localização no ponto estratégico (o bordo) do prato de louça descrito, uma intencionalidade do proprietário em materializar e exibir tal distinção nos serviços de uso doméstico. Mas não é só isso. Outro elemento que chama a atenção é a informação que aparece na bibliografia especializada produzida pelo Museu de Arte da Bahia (1997), que afirma se tratar de um serviço comemorativo da “Lei do Ventre Livre” e que outros proprietários teriam serviços semelhantes (ATHAYDE, 2000, p. 59). Para além da distinção conferida pelos símbolos descritos acima somados à sua origem de fabricação francesa, a referência a “Lei do Ventre Livre” no artefato nos serve de pista sobre a imagem que o Visconde do Rio Branco queria pintar na sua autorepresentação enquanto distinto do Império. Uma imagem que tenderia ao afastamento dos símbolos do atraso, representado pela permanência da escravidão, se colocando como ator político que criara condições para findar com tal sistema e posicionar o país no caminho do progresso que, no contexto, era lido como sinônimo de civilização.

Além disso, como verificamos anteriormente, tal referência dissimula as suas intenções políticas com uma lei que tinha como plano de fundo assegurar o sistema através da tática da extinção gradual da escravidão e, com isso, aglutinar parcerias para a manutenção da ordem e do *status quo* escravista, além de amenizar a imagem negativa do Império brasileiro no contexto internacional. Só assim, a partir da leitura indireta dos artefatos de uso doméstico em estudo, é possível verificar a referência à escravidão. Se existe um serviço doméstico em

⁵⁸ De acordo com Sylvia Athayde (2000, p. 14), o listel ou moldura possui a data de “28 de setembro de 1871”.

comemoração à “Lei do Ventre Livre” é porque o sistema de cativoiro foi uma realidade e torna-se materializado, ainda que indiretamente, por meio da cultura material.

É pertinente destacar que José Maria da Silva Paranhos, o pai, e Paranhos Junior, o filho ou Barão do Rio Branco, que se destacaram no contexto pelas atuações no cenário político do Império, foram nobilitados tardiamente, como verificado nas suas biografias, e se enquadram no perfil dos “nobilitados pelo mérito”. De maneira que a sustentação do uso da distinção, o título, por José Maria Paranhos Junior, gravado na sua cultura material e anexado ao seu próprio nome se configura como uma estratégia para assegurar a recente ancestralidade distinta iniciada com o seu pai e, portanto, apresenta-se como indício relevante da internalização social das hierarquias do Antigo Regime brasileiro.

Assim, na composição das imagens (Figuras 1 e 3) verificamos que, além do apreço pelo uso dos signos de distinção (o brasão coroado e monograma coroado), pelos proprietários, a sofisticação dos pratos completa a representação pelo “aparato” de pai e filho. É certo que se trata de remanescentes de serviços deslocados do contexto e, talvez, dificulte imaginar a dimensão que tais aparatos completos, brasonados ou monogramados, acrescentariam na composição da cena da casa dos proprietários nas recepções públicas, principalmente no jantar ou almoço, ocasiões de representação do poder do senhor da casa e, por extensão, da família e agregados mais próximos. Esses dados podem parecer, na contemporaneidade, “ninharias” ou futilidades como advertiu Norbert Elias (2001) na sua leitura das “sociedades de corte” e do comportamento dos “cortesãos”, mas, no contexto social do período, esses códigos culturais externaram a hierarquização social, que passava pelos adornos das casas a regras de comportamentos e, portanto, estavam dentro da lógica de dominação simbólica na sociedade de corte.

Os artefatos de uso doméstico sejam eles brasonados, monogramados ou não personalizados, são vestígios não apenas do gosto, mas das pretensões sociais dos sujeitos de uma época que externaram os seus sinais materializados e dissimulados através dos elementos decorativos e da disposição dos artefatos nos cômodos públicos das casas, sobretudo nas salas de jantar e nos salões. De maneira que ter em conta a historicidade desses artefatos e a dimensão das funções que estes ocuparam nos interiores das casas, contribui para a compreensão dos modos de viver e sentir na sociedade baiana do Segundo Reinado. Acrescenta-se a isso a importância da materialidade dos artefatos para a problematização nos estudos de cultura material na medida em que a sua matéria-prima fornece pistas, não apenas sobre a sua origem ou fabricação, como também sobre o seu significado socioeconômico que,

por vezes, podem ser lidos como um desejo dos proprietários de marcar uma tradição opulenta e nobre.

No conjunto dos artefatos em estudo há uma quantidade significativa de objetos em porcelana de fabricação europeia, sobretudo de manufaturas inglesas e francesas. O que significa uma reelaboração no contexto brasileiro do fascínio da corte pela louça iniciada na conjuntura da Europa desde meados do século XVIII. Tânia Andrade Lima (1995) lembra que para sustentar a corrida pela porcelana na corte europeia foi necessária a intervenção dos monarcas para assegurar a continuidade da produção, tamanha a busca pelo produto que, cada vez mais, exigia um estilo de iconografia especializada. A autora destaca, para o caso da França, a atuação de Luiz XV, em Sèvres, no patrocínio desses ofícios. Por outro lado, em meados do século XVIII com a expansão comercial propícia no contexto nacional e internacional, a região de *Staffordshire* e, mais ainda, a Inglaterra, se sobressaíram na liderança de produção e exportação mundial de louça. A quantidade significativa de artefatos de origem inglesa e francesa, verificados no *corpus* documental (v.2), é um indício do apreço e atualização do gosto das elites brasileiras com a cultura europeia. A cobiça pela louça consumida pela realeza, de produção por encomenda, se tornou objeto de desejo de todos os estratos sociais e acabaram por fornecer as condições para mais uma das estratégias de hierarquização social.

A distinção social verificada no uso desse produto se apresenta na qualidade da matéria-prima, da origem de fabricação, na marca do especialista (Louceiro) contratado para a produção da peça e na linguagem iconográfica visível nesses objetos. De forma que os louceiros passaram a criar alternativas para contemplar o público de estratos sociais mais baixos. A produção da faiança, sobretudo a faiança fina (*pearlware*, uma espécie de imitação da porcelana), produzida no final do século XVIII, na Inglaterra, foi uma opção mais barata para contemplar esses públicos. As mudanças na iconografia das louças apresentam uma dinâmica que remete à própria historicidade da técnica. De acordo com Tânia Lima (1995), a produção de faiança fina até o início do século XIX possui padrões decorativos que,

[...] inspiraram-se na porcelana chinesa de exportação (*chinoiserie*), sem dúvida alguma para conseguir penetração em um mercado até então dominado por ela. Nos quinze anos que se sucederam, tomaram como fonte de inspiração livros com vistas da Itália, Ásia Menor e Índia, bem como livros de botânica, de cujas estampas extraíam modelos para composições florais. Paisagens, castelos e abadias famosas, cenas campestres, multiplicavam-se na superfície dos pratos, bem ao gosto romântico da época (LIMA, 1995, p. 166).

Embora a tradição da porcelana chinesa tenha servido de modelo, no uso dos padrões e cores, a produção de origem européia tendeu a uma maior liberdade. Os motivos na composição das estampas da louça seguiam a dinâmica sociocultural que, ao ser apropriado pelos louceiros, eram traduzidos na iconografia dos objetos. Portanto, os elementos decorativos da louça mudavam conforme as aspirações da sociedade e eram marcados pelas influências culturais que contribuíam para a criatividade do autor e para o aprimoramento das estampas da louça.

Esses produtos manufaturados foram difundidos pela indústria européia e inseridos no Brasil mesmo antes da Abertura dos Portos. A faiança fina, por sua vez, entra em decadência em meados do século XIX, na Europa, em virtude da saturação do mercado, mas são mantidas em muitas casas brasileiras. Este novo contexto coincide com a preferência pelos serviços brancos “com discreto relevo ou filete em suas bordas” enquanto a faiança, sobretudo a azul, passa a ser vista como símbolo de mau gosto. A porcelana ganha uma face mais discreta em meados do século XIX na Europa; pouco espaço para decorações mais elaboradas e apenas um filete dourado com monograma e fundo branco dando destaque apenas para os alimentos. Apesar da limpeza na composição dos recipientes, mantém-se um campo para a marca dos proprietários.

Tal tendência foi acompanhada, com algumas variações, pelos comerciantes do Brasil. A historiadora Consuelo N. Sampaio (2005), ao mencionar as casas comerciais e companhias em Salvador em meados do século XIX, lembra que a Casa Guimaraes e Costa, por exemplo, vendia de vinhos finos a queijos raros e louças finas com sinetes da Companhia das Índias, importadas da Inglaterra França e Portugal. A autora lembra que, “as destinadas às famílias enobrecidas eram brasonadas de modo a exibir a distinção de classe que as separava do resto da sociedade” (SAMPAIO, 2005, p. 31).

Os exemplares de artefatos que os museus da Bahia possuem, conforme verificados no *Corpus* documental (v.2) desta dissertação, sugerem atualizações e permanências de elementos decorativos que estavam em vigor na Europa nos séculos XVIII, como o uso da faiança comum e de fundo azul, mas também artefatos que evidenciam o acompanhamento das tendências da moda européia.

Ao analisar a iconografia dos serviços de porcelana das elites da Bahia oitocentista, se verifica uma predominância na limpeza dos recipientes tão apreciadas pelos amantes do “bom gosto”, sobretudo por volta de 1877 no contexto europeu. São artefatos que, em sua maioria, possuem fundo branco e filetes dourados, traço da influência chinesa, ou em cores discretas com espaço para o brasão ou monograma do proprietário, alternando apenas o local de fixação

das insígnias do titular, conforme verificado na figura abaixo (pratos 2 e 3). Entretanto, pela natureza dos objetos em estudo - objetos de herança, de uso no campo e na cidade, sendo difícil fazer a separação exata -, o gosto pelos objetos com motivos carregados, que quase não deixam espaço para os alimentos, o exemplo da figura 4, prato nº1, também é verificado no conjunto.

Figura 4 – 1: Prato raso do serviço do Visconde com grandeza de Jequitinhonha – Francisco Gê Acaiaba de Montezuma (1794-1870); Faiança inglesa de *Staffordshire* – século XIX. **2:** Prato de sobremesa do serviço do Visconde de Guaí – Joaquim Elísio Pereira Marinho (1841-1914); Porcelana francesa de *Vierzon* - Paris, século XIX. **3:** Prato raso (com cavidade para molho) do serviço do Visconde de Guaí – Joaquim Elísio Pereira Marinho (1841-1914); Possivelmente francesa e do século XIX. Ver, no *corpus* documental (v.2), as fichas nº 11, 08, 10.



Fonte: Athayde, 2000, p. 41 e 46.

As mudanças no estilo e nas representações dos objetos do cotidiano possibilitam mapear a mobilização das elites da Bahia para acompanhar as novas tendências da cultura européia adaptadas ao contexto brasileiro e espelhadas, em grande medida, na corte carioca, embora sustente o apreço pelas tradições de família, ao manter peças antigas e de aparência visual pesada em espaços públicos da casa. O perfil da cultura material em análise aponta para a dinâmica resultante da especialização e rigidez dos rituais do cotidiano e dos espaços de sociabilidade na sociedade brasileira oitocentista. A atualização dos serviços sugere uma atenção às normas de etiqueta de acordo com a moda européia difundidas no Brasil por manuais de “bem viver” que tinham os espaços públicos da casa como palco de exibição e aprimoramento dos sentidos, muitas vezes, fazendo uso de linguagem não verbal, mas que, no contexto, lhes conferiam legitimidade. Essa transformação social verificada através da mudança da cultura material dialoga com um contexto em que determinadas práticas do cotidiano, como o jantar, ganharam contornos mais complexos.

O jantar, um dos rituais da vida burguesa que possibilitava a produção de representações condizentes com as posições e pretensões sociais, adquire uma face quase que teatral ao longo do século XIX e assume grande importância não só para as antigas elites como também para a nova burguesia ascendente que buscava firmar a sua distinção no cenário nacional do Segundo Reinado. Se, na primeira metade do século XIX, o Brasil foi inundado com artefatos de uso doméstico, sobretudo com louças de origem francesa e inglesa, num processo de identificação com a civilização européia, é na segunda metade do século, com a ascensão social de novos elementos da burguesia, em que se verifica um maior rigor na releitura e utilização do “aparato” doméstico.

No que se refere ao sentido da apropriação dos símbolos do “aparato” no ritual do jantar ao estilo europeu no contexto do Brasil, nos meados do século XIX, Tânia Andrade Lima afirma o seguinte:

A implantação do ritual do jantar foi feita nos mesmos moldes. Se o topo da sociedade, em especial os estrangeiros aqui residentes, os que foram educados na Europa ou lá iam regularmente tinham condições de reproduzi-lo de forma satisfatória, o mesmo não ocorria em relação aos ascendentes, resultando de suas tentativas as confusas misturas já descritas. Enquanto estratégia de negociação, no entanto, foi rigorosamente fiel ao modelo original, servindo não só para impor e manter limites sociais, mas também para reafirmar divisões culturais que expressavam a ordem vigente no país. A louça doméstica constituiu um dos mais importantes suportes materiais dessa estratégia. (LIMA, 1995, p. 174).

Portanto, o jantar é um evento de extrema relevância para assimilação de condutas e demarcação de limites sociais. Daí a importância da internalização das normas de “boa conduta” enfatizadas nos manuais de etiqueta para diferenciar, às vezes apenas pelos gestos, os “bem-nascidos” dos extratos mais baixos ou, mesmo, do “novo rico”. Eram as habilidades dos anfitriões com os novos códigos do jantar, uma linguagem simbólica intrínseca, que dava sentido à internalização dos aprendizados de “bom tom” e lhes conferia a representação desejada e superioridade social.

Ainda sobre o uso da cultura material como meio de construção e reafirmação de vínculos e distanciamentos sociais e, ao mesmo tempo, de demarcação dos lugares na sociedade, Pierre Bourdieu sinaliza que

Os bens e os modos pelos quais eles são consumidos atuam como marcas simbólicas de distinção, apontando quem é quem. Por meio delas, os sujeitos sociais se exprimem e ao mesmo tempo constituem para si mesmos e para os outros sua posição na estrutura social (BOURDIEU, 1974, p. 14).

A cultura material das elites baianas do século XIX, portanto, serve como suporte para compreender o funcionamento das marcas simbólicas de distinção social que conduziram a alianças diversas. Liderando a dinâmica da sala de jantar, um território central para a representação social e o fortalecimento das redes de sociabilidade, onde são expostas as alfaias da família, o senhor da casa assegura o seu poder diante dos ilustres convidados e da própria família. Sobre essa questão, Tânia Andrade Lima (1995) nos apresenta uma excelente contribuição, ao identificar o caráter masculino não apenas na condução do ritual do jantar, como também no próprio processo de manufatura das louças, por exemplo. Assim, a autora afirma que, “as louças do século passado foram idealizadas, fabricadas e comercializadas por homens; eram eles que lançavam estilos e modas, ditando o que deveria ser usado nas mesas, assim como foram homens todos os louceiros que se destacaram no século XIX” (LIMA, 1995, p. 174).

Embora saibamos que existiu algum protagonismo feminino nas recepções públicas das casas das elites no Brasil em meados do século XIX, é lúcido sublinhar que esse protagonismo, para o caso da Bahia, no mesmo período, não é claro. Foi citado, no capítulo anterior, o exemplo da atuação da poetisa Adelaide de Castro Alves e da filha do Conde de Passé, mais tarde Baronesa de Cotegipe, nas recepções públicas da casa. De qualquer forma, tendo em vista os signos na cultura material em estudo, o que predomina são referências ao domínio masculino. Esses indícios são verificados na representação visual do conjunto dos artefatos e no histórico da formação das coleções.

A literatura de viagem consultada na pesquisa aponta para essa tese. O diário de viagem de autoria do Príncipe Maximiliano de Áustria que descreve a sua visita ao Engenho Novo, de propriedade de Jeremoabo, o do Recôncavo baiano, por exemplo, além de pintar um quadro detalhado da vida material e social do Recôncavo, fornece fragmentos do ritual do almoço na casa do futuro barão que nos serve para pensar acerca dessa questão.

“[...] Na varanda, estava posta uma mesa farta, principesca, com todo o luxo gastronômico da antiga arte culinária brasileira. Segundo costume da terra, todos os pratos (e os brasileiros os têm em grande número) estavam colocados sobre a mesa; além disso, as mais deliciosas frutas, desde o tenro e succulento limão até o régio abacaxi, e mais uma série completa dos mais seletivos vinhos. Escravos de agradável aparência e de todas as idades que, em habilidade, poderiam ser tomados por qualquer garçom de Paris, rodeavam a mesa. Mas segundo o velho costume patriarcal, era principalmente o próprio senhor, que, de forma a mais gentil e com elegância, fazia as honras da casa. Era-me constrangedor ser servido por suas mãos, pois Jeremoabo [...] era um cidadão do mundo, se bem que um novo mundo [...]” (MAXIMILIANO, 1860, p. 195).

O relato desse viajante, guardados os devidos cuidados por se tratar de um registro situado, resultado de uma experiência de curta duração, se configura como fonte rica para essa pesquisa, pois oferece um recorte importante sobre a vida social dos artefatos e sobre o domínio pelo fazendeiro dos códigos de sociabilidade. Ademais, a descrição da composição da mesa e dos alimentos servidos na fazenda de Jeremoabo fornece elementos que nos instrumentaliza na leitura das representações sociais e da atuação do poder simbólico pelo “aparato” e gestualidade, a parte do interior de uma casa rural da elite baiana no contexto em estudo. O viajante descreve, com riqueza de detalhes, os pratos servidos no almoço, os movimentos e as habilidades do anfitrião e dos escravos do serviço da casa ao desempenhar os seus papéis, mas não é claro a presença da figura feminina no ritual. A única menção que parece tratar da presença feminina na casa é logo na chegada de Maximiliano à fazenda, quando ele diz ter (ele e a sua comitiva) sido “recebidos pela corte branca de Jeremoabo” (MAXIMILIANO, 1860, p. 188). Assim, se Maximiliano deixou transparecer admiração pelo fausto da casa e da mesa de Jeremoabo, a partir da descrição da cerimônia de almoço oferecida pelo anfitrião, há, nas entrelinhas do seu relato, sinais de hierarquização social e ostentação do poder simbólico pelo “aparelho” (no domínio dos escravos de várias idades e gêneros) e pelo “aparato” (o fausto da fazenda).

Se, através dos usos dos artefatos domésticos, explicita-se a hierarquização das posições sociais, ao mesmo tempo, esses podem ser lidos como ferramentas potenciais para a construção de vínculos sociais. Nessa chave de leitura, Vânia Carvalho (2008) afirma que “o uso de estampas de brasões nos aparelhos do jantar, no mobiliário, em objetos de uso pessoal e na decoração dos ambientes da casa aponta para a perpetuação do prestígio social e econômico além de demonstrar uma espécie de vínculo extramuros com o Imperador” (CARVALHO, 2008, p. 53). Esta estratégia de autorepresentação a partir da mobilização de signos via objetos associados à imagem do monarca ou aos símbolos do Império, explicita a técnica dos senhores e senhoras de posses para somar para si mais prestígio social e pleitear benesses. As oportunidades de exibição da distinção do proprietário, representada pela suntuosidade da casa e do “aparato” da mesa, eram muitas. Desde datas importantes para a família a bailes de casamentos, batizados, festas religiosas e, sobretudo, em ocasiões de visitas de autoridades. Em datas, mais que especiais, como a visita de um membro da corte ou do próprio Imperador, os proprietários reformavam antecipadamente as suas casas e/ou fazendas e encomendavam serviços domésticos, sobretudo de porcelana ou de prata, especificamente, para tal ocasião.

A visita de d. Pedro II à Bahia, em 06 de outubro de 1859, foi marcada por uma grande agitação social, principalmente entre os senhores de engenho e outras autoridades que desejavam, de algum modo, uma aproximação com o monarca e sua corte. Uma pesquisa sobre os preparativos e a expectativa para a recepção do monarca identifica que, meses antes da visita prevista, as elites já se preparavam para tal ocasião. Esse evento legou à Bahia oitocentista uma soma notável de artefatos e documentos escritos. A descrição da ornamentação do Palácio do governo em Salvador, o “Paço imperial”, decorado antecipadamente para acomodar as majestades, apresenta um panorama dos artefatos que eram tidos em alta conta pelas elites da Bahia à época. Interessa a esta pesquisa destacar alguns ornamentos escolhidos para compor a sala particular de jantar de SS. MM. e a sala de jantar oficial; artefatos selecionados pela comissão como dignos de servir a realeza. A sala particular preparada para as SS. MM.

era guarnecida com trastes de mogno, e o chão coberto de oleado. Sobre a mesa e aparadores admirava-se uma esplendida baixella de prata massiça, não havendo para a mesa de SS. MM. um só prato que não fosse d'esse metal, e de trabalho aprimorado. Os talheres erão todos de ouro (SOUZA, 1861, p. 14).

Em nota, o autor menciona que os talheres em ouro para o uso do casal real foram ofertados pelo senhor Antônio Pedroso e Albuquerque, a quem pertencia, e de que Antônio Albuquerque teria justificado que o conjunto estava na família, pois teria sido presente, dado a um parente da sua falecida esposa, pelo príncipe Jerônimo Bonaparte quando passou pela Bahia (1806). Tal oferta, no contexto, tinha um peso e poderia funcionar como estratégia individual de produção de distinção por associar a imagem (Antônio Albuquerque) a uma tradição de proximidade com membros da realeza.

Se a sala particular apresentava uma ornamentação de vulto, a destinada às recepções oficiais excedia em aparato decorativo. Sigamos com a continuidade da descrição:

Estava esta sala ricamente mobiliada com cadeiras e sofás de páo selim, e seis aparadores, nos quaes havia ricos serviços, tanto de porcellana e crystal, como de prata. Distinguião-se no meio da sala duas grandes mesas ovaes, e n'ellas, entre varios objectos de gosto e valor, tres peças muito importantes, que pertencêrao á casa de Cerqueira Lima, sendo duas serpentinas de bronze dourado com mangas de crystal, e uma jardineira do mesmo metal com um magnifico ramo de flores de panno. [...] no espaço I entre as duas janellas, em frente de um grande espelho, sobre pedestal de mogno dourado, via-se uma bacia de prata I circulada com uma grinalda do mesmo metal de umas oitenta polegadas de circunferência [...] (SOUZA, 1861, p. 14).

Não faltou mobília de jacarandá ao estilo Luiz XV e o piano, este último, curiosamente, colocado no aposento destinado à Imperatriz. Independente do local onde o piano foi posicionado, ali estava ele para ornamentar o palácio, como estava também presente em quase todas as casas das elites brasileiras do século XIX. Os objetos mobilizados para compor o cenário no Paço foram adquiridos, por compra, doação ou empréstimo, e resultaram, por conseguinte, do empenho das autoridades da Cidade do Salvador e Recôncavo baiano em parceria com famílias de posses que desejavam prestigiar e ser prestigiadas, ainda que indiretamente, pelos visitantes ilustres.

A “galeota” com a comitiva real aportou no arsenal da marinha, na parte baixa da cidade, no início da manhã do dia 06, onde os nobres, trajados conforme a orientação oficial, foram recepcionados pelo presidente da província e outras autoridades e membros das elites que desejavam tocar simbolicamente o manto real. Essa primeira etapa da recepção se alongou por boa parte da manhã. De acordo com SOUZA (1861), em seu livro de Memória,

Antes de chegar ao largo do Theatro, onde estava o pavilhão da camara, fôrão SS. MM. estrepitosamente saudados por uma girandolà de cem duzias de foguetes, que sahio do jardim do sr. tenente-coronel Francisco Antônio da Rocha Pitta e Argolo, cuja familia, acompanhada de muitas outras damas, lançou sobre SS. MM. uma nuvem de delicadas flores. As ovações do povo não se interrompião nunca: por toda a parte os vivos e os foguetes erão lançados ao ar com inexprimivel enthusiasmo (SOUZA, 1861, p. 23).

Os destaques dos trechos da fonte descritiva produzida por Souza Pinto (1861) são suficientes para o nosso propósito, que é explicitar a mobilização da cultura material para a aproximação com a corte e verificar a dimensão do seu valor econômico e simbólico para a produção de distinção e como estratégias de aproximação e distanciamento social. Não se trata de meros objetos decorativos do espaço da casa, mas a materialização de práticas sociais e educação para a civilização, a moral e os costumes e da conformação da maneira de sentir de tal sociedade.

Boa parte das elites que se aproximaram do Imperador e da Imperatriz, na ocasião, somaram distinção à sua imagem, seja através de uma oportunidade de ser visto prestando alguma homenagem em público ao casal real, ou ser convidado para o banquete dado pela realeza no Palácio ou, ainda, ser agraciado com algum título em decreto publicado em 14 de março de 1860, como foi o caso de muitos. A maioria dos artefatos analisados nesse estudo possui o mesmo estilo e material dos artefatos detalhados na citação acima. Além disso, são

artefatos que pertenceram às famílias das elites da Bahia, inclusive, muitos deles foram originários das famílias dos proprietários agraciados por d. Pedro II naquela oportunidade.

A saudação à presença imperial com foguetes a partir da casa da família do tenente-coronel Francisco Antônio da Rocha Pitta e Argolo não era sem propósito. O sentido de conferir distinção com algum tipo de reconhecimento tinha funcionalidade prática não apenas para as elites, mas também para o próprio Imperador, que se assenhorava do seu território e aglutinava as lideranças locais para a sua base, e, portanto, fortalecia o seu poder real. Assim, pode-se depreender que “o teatro da corte”, repetido nas visitas do imperador a cada chegada às províncias do Brasil, na década de 50 do século XIX, criava condições de possibilidades não apenas para a realeza assegurar a aproximação com as lideranças locais e aumentar a sua visibilidade, como simbolicamente tomar posse do vasto território (SCHWARCZ, 1998, p. 104). A cerimônia em que d. Pedro II recebe das autoridades da Bahia a chave da Cidade do Salvador em seu trono no Pavilhão do Largo do Teatro montado para tal evento, no primeiro dia da sua chegada, é um dos símbolos marcantes da posse do território baiano, através da chave da Cidade da Bahia.

A família Pita e Argolo foi uma entre tantas outras que encomendaram serviços de louça e ornamentaram as suas casas e fazendas na expectativa de receber em seus aposentos o monarca ou algum membro da sua corte. O Conde de Passé, Antônio da Rocha Pita e Argolo, que, além de reformar um de seus engenhos, que inclusive já possuía brasão de armas no teto do salão e na fachada do sobrado, encomendou, em 1858, um serviço de jantar de porcelana francesa brasonada com as armas imperiais. Não sabia ele que o seu engenho não faria parte do roteiro de viagem do Imperador, que visitou apenas duas residências onde almoçara: o Engenho Novo de Jeremoabo, no Paraguaçu, descrito pelo Príncipe Maximiliano que o visitou alguns dias depois, e o do presidente da Província, Francisco Gonçalves Martins, em Santo Amaro.

A recorrência dos brasões na cultura material da família Rocha Pitta e Argolo indica o apreço pela conservação dos signos de distinção vinculados à monarquia. Essa valorização da tradição monárquica produziu uma quantidade notável de artefatos sob o poder da família verificada nas fichas que compõem o *corpus* documental desta dissertação. É interessante frisar que ter a distinção de criar um brasão e esse ser confirmado pelo Imperador não era uma tarefa fácil, isso se o agraciado seguisse todas as normas estabelecidas pela lei imperial.

Após a independência, especificamente desde o decreto de 18 de setembro de 1822, quando o Império foi desenhando os signos do Estado nacional em formação, ficou estabelecido os seus símbolos de identificação nacional. De acordo com Lilia Schwarcz

(1998), todo nobre titulado por decreto do imperador poderia usufruir o direito de uso de um símbolo iconográfico, uma marca particularmente criada para vincular uma imagem específica à distinção conferida, cuja significação deveria representar as qualidades que diferiam o agraciado das pessoas comuns. A escolha do signo pelo candidato deveria ter a confirmação do imperador e, portanto, só se concretizava após uma série de procedimentos burocráticos e caros. De modo que, exigia do candidato à benesse, além de paciência, uma soma monetária significativa para arcar com os impostos diversos que resultariam do processo⁵⁹. Os gastos com a confecção do brasão e com as constantes idas e vindas de papéis para a confirmação final do mesmo pode ser uma das causas para alguns titulares, após ter a confirmação da distinção conferida ao público através da publicação em decreto, fazer uso de tal distinção sem a confirmação final junto ao governo imperial e ao próprio Imperador. Por essas e outras que nas representações de brasões e monogramas coroados na cultura material em estudo se verifica uma grande variação nas representações das insígnias.

Para aqueles que seguiam as normas até o fim tinha, é claro, o cuidado de assegurar e ostentar o seu título em todas as ocasiões. Como destacou Schwarcz (1998),

depois de tantas dificuldades, aqueles que optavam pelo uso das armas próprias não fizeram por menos: nas grades dos portões residenciais, nas fachadas dos edifícios, nas portinhas das carruagens, nas pinturas decorativas dos salões e das capelas privativas, no mobiliário, nas tapeçarias, nas baixelas de prata, nos cristais, nas louças e utensílios domésticos [...], por todos os lugares materializava-se a distinção (SCHWARCZ, 1998, p. 182).

A materialização da distinção nos artefatos de uso pessoal e a apropriação de signos vinculados ao patriarca fundador para associar a imagem da família a uma tradição de nobreza ancestral foi verificada por Wanderley Pinho (1982). Ao analisar a história do “Engenho Freguesia” como fio condutor para acessar a trajetória dos Rocha Pita, o pesquisador identifica variações nas representações dos brasões nas alfaias da família. De acordo com o historiador, o escudo que o então Barão de Passé manda gravar no teto do salão de visitas, na restauração do “Engenho Freguesia” de 1854- 1857, lhe era familiar por ter convivido com ele no “sobrado de Cinco Rios e nos sinetes e selos do pai e bordados nos libré dos lacaios de sua casa” (PINHO, 1982, p. 449). É ainda o mesmo historiador que enfatiza o apreço pela ostentação do brasão nas residências do campo e da cidade, com algumas variações, pelos membros da família por três gerações. A valorização dos signos vinculados à tradição que

⁵⁹ Sobre as etapas do procedimento para a confirmação final da honraria, ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2. ed., 15ª reimpressão; São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2016, p.180-181.

aparecem na decoração do interior dos espaços públicos das fazendas de propriedade da família do Conde de Passé no Recôncavo baiano e, mesmo na Cidade do Salvador, é acessada na cultura material atribuída ao conde de Passé, acondicionados no MAB, no MCCP e na ALB.

Figura 5 – Composição com peças de serviços distintos do Conde de Passé – Antônio da Rocha Pita e Argolo. São objetos encomendados em períodos distintos e outros, como a sopeira e prato em destaque, figuram nos inventários “procedido no Engenho Freguesia, em 1877”, juntamente com o mobiliário e outros serviços de prata. Na sequência da esquerda para a direita: Prato medalhão com brasão centralizado e friso dourado; sopeira com brasão no corpo e na tampa do mesmo serviço; Prato de sobremesa com brasão centralizado do serviço azul; Travessa com brasão centralizado, do mesmo serviço; Candelabro em cristal lapidado, da Boemia, século XIX. Com exceção do candelabro, todos os demais serviços são em porcelana francesa. Ver, no *Corpus* documental (v.2), as fichas nº 18, 19, 20, 55.



Fonte: Pinho, 1982, p. 223; Athayde, 2000, p. 54; Mab, 1997, p. 341.

Esse apanhado acerca do apreço e apropriação dos signos de distinção pelas elites da Bahia nos ajuda a compreender o sentido da movimentação social e da corrida das elites baianas para montar o palco de representação para a recepção das SS. MM. e sua comitiva no dia 06 de outubro de 1859. Se, nessa ocasião, Francisco Antônio da Rocha Pitta e Argolo não se destacou entre os convidados para o banquete oferecido pelo Imperador no dia 06 de outubro, e nem no almoço do dia 09, teve a confirmação da sua distinção por meio da publicação do seu nome entre os agraciados por decreto de 14 de março de 1860⁶⁰. De acordo com o historiador Wanderley Pinho (1982), a encomenda de serviços com armas imperiais para uma eventual recepção dos imperadores era tradição da família Rocha Pita. Informação

⁶⁰ A lista dos agraciados na referida data esta disponibilizada no final desta dissertação (Anexo).

que parece ser confirmada pela especificidade da cultura material dos Rocha Pita e Argolo que, mesmo incompleta, aliás, muitos serviços atribuídos à família Passé foram identificados como incompletos desde a sua avaliação de 1811 e, também, no inventário de 1877, quando ocorre a partilha dos bens deixados pelo Conde⁶¹.

A imagem acima (Figura 5), montada intencionalmente com peças avulsas de serviços distintos da família, indica essa diversidade dos conjuntos e nos dá uma dimensão da estima pelo uso dos brasões, e, além disso, aponta indícios, a partir da estética e materialidade, da identificação da família com a cultura europeia que modificou a ornamentação da porcelana em meados do século XIX.

Tendo em vista o perfil das peças dos serviços do Conde de Passé, cabe aqui uma breve descrição técnica do brasão (em destaque na figura 5) ostentado pela família de Passé nas suas residências e alfaias, ainda que ele apresente algumas modificações nas cores e ornamentos. Para tanto, vale citar na íntegra a leitura das armas do Conde de Passé feita por Jenny Dreyfus (1942), por se tratar de uma especialista nos estudos da heráldica no Brasil.

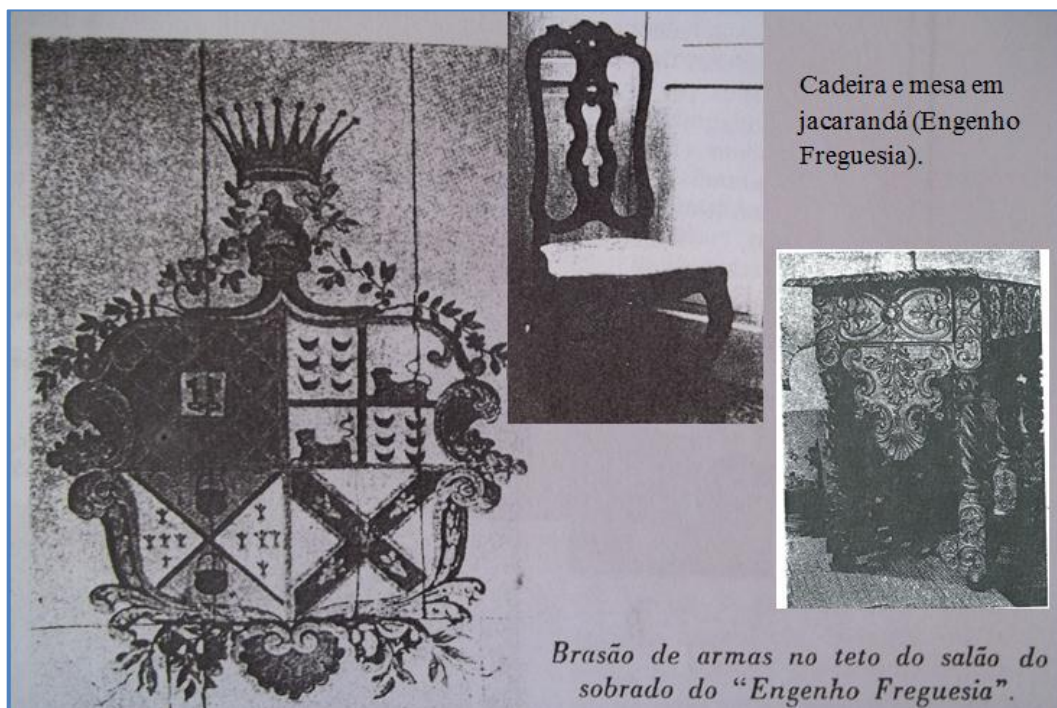
“Esquartelado 1: de ouro com duas chaves adossadas, seus palhetoes ao alto, fretado de vermelho com as correias de ouro, que é de Argôlo. 2: esquartelado 1º e 4º, de ouro carregado de seis crescentes de vermelho e 3 que é de Queirós; 3º franchado; 1º e 4º, de azul com duas caldeiras de ouro e vermelho, uma sobre a outra, com asas serpentíferas [...], 4º de prata, com uma aspa de vermelho carregada de cinco vieiras de ouro, que é de Rocha. Encimada por um elmo, em que se apoia o timbre: um leão sentado, tendo na boca uma das chaves dos Argôlo. Encima o todo uma coroa de barão. O escudo é ornamentado com fôlhas e flores” (DREYFUS, 1942, p. 326).

Após descrever o brasão utilizando do aporte da especificidade da ciência heráldica, a autora lembra que nem sempre o colorido das peças apresenta elementos fiéis exigidos pelas leis heráldicas. Inclusive, a autora levanta a hipótese do possível desconhecimento desta ciência pelos artífices, o que faz algum sentido. Entretanto, embora existisse no país desenhistas especializados na matéria, vale lembrar que os gastos com tal distinção não eram poucos. Há leituras diversas sobre os usos e representações desses signos de diferenciação social pelas elites da Bahia e do Brasil Império. Porém, optamos pela descrição das armas de Passé feita por Dreyfus (1942), por se tratar de uma análise técnica e, dessa forma, nos ajuda a visualizar melhor as mudanças e criatividade nas representações

⁶¹ Ver: PINHO, Wanderley. História de um Engenho do Recôncavo: Matoim, Novo Caboto, Freguesia: 1552-1944. São Paulo: Nacional; Brasília: Fundação Nacional Pró-memória, 1982, p. 442.

iconográficas que emergem nos acervos das elites da Bahia oitocentista em estudo nesta pesquisa.

Figura 6 – Detalhe do forro do teto do Engenho Freguesia destacando brasão de armas pintado no teto do salão do sobrado. Ao lado, uma cadeira em jacarandá com assento de damasco carmesim e mesa em jacarandá talhada e recortada, com em pés torcidos terminados em bolas. São remanescentes do antigo mobiliário arrolado na avaliação de 1811, da família Passé.



Fonte: Pinho, 1982, p. 419 a 443.

A composição acima (Figura 6) é evidência material, via representação iconográfica, de como os artefatos de uso doméstico preservados na família podem ser ressignificados para além da sua utilidade primária. Essa tipologia de mesa e cadeiras, ambas carregadas em ornamentos decorativos característicos dos mobiliários do século XVIII e XIX, posicionados no canto direito da imagem, conviveu em meio a porcelanas francesas brasonadas e com ornamentos que acompanham a tendência do gosto europeu nos salões dos Rocha Pitta. São remanescentes de um legado dos descendentes do patriarca da família, o senhor Antônio da Rocha Pita (o Velho), preservados entre os parentes por mais de três gerações.

As peças do aparelho de chá e café, na imagem seguinte, em porcelana francesa branca e com frisos de ouro e decoradas com cenas que remetem ao gosto oriental, selados pelo brasão do Conde de Passé, é mais um exemplo que nos ajuda a imaginar as tendências da cultura material do cotidiano das elites da Bahia oitocentista. Esse exemplar que figura no

inventário procedido no Engenho Freguesia em 1877, juntamente com uma lista considerável de bens de uso do cotidiano, inclusive um número relevante de escravos⁶², são fontes que, lidas tendo em conta a sua simbiose com a sociedade baiana oitocentista, permitem uma análise das relações sociais e de poder simbólico das famílias de hábito burguês na Bahia oitocentista. Assim, o uso de artefatos em estilos decorativos distintos, para além da utilidade prática de cada um, remete à suntuosidade e opulência nos eventos públicos da casa associada ao antigo chefe da família. Ademais, podem ser lidos como mais uma estratégia de autorepresentação dos proprietários e agregados com pretensões de firmar uma tradição distinta e ininterrupta que confere legitimação da opulência ostentatória selada a partir da composição nos palcos de representação do cotidiano que foram as casas e mesas das elites baianas do Segundo Reinado.

Figura 7 – Parte do serviço de chá e café do Conde de Passé – Antônio B. da Rocha Pita e Argolo; Paris - século XIX. Ver, no *Corpus* documental (v.2), a ficha nº 21.



Fonte: Museu de Arte da Bahia, 1997, p. 263.

Embora os artefatos em estudo estejam deslocados e incompletos nas instituições culturais, conforme mencionamos, a sua análise reforça a estima pelas insígnias vinculadas aos ancestrais de maneira que torna essa cultura material de utilidade doméstica como fonte para compreender os valores que a sociedade baiana oitocentista, tanto os nobilitados quanto os comerciantes burgueses, se mobilizava para internalizar e exibir. De maneira que a robustez do mobiliário e a ornamentação carregada da porcelana ou prataria, ao invés de

⁶² No inventário do Conde de Passé, datado de 1877, os escravos do Engenho Freguesia eram 121 (PINHO, 1982, p. 254).

sugerir “mau gosto” ou atraso, evidenciam, simbolicamente, a representação da sustentação do poder e prestígio social dos proprietários que se estendia à família e, por vezes, aos seus afetos sociais.

Se na representação dos brasões no Brasil se verifica uma releitura mais livre e de natureza pragmática, com referências que misturam elementos nacionais brasileiros e europeus a símbolos da fonte de riqueza do Estado, conforme identificou Schwarcz (1998), essa assertiva também se aplica para a cultura material baiana, não apenas as que exibem brasões. O uso de elementos representativos nos objetos pessoais que, ao mesmo tempo, remetem à simbologia nacional e à situação econômica do proprietário, pode ser lido como uma estratégia de associação da sua imagem aos signos do Estado nacional e como justificação da distinção conferida pelos feitos para a manutenção do poder imperial.

Figura 8 – Na imagem 1, prato do serviço da “Ilustre Câmara” do Rio de Janeiro; porcelana francesa com marca do decorador “*Derroche*” - século XIX. **2:** Prato do serviço do Barão de Paramirim – Miguel José Maria de Teive e Argolo (1802-1868); porcelana francesa – século XIX. **3:** Prato do serviço do Visconde de São Lourenço – Francisco Gonçalves Martins (1807-1872); porcelana francesa, Paris, – século XIX. **4:** Tigela e pires do Barão de Cajaíba – Alexandre Gomes de Aragão Ferrão (1800-1870); porcelana francesa – século XIX. Ver, no *Corpus documental* (v.2), as fichas de nº 47, 30, 17, 01.



Fonte: Athayde, 2000, p. 37, 53, 63,75.

A tipologia dos artefatos e os signos escolhidos para a sua personalização, sobretudo referências aos signos nacionais, o verde e o amarelo, o café e o tabaco, não podem ser tidas como mera ilustração. A identificação com o Estado nacional verificada nos usos dos

símbolos eternizados na iconografia dos artefatos de uso pessoal das elites da Bahia sugere uma mensagem simbólica que vincula a imagem do proprietário na participação e sustentação do Estado nacional e, também, como justificção da origem econômica para a legitimação da distinção na sociedade e na própria família. A iconografia acima (Figura 8) composta por objetos de serviços distintos nos serve como pista no sentido de pensar como essas elites fizeram uso da cultura material de uso doméstico para reforçar e associar as suas imagens aos quadros e signos do Império.

É possível perceber no conjunto das porcelanas acima um diálogo entre as representações iconográficas nos artefatos dos serviços de mesa de particulares com o de uso oficial do governo imperial. Na primeira imagem (1) da figura 8, se destaca um prato do serviço da Câmara Municipal da Corte, sediada no Rio de Janeiro, que exhibe, em meio à guirlanda policromada contornada por friso dourado, os ramos de fumo e café entrelaçados e centralizados no fundo do prato. Como se pode notar, a policromia e formas na composição do prato oficial conversa com as cores utilizadas nos demais serviços de particulares (imagens 2, 3 e 4). Embora a representação que mais se aproxima do serviço da Câmara seja o serviço do Barão de Paramirim (prato nº 2), os demais serviços também representam os símbolos do Estado Nacional. Os ramos de fumo e café figuram nos quatro serviços. Interessante observar que, embora se verifiquem pequenas diferenças na composição dos serviços dos particulares, cada um materializou a sua distinção pessoal à sua maneira. O barão de Paramirim optou por fixar a sua distinção fazendo uso das suas iniciais entre ramos de fumo e café, o Visconde de São Lourenço fez uso de monograma com coroa correspondente ao seu título e o Barão de Cajaíba preferiu o uso por extenso do seu título encimado por coroa de barão ladeado pelos ramos de fumo e café.

Verificamos anteriormente que, nem sempre, os serviços personalizados correspondem ao rigor da ciência heráldica ou foram submetidos ao Cartório de Nobreza do Império. O que reforça a afeição das elites pelos usos dos signos de distinção e pela ostentação pública de riqueza através do aparato, mas que nem sempre correspondia à sua real posição na hierarquia dos “burgueses amerceados” na corte e, mesmo, na sociedade brasileira.

Ao analisar a tipologia das porcelanas acondicionadas no Museu de Arte da Bahia (MAB), a pesquisadora Sylvia Athayde (2000) afirma que muitos titulares possuíam serviços personalizados com as iniciais de seus nomes ou da família ou, ainda, de suas propriedades, quando da concessão do título. Esse dado nos permite supor a existência da representação social no interior das casas baianas oitocentista, via materialidade, e a atualização dos

artefatos pelos proprietários confere legitimidade e poder social na mobilização da cultura material pelos signos.

A propósito da origem e sobrevivência dos diversos serviços de louça que se encontram nos museus da Bahia, Sylvia Athayde (2000), destaca que,

a grande maioria dos possuidores de tais serviços era de senhores de engenho, fazendeiros e agricultores (45,57%), seguindo-se-lhes os parlamentares, diplomatas, magistrados e presidentes de províncias (19,47%); os capitalistas e negociantes (18,14%); os militares (7,08%); os profissionais liberais (5,31%) e outras categorias (4,43%). A significativa concentração de tais serviços no interior do país revela não apenas o peso numérico que a aristocracia rural teve na nobiliarquia brasileira, mas a particular significação que tais exteriorizações tinham, naquele meio, como forma de diferenciação social (ATHAYDE, 2000, p. 17).

O quantitativo apresentado pela autora sugere, além da participação de proprietários rurais na representação nacional e do seu reconhecimento pelo governo imperial, o sentido social da opulência ostentatória e o significado na sociedade baiana da manutenção e exibição das insígnias dos ascendentes da família para a perpetuação da hierarquização social. Os usos de brasões, monogramas coroados ou serviços completos em ouro ou prata com as marcas do proprietário que emergem na cultura material em estudo, exteriorizam o sentido social que tais ostentações públicas tinham na sociedade brasileira oitocentista. É preciso algum cuidado diante dessas percentagens, apresentadas pela autora, para não cometermos o equívoco de achar que, pelo fato de os artefatos terem sido identificados no acervo de senhores de engenho ou agricultores, esses representam tipologias de uso específico das casas das zonas rural. Sabemos que a vida social no Brasil foi acentuada nas zonas urbanas, iniciada a partir da chegada da Família Real, mas intensificada no contexto da Segunda metade do século XIX, em virtude das mudanças já referidas anteriormente. Além disso, é sabido que, para o contexto da Bahia, era comum se deslocar objetos das residências do campo para a cidade, e vice-versa, para atender a necessidade nas recepções públicas.

Não era muito difícil senhores de engenho manterem mais de uma casa completa e fechada, nas suas propriedades rurais ou na cidade, para, em caso de necessidade, deslocar os serviços de uma casa para a outra para ornamentar as residências em ocasiões de recepção pública especial. Pesquisando o contexto baiano, o historiador Wanderley Pinho (1982) verificou que o Conde de Passé chegou a manter, além das casas da cidade, mais três residências rurais, a saber: “Freguesia”, “Matoim”, “Pindobas”. De acordo com o autor, “uma das funções dessas “casas fechadas” era acudir com móveis, cristais, louças, enfeites ao

“sobrado” habitado, nos grandes dias, nas festas, quando se tornava necessário multiplicar os preparos caseiros, insuficientes para excepcionais hospedagens” (PINHO, 1982, p. 442). Embora o “Engenho Freguesia” apareça nas fontes escritas como residência de destaque nas recepções públicas, o Conde de Passé, conforme afirma o mesmo autor, residiu e faleceu no Engenho Pindobas, no Recôncavo baiano.

Figura 9 – Vista geral do Sobrado e Capela – Engenho Freguesia.



Fonte: IPHAN, 1943 (<http://acervodigital.iphan.gov.br>).

Assim como o Conde de Passé compilava artefatos das suas residências para montar o seu palco de representação do cotidiano, outros proprietários e senhores de engenho e, ao que tudo indica o próprio Passé, também socorriam outras residências com aparatos distintos em oportunidades de grandes recepções. Por tudo isso, é difícil especificar o uso de artefatos domésticos exclusivos de determinadas casas da Bahia oitocentista, já que o trânsito de objetos de uma residência a outra era comum. Ademais, esse dado nos deve servir de alerta para com o cuidado que se deve ter ao analisar as descrições de viajantes estrangeiros. O visitante estrangeiro, ao ser convidado para um baile ou almoço, como convidado ilustre, certamente encontrava um ambiente montado e pensado para passar a imagem pretendida pelos anfitriões e, portanto, caprichavam nas representações que envolviam demonstrar o domínio da linguagem de civilidade vista como de “bom tom”. O que não significa dizer, embora alguns estrangeiros tenham pesado a pena para esse lado, que tudo era teatro nas casas da Bahia oitocentista. Muitos membros das elites da Bahia tinham uma orientação cultural, “do corpo e do espírito”, voltadas para a atualização dos códigos culturais conforme a moda

européia eleita como modelo de civilidade. Vimos esse perfil ao analisar a função dos manuais de etiqueta na educação dos sentidos das elites para a sociabilidade e de como esses manuais de boa conduta e “bem viver” eram mobilizados pela elite letrada, com pretensão de difusão de normas para outras camadas sociais.

Se os manuais de boa conduta cumpriam, no contexto, um papel fundamental para a educação dos sentidos e, portanto, para o funcionamento do “*habitus*”, conforme a leitura de Norbert Elias (2001), os objetos, por seu turno, criavam condições – essas, nem sempre, de controle do sujeito - que os mobilizam, para a significação das suas práticas nas representações sociais. O aprendizado possibilitado pela literatura é potencializado a partir do contato com a materialidade dos artefatos, na medida em que eles envolvem elementos diversos que só fazem sentido no momento em que estão em ação. Daí a dimensão cultural do “aparato”, utilizado aqui no sentido do conjunto de artefatos e na forma como eles são utilizados na composição do ambiente público da casa, enquanto produtora de representações sociais e formadora, pela presença, dos sentidos socioculturais.

Figura 10 – Pianola costureira em pinho escurecido, possivelmente de origem francesa – século XIX. Ver *corpus* documental (v.2), ficha nº 62.



Fonte: O Museu de Arte da Bahia (1997, p. 327).

A recorrência da presença do piano nas casas das elites da Bahia de meados do século XIX, no campo e na cidade, e a menção a eles nos manuais de etiqueta como instrumento musical fundamental para a formação da percepção feminina, posicionados nos espaços públicos da casa, conferia importante papel nas representações sociais como um sinal de refinamento e “bom gosto”.

A pianola na imagem acima (Figura 10) nos dá uma dimensão da função pedagógica do piano para a formação psíquica feminina ao conter a junção, em peça única, de duas funções tidas como fundamentais para a educação requintada da mulher: o aprendizado musical e o manejo da agulha, como sinalizou Lino Coutinho em suas cartas. Trata-se de “pianola-costureira” em pinho escurecido, de origem provavelmente francesa que “atende à dupla exigência da educação feminina no século XIX: tocar piano e costurar”⁶³. Esse artefato é formado por uma caixa comprida que se estende por toda a peça e possui compartimentos para guardar pequenas costuras, linhas, agulhas e tesouras que se encaixam sobre o teclado. Assim, essa peça se configura em mais um dos instrumentos para possibilitar a efetivação da “pedagogia dos sentidos” através dos manuais de etiqueta, conforme vimos no item anterior. Portanto, o desejo pela polidez dos hábitos e costumes não é frivolidade despida de intencionalidade prática. É instrumento material retórico a serviço do funcionamento do poder simbólico que, conforme vimos, reverbera em benesses e contribui para a produção de distinção e legitimação do *status quo* social.

⁶³ O Museu de Arte da Bahia – São Paulo: Banco Safra, 1997, p. 327.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artefato é presença constante no curso da evolução cultural da humanidade e de suma importância para a comunicação e representação social. Possui uma configuração ligada aos sistemas sociais e mentais que garantem a sua sobrevivência nos tempos. Essa relação de sobreposição entre a psique humana e a sociedade, que produz o fascínio pela presença material, possibilita aos artefatos adquirirem o sentido de extensão dos sujeitos e da sua representação. Vimos que o aparecimento da expressão “cultura material” é do início do século XX, entretanto, a prática de colecionar e do estudo dos objetos remontam a antiguidade.

Nesta dissertação, buscamos compreender, a partir do estudo da cultura material remanescente das elites da Bahia acondicionados nos museus de Salvador, a potencialidade dos estudos de artefatos originariamente de uso doméstico para uma leitura das relações sociais, das práticas de sociabilidade e representações da sociedade baiana do Segundo Reinado (1841-1889). Além disso, verificamos como a cultura material foi mobilizada pelas elites baianas para criarem autorepresentações no cenário político-social do Segundo Reinado brasileiro, o que concorreu para a sua inserção e/ou permanência nos quadros da burocracia do segundo império e na representação nacional.

Os meados do século XIX é o período em que dom Pedro II, em meio a conflitos políticos interno e externo que ameaçavam a desagregação do território brasileiro, faz uso das suas prerrogativas para (re)desenhar os contornos do Brasil e elege, para tal tarefa, os seus súditos que deveriam trabalhar na elaboração de novas diretrizes para colorir os signos da nacionalidade e estender o seu manto imperial nos trópicos. Essa movimentação possibilitou a dissimulação das tensões político-sociais no processo de fortalecimento do Estado nacional, de base escravista, graças à coesão das elites que cercavam o imperador. Uma coesão que resultou, segundo afirma José Murilo de Carvalho (2014), mais da socialização e do treinamento do que de seu *status* comum e de privilégios que a isolassem de outros grupos sociais (CARVALHO, 2014, p. 42). Com a fragilidade dessa coesão em virtude das disputas pelo poder no comando do Estado e das mudanças no cenário nacional, agravadas, em grande parte, pela insistência de dom Pedro II em levar às últimas consequências a Guerra com o Paraguai, houve um enfraquecimento das tramas da coesão dos grupos dominantes e, portanto, a fragmentação das elites no decorrer do Segundo Reinado. Fragmentação cara ao imperador e ao seu trono.

Boa parte dos 70 artefatos estudados nesta dissertação e especificados no total de fichas que compõem o *corpus* documental (vol. 2) pertenceu a coleções privadas montadas a partir de remanescentes de serviços de uso doméstico das elites baianas ligadas aos quadros do império. Portanto, trata-se de objetos que pertenceram a uma “ilha de letrados”, conforme a elaboração de José Murilo de Carvalho (2014), que influenciaram, direta ou indiretamente, nas decisões do país e souberam mobilizar signos de distinção social, material e simbólico, que foram (re)apropriados e sobreviveram ao fim da monarquia. A vinculação da origem desses artefatos com os proprietários de genealogias atadas aos distintos do império, somada ao histórico das instituições que os guardam, conforme dissertado, anunciam os lugares que eles ocupam na legitimação de uma retórica por meio dos usos da tangibilidade do pretérito do império brasileiro. A imortalização da tradição imperial, através dos artefatos em centros culturais de Salvador, explicita o papel dos colecionadores do século XX na preservação de uma tradição distinta da Bahia e na produção e associação da sua imagem aos signos da representação nacional.

Percebemos, através da cultura material analisada, como as casas e as mesas das elites da Bahia funcionaram como espaço pedagógico ao funcionamento do *habitus*, conforme trabalhado por Elias (2001), e na consolidação dos elementos de hierarquização social no império. Ademais, como o entrelaçamento da esfera pública e privada foi importante na construção da imagem do império e do imperador e na conformação do perfil social da sociedade brasileira.

De acordo com Ana Lúcia S. de Castro (2009), a simbiose sujeito-objeto é engrandecida na sintaxe psicológica como anteparo à angústia do desaparecimento, a ansiedade de reafirmar a sua origem e ao desejo de confirmar sua perenidade (CASTRO, 2009, p. 68). Além de ser uma forma de exaltação de autoimagem, o ato de colecionar funciona como estratégia de distinção social em que os colecionadores, ao doarem objetos de suas coleções a centros de memória públicos, garantem a exibição da sua distinção pessoal e o seu lugar na hierarquização social e, também, asseguram a perenidade do culto ao semióforo dos seus ancestrais.

De maneira que, a sobrevivência desses artefatos nos centros culturais de Salvador é sintoma das práticas de sociabilidade das elites baianas oitocentista que, apesar de pertencerem ao tempo da modernidade e de defenderem o progresso compactuando com as teses liberais internacionais da época, permaneceram seduzidas pelos elementos de distinção social, pelo *status* e honra. Com isso, legaram aos seus descendentes uma nostalgia por um tempo que não viveram, e, por vezes, são ressignificados em suas representações sociais. Por

tudo isso, o estudo da historicidade desses artefatos, seus elementos iconográficos e sua performance nos centros culturais da Cidade do Salvador, nos possibilita acessar recortes do passado e, com o olhar do presente, perceber os discursos sobre os objetos e a história e como eles conformaram uma linguagem que os legitimou como parte do patrimônio cultural da sociedade brasileira.

Em conferência no Brasil, Hans Ulrich Gumbrecht (2011) diagnosticou a existência do crescente fascínio pela história e pelo passado e um ceticismo quanto ao valor pedagógico da história ou da historiografia desenvolvidos desde o século XX, quando a história tem a sua capacidade orientadora enfraquecida. Ter em conta esse fascínio pelo passado é uma possibilidade argumentativa para compreender as mobilizações pela preservação da materialidade do passado que “inundam o nosso presente”, como coloca o autor, e permite a simultaneidade de narrativas, via materialidade, mobilizadas para a educação sensorial nos centros culturais. Assim, os museus, enquanto universo material e sensorial, são palcos onde esse fascínio pelo passado é (re)encenado constantemente ao sabor dos seus projetos e contribuem, pela fomentação da imaginação, para a produção de lembranças históricas que podem funcionar, a um só tempo, para promoção da cultura pela educação e para justificar a naturalização das transformações socioculturais.

Dito isso, faz-se necessária uma observação sem a qual este trabalho ficaria incompleto. É a de que, embora esses artefatos tenham pertencido às elites da Bahia vinculadas, direta ou indiretamente, aos distintos do Império, é possível acessar outros extratos sociais por meio da análise dos processos de feitura das peças. Apesar da problematização desta dissertação, é válido mencionar a existência de grupos de artífices especializados em artes decorativas, sobretudo no trabalho de carpintaria e ourivesaria. Muitos desses senhores (que podem ser considerados elites do ofício, pela perfeição técnica na elaboração dos seus trabalhos) eram descendentes de africanos que possuíam um saber ancestral na manipulação da cerâmica, madeira e dos metais. Para quem se interessa por esse tema, indicamos a dissertação de autoria de Lysie Reis “A liberdade que veio do ofício: práticas sociais e cultura dos artífices na Bahia do século XIX”, de 2012. De maneira que as peças das exposições dos centros culturais mencionados nesta produção também oferecem pistas sobre a presença e ação das “mãos negras” nas casas e nas mesas da Bahia oitocentista.

Em tempos de tentativas de desqualificação do ofício profissional do(a) historiador(a), esperamos que esta dissertação contribua para a transformação desse fascínio pelo passado em “consciência histórica”, no sentido utilizado por Gadamer (1998), que produza uma reflexão acerca da necessidade da ação transformadora no que se refere à elaboração dos modos de

agir, sentir e existir na sociedade⁶⁴. E, ainda, que este estudo da materialidade do passado brasileiro do século XIX sirva de incentivo para novas produções históricas e novas interpretações acerca da história da Bahia.

⁶⁴ Hans- Georg Gadamer (1998) compreende “consciência histórica” como um comportamento reflexivo do homem moderno que tem plena consciência da historicidade de todo presente e da relatividade de toda opinião. Trata-se de recolocar o passado no seu contexto e produzir uma leitura interpretativa visando acessar o seu significado e os valores que lhes são próprios. Uma definição cara ao ofício do (a) historiador(a).

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no império. In: NOVAIS A. Fernando e, ALENCASTRO, Luis Felipe de. História da vida privada no Brasil: Império. Vol. 2: São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 12-59.

AUGEL, Moema Parente. Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista. São Paulo: Cultrix: MEC, 1980.

ATHAYDE, Sylvia Meneses de. Louça Histórica: Museu de Arte da Bahia. Salvador: MAB, 2000.

BARBUY, Heloísa. O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na Exposição Universal. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5342/6872>. Acesso em: 01 nov. 2016.

BASTOS, Fernanda Villela. Quando os intelectuais “roubam a cena”: o Conservatório Dramático da Bahia e sua missão “civilizatória” (1855-1875). Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Bahia, 2014.

BOAVENTURA, Edivaldo Machado. O Solar Góes Calmon. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.), Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1983, p. 82-121.

BRAUDEL, Fernand. Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1995 (vol. 1).

BUCAILLE, R. PESEZ, J. Cultura Material. In. Enciclopédia Einaudi, Lisboa, 1989, p.11-47.

BURKE, Peter. O que é história cultural? Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BURKE, Peter. Gilberto Freyre e a nova história. Ver. Sociol. USP, São Paulo, 9 (2), outubro de 1997. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86687/89708>. Acesso em: 31 jan. 2019.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. Gênero e Artefato; o Sistema Doméstico na Perspectiva da Cultura Material- São Paulo, 1870-1920. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. “Brasileiro: Cidadão?”. Revista do Legislativo, jul/set, 1998, pp. 32-39. Disponível em <https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/1203/3/0001203.pdf>. Acesso em: ago. 2019.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 22ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CASTRO, Lúcia Maria S. de. *O Museu do sagrado ao segredo*. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

CASTRO, Sebastião Eugênio Ribeiro de. *Francisco Montezuma e os dilemas da mestiçagem e da cidadania na construção do Império do Brasil (1820-1834)*. 2014.266 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

CERÁVOLO, Suely Moraes. *O Museu do Estado da Bahia, entre ideais e realidades (1918-1959)*. *Anais do Museu Paulista*, vol. 19, nº1, São Paulo; Jan./June, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5547/7077>. Acesso em: 25 mar. 2019.

CERÁVOLO, Suely Moraes. *Delineamentos para uma teoria da Museologia*. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: N. Sér. v.12. p. 237-268. jan./dez. 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br> > Acesso em: 26 mar. 2019.

CERTEAU, Michel de. *A operação historiográfica*. In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. *Estudos avançados* 11(5), 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf>. Acesso em: 02 março. 2018.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil, mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2004.

CERQUEIRA, Alan Costa. *Assistência, pobreza e institucionalização infantil: usos estratégicos da roda dos expostos da Santa Casa de Misericórdia (Salvador, século XIX)*. *Revista História e Cultura, Franca*; v.6, n.2, ago-nov. 2017, p. 81-100.

DANIEL, Glyn. *A noção de pré-história no estudo das línguas e raças e na política*. In: *Introdução à pré-história*. Cap. VI. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964, p.101-118.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da Metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

DREIFUS, Jenny. *A louça brasonada no Museu Histórico Nacional*. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v.3, 1942, p. 326. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mhn&pagfis=9952>. Acesso em: jun. 2018.

ELIAS, Norbert; *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. SÜSSEKIND, Pedro (trad); CHARTIER, Roger (Prefácio). Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 15. ed. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1993.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo, SP: Loyola, 1996.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, 1790-1840*. Rio de Janeiro: Diadorin, 1993, p. 118.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 15ª ed. rev- São Paulo: Global, 2014.

FREYRE, Gilberto. *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*. 2ª ed. Ver. Rio de Janeiro, RJ: Artenova, Recife, PE: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1977.

FREYRE, Gilberto. *A casa brasileira*. Rio de Janeiro: Grifo, 1971.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48ª ed. São Paulo: Global, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo A. *Memória histórica e cultura material*. In: *Rev. Bras. De Hist. S. Paulo*; v. 13, nº25/26; p.17-31, 1993. Disponível em: https://www.academia.edu/13821680/Mem%C3%B3ria_hist%C3%B3rica_e_cultura_materia
1. Acesso em: 26 jan. 2019.

FUNARI, Pedro Paulo A. *Arqueologia*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo A. *Os historiadores e a cultura material*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). *Fontes históricas*. 3ª. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

GADAMER, Hans-Georg. *Problemas epistemológicos das ciências humanas*. In: FRUCHON, Pierre (Org). *O problema da consciência histórica*. Conferência. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

GALAS, Dora Maria dos Santos. *O som do silêncio: ecos e rastros documentais de vinte e seis esculturas afro da coleção Estácio de lima*. 2016. 343 f. Dissertação (Mestrado em Museologia Contemporânea e Desenvolvimento Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

GODOY, Solange. *Uma História de Amor*. In: Museu Carlos Costa Pinto. Salvador: Fundação Museu Carlos Costa Pinto, 1997. p. 109 -128.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Depois de “depois de aprender com a história”, o que fazer com o passado, agora?*. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, H. Miranda; ARAÚJO, Valdeci Lopes de (Orgs). *Aprender com a história?: o passado e o futuro de uma questão*. - Conferência. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011, p.25-42.

HESPANHA, António Manuel. *Governo, elites e competência social: sugestões para um entendimento renovado da história das elites*. In: BICALHO, Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia

Amaral; BICALHO, Maria Fernanda. Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português, séculos XVI-XIX. 2ª ed. São Paulo, SP: Alameda, 2007, p.39-44.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e Fronteiras. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, A, (Org). A vida social das coisas. Niterói: EDUFF, 2008, p. 89-123.

LARA, Silvia Hunold. Diferentes e desiguais. In: Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa. Companhia das Letras, 2007.

LEITE, José Roberto Teixeira. As Companhias das Índias e a Porcelana Chinesa de Encomenda. Fundação Cultural da Bahia, 1986.

LE GOFF, Jacques. A história nova. 4ª ed. São Paulo; SP: Martins Fontes, 1998.

LE GOFF, J. História e Memória. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1996.

LIMA, Tânia Andrade. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. Anais do Museu Paulista. São Paulo. n. ser. v.3 p.129-191 jan./dez. 1995.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v3n1/a17v3n1.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2018.

LIMA, Tânia Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. Bol. Mus. Emílio Goeldi. Cienc. Hum. Belém, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan.- abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v6n1/a02v6n1.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2016.

MARTIN-FURGIER, Anne. Os ritos da vida privada burguesa. In: História da Vida Privada. Vol. 4. São Paulo: Companhia das letras, 1991.

MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marquês. Cinzas do passado: cultura material, riqueza e escravidão no Vale do Paraopeba/MG (1831-1914). Londrina: Eduel, 2014.

MASCARENHAS, Maria José Rapassi. Fortunas coloniais: Elite e Riqueza em Salvador (1760-1808). Tese de doutoramento; São Paulo, USP: 1998 (Tese).

MATTOSO, Kátia M. de. “A opulência na província da Bahia”. In: ALECANSTRO, Luiz Felipe de. & NOVAIS, Fernando Antônio. “História da Vida Privada no Brasil”, Vol. 2, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Bahia, século XIX: uma província no Império. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.

MAUAD, Ana Maria. Imagem e auto-imagem do Império e do segundo reinado. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. & NOVAIS, Fernando Antônio. “História da Vida Privada no Brasil”, vol.2, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Memória e cultura material: Documentos privados no Espaço Público. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view%20File/2067/1206>. Acesso em 28 fev. 2018.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Prefácio. In: CARVALHO, Vânia Carneiro de. Gênero e Artefato; o Sistema Doméstico na Perspectiva da Cultura Material- São Paulo, 1870-1920. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, p.12.

MIRANDA, V.C. de. A Coleção de louça brasonada da Academia de Letras da Bahia: coleção de Jorge Calmon. Salvador: Zaz – Comunicação Empresarial, 2012.

MOURA, Cristina Patriota de. José Maria da Silva Paranhos barão do Rio Branco. <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/RIO%20BRANCO,%20Bar%C3%A3o%20do.pdf>. Acesso em: 30 set. 2017.

NKRUMAH, Kwame. A luta de classes em África. 2. ed. Lisboa, PO: Sa da Costa, 1977.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. A crise da economia açucareira do Recôncavo na segunda metade do século XIX. Salvador, BA: FCJA, UFBA. Centros de Estudos Baianos, 1999.

OLIVEN, Ruben George. Patrimônio intangível: considerações iniciais. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

PEARCE, Susan M. Pensando sobre os objetos. In: GRANATO, Marcus e SANTOS, Claudia Penha dos. (orgs). Museus Instituição de Pesquisa. Rio de Janeiro: MAST, 2005: p.11-21. (MAST Colloquia; 7). Disponível em: http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/940/1/mast_colloquia_7.pdf. Acesso em: 26 mar. 2019.

PESEZ, Jean-Marie. História da cultura material. In: LE GOFF, Jacques. A história nova. 4. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1998, p.176-211.

PINHO, Wanderley. História de um Engenho do Recôncavo: Matoim, Novo Caboto, Freguesia: 1552-1944. São Paulo: Nacional; Brasília: Fundação Nacional Pró-memória, 1982.

PINHO, Wanderley. Salões e damas do segundo reinado. 3. ed. São Paulo, SP: Martins, 1959.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: Enciclopédia Einaudi. Memória – História. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984. V.1. p. 51 – 86. Disponível em: <http://flanelografo.com.br/impermanencia/biblioteca/Pomian%20%281984b%29.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. NOVAES, Fernando (entrevista); RICUPERO, Bernardo (posfácio). 1ª. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2011.

RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. A distinção e suas normas: leituras e leitores dos manuais de etiqueta e civilidade – Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro, vol.8, nº1-2; p. 153, jan/dez. 1993.

REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. Anais do Museu Paulista. São Paulo. V. 4, p.265-82 jan./dez., 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v4n1/a18v4n1.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2019.

REDE, Marcelo. Estudos de cultura material: uma vertente francesa. Anais do Museu Paulista. São Paulo. v. 8/9. p. 281-291, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp> > Acesso Em: 25 jan. 2019.

REIS, José Carlos. Escola dos *Annales* – a inovação em história. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

REIS, João José; AGUIAR, Marica Gabriela D. “Carne sem osso e farinha sem caroço”: o motim de 1858 e a carestia na Bahia. Revista de História 135. FFLCH-USP, 1996.

REIS, Lysie. A liberdade que veio do ofício: práticas sociais e cultura dos artífices na Bahia do século XIX. Salvador: Edufba, 2012.

ROCHE, Daniel. História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX. Rio de Janeiro, Rocco, 2000.

RODRIGUES, José Honório. A assembleia constituinte de 1823. Petrópolis, RJ: Vozes, 1974.

ROMO, Anadelia. O que é que a Bahia representa? O Museu do Estado da Bahia e as disputas em torno da definição de cultura baiana. Afro-Ásia, Salvador, n. 39, 115-151, 2009. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21178/13765>. Acesso em: 27 mar. 2019.

ROUSSO, Henry. O Arquivo ou o indício de uma falta. Estudos históricos, 1996.

SALLES, Ricardo. Águas do Niágara. 1871: crise da escravidão e o ocaso saquarema. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org). O Brasil Imperial: 1870-1889. Civilização Brasileira; 2ª ed. - Rio de Janeiro, 2014. (Vol. III. Cap. 02).

SAMPAIO, Consuelo Novais. 50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no Século XIX. Rio de Janeiro, RJ: 2005.

SANTANA, Flávio Carreiro de. Civilidade, sensibilidade e cotidiano familiar no Brasil Império: o exemplo das “Cartas sobre a Educação de Cora”. ANPUH, RS- GT Nacional de História Cultural, 2012.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museu Imperial: a construção do Império pela República. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. 2. ed., 15ª reimpressão; São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2016.

SILVA, Maria Beatriz da. A primeira gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brasil. 3ª ed. Salvador: EDUFBA, 2011.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René; ROCHA, Dora (orgs). Por uma história política. 2.ed.Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-269.

SOUZA, Antônio Loureiro de. Bahianos ilustres: 1564-1925. Salvador, BA: Tipografia Beneditina, 1949.

SOUZA, Helena Vieira Leitão de. Colecionismo na Modernidade. ANPUH – XXV simpósio nacional de história – Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.0656.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2019, p. 1-9.

STELLING, Webber. Indústria têxtil na Bahia – o apogeu no século XIX e tendências atuais. Disponível em: http://www.desenbahia.ba.gov.br/uploads/2308201122334843Artigo_10.pdf. Acesso em: 07 fev. 2017.

TOSTES, Vera Lucia Bottrel. O Rio de Janeiro no tempo de D. João VI. In: FERNANDES, Lia Silvia Peres; TOSTES, Vera Lúcia Bottrel (Orgs). Um Novo mundo, um novo império: a corte portuguesa no Brasil, 1808-1822. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008, p. 41-47.

LISTA DE FONTES

1. Obras impressas:

Brasil. Anais do Parlamento Brasileiro. Assembleia Constituinte (1823). Rio de Janeiro, 1876; Tomo V. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/8570>. Acesso em: 11 abr. 2018

COUTINHO, José Lino. A educação de Cora, seguida de um catecismo moral, político e religioso. Bahia: Pongetti, 1849. Disponível em: <http://lhs.unb.br/bertha/?p=409>. Acesso em: 19 mar. 2018.

DREYFUSS, Jenny. A louça brasonada no Museu Histórico Imperial. In: Anais do Museu Histórico Nacional, 1942; Vol. III- Imp. Nacional: Rio de Janeiro, 1945. p.265-345. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mhn&pagfis=10406>. Acesso em: 03 Jun. 2018.

HABSBURGO, Maximiliano de. Bahia 1860: esboços de viagem. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro; Bahia: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1982.

ROQUETTE, J. I. Código de Bom-Tom, ou, Regras da Civilidade e de bem viver no século XIX/ J. I. Roquette; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org); São Paulo: Companhia das Letras, 1997- (Retratos do Brasil).

SOUZA, Bernardo Xavier Pinto de. Memórias de Viagem de SS. Magestades Imperiais às províncias da Bahia, Pernambuco, Parahiba, Alagoas, Sergipe, e Espirito-Santo. Tomo I – Bahia. Rio de Janeiro: Typ. e livraria Pinto de Souza, 1861. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242431>. Acesso em: 03 jul. 2018.

WETHERELL, James; Rio-Branco, Miguel P. do (Trad). Brasil, apontamentos sobre a Bahia 1842-1857. Edição do Banco da Bahia, S/A. s/d.

1. Museu de Arte da Bahia (MAB):

- **O Museu de Arte da Bahia** – São Paulo: Banco Safra, 1997, p. 327.
- A Tarde, Salvador Bahia, 8 de Agosto 1991, p.5.
- A tarde, Salvador Bahia, 24 de Agosto de 1992 (recorte).
- A Tarde, Salvador Bahia, (Caderno 2), 10 de Abril de 1996.

2. Biblioteca Nacional:

• Cartão Postal

Detalhe do cartão postal com as imagens do Visconde e do Barão do Rio Branco com o mapa da América Latina ao fundo] [Manuscrito]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1351613/mss1351613.p

[dfhttp://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1351613/mss1351613.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1351613/mss1351613.pdf). Acesso em: 20 jul. 2018.

3. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

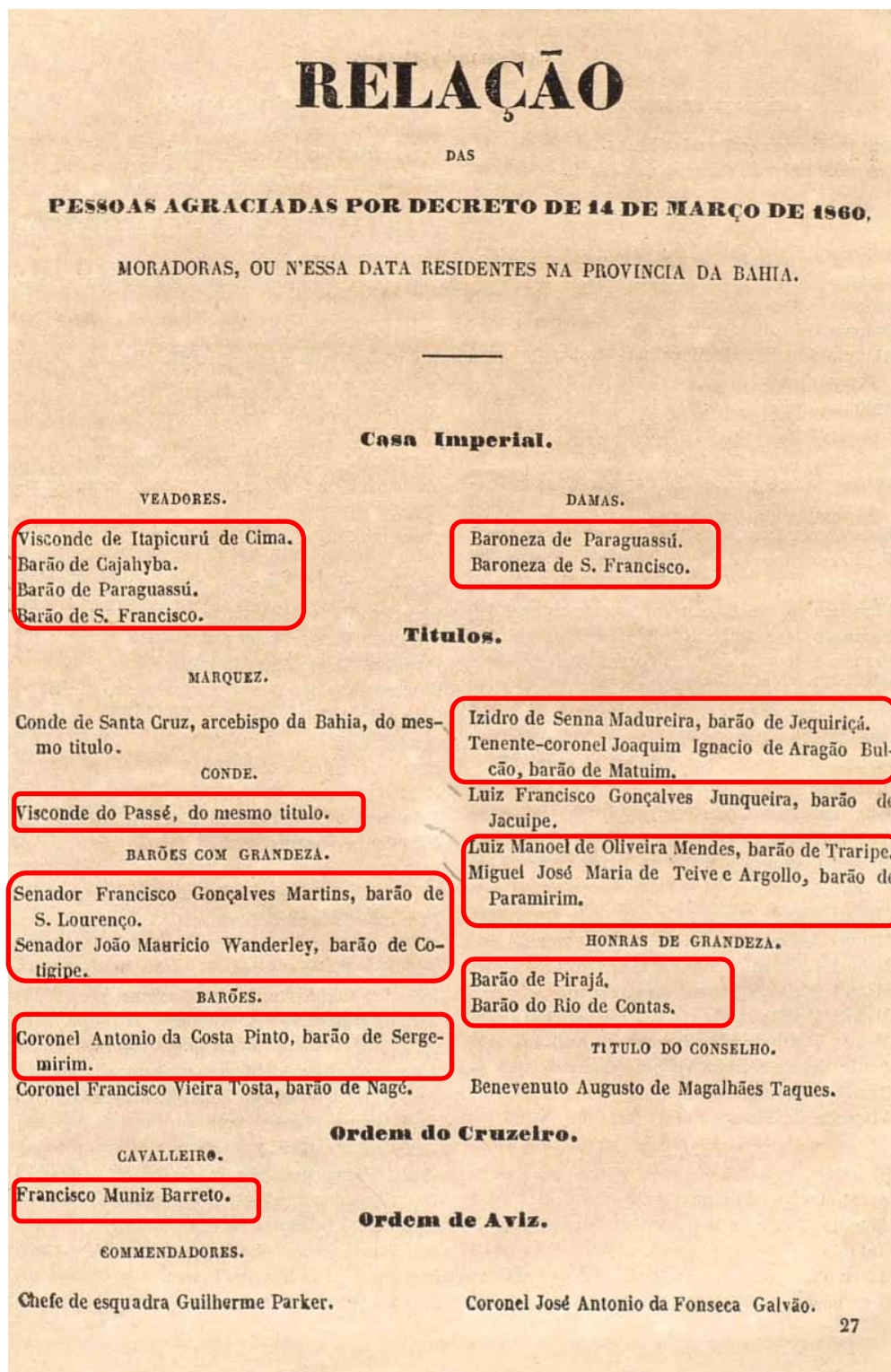
Sobrado e Capela do Engenho Freguesia. Fotografia técnica anexada ao processo de tombamento SPHAN, Abril de 1943. Disponível em: <http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/discover?rpp=10&etal=0&query=Engenho+Freguesia>. Acesso em: 7 set. 2019.

4. Fontes materiais musealizadas:

- Candelabro em cristal lapidado da residência urbana de Antônio da Rocha Pita e Argolo. Boemia, século XIX.
- Conjunto do aparelho de chá e café em porcelana francesa do serviço Antônio da Rocha Pita e Argolo. Possui marca “*C.H. Pillivuyt & Cie*”, Paris, século XIX.
- Prato em porcelana francesa do serviço de José Maria da Silva Paranhos Junior. Possui marca da casa comercial de “*Bourgeois*”, Paris, século XIX.
- Prato do serviço de José Maria da Silva Paranhos. Porcelana francesa, século XIX.
- Prato em porcelana francesa do serviço de José Maria da Silva Paranhos. Possui marca “*C.H.Pillivuyt & Cie*”, século XIX.
- Prato em faiança inglesa do serviço de Francisco Gê Acaiaba de Montezuma. Possui marca da manufatura de *Staffordshire*, século XIX.
- Prato de sobremesa em porcelana francesa de Joaquim Elísio Pereira Marinho. Possui marca de *Vierzon*, Paris, século XIX.
- Prato em porcelana possivelmente francesa (com cavidade para molho) do serviço de Joaquim Elísio Pereira Marinho, século XIX.
- Prato medalhão em porcelana francesa do serviço de Antônio da Rocha Pita e Argolo, século XIX.
- Prato de sobremesa em porcelana francesa do serviço de Antônio da Rocha Pita e Argolo, século XIX.

- Prato do serviço da “Ilustre Câmara” do Rio de Janeiro; porcelana francesa com marca do decorador “*Derroche*”, século XIX.
- Prato em porcelana francesa do serviço de Miguel José Maria de Teive e Argolo, século XIX.
- Prato em porcelana francesa do serviço de Francisco Gonçalves Martins. Paris, século XIX.
- Pianola-costureira com decoração possivelmente francesa. Século XIX.
- Sopeira em porcelana francesa do serviço de Antônio da Rocha Pita e Argolo. Século XIX.
- Tigela e pires em porcelana francesa do serviço de Alexandre Gomes de Aragão Ferrão. Século XIX.
- Travessa em porcelana, possivelmente francesa, do serviço de Antônio da Rocha Pita e Argolo, século XIX (1ª metade).

ANEXO – Recorte da relação dos agraciados por d. Pedro II, após visita à Cidade do Salvador em 1859, com destaque (nosso) em vermelho para os proprietários de artefatos estudados nesta dissertação.



Fonte: SOUZA, 1861, p. 209.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

NA CASA E NA MESA: CULTURA MATERIAL E SOCIABILIDADE
NA BAHIA DO SEGUNDO REINADO (1841-1889)

CORPUS DOCUMENTO FINAL

TELMA FERREIRA DE CARVALHO

Salvador

2019


SUMÁRIO

Nº. Ficha	Objeto	Página	Proprietário (a)
01	Xicara c/pires.	06	Alexandre Gomes de Aragão Ferrão
02	Prato.	07	Miguel Calmon Du Pin e Almeida
03	Prato.	08	Luís José de Carvalho e Melo.
04	Prato.	09	José Joaquim Moniz Barreto e Aragão.
05	Molheiros com aparador.	10	José Joaquim M. Barreto e Aragão.
06	Prato.	11	Egas Moniz Barreto de Aragão e Meneses.
07	Prato.	12	Joaquim Pereira Marinho.
08	Prato.	13	Joaquim E. Pereira Marinho.
09	Prato.	14	Joaquim Elísio P. Marinho.
10	Prato.	15	Joaquim Elísio Pereira Marinho.
11	Prato.	16	Francisco Gê Acaiaba de Montezuma.
12	Prato.	17	Cícero Dantas Martins.
13	Prato.	18	Franklin Américo de Menezes Dória.
14	Terrina.	19	Joaquim Inácio de Aragão Bulcão.
15	Xicara c/pires.	20	Joaquim Inácio de Aragão Bulcão.
16	Prato.	21	Francisco Moniz Barreto de Aragão.
17	Prato.	22	Miguel José Maria de Teive e Argollo.
18	Prato.	23	Antônio B. da Rocha Pita e Argolo.
19	Travessas.	24	Antônio B. da Rocha Pita e Argolo.
20	Terrina e prato.	25	Antônio B. da Rocha Pita e


			Argolo.
21	Serviço p/ chá e café.	26	Antônio B. da Rocha Pita e Argolo
22	Prato.	27	Antônio de Freitas Paranhos.
23	Prato.	28	José Maria da Silva Paranhos Junior.
24	Prato.	29	José Maria da Silva Paranhos Junior.
25	Prato.	30	José Maria da Silva Paranhos.
26	Prato.	31	José Maria da Silva Paranhos.
27	Prato.	32	José Maria da Silva Paranhos.
28	Prato.	33	Domingos Américo da Silva.
29	Prato.	34	Domingos Américo da Silva.
30	Prato	35	Francisco Gonçalves Martins.
31	Prato.	36	Ângelo Moniz da Silva Ferraz.
32	Cremeira.	37	Inocêncio Marques de Araújo Góes.
33	Prato.	38	Manoel de Oliveira Mendes.
34	Prato.	39	Luiz Maria d'Oliveira Mendes.
35	Prato.	40	José Carlos Pereira de Almeida Torres.
36	Prato.	41	José Freire de Carvalho.
37	Prato.	42	João Gualberto Dantas.
38	Prato.	43	Antônio José Alves.
39	Prato.	44	Luís da Cunha Moreira.
40	Perfumador.	45	Coleção Carlos C. Pinto.
41	Prato.	46	Antônio Calmon de Araújo Góes.
42	Prato.	47	João dos Reis de S. Dantas.
43	Tigela.	48	Coleção Carlos C. Pinto.
44	Prato.	49	Maria Joana Machado.
45	Farinheira.	50	Coleção Carlos C. Pinto.

46	Prato.	51	Louça comemorativa - Guerra do Paraguai.
47	Prato.	52	Câmara Municipal da corte – Rio de Janeiro.
48	Cadeira.	53	Coleção Jorge Calmon.
49	Castiçais.	54	Coleção Carlos C. Pinto.
50	Candelabro.	55	Coleção Carlos C. Pinto.
51	Sofá.	56	Paulo Afonso Machado.
52	Aparador.	57	João José de Almeida Couto.
53	Marquesa.	58	Coleção do MAB.
54	Marquesa.	59	João José de Almeida Couto.
55	Candelabro.	60	Antônio B. da Rocha Pita e Argolo
56	Poncheira.	61	Coleção do MAB.
57	Garrafas.	62	Coleção do MAB.
58	Licoreiro.	63	Coleção do MAB.
59	Cadeira.	64	Coleção do MAB.
60	Mesa.	65	Coleção do MAB.
61	Relógio.	66	Coleção do MAB.
62	Pianola- costureira.	67	Coleção do MAB.
63	Lustre.	68	Coleção do MAB.
64	Preguiceiro.	69	Coleção do MAB.
65	Mesa.	70	Coleção do MAB.
66	Potiches.	71	Coleção do MAB.
67	Bacia com gomil.	72	Coleção do MAB.
68	Salva.	73	Coleção do MAB.
69	Salva.	74	Coleção do MAB.
70	Mesa de aba e cancela.	75	D. Marcos de N. e Brito.

Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Xicara com pires.	1.2: N° Ficha: 01	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Porcelana		
1.5: Dimensões: Alt: 4,4 Diam: 7,4. Alt: 1,9. Diam: 9,3.		
2.0: Descrição iconográfica:		
Xicara e pires em louça branca com friso dourado. A xícara possui decoração com o nome do titular “Cajaíba”, ao centro, em letras douradas encimadas por coroa também dourada, ladeados por ramos de café e fumo floridos entrelaçados. A representação de ramos de fumo e de café passou a ser utilizado nos artefatos das elites após o processo de Independência do Brasil. São os mesmos símbolos iconográficos que ornamentam o escudo de armas da bandeira do Império.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: Europa (possivelmente francesa).		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Alexandre Gomes de Aragão Ferrão (1800-1870) – Barão de Cajaíba.		
3.3: Local de conservação: Museu Carlos Costa Pinto (MCCP) – Exposição.		
4.0: Referências Bibliográficas: SOUZA, 1949, p. 66.	4.1: Referências da imagem: Fotografia da autora (2015).	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): ALEXANDRE GOMES DE ARGOLLO FERRÃO (1800-1870). Primeiro Barão de Cajaíba, com honras de grandeza (25.3.1849), marechal do Exército (25.9.1852), presidente (1865) e vice-presidente (10.4.1838), durante 20 anos da província da Bahia, comandante das Armas da Baía (13.9.1831 - exonerado a seu pedido a 23.7.1835), deputado pela Bahia às cortes portuguesas de 1821, moço fidalgo (11.4.1826) e vedor (14.3.1860) da Casa Imperial, comendador da Ordem de Avis, comendador e oficial da Ordem de Cristo, foi condecorado com a medalha destinada ao exército que expulsou a tropas portuguesas da província da Bahia.		
6.0: Dados adicionais: Disponível em: http://www.soveral.info/mas/Argollo.htm . Acesso em: 14 jun. 2015. O Museu de Arte da Bahia possui outras peças do mesmo proprietário com a mesma forma iconográfica.		


Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Prato.	1.2: N° Ficha: 02	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Porcelana.		
1.5: Dimensões: Não consta.		
2.0: Descrição Iconográfica:		
Prato raso em louça branca com bordo repleto de flores em policromia diversa com ramos vegetais estilizados com douramento; em meio às flores, na extremidade do bordo, há o brasão com campo azul do escudo do titular com a torre de prata, das armas dos Calmon, encimada por uma flor de liz de ouro e ladeada por duas estrelas de prata, encimado por coroa dourada e bordo terminado em friso dourado. No centro, um ramo de flores em tons rosa, amarelo branco e verde.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: França.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Miguel Calmon Du Pin e Almeida.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.0: Referências bibliográficas: ATHAYDE, 2000, p.13.	4.1: Referências da imagem: ATHAYDE, 2000, p.33.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA Estadista e diplomata brasileiro nascido em Santo Amaro, Bahia, ganhou notoriedade pela defesa dos interesses do Brasil contra o governo britânico no episódio conhecido como Questão Christie. Fez seus primeiros estudos com um tio materno, Miguel de Almeida, e seguiu mais tarde para Portugal, onde se tornou bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra (1821). De volta à Bahia, participou do movimento pela independência, como membro do conselho provisório do governo da província. Sua atuação em cargos políticos estendeu-se do primeiro ao segundo reinado. De acordo com Victorino Chermom (ATHAYDE, 2000, p.13) o uso deste brasão não passou pelo Cartório de Nobreza do Império.		
6.0: Dados adicionais:		

Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Prato.	1.2: N° Ficha: 03	
		
		1.3: Data: Século XIX.
		1.4: Material: Porcelana.
1.5: Dimensões: Não consta.		
2.0: Descrição iconográfica:		
Prato circular em louça branca com bordo em duplo friso azul safira e dourado, intercalado com flores minúsculas. Há um friso de pontilhado contornando o centro do prato. Ao centro, quase ilegível, se verifica as iniciais do proprietário em fios de ouro.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: China, Companhia das Índias.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Luís José de Carvalho e Melo (1764 - 1826) – Visconde de Cachoeira.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.0: Referências Bibliográficas: ATHAYDE, 2000, p.11. FERNANDES e TOSTES, 2008, p.153.	4.1: Referências da imagem: ATHAYDE, 2000, p. 36.	
5.0: Biografia do Proprietário: LUÍS JOSÉ DE CARVALHO E MELO (1764 - 1826). Primeiro visconde com grandeza da Cachoeira. Nasceu em Salvador, Bahia, em 6 de maio de 1764, e faleceu no Rio de Janeiro, 6 de julho de 1826. Foi um político e magistrado brasileiro. Formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, foi deputado pela Constituinte de 1823 e ministro do terceiro gabinete do Império. Filho de Eusébio João de Carvalho e Antônia Maria de Melo, casado com Ana Vidal Carneiro da Costa, e pai de Luís José de Carvalho e Melo Filho e Pedro Justiniano Carneiro de Carvalho e Melo, respectivamente segundo e terceiro viscondes de Cachoeira. Foi escolhido para senador na primeira legislatura, em 1826, mas faleceu em seguida.		
6.0: Dados adicionais: Disponível em: http://www.geni.com/people/Lu%C3%ADs-Jos%C3%A9-de-Carvalho-e-Melo/6000000015750615052 . Acesso em: 12 nov. 2014.		


Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Prato.	1.2: N° Ficha: 04	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Porcelana.		
1.5: Dimensões: Não consta.		
2.0: Descrição iconográfica:		
Prato em louça branca com bordo decorado com folhas de parreira e cachos de uva; possui frisos dourados contornando os ramos e cachos de uvas dourados, no centro há uma rosácea estilizada, também dourada. É nitidamente uma influência do gosto europeu. O símbolo ao centro lembra alguns pratos de porcelana francesa do século XIX.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: França.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: José Joaquim Moniz Barreto e Aragão (1793-1834) – Barão de Itapororoca.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.0: Referências Bibliográficas: ATHAYDE, 2000, p. 45. FERNANDES e TOSTES, 2008, p. 153. WANDERLEY, 1973, p.16-23.	4.1: Referências da imagem: ATHAYDE, 2000, p.45. WANDERLEY, 1973, p.20.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): JOSÉ JOAQUIM MONIZ BARRETO E ARAGÃO- BARÃO DE ITAPOROROCA. Filho do senhor António Moniz Barreto de Sousa e Aragão (1750) e da senhora Luísa Francisca Zeferina Coelho Ferreira. Casou em 24.06.1805 com a senhora Josefa Joaquina Gomes Ferrão de Castelo-Branco 19.11.1787. Os filhos são: Emília Augusta Ferrão Moniz Aragão 26.08.181; Joaquim Inácio de Aragão Bulcão, 1º barão de Matuim; Egas Ferrão Moniz de Aragão; Maria Amália Ferrão Moniz Barreto Aragão; Frutuoso Vicente Viana, 2º barão de Rio das Contas e António Moniz de Aragão Ferrão. Prestou serviços à causa da independência do Brasil e foi membro da Junta Governativa da Bahia (1832). Comandante da guarda-cívica em 1823.		
6.0: http://old.geneall.net/B/per_page.php?id=194301 . Acesso em: 11 nov. 2014.	Dados adicionais:	Disponível em:


Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Molheiros com aparador.	1.2: N° Ficha: 05	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Porcelana.		
1.5: Dimensões: Não consta.		
2.0: Descrição iconográfica:		
Dois molheiros com aparador em porcelana do serviço do barão de Itapororoca. Os três recipientes possuem representações de cachos de uva contornando o bordo com douramento entre frisos, também dourados.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: França.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: José Joaquim Moniz Barreto e Aragão (1793-1834) – Barão de Itapororoca.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.0: Referências Bibliográficas: ATHAYDE, 2000, p. 45.	4.1: Referências da imagem: ATHAYDE, 2000, p. 45.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): JOSÉ JOAQUIM MONIZ BARRETO E ARAGÃO – BARÃO DE ITAPOROROCA. Filho do senhor António Moniz Barreto de Sousa e Aragão (1750) e da senhora Luísa Francisca Zeferina Coelho Ferreira. Casou em 24.06.1805 com a senhora Josefa Joaquina Gomes Ferrão de Castelo-Branco 19.11.1787. Os filhos são: Emília Augusta Ferrão Moniz Aragão 26.08.181; Joaquim Inácio de Aragão Bulcão, 1º barão de Matuim; Egas Ferrão Moniz de Aragão; Maria Amália Ferrão Moniz Barreto Aragão; Frutuoso Vicente Viana, 2º barão de Rio das Contas e António Moniz de Aragão Ferrão. Prestou serviços à causa da independência do Brasil e foi membro da Junta Governativa da Bahia (1832). Comandante da guarda-cívica em 1823.		
6.0: Dados adicionais: Disponível em: http://old.geneall.net/B/per_page.php?id=194301 . Acesso em: 11 nov. 2014.		


Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Prato sobremesa.	1.2: N° Ficha: 06	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Louça.		
1.5: Dimensões: Não consta.		
2.0: Descrição iconográfica:		
Prato de sobremesa em porcelana branca com as letras “E” e “M” em azul cobalto sobrepostas na extremidade do bordo, monograma do proprietário.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: Europa.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Egas Moniz Barreto de Aragão e Meneses – Barão de Moniz de Aragão (1839-1898).		
3.3: Local de conservação: Academia de Letras da Bahia (ALB) – Exposição.		
4.0: Referências Bibliográficas: MIRANDA, 2012, p. 31 (Catálogo - ALB).	4.1: Referências da imagem: MIRANDA, 2012, p. 31 (Catálogo - ALB).	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): EGAS MONIZ BARRETO DE ARAGÃO E MENESES – BARÃO DE MONIZ DE ARAGÃO (1839-1898). Nasceu no município de São Francisco, Bahia, em 1839, e faleceu no Rio de Janeiro em 1898. Bacharel em Direito, Diplomata, Agricultor da Província da Bahia e incentivador da imigração europeia.		
6.0: Dados adicionais: Da Coleção Jorge Calmon.		

Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Prato raso.	1.2: Nº Ficha: 07	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Porcelana.		
1.7: Dimensões: Não consta.		
2.0: Descrição iconográfica:		
Prato raso em porcelana branca com bordo terminado em friso azul. Possui no bordo monograma com as iniciais sobrepostas do proprietário “M P”, de Pereira Marinho, encimado por uma coroa correspondente ao seu título (conde).		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: Possivelmente francesa.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Joaquim Pereira Marinho – Conde de Pereira Marinho (1816-1887).		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.0: Referências Bibliográficas: ATHAYDE, 2000, p.71.	4.1: Referências da imagem: ATHAYDE, 2000, p.71.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): JOAQUIM PEREIRA MARINHO – CONDE DE PEREIRA MARINHO (1816-1887). Conde de Pereira Marinho por decreto de 04 de março de 1881, por Portugal, nasceu em Vila Nova da Lixa, arcebispado de Braga (Portugal), em 1816, e faleceu na Bahia em 1887. Era um comerciante, membro fundador do Banco da Bahia, em 1857. Tornou-se provedor da Santa Casa da Misericórdia da Bahia de 1881 até 1887, ano de sua morte. Doou, em testamento, boa parte de sua fortuna para a Santa Casa. Era pai do Barão de Guahy - Visconde de Guai – Joaquim Elísio Pereira Marinho- (1841-1914), nascido em Salvador, que foi deputado e Ministro da Marinha.		
6.0: Dados adicionais: Sobre a relação do Conde com a Santa Casa de Misericórdia da Bahia. http://www.cidade-salvador.com/patrimonios/hospital-santa-izabel/hospital.htm . Acesso em: 08 dez. 2017.		

Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Prato.	1.2: Nº Ficha: 08	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Porcelana.		
1.5: Dimensões: Não consta.		
2.0: Descrição iconográfica:		
Prato circular em louça branca com friso dourado semelhante a bico de renda, friso azul bebê liso terminado em friso dourado, também liso. No centro a representação das armas do titular; um escudo das armas, verde, com cinco flores-de-lis em prata, ladeado por paquife dourado esvoaçante; encimado por um elmo prateado que trás no topo uma figura feminina, semelhante a uma sereia com cabelos dourados.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: França (“ <i>Vierzon, Paris, L. Hache e Pepin</i> ”).		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Joaquim Elísio P. Marinho — Visconde de Guaí.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.0: Referências Bibliográficas: ATHAYDE, 2000, p.41.	4.1: Referências da imagem: ATHAYDE, 2000, p.41.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): JOAQUIM ELÍSIO P. MARINHO — VISCONDE DE GUAÍ (1841-1914). Nasceu em Salvador em 21 de Janeiro de 1841 e morou no Rio de Janeiro a 13 de Agosto de 1914. Filho dos condes de Pereira Marinho e irmão do Barão e Visconde de Marinho. Foi deputado pela Bahia nas legislaturas de 1881 a 1889 e Ministro da Marinha. Exerceu também funções de diretor do Banco do Brasil e do Banco Nacional e de presidente de empresas industriais. Casou com D. Helena Leal, em 1865, nascida no Rio de Janeiro a 18 de julho de 1849. Foi-lhe concedido em 1887 o título de Barão com grandeza e elevado a Visconde em 1889 por D. Pedro II.		
6.0: Dados adicionais: http://www.museu-emigrantes.org/docs/titulados/barao%20pereira%20marinho.pdf . Acesso em: 08 dez. 2017.		

Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Prato.	1.2: N° Ficha: 09	
1.3: Data: Século XIX		
1.4: Material: Porcelana.		
1.5: Dimensões: Não consta.		
2.0: Descrição iconográfica:		
Prato raso do serviço de Visconde de Guaí, possui a marca “ <i>Vierzon, Paris</i> ”, da manufatura de “ <i>Alfred Hache</i> ”. Apresenta bordo com friso dourado com arabescos em relevo delimitando rendilhado contornando o bordo igualmente dourado com a inicial “G” envolvida por coroa de conde que também é dourada.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: Francesa.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Joaquim Elísio Pereira Marinho – Visconde de Guaí.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.0: Referências Bibliográficas: ATHAYDE, 2000, p. 41.	4.1: Referências da imagem: ATHAYDE, 2000, p. 63.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): JOAQUIM ELÍSIO P. MARINHO — VISCONDE DE GUAÍ (1841-1914). Nasceu em Salvador em 21 de Janeiro de 1841 e morou no Rio de Janeiro a 13 de Agosto de 1914. Filho dos condes de Pereira Marinho e irmão do Barão e Visconde de Marinho. Foi deputado pela Baía nas legislaturas de 1881 a 1889 e Ministro da Marinha. Exerceu também funções de diretor do Banco do Brasil e do Banco Nacional e de presidente de empresas industriais. Casou com D. Helena Leal, em 1865, nascida no Rio de Janeiro a 18 de julho de 1849. Foi-lhe concedido em 1887 o título de Barão com grandeza e elevado a Visconde em 1889 por D. Pedro II.		
6.0: Dados adicionais: Disponível em: http://www.museu-emigrantes.org/docs/titulados/barao%20e%20visconde%20de%20guai.pdf . Acesso em: 11 nov. 2015.		

Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Prato.	1.2: N° Ficha: 10	
		
		1.3: Data: Século XIX.
		1.4: Material: Porcelana.
1.5: Dimensões: Não consta.		
2.0: Descrição iconográfica:		
Prato raso com cavidade estilizado para molho; possui bordo com frisos em azul e uma inscrição "Guahy", na extremidade superior do bordo, referente à titulação do proprietário.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: Possivelmente francesa.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Joaquim Elísio Pereira Marinho (1841-1914) – Visconde de Guaí.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.0: Referências Bibliográficas: ATHAYDE, 2000, p. 63.	4.1: Referências da imagem: ATHAYDE, 2000, p. 41.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): JOAQUIM ELÍSIO PEREIRA MARINHO-VISCONDE DE GUAÍ (1841-1914). Nasceu em Salvador em 21 de Janeiro de 1841 e morou no Rio de Janeiro a 13 de Agosto de 1914. Filho dos condes de Pereira Marinho e irmão do Barão e Visconde de Marinho. Foi deputado pela Baía nas legislaturas de 1881 a 1889 e Ministro da Marinha. Exerceu também funções de diretor do Banco do Brasil e do Banco Nacional e de presidente de empresas industriais. Casou com D. Helena Leal, em 1865, nascida no Rio de Janeiro a 18 de julho de 1849. Foi-lhe concedido em 1887 o título de Barão, com grandeza e elevado a Visconde em 1889 por D. Pedro II.		
6.0: Dados adicionais:		

Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Prato.	1.2: N° Ficha: 11	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Faiança		
1.5: Dimensões: Não consta.		
2.0: Descrição iconográfica:		
Prato em faiança com fundo rosado e delineado por ramos de vegetais estilizados com cercadura que se estendem até o bordo; há dois ramos de flores nas laterais e o escudo do proprietário dourado no bordo; na composição do brasão há a figura de nativo com arco e flecha em frente para leopardo. A representação de indígena em seu brasão condiz com as pretensões nativistas verificadas na biografia do proprietário.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: Inglesa, com marca: “ <i>Copeland and Garrett</i> ”, <i>Staffordshire</i> .		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Francisco Gê Acaiaba de Montezuma (1794-1870) — Visconde de Jequitinhonha.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.0: Referências Bibliográficas: ALENCASTRO, 1997, p. 53-59. MATOSO, 1949, p. 52	4.1: Referências da imagem: ATHAYDE, 2000, p.46. SOUZA, 1949, p. 53.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): FRANCISCO GÊ ACAIABA DE MONTEZUMA — VISCONDE DE JEQUITINHONHA (1794-1870). Nasceu em Salvador, em 1794, filho de Manoel Gomes Brandão, capitão de um brigue que, tudo indica, praticava o tráfico de negros da África, casara-se com Narcisa Teresa de Jesus Barreto, ambos baianos; dos 14 aos 21 anos, fez o curso secundário na Escola dos franciscanos de Salvador. Após uma temporada na Europa, onde estudara Direito e Filosofia em Coimbra, retornara à Bahia em 1821, período em que se engaja na defesa pela independência. Foi emissário do governo provisório baiano junto a D. Pedro I, em 1822, e é condecorado com a Ordem do Cruzeiro, pelo imperador. Deputado pela Constituinte de 1823, onde em virtude do seu posicionamento visto pelo imperador como liberal demais, é exilado na França.		
6.0: Dados adicionais: Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/o-ministerio/galeria-de-autoridades/ministros/francisco-ge-acayaba-de-montezuma-visconde-de-jequitinhonha/view . Acesso em: 06 nov. 2014.		
<ul style="list-style-type: none"> • A Academia de Letras da Bahia (ALB) possui um exemplar do mesmo conjunto. 		


Ficha catalográfica

1.0: Identificação:	
1.1: Objeto: Prato.	1.2: N° Ficha: 12
1.3: Data: Século XIX.	
1.4: Material: Porcelana.	
1.5: Dimensões: Não consta.	
2.0: Descrição iconográfica:	
Prato circular em louça branca com friso em tonalidade verde; possui dois frisos contornando o bordo e, em uma das extremidades do bordo, monograma do proprietário com as iniciais do seu nome “CDM”, também na cor verde.	
3.0: Histórico	
3.1: Origem/Fabricação: Inglesa, possui a marca “ <i>Copeland</i> ”.	
3.2: Proprietário (a) do objeto: Cícero Dantas Martins (1838-1903) – Barão de Jeremoabo.	
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.	
4.0: Referências Bibliográficas: SOUZA, 1949, p. 114. BULÇÃO, s/d, p.20.	4.1: Referências da imagem: ATHAYDE, 2000, p. 46. SOUZA, 1949, p. 115.
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): CÍCERO DANTAS MARTINS — BARÃO DE JEREMOABO (1838-1903). Barão de Jeremoabo, título concedido pelo Decreto de 16 de fevereiro de 1880. Cícero Dantas Martins (1838-1903) filho de Joao Dantas dos reis, irmão do primeiro Barão do Rio Real, primo irmão pelo lado materno de João dos Reis e de seu irmão Manoel Pinto. De acordo com Katia Matoso (1992), o Barão de Jeremoabo, graças ao seu casamento, aliou-se a família Costa Pinto.	
6.0: Dados adicionais: Disponível em: http://old.geneall.net/B/per_page.php?id=194301 . Acesso em: 11 nov. 2014.	


Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Prato.	1.2: N° Ficha: 13	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Faiança.		
1.5: Dimensões: Não consta.		
2.0: Descrição iconográfica:		
Prato em louça branca em formato octogonal com monograma do proprietário estilizado que ocupa parte do fundo do prato e se estende até o bordo, em tonalidade azul.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: França, com marca de casa comercial “E. Primard, Paris”.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Franklin Américo de Meneses Dória (1836-1906) – Barão de Loreto.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.0: Referências Bibliográficas: SOUZA, 1949, p. 114.	4.1: Referências da imagem: ATHAYDE, 2000, p.47.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): FRANKLIN AMÉRICO DE MENESES DÓRIA — BARÃO DE LORETO (1836-1906). Nasceu na Ilha dos Frades, BA, 12.07.1836 e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, 28.10.1906. Presidiu as Províncias do Piauí (1864-6), do Maranhão (1867) e a de Pernambuco (1880-1). Ministro da Guerra (1881), e de Estrangeiros - interino (1881) e do Império (1889). Deputado federal (1887-80) pelo Piauí. Integrou o Conselho do imperador Dom Pedro II; Veador da Casa Imperial. Ocupou a cadeira nº 25 da Academia Brasileira de Letras. Professor do Colégio Pedro II, membro do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiro, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Acompanhou a família imperial, ao exílio, na Europa.		
6.0: Dados adicionais: Disponível em: http://www.ihgb.org.br/acervo311.php?f=ACP000033 . Acesso em: 11 nov. 2014.		


Ficha catalográfica

1.0: Identificação:	
1.1: Objeto: Terrina.	1.2: N° Ficha: 14
1.3: Data: Século XIX.	
1.4: Material: Porcelana.	
1.5: Dimensões: Não consta.	
2.0: Descrição iconográfica:	
Terrina com tampo em porcelana branca com monograma do proprietário, em letra gótica azul na parte frontal do tampo.	
3.0: Histórico	
3.1: Origem/Fabricação: França, possui a marca “Vierzon”.	
3.2: Proprietário (a) do objeto: Joaquim Inácio de Aragão Bulcão (1804...) – Barão de Matoim.	
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.	
4.1: Referências bibliográficas: ATHAYDE, 2000, p.48.	4.2: Referências da imagem: BULCAO, s/d, p. 24.
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): JOAQUIM INÁCIO DE ARAGÃO BULCÃO — BARÃO DE MATOIM (1804...)	
Barão de Matoim, título concedido pelo decreto de 14 de março de 1860. Nascido na cidade de São Francisco do Conde, na Bahia, em 30 de Dezembro de 1804, filho do capitão-mor Joaquim Inácio de Siqueira Bulcão depois único barão de São Francisco e de D. Joaquina Maurícia de São Miguel e Âragão depois 1ª baronesa do mesmo título. Doutor em Direito pela Universidade de Paris em 1829. Foi Deputado pela Bahia Provincial na legislatura de 1835 a 1837, sendo 2º Secretário da Assembleia em 1835. Por ocasião da rebelião ocorrida na Bahia em 7 de novembro de 1837, a Sabinada, conduziu tropas para os acampamentos, e ofereceu armas e munições para conter o movimento.	
6.0: Dados adicionais: Disponível em: http://old.geneall.net/B/per_page.php?id=194301 . Acesso em: 11 nov. 2014.	


Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Xicara e pires.	1.2: N° Ficha: 15	
		
		1.3: Data: Século XIX.
		1.4: Material: Porcelana pasta dura.
1.5: Dimensões: Não consta.		
2.0: Descrição iconográfica:		
Xicara e pires do serviço de chá e café do barão de Matoim, em estilo oriental com fundo branco com representação de flores nas tonalidades vinho, laranja e verde com aves entre flores.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: Japão.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Victorino Chermont de Miranda (Recebeu de Maria José e doou ao MAB). Maria José Miranda Bulcão (filha do Marechal). Marechal José Araújo de Aragão Bulcão. Joaquim Inácio de Aragão Bulcão – Barão de Matoim.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.0: Referências Bibliográficas: ATHAYDE, 2000, p. 49.	4.1: Referências da imagem: ATHAYDE, 2000, p. 49.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): JOAQUIM INÁCIO DE ARAGÃO BULCÃO – BARÃO DE MATOIM. Barão de Matoim, título concedido pelo decreto de 14 de março de 1860. Nascido na cidade de São Francisco do Conde, na Bahia, em 30 de Dezembro de 1804, filho do capitão-mor Joaquim Inácio de Siqueira Bulcão depois único barão de São Francisco e de D. Joaquina Maurícia de São Miguel e Âragão depois 1ª baronesa do mesmo título. Doutor em Direito pela Universidade de Paris em 1829. Foi Deputado pela Bahia Provincial na legislatura de 1835 a 1837, sendo 2º Secretário da Assembleia em 1835.		
6.0: Dados adicionais: Louça muda (sem monograma ou brasão).		


Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Prato.	1.2: N° Ficha: 16	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Porcelana.		
1.5: Dimensões: Não consta.		
2.0: Descrição iconográfica:		
Prato circular em louça branca terminado em filetes nas tonalidades vinho e dourado; possui brasão na extremidade do bordo.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: Europa.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Francisco Moniz Barreto de Aragão (1813-1901). – Visconde do Paraguassú.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.0: Referências Bibliográficas: ATHAYDE, 2000, p.114. BULÇÃO, s/d, p.106. ROCHA, 1973, p.15-23.	4.1: Referências da imagem: ATHAYDE, 2000, p. 53. ROCHA, 1973, p.20.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): FRANCISCO MONIZ BARRETO DE ARAGÃO — 1º VISCONDE E 2º BARÃO DE PARAGUAÇÚ (1813-1901). Nasceu na Bahia em 1813, morreu na Alemanha em 1901. Foi Consul geral do Brasil em Hamburgo e fidalgo cavaleiro da Casa Imperial.		
6.0: Dados adicionais: Disponível em: http://www.geni.com/people/Francisco-Moniz-Barreto-de-Arag%C3%A3o/6000000020639851792?through=6000000020546374866 . Acesso em: 15 jan. 2015.		

Ficha catalográfica

1.0: Identificação:	
1.1: Objeto: Prato.	1.2: N° Ficha: 17
1.3: Data: Século XIX.	
1.4: Material: Porcelana.	
1.5: Dimensões: Não consta.	
2.0: Descrição iconográfica:	
Prato circular em louça com bordo decorado com guirlanda de flores de café e fumo terminado com friso e filete dourado; ao centro há dois ramos de fumo e café entrelaçados circundando as iniciais do proprietário em letras góticas com douramento. O estilo do prato segue o modelo da composição do serviço da “Ilustríssima Câmara” do Rio de Janeiro.	
3.0: Histórico	
3.1: Origem/Fabricação: França (possivelmente).	
3.2: Proprietário (a) do objeto: Miguel José Maria de Teive e Argollo (1802- 1863) – Barão de Paramirim.	
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.	
4.0: Referências Bibliográficas: ATHAYDE, 2000, p.16.	4.1: Referências da imagem: ATHAYDE, 2000, p. 53.
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): MIGUEL JOSÉ MARIA DE TEIVE E ARGOLLO (1802- 1863). Miguel José Maria de Teive e Argollo, 1º barão de Paramirim (14.3.1860), nascido em 1802 em Salvador da Bahia e falecido a 13.10.1863, no seu engenho de S. Miguel das Almas. Fez aos 20 anos de idade a campanha da Independência, como capitão de Infantaria de Milícias. Comandante e tenente-coronel da Guarda Nacional do município da Vila de S. Francisco (1839), teve as honras de coronel honorário do Exército (1864), em 1847 já apareça como coronel. Foi fidalgo da Casa Imperial, comendador da imperial Ordem de Cristo, cavaleiro da imperial Ordem do Cruzeiro e tinha a medalha da Independência da Bahia. Casou com sua prima D. Bernarda Maria de Teive e Argollo.	
6.0: Dados adicionais: Disponível em: http://www.geni.com/people/Lu%C3%ADs-Jos%C3%A9-de-Carvalho-e-Melo/6000000015750615052 . Acesso em: 11 nov. 2015.	

Ficha catalográfica

1.0: Identificação:	
1.1: Objeto: Prato.	1.2: N° Ficha: 18
1.3: Data: Século XIX.	
1.4: Material: Porcelana.	
1.5: Dimensões: Alt: 1,7 Diam: 19,6.	
2.0: Descrição iconográfica:	
<p>Prato em porcelana branca circular com bordo em tonalidade azul e com bicões em ouro em toda extensão do azul. No centro circular na cor branca há o brasão do barão de Passé ao centro. Brasão dividido em quartéis; um de ouro com duas chaves adossadas com fundo vermelho e correias de ouro, um dividido em quatro partes duas com crescentes de vermelho e duas cada uma com leão sentado; um com fundo em prata e aspa com cinco vieiras de ouro; um em azul e fundo em prata. Encimado por elmo que se apoia no escudo, acima do elmo, um leão sentado dourado com uma chave dos Argolos na boca, tendo acima uma coroa de Barão. O brasão é contornado por elementos vegetal estilizado dourado com folhas e flores.</p>	
3.0: Histórico	
3.1: Origem/Fabricação: França.	
3.2: Proprietário (a) do objeto: Antônio da Rocha Pita e Argolo (1793-1877) – Conde de Passé.	
3.3: Local de conservação: Museu Carlos Costa Pinto (MCCP) – Exposição.	
4.0: Referências Bibliográficas: WANDERLEY, 1973, p.159-173. DREYFUS, 1942, p. 326.	4.1: Referências da imagem: Fotografia da autora (2016).
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): ANTÔNIO BERNARDINO DA ROCHA PITA E ARGOLO (1831-1871). 2º barão (2.6.1862) e 2º visconde de Passé (17.5.1871), nascido a 12.12.1831 em Salvador da Bahia e falecido a 22.11.1871 no seu Engenho Cobé (Bahia), devido à explosão de uma caldeira, antes de seu pai, de quem tinha recebido os títulos, primeiro de barão e depois de visconde, após este passar a conde.	
6.0 Dados adicionais: Disponível em: http://www.geni.com/people/Francisco-Antonio-Rocha-Pita-e-Argolo/6000000025782905092 . Acesso em: 12 set. 2015.	
O Museu de Arte da Bahia (MAB) possui pratos desse mesmo conjunto.	


Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Travessas.	1.2: N° Ficha: 19	
1.3: Data: Segunda metade do século XIX.		
1.4: Material: Porcelana.		
1.5: Dimensões: 25x16 cms		
2.0: Descrição iconográfica:		
Travessas do serviço (azul) do 1º Visconde e Conde de Passé (Antônio B. da Rocha Pita e Argollo) ornamentado na borda por guirlandas envoltas por frisos de tonalidade azul cobalto. Brasão dividido em quartéis; um de ouro com duas chaves adossadas com fundo vermelho e correias de ouro, um dividido em quatro partes duas com crescentes de vermelho e duas cada uma com leão sentado; um com fundo em prata e aspa com cinco vieiras de ouro; um em azul e fundo em prata. Encimado por elmo que se apoia no escudo, acima do elmo, um leão sentado dourado com uma chave dos Argolos na boca, tendo acima uma coroa de Barão. O brasão é contornado por elementos vegetais dourado com folhas e flores.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: Possivelmente França.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Antônio Bernardino da Rocha Pita e Argolo (17931877) – Visconde e Conde de Passé.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.0: Referências Bibliográficas: MAB – São Paulo: Banco Safra, 1997, p.263. DREYFUS, 1942, p. 326.	4.1: Referências da imagem: MAB – São Paulo: Banco Safra, 1997, p.263.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): ANTÔNIO B. DA ROCHA PITA E ARGOLO – VISCONDE COM GRANDEZA E CONDE DE PASSÉ. 2º barão (2.6.1862) e 2º visconde de Passé (17.5.1871), nascido a 12.12.1831 em Salvador da Bahia e falecido a 22.11.1871 no seu Engenho Cobé (Baía), devido à explosão de uma caldeira, antes de seu pai, de quem tinha recebido os títulos, primeiro de barão e depois de visconde, após este passar a conde.		
6.0: Dados adicionais:		


Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Terrina e prato.	1.2: N° Ficha: 20	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Porcelana.		
1.5: Dimensões: Não consta.		
2.0: Descrição iconográfica:		
<p>Prato medalhão e terrina em porcelana branca circular com bordos e frisos dourados; no centro do prato, da terrina e do tampo há o brasão do barão de Passé. O Brasão dividido em quartéis; um de ouro com duas chaves adossadas com fundo vermelho e correias de ouro, um dividido em quatro partes duas com crescentes de vermelho e duas cada uma com leão sentado; um com fundo em prata e aspa com cinco vieiras de ouro; um em azul e fundo em prata. Encimado por elmo que se apoia no escudo, acima do elmo, um leão sentado dourado com uma chave dos Argolos na boca, tendo acima uma coroa de Barão. O brasão é contornado por elementos vegetais estilizados dourados e com folhas e flores.</p>		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: Possivelmente francesa.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Antônio B. da Rocha Pita e Argolo (17931877) – Visconde com grandeza e Conde de Passé.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.0: Referências Bibliográficas: PINHO, 1982, p. 171. SOUZA, 1949, p. 53. DREYFUS, 1942, p. 326.	4.1: Referências da imagem: ATHAYDE, 2000, p. 54. PINHO, 1982, p.171. SOUZA, 1949, p. 53.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): ANTÔNIO B. DA ROCHA PITA E ARGOLO. Senhor de engenho, casou-se a 2 de fevereiro de 1831 com sua prima Maria Luísa Munis Barreto, filha de sua tia materna Catarina Josefa de Araújo Pita e do Brigadeiro Jeronimo Munis Fiúsa Barreto. Foi escolhido na guerra de 1822 e 1823 para comissão geral do exercito pacificador, não pôde aceitar o cargo por conta de uma moléstia.		
6.0: Dados adicionais: Disponível em: http://www.geni.com/people/Lu%C3%ADs-Jos%C3%A9-de-Carvalho-e-Melo/6000000015750615052 . Acesso em: 11 nov. 2015.		


Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Bules, xícaras e pires.	1.2: N° Ficha: 21	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Porcelana.		
1.7: Dimensões: Não consta.		
2.0: Descrição iconográfica:		
<p>Peças do aparelho de chá e café em porcelana branca com bordas e frisos dourados decoradas com cenas do oriente; há, em meio à decoração, o brasão do barão de Passé. O Brasão dividido em quartéis; um de ouro com duas chaves adossadas com fundo vermelho e correias de ouro, um dividido em quatro partes duas com crescentes de vermelho e duas cada uma com leão sentado; um com fundo em prata e aspa com cinco vieiras de ouro; um em azul e fundo em prata. Encimado por elmo que se apoia no escudo, acima do elmo, um leão sentado dourado com uma chave dos Argolos na boca, tendo acima uma coroa de Barão. O brasão é contornado por elementos vegetais dourado com folhas e flores.</p>		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: França, com marca “C. H. Pillivuyt e Cie, Paris”.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Antônio B. da Rocha Pita e Argolo (17931877) - Visconde com grandeza e Conde de Passé.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.0: Referências Bibliográficas: PINHO, 1982, p. 171. SOUZA, 1949, p. 53 DREYFUS, 1942, p. 326.	4.1: Referências da imagem: ATHAYDE, 2000, p. 54. SOUZA, 1949, p. 53.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): ANTÔNIO B. DA ROCHA PITA E ARGOLO. Senhor de engenho, casou-se a 2 de fevereiro de 1831 com sua prima Maria Luísa Munis Barreto, filha de sua tia materna Catarina Josefa de Araújo Pita e do Brigadeiro Jeronimo Munis Fiúsa Barreto. Foi escolhido na guerra de 1822 e 1823 para comissão geral do exercito pacificador, não pode aceitar o cargo por conta de uma moléstia.		
6.0 Dados adicionais: Disponível em: http://www.geni.com/people/Lu%C3%ADs-Jos%C3%A9-de-Carvalho-e-Melo/6000000015750615052 . Acesso em: 11 nov. 2015.		


Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Prato raso.	1.2: N° Ficha: 22	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Porcelana.		
1.5: Dimensões: Não consta.		
2.0: Descrição iconográfica:		
Prato raso em louça branca com friso azul no bordo e no centro a inicial do proprietário, a letra "P", de Paranhos, coroado em tonalidade azul.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: França, de Vierzon, com marca da manufatura " <i>Hache e Pépin Le Halleur</i> ".		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Antônio de Freitas Paranhos (1815-1889) – Barão da Palma.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.0: Referências Bibliográficas: SOUZA, 1949, p.86.	4.1: Referências da imagem: ATHAYDE, 2000, p.52. SOUZA, 1949, p.87.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): ANTÔNIO DE FREITAS PARANHOS — BARÃO DA PALMA (1815-1889). Nasceu em Salvador, Bahia, em 1815, e aí faleceu em 1889. Coronel da Guarda Nacional e comendador. Primo de José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco.		
6.0: Dados adicionais:		

Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Prato raso.	1.2: N° Ficha: 23	
1.3: Data: Século XIX		
1.4: Material: Porcelana.		
1.5: Dimensões: Não consta.		
2.0: Descrição iconográfica:		
Prato raso em porcelana branca com fundo branco e bordo azul celeste terminado em friso dourado; possui brasão do proprietário com coroa de visconde fixado no centro da parte interna do prato.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: França		
3.2: Proprietário (a) do objeto: José Maria da Silva Paranhos Junior (1845-1912) – Barão do Rio Branco.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.0: Referências Bibliográficas: ATRAYDE, 2000, p.58.	4.1: Referências da imagem: ATRAYDE, 2000, p.58.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS JUNIOR- BARÃO DO RIO BRANCO (1845-1912). Nasce no Rio de Janeiro em 20 de abril de 1845 e aí faleceu, em 10 de fevereiro de 1912. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife. Deputado geral por Mato Grosso. Fidalgo da Casa Imperial. Diplomata. Promotor Público. Ministro das Relações Exteriores da República. (ATRAYDE, 2000, p.58).		
6.0: Dados adicionais:		


Ficha catalográfica

1.0: Identificação:	
1.1: Objeto: Prato.	1.2: Nº Ficha: 24
1.3: Data: Século XIX.	
1.4: Material: Porcelana.	
1.5: Dimensões: Não consta.	
2.0: Descrição iconográfica:	
Prato raso em porcelana branca com fundo branco e bordo azul celeste terminado em friso dourado; possui brasão utilizado pelo proprietário fixado no centro da parte interna do recipiente.	
3.0: Histórico	
3.1: Origem/Fabricação: França.	
3.2: Proprietário (a) do objeto: José Maria da Silva Paranhos Junior (1845-1912) – Barão do Rio Branco.	
3.3: Local de conservação: Academia de Letras da Bahia (ALB) – Exposição.	
4.0: Referências Bibliográficas: MIRANDA, 2012, p. 13 (Catálogo - ALB).	4.1: Referências da imagem: MIRANDA, 2012, p. 13 (Catálogo - ALB).
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS JUNIOR- BARÃO DO RIO BRANCO (1845-1912). Nasce no Rio de Janeiro em 20 de abril de 1845 e aí faleceu, em 10 de fevereiro de 1912. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife. Deputado geral por Mato Grosso. Moço fidalgo da Casa Imperial. Diplomata. Promotor Público. Ministro das Relações Exteriores da República. (ATRAYDE, 2000, p.58).	
6.0: Dados adicionais: <ul style="list-style-type: none"> • As seis manchas escuras no bordo do prato não fazem parte da iconografia do mesmo; são partes dos suportes que fixam o prato a parede da exposição da ALB. • Coleção Jorge Calmon. <p>MOURA, Cristina Patriota de. Instituto Rio Branco e a diplomacia brasileira. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2007, p.136. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/mana/v14n2/a17v14n2. Acesso em: 30 set. 2017.</p> <p>MOURA, Cristina Patriota de. José Maria da Silva Paranhos barão do Rio Branco. http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/RIO%20BRANCO,%20Bar%C3%A3o%20do.pdf. Acesso em: 30 set. 2017.</p>	


Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Prato raso.	1.2: N° Ficha: 25	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Porcelana.		
1.5: Dimensões: Não consta.		
2.0: Descrição iconográfica:		
Prato em porcelana branca com bordo terminado em filete dourado e friso verde; possui monograma “R e B” sobrepostas, na mesma tonalidade e marca do proprietário, com coroa correspondente a sua titulação.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: França, de Limoges. Possui marca do atelier “ <i>J. Klotz, Paris</i> ”.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: José Maria da Silva Paranhos (1819-1880) – Visconde do Rio Branco.		
3.3: Local de conservação: Academia de Letras da Bahia (ALB) – Exposição.		
4.0: Referências Bibliográficas: ATHAYDE, 2000, p.58. MIRANDA, 2012, p. 22 (Catálogo - ALB).	4.1: Referências da imagem: MIRANDA, 2012, p. 22 (Catálogo - ALB).	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS- VISCONDE DO RIO BRANCO (1819-1880). Nasceu na Bahia, em 16 de Março de 1819 e faleceu no Rio de Janeiro a 1º de novembro de 1880. Conselheiro de Estado efetivo do Conselho do Imperado. Senador da Província de Mato grosso. Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros, Marinha, Guerra e Fazenda. Presidente do Conselho de Ministros. Professor Honorário da Escola de Belas Artes. Major honorário do Exército. Veador da Casa Imperial.		
6.0: Dados adicionais: <ul style="list-style-type: none"> • Coleção Jorge Calmon. 		


Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Prato.	1.2: N° Ficha: 26	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Porcelana.		
1.5: Dimensões: Não consta.		
2.0: Descrição iconográfica		
Prato circular em louça branca possui frisos no bordo em tons azul, dourado e branco; na extremidade do bordo há monograma do proprietário com as letras, “B” e “R”, sobrepostas contornadas em dourado encimadas por coroadado de visconde com a mesma coloração.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: França, Limoges com marca “ <i>H & C^oL</i> ”.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: José Maria da Silva Paranhos (1819-1880) – Visconde do Rio Branco.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.0: Referências Bibliográficas: SOUZA, 1949, p.86.	4.1: Referências da imagem: ATHAYDE, 2000, p. 58. SOUZA, 1949, p.87.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS — VISCONDE DO RIO BRANCO (1819-1880). Nasceu na Bahia, em 16 de Março de 1819 e faleceu no Rio de Janeiro a 1º de novembro de 1880. Conselheiro de Estado efetivo do Conselho do Imperado. Senador da Província de Mato grosso. Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros, Marinha, Guerra e Fazenda. Presidente do Conselho de Ministros. Major honorário do Exército. Veador da Casa Imperial.		
6.0 Dados adicionais:		

Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Prato.	1.2: N° Ficha: 27	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Porcelana.		
1.5: Dimensões: Não consta.		
2.0: Descrição iconográfica		
Prato circular em louça branca possui fundo branco liso em toda a sua extensão até parte interna do bordo circundado por friso pontilhado em dourado seguido por bordo verde arrematado na extremidade por outro friso dourado; Na parte interna do bordo possui monograma do proprietário em letras “B” e “R” sobrepostos, em tom dourado e coroadado com coroa de barão também dourada.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: França.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: José Maria da Silva Paranhos (1819-1880) – Visconde do Rio Branco.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.0: Referências Bibliográficas: SOUZA, 1949, p.86.	4.1: Referências da imagem: ATHAYDE, 2000, p.58. SOUZA, 1949, p.87.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS — VISCONDE DO RIO BRANCO (1819-1880). Nasceu na Bahia, em 16 de Março de 1819 e faleceu no Rio de Janeiro a 1º de novembro de 1880. Conselheiro de Estado efetivo do Conselho do Imperado. Senador da Província de Mato grosso. Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros, Marinha, Guerra e Fazenda. Presidente do Conselho de Ministros. Major honorário do Exército. Veador da Casa Imperial.		
6.0 Dados adicionais: <ul style="list-style-type: none"> • Prato do serviço comemorativo da “Lei do Ventre Livre”. 		


Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Prato raso.	1.2: N° Ficha: 28	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Porcelana.		
1.5: Dimensões: Não consta.		
2.0: Descrição iconográfica:		
Prato circular em louça branca com frisos dourado e rosado na extremidade do bordo; possui monograma do proprietário afixado no bordo, as letras “S” e “T” sobrepostas com douramento lembrando rocaile, coroado; referências à titulação do proprietário.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: França, Paris. Possui marca “ <i>CH. Pillivuyt & Cie, Paris</i> ”.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Domingos Américo da Silva (1812-1891) – Barão de São Tiago.		
3.3: Local de conservação: Academia de Letras da Bahia (ALB) – Exposição.		
4.0: Referências Bibliográficas: BULCÃO, s/d, p.37.	4.1: Referências da imagem: MIRANDA, 2012, p. 25 (Catálogo - ALB).	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): DOMINGOS AMÉRICO DA SILVA- BARÃO DE SÃO TIAGO (1827-1891). Nascido na freguesia de São Tiago do Iguape, no município de Cachoeira, em 1812 (ou 1827?), sendo filho de Domingos Américo da Silva e de D. Ana Joaquina de São José Ribeiro. Era Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro. Faleceu solteiro na Cidade do Salvador, em 28 de Agosto de 1891. O título de São Tiago foi concedido pelo Decreto den17 de maio de 1871. Agricultor da Província da Bahia.		
6.0: Dados adicionais: <ul style="list-style-type: none"> • Coleção Jorge Calmon. 		

Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Prato raso.	1.2: N° Ficha: 29	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Porcelana.		
1.5: Dimensões: Não consta.		
2.0: Descrição iconográfica:		
Prato raso circular em louça branca com frisos dourado e rosado na extremidade do bordo; no centro do prato há monograma do proprietário, nas letras “S” e “T” sobrepostas douradas em rocaile encimado por coroa; referências à titulação do proprietário.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: França, Paris. Possui marca “ <i>CH. Pillivuyt & Cie, Paris</i> ”.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Domingos Américo da Silva (1812-1891) – Barão de São Tiago.		
3.3: Local de conservação: Academia de Letras da Bahia (ALB) – Exposição.		
4.0: Referências Bibliográficas: BULÇÃO, s/d, p.37.	4.1: Referências da imagem: ATHAYDE, 2000, p.63.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): DOMINGOS AMÉRICO DA SILVA- BARÃO DE SÃO TIAGO (1812-1891). Nascido na freguesia de São Tiago do Iguape, no município de Cachoeira, em 1812 (ou 1827?), sendo filho de Domingos Américo da Silva e de D. Ana Joaquina de São José Ribeiro. Era Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro. Faleceu solteiro na Cidade do Salvador, em 28 de Agosto de 1891. O título de São Tiago foi concedido pelo Decreto den17 de maio de 1871. Agricultor da Província da Bahia.		
6.0: Dados adicionais: É comum na composição de pratos de sobremesa a fixação de ícones de identificação da titulação do proprietário no centro do prato (parte interna).		

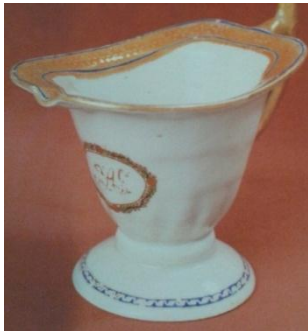
Ficha catalográfica

1.0: Identificação:	
1.1: Objeto: Prato.	1.2: N° Ficha: 30
1.3: Data: Século XIX.	
1.4: Material: Porcelana.	
1.5: Dimensões: Não consta.	
2.0: Descrição iconográfica:	
<p>Prato raso circular em louça branca com bordo decorado com ramos de fumo e café intercalados terminado por friso dourado; na parte interna do bordo o friso dourado com pontilhados também com douramento terminada com uma espécie de bico de renda trançado. O prato possui fundo branco e ao centro as iniciais da titulação do proprietário, as letras “S” e “L” entrelaçadas, douradas lembrando o estilo rococó coroado com coroa de conde também dourada.</p>	
3.0: Histórico	
3.1: Origem/Fabricação: França, com marca “ <i>Ed. Honoré — Bl Poissoniere, Paris</i> ”.	
3.2: Proprietário (a) do objeto: Francisco Goncalves Martins (1807-1872) – Visconde de São Lourenço.	
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.	
4.0: Referências Bibliográficas: OLIVEIRA, 1999, p.20. SOUZA, 1949, p.70.	4.1: Referências da imagem: ATHAYDE, 2000, p. 63. SOUZA, 1949, p. 71.
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): FRANCISCO GONCALVES MARTINS — VISCONDE DE SÃO LOURENÇO (1807-1872). Nasceu na freguesia do Rio Fundo, no município de Santo Amaro, na Bahia, a 12 de março de 1807. Estudou humanidades em Portugal, em seguida, na Universidade de Coimbra, no curso de Direito. Em 1830, retornou ao Brasil. Ingressa então no jornalismo e abriu banca de advogado. Deputado nas Legislaturas de 1834-1850, mesmo ano em que foi escolhido para o senado. Assumiu a Presidência da Província da Bahia, nos períodos de 1848 a 1852 e de 1868 a 1871. Ministro do império em 1853.	
6.0: Dados adicionais:	


Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Prato.	1.2: N° Ficha: 31	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Porcelana.		
1.5: Dimensões: Não consta.		
2.0: Descrição iconográfica:		
<p>Prato de sobremesa (raso) em louça branca circular e com as extremidades em tremidos, bordo sinuoso em tonalidades rosa entre filete dourado com cavidade em um ponto da extremidade do bordo que acolhe o monograma do proprietário em letras góticas douradas. No centro do prato, na parte interna, há a representação de pêssegos com galhos; um pêssego está inteiro e o outro em banda com destaque para a semente. É comum na composição de pratos de sobremesa a fixação de ícones de identificação da titulação do proprietário ou da sua atividade produtiva no centro do prato (parte interna).</p>		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: França, possui marca: “F. Dommartan, Paris”.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Ângelo Moniz da Silva Ferraz (1812-1867) – Barão de Uruguaiana.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.0: Referências Bibliográficas: ATHAYDE, 2000, p.66. MATTOSO, 1992, p. 274-275.	4.1: Referências da imagem: ATHAYDE, 2000, p.66.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): ÂNGELO MONIZ DA SILVA FERRAZ (1812-1867). Foi um proprietário rural da região de Valença. Doutorado em Direito pela Faculdade de Olinda, Grande do Império. Em 1848 aceitou o cargo de Inspetor da Alfândega, daí passando à Procuradoria e a Fiscal do Tesouro, sendo em 1857, nomeado Presidente da Província do Rio Grande do Sul. No período em que exerceu o cargo de Ministro da Fazenda, acumulou a pasta do Império e a Presidência do Conselho.		
6.0: Dados adicionais: Disponível em: http://www.fazenda.gov.br/institucional/galeria-dos-ministros/imperio-segundo-reinado/dom_pedroII024 . Acesso em: 13 nov. 2014		


Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Cremeira.	1.2: N° Ficha: 32	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Porcelana.		
1.5: Dimensões: Não consta.		
2.0: Descrição iconográfica:		
Cremeira em porcelana branca em formato de capacete invertido. Possui bordo na parte interna em tonalidades laranja contornado por frisos azul, ao centro da frente há a inscrição “J A G”, dentro de círculo alaranjado e intercalado em detalhes azul; as iniciais do proprietário José de Araújo Góes.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: China; “Companhia das Índias”.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Inocência Marques de Araújo Góis (1809-1878) – Barão de Araújo Góis.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.0: Referências Bibliográficas: ATHAYDE, 2000, p. 35. LEITE, 1986, p. 53. MATTOSO, 1992, p.181.	4.1: Referências da imagem: LEITE, 1986, p. 53.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): INOCÊNCIA MARQUES DE ARAÚJO GÓIS (1811-1897). Nascido na freguesia de São Pedro de Traripe do Rio Fundo, atualmente distrito do Município de Santo Amaro, em 4 de julho de 1811, filho de Inocência Marques de Araújo Góis e de D. Maria Joana Calmon de Aragão. Bacharel em Direito pelo Curso Jurídico de Olinda em 1834. Na Bahia foi Procurador Fiscal interino de 1835 a 1838. Suplente de Deputado Provincial nas legislaturas de 1838 a 1839, de 1840 a 1841 e de 1846 a 1847.		
6.0: Dados adicionais: Disponível em: http://censoarchivos.mcu.es/CensoGuia/fondoDetail.htm?id=562328 . Acesso em: 12 nov. 2014.		
De acordo com Teixeira Leite (1986, p. 53), esta cremeira deriva de um antigo objeto inglês em metal prateado, possivelmente em prata, por onde o artesão chinês copiou o modelo.		


Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Prato.	1.2: N° Ficha: 33	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material Porcelana.		
1.5: Dimensões: Não consta.		
2.0: Descrição iconográfica:		
Prato circular em porcelana de fundo branco com bordo interno contornado por friso dourado e verde; possui na extremidade do bordo o monograma “B de I”, de Barão de Itapicuru, encimado por coroa de conde em dourado que corresponde a titulação do proprietário.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: França, com inscrição: “ <i>CH. Pillivuyt & Cie, Paris</i> ”.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Manoel de Oliveira Mendes (1793-1867) – Visconde de Itapicuru de Cima.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.0: Referências Bibliográficas: ATHAYDE, 2000, p. 45. BULÇÃO, s/d, p. 99.	4.1: Referências da imagem: ATHAYDE, 2000, p. 45.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): MANOEL DE OLIVEIRA MENDES — VISCONDE DE ITAPICURU (1793-1867). Nascido na freguesia de Nossa Senhora do Monte do Recôncavo, no Município de Santo Francisco do Conde, em 9 de outubro de 1793, sendo filho de Luís Manoel de Oliveira Mendes Lobato, depois 1º Barão de Itapicuru de Cima e de D. Ana Francisca Xavier Pinto de Almeida. Na Bahia foi Suplente do Deputado Provincial na legislatura de 1835 a 1837, vereador no Município de Santo Amaro de 1857 a 1860 e de 1861 a 1864. Comendador da Ordem de Cristo, casado com D. Maria Carolina do Patrocínio e Almeida, Viscondessa do mesmo título, filha de José Carlos de Almeida e de D. Ana de Oliveira Araújo Pinho.		
6.0: Dados adicionais:		

Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Prato raso.	1.2: N° Ficha: 34	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Faiança.		
1.5: Dimensões: Não consta.		
2.0: Descrição iconográfica:		
Prato circular em porcelana branca com fundo branco e bordo contornado por friso dourado arrematado em friso branco nas extremidades. Possui no bordo a inscrição “Luiz Marinho Oliveira Mendes”, nome por extenso do proprietário.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: Faiança (possivelmente francesa).		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Luiz Maria de d'Oliveira Mendes.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.0: Referências Bibliográficas: ATHAYDE, 2000, p.77.	4.1: Referências da imagem: ATHAYDE, 2000, p.77.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): LUIZ MARIA DE D'OLIVEIRA MENDES Segundo filho do Barão de Itapicuru de Cima- Luiz Manoel de Oliveira Mendes.		
6.0: Dados adicionais: Todas as peças do serviço são marcadas com o nome por extenso do proprietário. ATRAYDE, 2000, p.77.		

Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Prato.	1.2: N° Ficha: 35	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Porcelana.		
1.5: Dimensões: Não consta.		
2.0: Descrição iconográfica:		
Prato raso circular em louça com decoração de flores e frutos estilizados, semelhante à videira, que se estende por toda a parte interna do prato até o bordo, este com friso dourado; uma influência nítida do gosto europeu.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: Inglesa, com marca: “E. B. B”.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: José Carlos Pereira de Almeida Torres (1799-1856) – Visconde Macaé.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.0: Referências Bibliográficas: ATHAYDE, 2000, p. 48. BULÇÃO, s/d, p.119. MATTOSO, 1992, p.178.	4.1: Referências da imagem: ATHAYDE, 2000, p. 48.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ALMEIDA TORRES (1799-1856). Visconde Macaé, título concedido pelo Decreto de 7 de setembro de 1847. Nascido na cidade do Salvador, em cuja freguesia de São Salvador da Sé em 1799, filho de Dr. José Carlos Pereira e de D. Ana Rita Zeferina de Almeida Torres. Bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra em 1819. Casado em 9 de julho de 1824 com D. Eudoxia Engrácia Bernardina de Almeida Torres, a 1ª Viscondessa do mesmo título, nascida na freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Matoim, na cidade de Salvador. Ouvidor Geral da comarca de Paranaguá e Curitiba, então pertencente a São Paulo, de 20 de junho de 1820 a 21 de julho de 1823. Senador pela Bahia de 14 de junho de 1843 até o seu falecimento.		
6.0: Dados adicionais:		

Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Prato.	1.2: N° Ficha: 36	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Porcelana.		
1.5: Dimensões: Não consta.		
2.0: Descrição iconográfica:		
Prato raso de sobremesa em louça branca com bordo sinuoso em tonalidade vinho, recortado com monograma do proprietário, “B” e “P”, encimado por coroa de conde. É comum a fixação da insígnia do proprietário no centro do prato (parte interna) quando este é de sobremesa ou raso.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: Possivelmente francesa.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: José Freire de Carvalho (1823-1909) – Barão de Pojuca.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.0: Referências Bibliográficas: ATHAYDE, 2000, p. 57 BULÇÃO, s/d, p. 28-29.	4.1: Referências da imagem: ATHAYDE, 2000, p. 57.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): JOSÉ FREIRE DE CARVALHO — BARÃO DE POJUCA (1823-1909). Título concedido pelo Decreto de 17 de março de 1883. Nascido na Cidade do Salvador, em 13 de maio de 1823, filho de José Freire de Carvalho e de D. Francisca de Meneses Doria. Foi na Bahia Vereador no Município de São Francisco do Conde nos quadriênios de 1853 a 1856 e de 1857 a 1860 e no de Catu 1877 a 880. Casado em 13 de janeiro de 1863 com D. Inês da Silva Melo Vieira, Baronesa do mesmo título, nascida na freguesia de São Pedro do Rio Fundo, no Município de Santo Amaro, na Bahia filha de Jose Apolinário Vieira e de D. Maria da Silva Melo e falecida na cidade do Salvador, em 12 de abril de 1910. Faleceu na cidade de Pojuca, na Bahia, em 3 de janeiro de 1909. BULÇÃO, s/d, p.28-29.		
6.0: Dados adicionais:		

Ficha catalográfica


1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Prato.	1.2: N° Ficha: 37	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Porcelana.		
1.5: Dimensões: Não consta.		
2.0: Descrição iconográfica:		
Prato circular raso em louça branca com bordo amarelo contornado por frisos em dourado. Na face branca do bordo (parte interna) há monograma do proprietário, “B” e “R” sobrepostos, em dourado encimado por coroa de barão que corresponde a sua titulação.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: França, possui inscrição: “ <i>CH. Pillivuyt & Cie</i> ”, Paris.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: João Gualberto Dantas (1829-1888) – 2º Barão do Rio Real.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.0: Referências Bibliográficas: ATHAYDE, 2000, p. 59. BULÇÃO, s/d, p.32.	4.1: Referências da imagem: ATHAYDE, 2000, p. 59.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): JOÃO GUALBERTO DANTAS — 2º BARÃO DO RIO REAL (1829-1888). Título concedido pelo Decreto de 6 de setembro de 1866. Nascido na cidade de Itapicuru, em 12 de julho de 1829, sendo filho de José Dantas Itapicuru, depois 1º Barão do Rio Real e de D. Ana Ferreira de Jesus Sousa. Foi na Bahia Deputado Provincial nas legislaturas de 1858 a 1859, de 1860 a 1861, de 1862 a 1863, de 1864 a 1865, de 1866 a 1867, de 1868 a 1869. Casado em 16 de fevereiro de 1849 com D. Edvirgens de Sousa Leite, baronesa do mesmo título, nascida na antiga Vila Real Santa Luzia (Sergipe).		
6.0: Dados adicionais: De acordo com Sylvia Athayde (2000), nas peças que integram a coleção do MAB ha uma preferência pelas manufaturas francesas de <i>Pillivuyt</i> (marca ao lado), <i>Limoges</i> , <i>Julien Fils Ainé Sèvres</i> .		

Ficha catalográfica


1.0: Identificação:	
1.1: Objeto: Prato.	1.2: Nº Ficha: 38
1.3: Data: Século XIX.	
1.4: Material: Porcelana.	
1.5: Dimensões: Não consta.	
2.0: Descrição iconográfica:	
Prato de sobremesa circular em louça branca; possui bordo contornado por frisos dourados e as iniciais do proprietário, “A”, “J”, “A” com letras douradas. No centro do prato há uma representação de cena no campo, um casal sentado sob uma árvore; é uma representação de estilo europeu, comum principalmente em louça inglesa.	
3.0: Histórico	
3.1: Origem/Fabricação: Europa.	
3.2: Proprietário (a) do objeto: Antônio José Alves.	
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.	
4.0: Referências Bibliográficas: ATHAYDE, 2000, p. 78.	4.1: Referências da imagem: ATHAYDE, 2000, p. 78.
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): ANTÔNIO JOSÉ ALVES Natural da Bahia e formado pela Faculdade de Medicina, Antônio José Alves se tornara médico cirurgião e lente da cátedra de Clínica Cirúrgica da Faculdade de Medicina. Trabalhou em várias frentes de epidemias e, particularmente, no combate a cólera em 1855 ¹ . Em 1858, reconstruiu o Solar da chácara Boa Vista, em Brotas, onde posteriormente funcionou o hospital Juliano Moreira. Mesmo local onde constrói a sua Casa de Saúde. Faleceu em 1866.	
Dados adicionais: Disponível em: http://medicosilustresdabahia.blogspot.com.br/2011/01/antonio-jose-alves.html . Acesso em: 29 dez. 2014.	
<ul style="list-style-type: none"> O poeta Castro Alves, seu filho, homenageia o Solar Boa Vista no poema “A Boa Vista”. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000067.pdf. Acesso em: 06 set. 2019. 	

¹Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/cmp/article/view/4034/3774>. Acesso em: 29 dez. 2014.


Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Pires.	1.2: N° Ficha: 39	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Porcelana (pasta dura).		
1.5: Dimensões: Não consta.		
2.0: Descrição iconográfica:		
<p>Pires de chá em fundo branco com um discreto filete dourado no centro, uma circunferência mais saliente em tonalidade vinho centralizado no fundo do pires seguido por um filete dourado que acompanha o bordo. Este, por sua vez, possui arabescos dourados simulando galhos de videira com cachos de uva em tonalidade vinho. Os elementos vegetais e videiras são intercalados por quatro borboletas em tonalidade azul posicionada entre arabescos e videira.</p>		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: Europa.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Luís da Cunha Moreira – Visconde de Cabo Frio.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.0: Referências Bibliográficas: ATHAYDE, 2000, p. 36.	4.1: Referências da imagem: ATHAYDE, 2000, p. 36.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): LUÍS DA CUNHA MOREIRA – VISCONDE DE CABO FRIO. Nasceu na Bahia, em 1777, e faleceu no Rio de Janeiro em 1865. Almirante, Diretor da Academia da Marinha, Ministro da Marinha. Conselheiro do Estado. Casado com Maria Rosa de Santa Rita.		
6.0: Dados adicionais: Trata-se de louça muda (não possui marca do proprietário - monograma ou brasão). <ul style="list-style-type: none"> • Coleção Renato Berbet de Castro (Vendeu ao MAB). 		

Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Perfumador/Incensador.	1.2: N° Ficha: 40	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Prata.		
1.5: Dimensões: 0,275m. Peso: 569,7g.		
2.0: Descrição iconográfica:		
<p>Perfumador em formato de abacaxi, elevado e apoiado por três pés sinuosos recortados e polidos. É uma peça vasada com orifícios para permitir a saída da fumaça perfumada terminada com tampa em cálice de folhas que se prende a peça; a haste é em prata e madeira polida trabalhada em sulcos.</p>		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: Brasil.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Carlos Costa Pinto (Colecionador).		
3.3: Local de conservação: Museu Carlos Costa Pinto (MCCP) – Exposição.		
4.0: Referências Bibliográficas: ROSA, 2009, p.52. GODOY, 1997, p.109-110.		4.1: Referências da imagem: ROSA, 2009, p.52.
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): O colecionador Carlos Aguiar Costa Pinto, nasceu em 24 de dezembro de 1885, em Salvador. Filho do comendador Joaquim da Costa Pinto e de Sophia Henriqueta Macedo de Aguiar. Após a morte do seu pai, Costa Pinto, ainda criança, foi morar no Solar do Bom Gosto (onde atualmente fica o casarão da reitoria da UFBA) casa do seu avô, o marechal Francisco Pereira de Aguiar. Era um comerciante do ramo açucareiro e presidiu uma das mais importantes casas comerciais da Bahia, a Firma Magalhaes & Cia.		
6.0: Dados adicionais: Eram usados para perfumar as casas e também a roupa branca e vestidos. Para tanto, colocavam-se grãos de lavanda, patchuli e outros grãos e ervas aromáticas sobre as brasas. (ROSA, 2009, p.52).		


Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Prato.	1.2: N° Ficha: 41	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Porcelana.		
1.5: Dimensões: 23 cm de diâmetro.		
2.0: Descrição iconográfica:		
Prato de porcelana branca com bordo azul claro contornado por friso azul marinho; na extremidade do bordo há um campo com a inscrição “B de Camaçari” com uma coroa de barão acima, pertencente ao Barão de Camaçari, o senhor Antônio Calmon de Araújo Góes.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: França (“CH. Pillivuyt & Cie, Paris”).		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Antônio Calmon de Araújo Góes (1828-1912) – Barão de Camaçari.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.0: Referências Bibliográficas: ATHAYDE, 2000, p.63. BULÇÃO, s/d, p. 20.	4.1: Referências da imagem: ATHAYDE, 2000, p. 63.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): ANTÔNIO CALMON DE ARAÚJO GÓES – BARÃO DE CAMAÇARI (1828-1912). Título concedido pelo Decreto de 13 de setembro de 1871. Nasceu na freguesia de São Pedro de Traripe do Rio Fundo, no Município de Santo Amaro, em 7 de março de 1828, filho de Inocêncio Marques de Araújo Gois e de D. Maria Joana Calmon de Aragão. Foi na Bahia Vereador no Município de Mata de São João no quadriênio de 1873 a 1876, Senador pela Assembleia Constituinte da Bahia em 1891, Senador do Estado de 1891 a 1902.		
6.0: Dados adicionais: Exemplar do mesmo serviço reproduzido na página 37 do livro Louça História, do Museu de Arte da Bahia. http://www.dutraleiloes.com.br/2010/1111/catalogo2.asp . Acesso em: 30 jul. 2015		


Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Prato.	1.2: N° Ficha: 42	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Porcelana.		
1.5: Dimensões: Não consta.		
2.0: Descrição iconográfica:		
Prato raso em porcelana branca do serviço do Conde de Souza Dantas. Possui a esquerda do centro monograma do proprietário com coroa de conde, ambos em dourado seguido por bordo liso terminado em cortes sinuosos com uma fina decoração que o contorna em elementos vegetais dourados.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: França (“ <i>CH. Pillivuyt & Cie, Paris</i> ”).		
3.2: Proprietário (a) do objeto: João dos Reis de Souza Dantas – Conde.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.0: Referências Bibliográficas: ATHAYDE, 2000, p. 73.	4.1: Referências da imagem: ATHAYDE, 2000, p. 73.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): JOÃO DOS REIS DE SOUZA DANTAS – CONDE. Nasceu na Bahia e faleceu no Rio de Janeiro em 1900.		
6.0: Dados adicionais:		


Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Tigela de “pingos”.	1.2: N° Ficha: 43	
1.3: Data: Século XIX (2ª metade).		
1.4: Material: Prata fundida e cinzelada.		
1.5: Dimensões: 0,094 x 0,155m Peso: 379,20g.		
2.0: Descrição iconográfica:		
Tigela em prata de formato circular, apoiada em pés de folhas e flores sobre bolas, possui ao fundo (parte externa) polimento e caneluras, ao meio um friso floral seguido de gomos próximos ao bordo.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: Brasil.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Carlos Costa Pinto (Colecionador).		
3.3: Local de conservação: Museu Carlos Costa Pinto (MCCP) – Exposição.		
4.0: Referências Bibliográficas: ROSA, 2009, p. 87.		4.1: Referências da imagem: ROSA, 2009, p. 87.
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): O colecionador Carlos Aguiar Costa Pinto, nasceu em 24 de dezembro de 1885, em Salvador. Filho do comendador Joaquim da Costa Pinto e de Sophia Henriqueta Macedo de Aguiar. Após a morte do seu pai, Costa Pinto, ainda criança, foi morar no Solar do Bom Gosto (onde atualmente fica o casarão da reitoria da UFBA) casa do seu avô, o marechal Francisco Pereira de Aguiar. Era um comerciante do ramo açucareiro e presidiu uma das mais importantes casas comerciais da Bahia, a Firma Magalhaes & Cia.		
6.0: Dados adicionais: De acordo com Mercedes Rosa (2009), a peça deveria pertencer a um serviço de chá e destinava-se a receber as folhas ou confeitos.		


Ficha catalográfica

1.0: Identificação:	
1.1: Objeto: Prato.	1.2: N° Ficha: 44
1.3: Data: Século XIX.	
1.4: Material: Faiança.	
1.5: Dimensões: Não consta.	
2.0: Descrição iconográfica:	
Prato raso em faiança de fundo branco com círculo vasado no centro onde se encontra a inscrição “Bahia” e dentro do segundo círculo o nome “Joana Maria Machado”. O bordo do prato possui rocaile estilizado em dourado intercalado por campos onde são representados cenas do campo com construções arquitetônicas aparentes. É possível que os nomes por extenso façam referências ao nome da proprietária ou homenageada.	
3.0: Histórico	
3.1: Origem/Fabricação: Inglaterra. Possui marca “Baker & C°”.	
3.2: Proprietário (a) do objeto: Sylvia Meneses de Athayde. Maria Joana Machado.	
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.	
4.0: Referências Bibliográficas: ATHAYDE, 2000, p. 77.	4.1: Referências da imagem: ATHAYDE, 2000, p. 77.
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): Não identificada.	
6.0 Dados adicionais: A marca Davenport numa peça de faiança ou de porcelana é um indício de ter sido fabricada em data anterior a 1887. Com efeito, a firma Davenport foi fundada por John Davenport (1765-1848) em Longton, Staffordshire, em 1793, iniciando mais uma dinastia de ceramistas ingleses - a par das famílias Spode e Wedgwood. Disponível em: http://artelivrosevelharias.blogspot.com.br/2011/11/faianca-inglesa-davenport.html . Acesso em: 20 jul. 2017. <ul style="list-style-type: none"> Única materialidade, entre todos os objetos analisados, que faz referência de maneira explícita ao feminino. 	


Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Farinheira.	1.2: N° Ficha: 45	
		
		1.3: Data: Século XVIII (2ª metade).
		1.4: Material: Prata.
1.7: Dimensões: 0,180m. Peso: 237,1g.		
2.0: Descrição iconográfica:		
Farinheira circular com bordo liso e decoração externa em <i>rocaile</i> (estilo D. João I) formando uma amarração em toda a sua extensão.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: Bahia.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Carlos Costa Pinto (Colecionador).		
3.3: Local de conservação: Museu Carlos Costa Pinto (MCCP) – Exposição.		
4.0: Referências Bibliográficas: ROSA, 2009, p.130.	4.1: Referências da imagem: ROSA, 2009, p.130.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): O colecionador Carlos Aguiar Costa Pinto, nasceu em 24 de dezembro de 1885, em Salvador. Filho do comendador Joaquim da Costa Pinto e de Sophia Henriqueta Macedo de Aguiar. Após a morte do seu pai, Costa Pinto, ainda criança, foi morar no Solar do Bom Gosto (onde atualmente fica o casarão da reitoria da UFBA) casa do seu avô, o marechal Francisco Pereira de Aguiar. Era um comerciante do ramo açucareiro e presidiu uma das mais importantes casas comerciais da Bahia, a Firma Magalhaes & Cia.		
6.0 Dados adicionais: De acordo com Mercedes Rosa (2009), esta farinheira completava as grandes baixelas e destinada a conte farinha, um alimento indispensável nas mesas baianas. Faz parte da prataria regional, o que significa que não possui influência portuguesa, a não ser os elementos decorativos (ROSA, 2009, p.130).		


Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Prato.	1.2: N° Ficha: 46	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Porcelana.		
1.5: Dimensões: Não consta.		
2.0: Descrição iconográfica:		
Prato de sobremesa em porcelana inglesa, de fundo branco, e decorado em toda a sua extensão em azul. No centro, uma cena da batalha e da morte de Solano Lopez, com os dizeres: “a morte de Solano Lopez”. No bordo, em seis reservas, os retratos dos seguintes personagens: D. Pedro II; Conde d’Eu; Marquez de Herval; General Câmara; Visconde de Inhauma e Duque de Caxias.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: Inglaterra - ”W. & Adans – Tunstall”.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Antiquário de Paulo Afonso de Carvalho/Pedro Scherer.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.0: Referências Bibliográficas: ATHAYDE, 2000, p. 75.		4.1: Referências da imagem: ATHAYDE, 2000, p. 75.
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): Não identificado.		
6.0: Dados adicionais: <ul style="list-style-type: none"> • Louça comemorativa a “Batalha de Llinas Valentinas” – Guerra do Paraguai. • O referido antiquário é localizado no Rio de Janeiro. • O MAB possui outro prato idêntico a este, a diferença é que o outro possui estampa em tonalidade marrom. 		

Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Prato raso.	1.2: N° Ficha: 47	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Porcelana.		
1.5: Dimensões: Não consta.		
2.0: Descrição iconográfica:		
<p>Prato raso em fundo branco com ramalhete de fumo e café entrelaçados no centro do prato, este com recipiente limitado por filete dourado que contorna o bordo com guirlanda formada com os mesmos elementos e flores do ramo de fumo e café no centro do mesmo. O bordo possui extremidade arrematada por filete dourado. Esse prato é remanescente do serviço da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, também conhecida como a “Ilustríssima Câmara”.</p>		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: França. Possui marca do decorador “Deroche”.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Câmara Municipal da Corte – Rio de Janeiro.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.0: Referências Bibliográficas: ATHAYDE, 2000, p.75.	4.1: Referências da imagem: ATHAYDE, 2000, p.75.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): Câmara Municipal da Corte- Rio de Janeiro.		
6.0: Dados adicionais:		


Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Cadeira.	1.2: N° Ficha: 48	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Madeira e palhinha.		
1.5: Dimensões: Não consta.		
2.0: Descrição iconográfica:		
Cadeira feminina para bordado com armação em madeira pigmentada em dourado e assento em palhinha. O espaldar é vasado e estilizado com terminação em cachaco sinuoso com detalhes em dourado que lembra pregaria. As cadeiras femininas para esta função possui um tamanho reduzido que mais parece o assento para crianças.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: Não identificada.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Da coleção de Jorge Calmon.		
3.3: Local de conservação: Academia de Letras da Bahia (ALB) – Exposição.		
4.0: Referências Bibliográficas: Exposição da Academia de Letras da Bahia.	4.1: Referências da imagem: Fotografia da autora (2017).	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): Não identificada.		
6.0: Dados adicionais: De acordo com o responsável pelo setor de pesquisa, Bruno Lopes, não há fichas de documentação, inventário ou qualquer documento que permita acessar a historicidade dos objetos da coleção. <ul style="list-style-type: none"> • O Museu de Arte da Bahia (MAB) possui outros modelos de cadeiras femininas para bordado. Todas são em tamanho reduzido e rebaixadas. 		


Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Par de castiçais.	1.2: N° Ficha: 49	
1.3: Data: Século XVIII.		
1.4: Material: Prata.		
1.5: Dimensões: 0,270m Peso total: 1.083,6g.		
2.0: Descrição iconográfica:		
<p>Castiçais em formato de colunas de expressão neoclássica, com base retangular de faces convexas decoradas com guirlandas de flores na parte superior que sustenta a haste do castiçal, as extremidades da base possuem decorações em frisos de pérolas. As hastes são compostas por caneluras com anéis formados por miniaturas de rosáceas, os mesmos elementos são utilizados na composição das arandelas.</p>		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: Bahia.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Carlos Costa Pinto (Colecionador).		
3.3: Local de conservação: Museu Carlos Costa Pinto (MCCP) – Exposição.		
4.0: Referências Bibliográficas: ROSA, 2009, p.43.	4.1: Referências da imagem: ROSA, 2009, p.43.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): O colecionador Carlos Aguiar Costa Pinto, nasceu em 24 de dezembro de 1885, em Salvador. Filho do comendador Joaquim da Costa Pinto e de Sophia Henriqueta Macedo de Aguiar. Após a morte do seu pai, Costa Pinto, ainda criança, foi morar no Solar do Bom Gosto (onde atualmente fica o casarão da reitoria da UFBA) casa do seu avô, o marechal Francisco Pereira de Aguiar. Era um comerciante do ramo açucareiro e presidiu uma das mais importantes casas comerciais da Bahia, a Firma Magalhaes & Cia.		
6.0 Dados adicionais: Muitas peças de uso doméstico da Coleção Carlos Costa Pinto, sobretudo as do final do século XVIII e XIX, apresentam elementos da arquitetura clássica europeia (greco-romana). É possível pensar na possibilidade da repercussão das escavações de Pompéia e Herculano, no Brasil. Há também objetos de uso pessoal que podem se enquadrar nessa categoria.		

Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Candelabro.	1.2: N° Ficha: 50	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Prata.		
1.5: Dimensões: 0,624m		
2.0: Descrição iconográfica:		
Castiçal de cinco velas decorado com acantos, folhas e volutas em toda a sua extensão e terminado em pés de garra.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: Bahia.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Carlos Costa Pinto (Colecionador).		
3.3: Local de conservação: Museu Carlos Costa Pinto (MCCP) – Exposição.		
4.0: Referências Bibliográficas: ROSA, 2009, p.50.	4.1: Referências da imagem: ROSA, 2009, p.50.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): O colecionador Carlos Aguiar Costa Pinto, nasceu em 24 de dezembro de 1885, em Salvador. Filho do comendador Joaquim da Costa Pinto e de Sophia Henriqueta Macedo de Aguiar. Após a morte do seu pai, Costa Pinto, ainda criança, foi morar no Solar do Bom Gosto (onde atualmente fica o casarão da reitoria da UFBA) casa do seu avô, o marechal Francisco Pereira de Aguiar. Era um comerciante do ramo açucareiro e presidiu uma das mais importantes casas comerciais da Bahia, a Firma Magalhaes & Cia.		
6.0: Dados adicionais: De acordo com Mercedes Rosa (2009), esse castiçal, possivelmente executado por ourives baiano, no século XIX, possui estilo anterior (ROSA, 2009, p.50).		


Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Sofá.	1.2: N° Ficha: 51	
1.3: Data: Século XIX (2ª metade).		
1.4: Material: Jacarandá e palhinha.		
1.5: Dimensões: 184x38 cms.		
2.0: Descrição iconográfica:		
Sofá em madeira com pernas formadas por sobreposição de bolachas em tamanhos e espessuras diversas com assento e espaldar em palhinha. Possui parte frontal com meio avental em pontas e braços sinuosos em forma de voluta repuxada.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: Salvador, Bahia.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Paulo Afonso Machado (Doador).		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.2: Referências Bibliográficas: MAB (Bahia, BA); São Paulo: Banco Safra, 1997, p.318.	4.1: Referências da imagem: Fotografia da autora (2018).	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): Não identificado.		
6.0: Dados adicionais: <ul style="list-style-type: none"> • Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). • Teatro São João (atual Praça Castro Alves). 		

Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Consola.	1.2: N° Ficha: 52	
1.3: Época: Século XIX.		
1.4: Material: Jacarandá estilo Império/ Neoclássico.		
1.5: Dimensões: 88x110x41 cms.		
2.0: Descrição iconográfica:		
<p>Consolo em jacarandá com frontão decorado em formato de leque estilizado de palmeira, entalhada no centro do frontão e nas extremidades laterais da aba. As pernas dianteiras são estilizadas em caneluras com folhas de palmeiras na parte superior que se assemelham a capiteis. As pernas traseiras possuem formato retangular, são lisas e todas as quatro pernas se apoiam em base retangular sem decoração.</p>		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: Bahia.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: João José de Almeida Couto (1812-?) – Barão do Desterro.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.2: Referências Bibliográficas: MAB (Bahia, BA); São Paulo: Banco Safra, 1997, p.322. MATTOSO, 1992, p.179. ROCHA, 1973, p.55.	4.1: Referências da imagem: Fotografia da autora (2018).	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): JOÃO JOSÉ DE ALMEIDA COUTO, O BARÃO DO DESTERRO. O barão do Desterro nasceu em Maragogipe em 4 de dezembro de 1812. Foi um advogado e político brasileiro. Assumiu a administração da província da Bahia por quatro vezes, em 29 de maio de 1870, 17 de outubro de 1871, 6 de junho e 16 de novembro de 1872.		
6.0: Dados adicionais: <ul style="list-style-type: none"> • Pertenceu ao Solar do barão do Desterro. 		

Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Marquesa.	1.2: N° Ficha: 53	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Jacarandá e palhinha.		
1.5: Dimensões: 93x253x58 cms.		
2.0: Descrição iconográfica:		
Marquesa em jacarandá e palhinha com espaldar estilizado em motivos vegetais e caneluras sinuosas terminadas em pequenas esferas afixadas de forma espaçadas que conectam o espaldar ao acento permitindo um vazado que oferece leveza ao móvel. Possui braços talhados assimétricos com os quatro pés estilizados e com caneluras lisas amarradas por traves laterais.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: Bahia.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Não identificado.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.2: Referências Bibliográficas: MAB (Bahia, BA); São Paulo: Banco Safra, 1997, p. 317.	4.1: Referências da imagem: Fotografia da autora (2018).	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): Não identificado.		
6.0: Dados adicionais:		


Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Marquesa/sofá.	1.2: N° Ficha: 54	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Jacarandá, palhinha e bronze.		
1.5: Dimensões: 83x203x52cms.		
2.0: Descrição iconográfica:		
Sofá em jacarandá e palhinha no acento, espaldar e braços inclinados e com sinuosidade nas extremidades semelhantes a alças vazadas e com caneluras. Encimando o encosto, sobre o bordo, um leque de meio girassol estilizado de palma centralizado. Toda a extensão do bordo, braços e pernas entalhados com filetes, as junções das pernas são intercaladas com rosáceas; descansa sobre quatro pernas graciosamente afuniladas com pés de carretel de bronze terminadas em garra de felino.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: Bahia.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: João José de Almeida Couto – Barão do Desterro.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.2: Referências Bibliográficas: MAB (Bahia, BA); São Paulo: Banco Safra, 1997, p.316. MATTOSO, 1992, p.179. ROCHA, 1973, p.54.		4.1: Referências da imagem: Fotografia da autora (2018).
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): JOÃO JOSÉ DE ALMEIDA COUTO, O BARÃO DO DESTERRO. João José de Almeida Couto, o barão do Desterro, nasceu em Maragogipe em 4 de dezembro de 1812. Foi um advogado e político brasileiro. Assumiu a administração da província da Bahia por quatro vezes, em 29 de maio de 1870, em 17 de outubro de 1871, 6 de junho e 16 de novembro de 1872.		
6.0: Dados adicionais: <ul style="list-style-type: none"> • Pertenceu ao Solar do barão do Desterro. 		

Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Candelabro.	1.2: N° Ficha: 55	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Cristal lapidado.		
1.5: Dimensões: 65cm.		
2.0: Descrição iconográfica:		
Candelabro vermelho e transparente de quatro braços em cristal lapidado com copo transparente rendado.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: Boêmia.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Antônio B. da Rocha Pita e Argolo – Conde de Passé.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.2: Referências Bibliográficas: MAB (Bahia, BA); São Paulo: Banco Safra, 1997, p. 341.	4.1: Referências da imagem: MAB (Bahia, BA); São Paulo: Banco Safra, 1997, p. 341.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): ANTÔNIO BERNARDINO DA ROCHA PITA E ARGOLO (1831-1871). 2º barão (2.6.1862) e 2º visconde de Passé (17.5.1871), nascido a 12.12.1831 em Salvador da Bahia e falecido a 22.11.1871 no seu Engenho Cobé (Bahia), devido à explosão de uma caldeira, antes de seu pai, de quem tinha recebido os títulos, primeiro de barão e depois de visconde, após este passar a conde.		
6.0: Dados adicionais: <ul style="list-style-type: none"> • De acordo com a bibliografia técnica do MAB, esse candelabro pertenceu a residência urbana do Conde de Passé. • Na década de 1830 os cristais coloridos da Boêmia viraram moda (SILVA, 2013, p.4). 		


Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Poncheira.	1.2: N° Ficha: 56	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Prata.		
1.5: Dimensões: 52 cm; 4.050 g.		
2.0: Descrição iconográfica:		
<p>Poncheira em prata fundida e cinzelada com formato de urna; peça é inteiriça com caneluras sinuosas nas extremidades e apoiada em base quadrada que, por sua vez, termina amparada por quatro bolas, uma em cada extremidade. Possui duas alças uma em cada lado e afunila até o tampo, este em caneluras arrematado na extremidade por botão em “coruchéu”. A torneira localiza-se próximo a base.</p>		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: Bahia - Contraste de Manuel Eustáquio de Figueiredo, registrada em 17 de outubro de 1832.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Não identificado.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.2: Referências Bibliográficas: MAB (Bahia, BA); São Paulo: Banco Safra, 1997, p.279.	4.1: Referências da imagem: MAB (Bahia, BA); São Paulo: Banco Safra, 1997, p.279.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): Não identificado.		
6.0: Dados adicionais:		

Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Garrafas.	1.2: N° Ficha: 57	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Cristal lapidado.		
1.5: Dimensões: Não consta.		
2.0: Descrição iconográfica:		
<p>Garrafas em cristal colorido nas cores amarela, vermelha, verde e vermelha com transparência que forma caneluras estilizadas. As garrafas nas cores amarela, verde e vermelha, lapidadas em facetas, são de fabricação inglesa; as demais garrafas vermelhas de formato mais esguio e a de forma arredondada são francesas, <i>baccarat</i>. São recipientes que fazem parte de um conjunto com cálices de cristais para vinho e licor.</p>		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: Inglaterra e França.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Não identificado.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.2: Referências Bibliográficas: MAB (Bahia, BA); São Paulo: Banco Safra, 1997, p.340.	4.1: Referências da imagem: MAB (Bahia, BA); São Paulo: Banco Safra, 1997, p.340.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): Originários da família Góes Calmon.		
6.0: Dados adicionais: A manufatura <i>Baccarat</i> (<i>Verrerie de Sainte Anne</i>) estabelecida no leste francês, na cidade <i>Baccarat</i> em 1764, passou a se chamar <i>Compagnie des Cristalleries de Baccarat</i> em 1823. O cristal se tornou a paixão do período oitocentista e as peças <i>Baccarat</i> encantaram o público e fizeram sucesso nas exposições universais, sendo vendidas para várias partes do mundo. “Os cristais <i>Baccarat</i> fizeram parte da grande maioria das residências brasileiras da elite do século XIX” (SILVA, 2013, p.4). <ul style="list-style-type: none"> • Comprado pelo Museu de Arte (MAB) em 1943. • Coleção Góes Calmon. 		


Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Licoreiro.	1.2: N° Ficha: 58	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Cristal <i>baccarat</i> e bronze.		
1.5: Dimensões: Não consta.		
2.0: Descrição iconográfica:		
Caixa em cristal, estilo Império, com arrematação em bronze, decorada com figuras femininas, do tipo “ <i>spagnolete</i> ” com folhagens e volutas nos cantos e no centro do tampo; possui no seu interior uma armação em bronze com elevações, que lembra a estrutura de um palco, para acomodar e sustentar os recipientes.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: França – 2ª metade, século XIX.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Não identificado.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.2: Referências Bibliográficas: MAB (Bahia, BA); São Paulo: Banco Safra, 1997, p.338.	4.1: Referências da imagem: MAB (Bahia, BA); São Paulo: Banco Safra, 1997, p.338.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): Não identificado.		
6.0: Dados adicionais: Caixa com 6 garrafas e 18 cálices.		


Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Cadeira.	1.2: N° Ficha: 59	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Palhinha, jacarandá.		
1.5: Dimensões: 71x49x41 cms (29 cm: altura do assento ao chão).		
2.0: Descrição iconográfica:		
Cadeira de bordar e costurar com armação em jacarandá e assento em palhinha. Possui as duas pernas frontal em sinuosas volutas que afunila para ser arrematada em bola e terminada em pontas lisas; espaldar em formato retangular com composição formada por seis conjuntos em bolas polidas presa as seis traves arrematada por espaldar sinuoso com volutas e sulcos estilizados.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: Bahia.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Não consta.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.2: Referências Bibliográficas: MAB (Bahia, BA); São Paulo: Banco Safra, 1997, p.311.	4.1: Referências da imagem: Fotografia da autora (2018).	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): Não identificado.		
6.0: Dados adicionais: As cadeiras próprias para costuras são rebaixadas e, em geral, são posicionadas nos espaços da casa na transição entre o público e privado, próximo a outros apetrechos para a atividade da costura, bordado e música. Os trabalhos com agulhas faziam parte do dia-a-dia das mulheres e jovens conforme se verifica nos manuais de “boa conduta” do século XIX.		

Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Mesa.	1.2: N° Ficha: 60	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Jacarandá.		
1.5: Dimensões: 71x81x41cms.		
2.0: Descrição iconográfica:		
Mesa em jacarandá, com tampo duplo liso e dobrável, possui entalhe decorando a parte frontal. O tampo é apoiado em uma coluna central torneada em forma de balaústre com caneluras, este apoiado em quatro pernas que se encaixam no tronco central. Esta mesa era usada para jogos e para outras funções, inclusive decorativa.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: Bahia, segunda metade do século XIX.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Não identificado.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.2: Referências Bibliográficas: MAB (Bahia, BA); São Paulo: Banco Safra, 1997, p.330.	4.1: Referências da imagem: Fotografia da autora (2018).	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): Não identificado.		
6.0: Dados adicionais: <ul style="list-style-type: none"> • O Museu de Arte da Bahia possui duas dessas mesas de mesmo tamanho, mas com trabalhos de talha distintos. • O Museu Carlos Costa Pinto também possui em seu acervo mesas de jogo desse tipo. Eram muito utilizadas para a sociabilidade nas casas das elites da Bahia oitocentista. 		

Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Relógio de caixa alta.	1.2: N° Ficha: 61	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Jacarandá e bronze.		
1.5: Dimensões: Não consta.		
2.0: Descrição iconográfica:		
Relógio de parede com caixa em madeira retangular, com mostrador em bronze.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: Marca Seth Thomas – América do Norte.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Durval Teixeira (Doador).		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.2: Referências Bibliográficas: Museu de Arte da Bahia (MAB).	4.1: Referências da imagem: Fotografia da autora (2018).	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): Não identificado.		
6.0: Dados adicionais: <ul style="list-style-type: none"> • Este tipo de relógio foi muito utilizado nas casas das elites da Bahia no século XIX. Vários museus de salvador possuem um exemplar desta tipologia de relógio. • Doado por Durval Teixeira em 1931. 		


Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Pianola- costureira.	1.2: N° Ficha: 62	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Pinho escurecido.		
1.5: Dimensões: 81x86 cms.		
2.0: Descrição iconográfica:		
Pianola-costureira em madeira com compartimentos para costura, em caixa comprida em madeira dividida em cinco compartimentos serve para guardar pequenas costuras e é guardado sobre o teclado. Há compartimentos para acomodar agulhas, tesouras e linhas.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: Possivelmente francesa.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Não identificado.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.2: Referências Bibliográficas: MAB (Bahia, BA); São Paulo: Banco Safra, 1997, p.327.	4.1: Referências da imagem: MAB (Bahia, BA); São Paulo: Banco Safra, 1997, p.327.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): Não identificado.		
6.0: Dados adicionais: <ul style="list-style-type: none"> • Este instrumento com dupla função é um exemplo claro da relevância dada à educação feminina do século XIX. Vimos, a partir da análise de manuais de etiqueta oitocentista para a dissertação (v.2), como essa educação dos sentidos se opera. 		


Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Lustre.	1.2: N° Ficha: 63	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Bronze e porcelana.		
1.5: Dimensões: Não consta.		
2.0: Descrição iconográfica:		
Lustre de seis braços em bronze com douramento recortado em elementos vegetais; o centro que sustenta a estrutura do lustre é fechado por porcelana chinesa em pasta dura e formato circular. Possui cena de mandarim no terraço com cinco cortesãs que formam o centro da composição da porcelana, o bordo é repleto de flores em tons de rosa, amarelo, laranja e verde com quatro reservas intercaladas de iguais tamanhos e estilo, cada uma com representação de pássaro sobre galho de árvore; porcelana policromada e esmaltada da Família Verde.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: Inglaterra.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Família Góes Calmon.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.2: Referências Bibliográficas: O Museu de Arte da Bahia. São Paulo: Banco Safra, 1997, p. 218.	4.1: Referências da imagem: Fotografia do MAB.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): Não identificado.		
6.0: Dados adicionais: <ul style="list-style-type: none"> • Família Verde - Técnica de esmaltagem de origem chinesa, derivada da paleta “cinco cores”, dominada pelo verde à base de cobre complementado por violeta manganês, amarelo de titânio, azul de cobalto e vermelho de ferro. As melhores porcelanas de da Família Verde remontam ao reinado do Imperador Kangxi, 1661-1722 (MAB, 1997, p.218). • Coleção Góes Calmon. 		


Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Preguiceiro.	1.2: N° Ficha: 64	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Jacarandá e palhinha e bronze (pernas).		
1.5: Dimensões: 246x69x80 cm.		
2.0: Descrição iconográfica:		
<p>Preguiceiro ou espreguiceiro em jacarandá em seu bordo e palhinha no acento em formato sinuoso apresentando uma composição harmoniosa em toda a sua extensão. Assenta sobre quatro pernas de cornucópia; as frontais possuem caneluras e formato de rosetas, todas terminadas em garra. A cabeceira interior composta por rolos formando leques estilizados, bicos de jaca com terminação torcida. A cabeceira superior possui formato de pescoço de cisne e terminada em bicos de jaca. O encosto tem braço formado por duas traves recurvas com decoração em leque e roseta.</p>		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: Bahia.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Não identificado.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.2: Referências Bibliográficas: ROCHA, 1973, p.35.	4.1: Referências da imagem: Fotografia da autora (2018).	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): Não identificado.		
6.0: Dados adicionais:		


Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Mesa.	1.2: N° Ficha: 65	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Jacarandá e mármore, estilo Império.		
1.5: Dimensões: 106 cm (diâmetro) x 69 cm (altura).		
2.0: Descrição iconográfica:		
Mesa em jacarandá com tampo circular em mármore branco apoiado por uma haste central torneada em balaústre sustentada por três pernas em forma de pescoço de cisne encontrando base circular, polida, terminados em três pés sinuosos.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: Bahia.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Não identificado.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.2: Referências Bibliográficas: MAB (Bahia, BA); São Paulo: Banco Safra, 1997, p.323.	4.1: Referências da imagem: MAB (Bahia, BA); São Paulo: Banco Safra, 1997, p.323.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): Não identificado.		
6.0: Dados adicionais: <ul style="list-style-type: none"> • Originaria da antiga instalação do Museu do Estado nas dependências do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). 		


Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Potiches.	1.2: N° Ficha: 66	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Porcelana.		
1.5: Dimensões: 31 cm - altura (das extremidades). 33 cm - altura (o do centro).		
2.0: Descrição iconográfica:		
Três potiches sem tampo em porcelana chinesa, decorados em azul sobre fundo branco com folhas de lótus, crisântemo, peônias e ave mitológica.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: China, Qing, século XIX.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Não identificado.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.2: Referências Bibliográficas: MAB (Bahia, BA); São Paulo: Banco Safra, 1997, p.342.	4.1: Referências da imagem: MAB (Bahia, BA); São Paulo: Banco Safra, 1997, p.342.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a):		
Não identificado.		
6.0: Dados adicionais:		
<ul style="list-style-type: none"> • Esses potiches originariamente possuíam tampas. • A peônia é uma planta herbácea, natural de países temperados. Produz flores solitárias, grandes, com coroa de 5 a 10 pétalas de cores variadas. Originária da China, seu cultivo entrou em moda desde o século XVII, com a dinastia Tang. Foi pintada nos corredores dos palácios e nas porcelanas. Simboliza a riqueza e prosperidade. 		


Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Bacia e gomil.	1.2: N° Ficha: 67	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Prata.		
1.5: Dimensões: Bacia: 49x34 cm; Gomil: 32 cm.		
2.0: Descrição iconográfica:		
Bacia em prata com bordo elevado e arrematado por frisos vegetais; possui as faces lisas e cartela central retangular onde era exibido o monograma do proprietário (ilegível). O gomil possui formato de elmo e pé circular, no qual se eleva coluneta, o corpo bojudo e piriforme, abrindo ao alto o bico e alça formada por duas volutas interligadas. As colunetas, base, corpo e a orla do bico são contornados por colunetas.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: Bahia, contraste de Manuel Eustáquio de Figueiredo, registrada em 17 de outubro de 1832.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Não identificado.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.2: Referências Bibliográficas: MAB (Bahia, BA); São Paulo: Banco Safra, 1997, p.277.	4.1: Referências da imagem: MAB (Bahia, BA); São Paulo: Banco Safra, 1997, p.277.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): Não identificado.		
6.0: Dados adicionais:		

Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Salva.	1.2: N° Ficha: 68	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Prata.		
1.5: Dimensões: 4,5x22cm de diâmetro.		
2.0: Descrição iconográfica:		
Salva circular em prata cinzelada, recortada e incisa sobre três pés sinuosos, de bordos recortados em doze arcos interligados por palmeiras. Orla perolada, separada por um filete e friso de grinaldas. Fundo rebaixado, adornado com guirlandas pendentes na junção dos arcos. Apresenta inscrição, F. M. M.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: Bahia, século XIX.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Não identificado.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.2: Referências Bibliográficas: MAB (Bahia, BA); São Paulo: Banco Safra, 1997, p.284.	4.1: Referências da imagem: MAB (Bahia, BA); São Paulo: Banco Safra, 1997, p.284.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): Não identificado.		
6.0: Dados adicionais:		

Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Salva.	1.2: N° Ficha: 69	
1.3: Data: Século XIX.		
1.4: Material: Salva em prata, estilo D. Maria I.		
1.5: Dimensões: 19,3 cm (diâmetro).		
2.0: Descrição iconográfica:		
Salva circular em prata repuxada, cinzelada e gravada apoiada sobre três pés em forma de figuras femininas exibindo saio, busto desnudo, pés descalços e braços erguidos sobre a cabeça na posição de sustentação do recipiente. Possui bordo recortado e decorado em motivos vegetais, terminados em gotas. Há, no seu centro da salva, as iniciais "F.E.M." gravadas.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: Bahia.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: Não identificado.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.2: Referências Bibliográficas: MAB (Bahia, BA); São Paulo: Banco Safra, 1997, p.285.	4.1: Referências da imagem: MAB (Bahia, BA); São Paulo: Banco Safra, 1997, p.285.	
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): Não identificado.		
6.0: Dados adicionais: A representação de figuras femininas, aparentemente negras, nessa peça pode ser lida como uma evidência material do escravismo vigente. Além disso, por se tratar de peça possivelmente feita na Bahia, também pode ser lida como um traço de identidade dos artífices negros e mulatos que, juntamente com artífices portugueses, dominavam essa técnica e o comércio de ourivesaria na Cidade do Salvador desde o século XVII.		

Ficha catalográfica

1.0: Identificação:		
1.1: Objeto: Mesa de aba e cancela.	1.2: N° Ficha: 70	
1.3: Data: Século XVIII/XIX.		
1.4: Material: Jacarandá, bronze.		
1.5: Dimensões: 82x123 cm.		
2.0: Descrição iconográfica:		
Mesa de aba e cancela em jacarandá (fechada) lisa com gaveta e puxadores em bronze (estilo Bayard) nas laterais, avental entalhado, estilizado, com elementos vegetais, sob a gaveta. O tampo, quando aberto, é liso e circular, e se transforma em retangular com as laterais menores e curvos; se descidas as abas laterais, para que as duas pernas girem e se encaixem nas centrais. É sustentada por travas em forma de torno ao estilo, com oito pernas ligadas por trava e pés em bola.		
3.0: Histórico		
3.1: Origem/Fabricação: Bahia.		
3.2: Proprietário (a) do objeto: D. Marcos de Noronha e Brito – Conde dos Arcos.		
3.3: Local de conservação: Museu de Arte da Bahia (MAB) – Exposição.		
4.2: Referências Bibliográficas: MAB (Bahia, BA); São Paulo: Banco Safra, 1997, p.321. ROCHA, 1973, p.28.		4.1: Referências da imagem: MAB (Bahia, BA); São Paulo: Banco Safra, 1997, p.321. ROCHA, 1973, p.28.
5.0: Biografia do (a) Proprietário (a): D. MARCOS DE NORINHA E BRITO – CONDE DOS ARCOS. Nasceu em Lisboa, Portugal, em 7 de junho de 1771 e morreu na mesma cidade, em 1828. No Brasil foi governador e capitão-general da capitania do Pará e Rio Negro, entre os anos 1803 e 1806. Nomeado capitão-general de Mar e Terra do Estado do Brasil e vice-rei, em 1806, foi o último a ocupar o cargo, extinto após a vinda da família real para o Brasil. Ocupou o cargo de governador e capitão-general da Bahia, em 1809, onde realizou uma série de obras de melhoramentos na cidade. O exemplo da fundação da Biblioteca Pública, a conclusão do cais da Alfândega e do Teatro São João.		
6.0: Dados adicionais:		
<ul style="list-style-type: none"> • Este modelo guarda referência ao modelo inglês “<i>gate-leg</i>” que chegou em Portugal no século XVII e foi difundido na época de D. João V. Este modelo foi utilizado no Brasil e na Bahia até o século XIX. • D. João V. (Estilos dos séculos XVII e XVIII). 		

REFERÊNCIAS

- ALVES, Castro. “A Boa Vista”: In: Espumas Flutuantes – Poesias completas, São Paulo: Ediouro, s.d. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000067.pdf>. Acesso em: 06 set. 2019.
- ATHAYDE, Sylvia Meneses de. Louça Histórica: Museu de Arte da Bahia. Salvador: MAB, 2000.
- BULÇÃO, Sobrinho Antônio. Titulares Baianos. Arquivo Nacional RJ, s/d.
- O MUSEU de Arte da Bahia – São Paulo: Banco Safra, 1997.
- DREIFUS, Jenny. A louça brasonada no Museu Histórico Nacional. Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, v.3, 1942, p. 326.
- FERNANDES, Lia Silvia Peres; TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. Um Novo mundo, um novo império: a corte portuguesa no Brasil, 1808-1822. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008.
- GODOY, Solange. Uma História de Amor. In: Museu Carlos Costa Pinto. Salvador: Fundação Museu Carlos Costa Pinto, 1997. p. 109 -128.
- LEITE, José Roberto Teixeira. As Companhias das Índias e a Porcelana Chinesa de Encomenda. Fundação Cultural da Bahia, 1986.
- MIRANDA, V.C. de. A Coleção de louça brasonada da Academia de Letras da Bahia: coleção de Jorge Calmon. Salvador: Zaz – Comunicação Empresarial, 2012.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Bahia, século XIX: uma província no Império. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992, p.179.
- ROCHA, Carlos Eduardo da. O mobiliário antigo na Bahia. Salvador, BA: Museu do Recôncavo Wanderley Pinho, 1973.
- ROSA, Maria Mercedes de Oliveira. Prata da casa: prataria luso-brasileira na coleção do museu Carlos Costa Pinto. Salvador, BA: Fundação Museu Carlos Costa Pinto, 2009.
- SILVA, S. T. V. O fascínio do cristal. São Paulo: Equipe Comunicações, 2013 (Catálogo Itamar Musse).
- SOUZA, Antônio Loureiro de. Bahianos ilustres: 1564-1925. Salvador, BA: Tipografia Beneditina, 1949.